



**Demonstrações Financeiras Consolidadas Preparadas
de Acordo com Práticas Contábeis Adotadas no Brasil**

Banco Santander (Brasil) S.A.

30 de Junho de 2015

ÍNDICE	Pág.
Relatório da Administração.....	1
Relatório dos Auditores Independentes.....	11
Demonstrações Financeiras	
Balanços Patrimoniais.....	14
Demonstração dos Resultados.....	18
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	19
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	20
Demonstração do Valor Adicionado.....	21
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	
Nota 1 . Contexto Operacional.....	22
Nota 2 . Apresentação das Demonstrações Financeiras.....	22
Nota 3 . Principais Práticas Contábeis.....	23
Nota 4 . Caixa e Equivalentes de Caixa.....	29
Nota 5 . Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....	29
Nota 6 . Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos.....	30
Nota 7 . Relações Interfinanceiras.....	49
Nota 8 . Carteira de Créditos e Provisão para Perdas.....	50
Nota 9 . Carteira de Câmbio.....	54
Nota 10 . Negociação e Intermediação de Valores.....	54
Nota 11 . Créditos Tributários.....	55
Nota 12 . Outros Créditos - Diversos.....	58
Nota 13 . Ativos Não-Correntes Mantidos para a Venda.....	58
Nota 14 . Informações da Dependência e da Subsidiária no Exterior.....	58
Nota 15 . Participações em Coligadas e Controladas.....	60
Nota 16 . Imobilizado de Uso.....	65
Nota 17 . Intangível.....	65
Nota 18 . Captação de Recursos e Obrigações por Empréstimos e Repasses.....	66
Nota 19 . Fiscais e Previdenciárias.....	69
Nota 20 . Dívidas Subordinadas.....	71
Nota 21 . Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital.....	71
Nota 22 . Outras Obrigações - Diversas.....	72
Nota 23 . Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias.....	72
Nota 24 . Patrimônio Líquido.....	76
Nota 25 . Limites Operacionais.....	78
Nota 26 . Partes Relacionadas.....	79
Nota 27 . Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias.....	85
Nota 28 . Despesas de Pessoal.....	86
Nota 29 . Outras Despesas Administrativas.....	86
Nota 30 . Despesas Tributárias.....	86
Nota 31 . Outras Receitas Operacionais.....	86
Nota 32 . Outras Despesas Operacionais.....	87
Nota 33 . Resultado não Operacional.....	87
Nota 34 . Imposto de Renda e Contribuição Social.....	87
Nota 35 . Plano de Benefícios a Funcionários - Benefícios Pós-Emprego.....	88
Nota 36 . Estrutura de Gerenciamento de Risco.....	95
Nota 37 . Reestruturações Societárias.....	100
Nota 38 . Eventos Subsequentes.....	102
Nota 39 . Outras Informações.....	102
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras.....	104
Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes.....	105
Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria.....	106

Senhores Acionistas:

Apresentamos o Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco) relativas ao período findo em 30 de junho de 2015, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen.

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB) do período findo em 30 de junho de 2015, foram divulgadas simultaneamente, no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

1) Conjuntura Econômica

No primeiro semestre de 2015, a atividade bancária do Brasil se desenvolveu em um ambiente de economia fraca e taxas de juros mais elevadas para conter a inflação e depreciação do Real frente ao Dólar.

A taxa Selic atingiu 13,75%, alta de 200 bps frente à estabelecida ao final de 2014, de 11,75%. A ação de política monetária juntamente com medidas de aperto fiscal devem ajudar a conter a inflação no próximo ano. O IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) alcançou 8,89% no 1º semestre de 2015, acima do teto da meta que é 6,5%.

O mercado de trabalho iniciou um processo de deterioração nos últimos meses, com a taxa de desemprego subindo para 6,7% em maio de 2015 (último dado divulgado), ante taxa de 4,9% registrada em maio de 2014.

A carteira de crédito do sistema cresceu 10,1% no mês de maio de 2015 na comparação com maio de 2014. No primeiro trimestre, a taxa de crescimento estava em torno de 11%. Essa desaceleração entre o 2T15 (abril e maio) versus o 1T15, pode ser observada tanto no crédito com recursos direcionados, cujo crescimento cedeu para 16,5% ao ano, quanto no crédito com recursos livres, que cresceu apenas 4,7% entre maio de 2014 e maio de 2015. A carteira dos bancos públicos aumentou 15,1% em doze meses, enquanto a dos bancos privados se expandiu em 4,1%.

2) Desempenho
2.1) Resultados
2.1.1) Resultado Societário

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RESULTADO (R\$Milhões)	1S15	1S14	variação anual %	2T15	1T15	variação no período %
Receitas da Intermediação Financeira	35.321,5	27.756,3	27,26	16.083,5	19.238,0	-16,40
Despesas da Intermediação Financeira	(29.616,1)	(18.001,1)	64,52	(11.008,0)	(18.608,1)	-40,84
Resultado Bruto da Intermediação Financeira ^{(1) (3)}	5.705,4	9.755,2	-41,51	5.075,5	629,9	705,76
Outras Receitas (Despesas) Operacionais ^{(2) (3)}	(1.179,9)	(6.877,6)	-82,84	2.321,1	(3.501,0)	-166,30
Resultado Operacional	4.525,5	2.877,6	57,27	7.396,6	(2.871,1)	-357,62
Resultado não Operacional	117,2	45,4	158,15	38,9	78,3	-50,32
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro (Prejuízo) e Participações	4.642,7	2.923,0	58,83	7.435,5	(2.792,8)	-366,24
Imposto de Renda e Contribuição Social ^{(1) (2)}	523,3	(1.240,9)	-142,17	(3.276,5)	3.799,8	-186,23
Participações no Lucro	(532,5)	(552,8)	-3,67	(268,8)	(263,7)	1,93
Participações dos Acionistas Minoritários	(68,7)	(83,4)	-17,63	(9,2)	(59,5)	-84,54
LUCRO LÍQUIDO	4.564,8	1.045,9	336,45	3.881,0	683,8	467,56

O Banco Santander apresentou no período findo em 30 de junho de 2015, um aumento de 336,5% em seu resultado. Excluindo o impacto da despesa com amortização de ágio de R\$1.899,9 para o primeiro semestre de 2015 e R\$1.818,5 em 2014, o lucro líquido consolidado é de R\$6.464,7 milhões em 2015 e R\$2.864,4 milhões em 2014.

O total de despesas gerais, que inclui despesas com pessoal, outras despesas administrativas e despesas com participações no lucro, excluindo os efeitos da amortização do ágio aumentou em 4,8% em 2015, na comparação com junho de 2014, sendo que as despesas de pessoal e participações no lucro aumentaram 7,8% e as outras despesas administrativas aumentaram 2,7%, ambas na comparação interanual.

O resultado consolidado com operações de crédito e operações de arrendamento mercantil, que inclui as receitas de juros, variação cambial, recuperação de créditos baixados como prejuízo e outros, apresentou aumento de 41,5% na comparação interanual.

Principais variações que afetaram o resultado do período
a) Hedge dos investimentos no exterior ⁽¹⁾

O Banco Santander opera uma agência nas Ilhas Cayman e uma subsidiária chamada Santander Brasil Establecimiento Financiero de Credito, EFC, ou "Santander Brasil EFC" (subsidiária independente na Espanha), que são usadas principalmente para a captação de recursos nos mercados de capital e financeiro internacionais, para o fornecimento ao Banco de linhas de crédito que são estendidas aos seus clientes para financiamentos ao comércio exterior e capital de giro.

Para cobrir a exposição a variações cambiais, o Banco utiliza derivativos. De acordo com as regras fiscais brasileiras, os ganhos ou perdas decorrentes do impacto da valorização ou desvalorização do real sobre os investimentos estrangeiros não são tributáveis para fins de PIS/COFINS/IR/CSLL, enquanto que os ganhos ou perdas dos derivativos utilizados como cobertura são tributáveis. O objetivo desses derivativos é o de proteger o resultado líquido após impostos.

O tratamento fiscal distinto de tais diferenças cambiais resulta em volatilidade no Lucro (Prejuízo) Operacional e nas contas de Despesas Tributárias (PIS/COFINS) e Impostos sobre renda (IR/CSLL). As variações cambiais registradas decorrentes dos investimentos estrangeiros no semestre findo em 30 de Junho de 2015 resultaram em ganho de R\$5.132 milhões. Por outro lado, os contratos de derivativos contratados para cobrir estas posições geraram uma perda na conta Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos de R\$8.970 milhões. O efeito fiscal destes derivativos impactou a linha de Despesas Tributárias gerando um ganho fiscal de R\$417 milhões de PIS/COFINS e R\$3.421 milhões de IR/CSLL.

b) Cofins ⁽²⁾

O Banco Santander informou que o Supremo Tribunal Federal (STF) negou por unanimidade, na sessão plenária de 28 de maio de 2015, seguimento ao Recurso Extraordinário interposto pelo Ministério Público Federal referente à Cofins (Lei 9.718/98), o qual pretendia reformar anterior decisão do Tribunal Regional Federal favorável ao Banco Santander.

Com base na decisão do STF, o Banco Santander registrou a reversão de obrigações legais no montante de R\$7.950 milhões relativas ao Cofins, nas rubricas Outras Receitas Operacionais R\$7.672 milhões e Despesas Tributárias R\$278 milhões. O efeito tributário foi registrado na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$3.180 milhões.

c) Outros itens relevantes que afetaram o resultado do período ⁽³⁾

O Banco constituiu provisões, sendo que as principais foram as seguintes: perda ao valor recuperável do ativo registrado pela compra de direitos à prestação de serviços de folha de pagamento no valor de R\$534 milhões registrado na rubrica Outras Despesas Operacionais; de ativos na aquisição e desenvolvimento de logiciais no valor de R\$363 milhões registrado na rubrica Outras Despesas Operacionais e; provisões para títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda reconhecidas no valor de R\$469 milhões, registrado na rubrica Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários.

2.2) Ativos e Passivos

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO (R\$Milhões)	Jun/15	Jun/14	variação anual %	Mar/15	variação no período %	Dez/14
Ativo circulante e realizável a longo prazo	591.268,7	476.749,3	24,02	596.215,8	-0,83	572.730,1
Permanente	14.020,9	17.450,7	-19,65	16.074,8	-12,78	17.226,0
TOTAL DO ATIVO	605.289,6	494.200,0	22,48	612.290,6	-1,14	589.956,1
Passivo circulante e exigível a longo prazo	541.232,7	434.864,5	24,46	553.030,2	-2,13	531.085,1
Resultados de Exercícios Futuros	418,6	335,2	24,88	408,1	2,57	408,9
Participação dos Acionistas Minoritários	1.906,3	997,5	91,11	1.449,4	31,52	1.141,4
Patrimônio Líquido	61.732,0	58.002,8	6,43	57.402,9	7,54	57.320,7
TOTAL DO PASSIVO	605.289,6	494.200,0	22,48	612.290,6	-1,14	589.956,1

Os ativos totais consolidados apresentam um crescimento de 22,4% na comparação interanual, sendo que os ativos totais estão principalmente representados por: carteira de crédito no valor de R\$254.522,6 milhões, títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos no valor de R\$145.899,7 milhões, aplicações interfinanceiras de liquidez no valor de R\$56.850,1 milhões e relações interfinanceiras no valor de R\$34.689,4 milhões. Em junho de 2014, os saldos são respectivamente: R\$226.362,7 milhões, R\$103.861,8 milhões, R\$32.501,6 milhões e R\$45.327,7 milhões.

CAPTAÇÕES COM CLIENTES (R\$Milhões)	Jun/15	Jun/14	variação anual %	Mar/15	variação no período %	Dez/14
Depósitos à vista	14.842	14.635	1,42	15.255	-2,70	16.049
Depósitos de poupança	36.595	35.779	2,28	37.569	-2,59	37.939
Depósitos a prazo	89.342	79.532	12,33	84.008	6,35	85.867
Debêntures/LCI/LCA ¹	82.192	67.222	22,27	79.731	3,09	74.276
Letras Financeiras/COE ²	51.015	33.568	51,98	44.159	15,53	37.583
Total das Captações	273.987	230.735	18,75	260.722	5,09	251.714

(1) Operações compromissadas com lastro em Debêntures, Letras de Crédito Imobiliário e Letras de Crédito Agrícola.

(2) Inclui Certificados de Operações Estruturadas.

O total de captações de recursos obteve uma evolução de 18,8%, comparado a junho de 2014. Destaque para o crescimento interanual de 52,0% de letras financeiras/COE e 22,3% de debêntures/LCI/LCA.

2.3) Carteira de Crédito

ABERTURA GERENCIAL DO CRÉDITO POR SEGMENTO (R\$Milhões)	Jun/15	Jun/14	variação anual %	Mar/15	variação no período %	Dez/14
Pessoa física ¹	81.534	75.873	7,46	79.819	2,15	78.292
Financiamento ao consumo	35.338	36.851	-4,11	36.178	-2,32	36.756
Pequenas e Médias empresas (PMEs)	31.352	31.264	0,28	31.643	-0,92	31.767
Grandes Empresas	106.299	82.375	29,04	110.596	-3,89	98.781
Total Carteira de crédito (bruta)	254.523	226.363	12,44	258.236	-1,44	245.596
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(15.080)	(14.655)	2,90	(14.078)	7,12	(14.582)
Total Carteira de crédito (líquida)	239.443	211.708	13,10	244.158	-1,93	231.014

1. Incluindo Financiamento ao consumo, a carteira de pessoa física atinge R\$117.754 e R\$105.296 em 30 de junho de 2015 e 2014, respectivamente.

Em 30 de junho de 2015, a carteira de crédito (bruta) apresentou um aumento de 12,4% comparado a junho de 2014. Na evolução interanual, o maior crescimento foi no segmento de Grandes Empresas com 29,0%.

Inadimplência

O índice de inadimplência, superior a 90 dias, atingiu 3,2% do total da carteira de crédito, mostrando redução de 0,9 p.p. em doze meses e alta de 0,2 p.p. em três meses.

O saldo das provisões para créditos de liquidação duvidosa representa 5,9% da carteira de crédito em junho de 2015 e 6,5% em junho de 2014.

A despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa, líquida das receitas com recuperação de créditos baixados para prejuízos no período findo em 30 de junho de 2015, é de R\$13.995 milhões e R\$13.409 milhões em 2014, na comparação interanual, a despesa subiu 4,0%.

2.4) Patrimônio Líquido

Em junho de 2015, o patrimônio líquido consolidado do Banco Santander apresentou um aumento de 6,4% na comparação interanual e 7,5% no trimestre.

A evolução do patrimônio líquido no período é decorrente, principalmente, do aumento do Lucro Líquido comparado aos períodos anteriores que atingiu R\$4.565 milhões em junho de 2015.

Em 2015, foram adquiridas 4.399.600 Units e pagas 4.388.476 Units a título de Bônus e do Plano de Incentivo a Longo Prazo - Local ações em tesouraria. O saldo acumulado de ações em tesouraria em 30 de junho de 2015, é de 16.548.984 Units (30/06/2014 - 18.674.191 Units), equivalente a R\$235 milhões (30/06/2014 - R\$192 milhões). O custo mínimo, médio ponderado e máximo por Unit do total de ações em tesouraria é, respectivamente, R\$11,11, R\$14,29 e R\$18,51. Em 2015, foram adquiridas 57.100 ADRs. O saldo acumulado de ADRs adquiridas e que permanecem em tesouraria é de 13.137.665 ADRs, no montante atual de R\$252 milhões (30/06/2014 - R\$160 milhões). O custo mínimo, médio ponderado e máximo por ADR do total de ações em tesouraria é, respectivamente, US\$4,37, US\$6,17 e US\$10,21. O valor de mercado dessas ações, em 30 de junho de 2015 era de R\$16,92 por Unit e US\$5,44 por ADR. No período findo em 30 de junho de 2015, devido ao Plano de Otimização do Patrimônio de Referência, foram registrados custos de emissão no valor de R\$70 mil (30/06/2014 - R\$20 mil), totalizando R\$487 milhões (30/06/2014 - R\$352 milhões) de ações em tesouraria.

No primeiro semestre de 2015, foram destacados dividendos no valor de R\$150 milhões, conforme quadro a seguir:

DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO (R\$Milhões)	Jun/15	Jun/14	Dez/14
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	690,0
Dividendos Intermediários	-	99,8	99,8
Dividendos Intercalares	150,0	520,2	740,2
Total	150,0	620,0	1.530,0

• Plano de Otimização do Patrimônio de Referência

Conforme Fato Relevante divulgado em 26 de setembro de 2013, com o intuito de otimizar a atual estrutura de capital do Banco Santander, o Conselho de Administração submeteu à aprovação dos acionistas a proposta de otimização da composição do patrimônio de referência do Banco Santander ("Plano de Otimização do PR"). O objetivo da proposta foi estabelecer uma estrutura de capital mais eficiente, adequada às recentes normas prudenciais de capital aplicáveis para instituições financeiras, alinhada ao plano de negócios e crescimento dos ativos. O Plano de Otimização do PR contemplou os seguintes passos: (i) a restituição de recursos aos acionistas do Banco Santander no valor total de R\$6 bilhões, sem redução do número de ações; (ii) a emissão no exterior de instrumentos de capital, avaliados como instrumentos compostos, para compor o Nível I e Nível II do PR do Banco Santander e; (iii) um plano de bonificação de ações e ajuste na composição das Units, seguidos de grupamento de ações, com o objetivo de eliminar a cotação em centavos das ações de emissão do Banco negociadas em bolsa.

Restituição de Recursos

Em 1 de novembro de 2013, a restituição de recursos aos acionistas foi aprovada em AGE. Em janeiro de 2014, foram atendidas as condições para a efetivação da restituição de recursos (decurso do prazo de oposição de credores quirografários, aprovação do Bacen e arquivamento da ata da assembleia na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP). O pagamento da restituição de recursos aos acionistas ocorreu em 29 de janeiro de 2014, sendo que as ações e Units do Banco passaram a ser negociadas ex-direito Restituição de Recursos desde 15 de janeiro de 2014.

Emissão de Notas

Em 14 de janeiro de 2014, o Conselho de Administração aprovou a emissão dos instrumentos de capital na forma de Notas emitidas no exterior (Notes), em dólares norte-americanos, no valor equivalente a R\$6 bilhões. A emissão das Notas ocorreu em 29 de janeiro de 2014.

As características específicas das Notas emitidas para compor o Nível I são: (a) Principal: US\$1,247 bilhões, equivalente a R\$3 bilhões; (b) Taxa de Juros: 7,375% a.a.; (c) Prazo de Vencimento: sem prazo de vencimento (perpétuas); (d) Periodicidade de Pagamento dos Juros: trimestralmente, a partir de 29 de abril de 2014; (e) Discricionariedade: o Banco Santander pode cancelar a distribuição de juros a qualquer momento, por um período ilimitado e sem direito de acumulação, sem que a referida suspensão seja considerada como evento de default (f) Subordinação: no caso de insolvência, sua liquidação financeira está subordinada a todos os instrumentos de capital Nível II. As características específicas das Notas emitidas para compor o Nível II são: (a) Principal: US\$1,247 bilhões, equivalente R\$3 bilhões; (b) Taxa de Juros: 6,0% a.a.; (c) Prazo de Vencimento: em 29 de janeiro de 2024; e (d) Periodicidade de Pagamento dos Juros: semestralmente, a partir de 29 de julho de 2014.

Em 15 de abril de 2014, o Bacen emitiu aprovação para que as Notas componham o Nível I e Nível II do PR do Banco Santander desde a data de sua emissão.

Bonificação e Grupamento de Ações

Com o objetivo de eliminar a negociação em centavos das ações SANB3 (ordinárias) e SANB4 (preferenciais), aumentar a liquidez e reduzir os custos de transação, em 18 de março de 2014, os acionistas do Banco, em AGE, aprovaram: (i) a bonificação de 19.002.100.957 ações preferenciais para os acionistas do Banco, na proporção de 0,047619048 ações preferenciais para cada ação ordinária (SANB3) ou ação preferencial (SANB4), o que resulta em uma participação de bônus de 5 ações preferenciais para cada Unit (SANB11), mediante aumento do Capital Social no montante de R\$172 milhões em contrapartida a conta de Reservas; e (ii) grupamento da totalidade das ações ordinárias e ações na proporção de 1:55, sendo que cada 55 ações ordinárias e 55 ações preferenciais correspondem 1 ação ordinária e 1 ação preferencial, respectivamente. Como resultado, cada Unit (SANB11) passou a ser composta por uma ação ordinária e uma ação preferencial. Esses eventos foram implementados em 2 de junho de 2014.

Oferta Pública de Permuta

Em 29 de abril de 2014, o Banco publicou Fato Relevante para informar que foi comunicado por seu acionista controlador indireto, Banco Santander Espanha, que este lançaria uma oferta voluntária no Brasil e nos Estados Unidos da América (EUA) para permuta de até a totalidade das ações do Banco que não fossem de titularidade do Banco Santander Espanha, as quais representavam cerca de 25% do capital do Banco, com a entrega de ações de emissão do Banco Santander Espanha em pagamento. Em decorrência da Operação, o Banco continuaria a ser uma companhia aberta listada na BM&FBovespa, mas sairia do Nível 2 de Governança Corporativa, passando a estar listada em seu segmento tradicional.

Em 9 de junho de 2014, foi realizada AGE, onde foram deliberadas as seguintes matérias: (a) a saída do Banco do Nível 2 de Governança Corporativa; e (b) escolha da empresa especializada N M Rothschild & Sons (Brasil) Ltda. ("Rothschild") para elaboração de laudo de avaliação do valor econômico do Banco, para fins da Oferta de Permuta e da consequente saída do Nível 2.

Em 13 de junho de 2014, o Banco anunciou ao mercado que o Laudo de Avaliação elaborado por Rothschild havia sido devidamente encaminhado, para a: (i) CVM; (ii) BM&FBovespa; e (iii) U.S. Securities and Exchange Commission - SEC. Ademais, informou que o pedido de registro da Oferta de Permuta havia sido protocolado na CVM, na mesma data.

Em 2 de outubro de 2014, o Conselho de Administração emitiu parecer sobre a Oferta de Permuta e o Banco arquivou na SEC a sua posição sobre referida transação por meio do Schedule 14D-9. Em 16 de outubro de 2014 o Santander Espanha e Banco informaram ao mercado que foi ajustada a relação de permuta da Oferta de Permuta, prevista no Edital da Oferta publicado em 18 de setembro de 2014. Em conformidade com o Edital da Oferta, a relação de permuta, e consequentemente a quantidade de BDRs a que daria direito cada Recibo de Subscrição, foi ajustada de 0,70 BDR para cada Unit e 0,35 BDR para cada Ação, seja ordinária ou preferencial, para 0,7152 BDR para cada Unit e 0,3576 BDR para cada Ação, seja ação ordinária ou ação preferencial, em função da remuneração declarada pelo Santander Espanha em 16 de outubro de 2014, no âmbito do programa Santander Dividendo Elección, com data-base de apuração de posição acionária para pagamento (*record date*) em 17 de outubro de 2014.

Em 31 de outubro de 2014, o Banco em conjunto com o Santander Espanha anunciou ao mercado o Resultado da Oferta de Permuta. Santander Espanha adquiriu 1.640.644 Ações e 517.827.702 Units, representativos, em conjunto, de 13,65% do capital social do Banco, de modo que a participação do Grupo Santander no Banco passou a ser de 88,30% de seu Capital Social total, 88,87% de suas ações ordinárias e 87,71% de suas ações preferenciais, considerando também os ADRs representativos de Units adquiridos na Oferta de Permuta nos EUA. Como consequência da Oferta de Permuta, as ações do Banco deixaram de ser listadas no Nível 2 da BM&FBovespa, passando a ser negociadas no segmento tradicional da bolsa.

2.5) Índice de Basileia

As instituições financeiras são obrigadas a manter um Patrimônio de Referência (PR), PR Nível I e Capital Principal compatíveis com os riscos de suas atividades, superior ao requerimento mínimo do Patrimônio de Referência Exigido, representado pela soma das parcelas de risco de crédito, risco de mercado e risco operacional.

O requerimento mínimo de Patrimônio de Referência (PR) é de 11% até 31 de dezembro de 2015. O requerimento mínimo de Patrimônio de Referência Nível I é de 6% e o de Capital Principal é de 4,5%.

Em julho de 2008, entraram em vigor as regras de mensuração do capital regulamentar pelo Método Padronizado de Basileia II. Essas regras foram revogadas pela Resolução 4.192/2013 e Resolução 4.278/2013 que entraram em vigor em outubro de 2013. E ainda a Resoluções 4.193 e 4.281 de 2013, que estabelecem o modelo para apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Nível I e de Capital Principal. Estas Resoluções determinam que a composição do Patrimônio de Referência seja feita através do patrimônio líquido, dívidas subordinadas, instrumentos híbridos de capital. O índice é calculado de forma consolidada, conforme demonstrado a seguir:

ÍNDICE DE BASILEIA %	Jun/15 ⁽¹⁾	Jun/14	Dez/14
Índice de Basileia - consolidado	18,1	17,9	17,5

(1) Em continuidade a adoção das regras estabelecidas pela Resolução 4.192/2013, a partir de janeiro de 2015, entrou em vigor o Consolidado Prudencial, definido pela Resolução 4.280/2013; iniciando-se um novo período de comparação.

2.6) Principais Controladas

A tabela abaixo apresenta os saldos de ativos totais, patrimônio líquido, lucro líquido e carteira de operações de créditos referentes ao período findo em 30 de junho de 2015 das principais controladas do Banco Santander:

CONTROLADAS (R\$Milhões)	Ativos totais	Patrimônio Líquido	Lucro líquido	Carteira de crédito ⁽¹⁾
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	63.009,9	5.299,1	274,7	2.218,9
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.	30.632,8	1.512,8	265,9	26.638,7
Santander Brasil, Establecimiento Financiero de Crédito, S.A.	3.506,9	2.707,5	26,7	1.664,5
Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.	907,2	423,4	40,4	0,8

(1) inclui também saldos referentes carteira de arrendamento mercantil e outros créditos.

3) Eventos

3.1) Reestruturações Societárias

Foram implementados diversos movimentos societários com o intuito de reorganizar as operações e atividades das entidades de acordo com o plano de negócios do Banco Santander:

a) Acordo de Investimento entre o Banco Santander e Banco Bonsucesso S.A. (Banco Bonsucesso)

No dia 30 de julho de 2014, o Banco por meio de sua controlada Aymoré CFI, e o Banco Bonsucesso celebraram Contrato de Investimento por meio do qual concordaram em formar uma associação no setor de crédito consignado e de cartão de crédito consignado (Banco Bonsucesso Consignado).

Em 10 de fevereiro de 2015, com a aprovação do Banco Central, a transação foi concluída e o Banco Santander, através da Aymoré CFI, tornou-se o acionista controlador do Banco Bonsucesso Consignado, com 60% do capital social total e votante. O Banco Bonsucesso permaneceu com a parcela remanescente do capital social (40%).

O Banco Bonsucesso Consignado tornou-se o veículo exclusivo do Banco Bonsucesso e suas afiliadas para a oferta de crédito consignado no Brasil. O Banco Santander continuará a originar operações de crédito consignado por meio de seus canais próprios de maneira independente.

b) Investimento na Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos Ltda. (“Super”)

Em 3 de outubro de 2014, a Aymoré CFI assinou um acordo de investimento (“Acordo”) no qual se comprometeu a realizar um investimento na Super, que resultaria na subscrição e integralização de novas ações de emissão da Super correspondentes a 50% do seu capital total e votante.

O fechamento da operação ocorreu em 12 de dezembro de 2014 e estava condicionado à conclusão de algumas condições precedentes previstas no Acordo, inclusive a aprovação prévia do Bacen (obtida em 2 de dezembro de 2014), Aymoré CFI subscreveu e integralizou o capital social da Super em R\$31 milhões, mediante a emissão de 20 milhões de novas ações ordinárias. O Conglomerado Santander possui o controle desta sociedade.

c) Incorporação da Getnet Tecnologia em Captura e Processamento de Transações H.U.A.H. S.A. (Getnet) pela Getnet Adquirencia e Serviços para Meios de Pagamento S.A. (Getnet S.A.) (Atual Denominação Social da Santander Getnet)

Em 31 de julho de 2014, foi concluída a aquisição da Getnet, anunciada em 4 de abril de 2014.

Nas AGEs de 31 de agosto de 2014, os acionistas das Companhias aprovaram a incorporação da Getnet pela Getnet Adquirencia e Serviços para Meios de Pagamento S.A. nos termos do Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação da Getnet pela Getnet Adquirencia e Serviços para Meios de Pagamento S.A. (Protocolo) de 29 de agosto de 2014.

Pelo Protocolo, a Getnet Adquirencia e Serviços para Meios de Pagamento S.A. recebeu pelo valor contábil a totalidade dos bens, direitos e obrigações da Getnet no valor total de R\$42 milhões, a qual foi extinta e sucedida pela Getnet Adquirencia e Serviços para Meios de Pagamento S.A. em todos os seus direitos e obrigações (Incorporação). Tendo em vista que a totalidade das ações de emissão da Getnet são de propriedade da Getnet Adquirencia e Serviços para Meios de Pagamento S.A., não houve aumento do Capital Social da Getnet Adquirencia e Serviços para Meios de Pagamento S.A. em decorrência da aprovação da Incorporação, de modo que o acervo líquido da Getnet foi registrado na Getnet Adquirencia e Serviços para Meios de Pagamento S.A. em contrapartida da conta de investimentos.

A implementação da Incorporação representou uma etapa relevante do processo de simplificação, integração e consolidação das operações de captura e processamento das atividades de meios de pagamento do Grupo Santander no Brasil. As vantagens da nova estrutura são maior flexibilidade na gestão do negócio com nova abordagem comercial mais completa e aumento da alavancagem operacional com ganhos de escala.

A Incorporação se deu com base no Balanço de 31 de julho de 2014, especialmente elaborado para fins da Incorporação e as variações patrimoniais verificadas entre 1 de agosto de 2014 a 31 de agosto de 2014, foram apropriadas pela Getnet Adquirencia e Serviços para Meios de Pagamento S.A.

Balanço Patrimonial Resumido em 31 de Julho de 2014

Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo	272.491	Passivo	396.205
Disponibilidades	21.720	Instrumentos Financeiros Derivativos	4.574
Outros Créditos	247.388	Obrigações por Empréstimos	169.702
Outros Valores e Bens	3.383	Outras Obrigações	221.929
Ativo Permanente	166.609	Patrimônio Líquido	42.895
Investimentos	6.129		
Imobilizado	99.674		
Intangível	60.806		
Total	439.100	Total	439.100

d) Investimento na iZettle do Brasil Meios de Pagamento S.A. (iZettle do Brasil)

Em 18 de julho de 2014, o Banco adquiriu uma participação de 50% no capital social da iZettle Brasil, mediante um aporte de capital na sociedade no valor de R\$17 milhões. Em 31 de julho de 2014, o Banco contribuiu a totalidade de sua participação na iZettle Brasil ao capital social da Getnet Adquirencia e Serviços para Meios de Pagamento S.A.

A iZettle Brasil atua no mercado de meios de pagamento, com o desenvolvimento e a distribuição de produtos e soluções de meios de pagamento. Essa parceria foi realizada no contexto de um acordo global firmado em dezembro de 2012, entre Banco Santander Espanha e a iZettle Suécia com o objetivo de criar uma atuação conjunta e coordenada nos diferentes mercados onde o Grupo Santander atua, dentre eles: Espanha, Brasil, Reino Unido e México.

e) Novo Acordo de Acionistas da TecBan

No dia 17 de julho de 2014, os principais bancos de varejo do país, dentre eles o Banco Santander, por meio de uma de suas subsidiárias, assinaram um novo Acordo de Acionistas da TecBan (Novo Acordo de Acionistas). O Novo Acordo de Acionistas prevê que, em aproximadamente 4 anos contados de sua entrada em vigor, os Acionistas deverão ter substituído parte de sua rede externa de Terminais de Autoatendimento (“TAA”) pelos TAAs da Rede Banco24Horas, que são e continuarão sendo geridos pela TecBan, gerando aumento de eficiência, bem como, maior qualidade e capilaridade de atendimento a seus clientes.

Em novembro de 2014, a Santander Serviços alienou 1,16% da sua participação nesta sociedade.

f) Venda da Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. (atual denominação social da CRV Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Em 19 de junho de 2014, foram assinados os documentos preliminares contendo os principais termos e condições da operação de venda do negócio de custódia qualificada, atualmente desempenhado pelo Banco Santander, e da totalidade das ações de emissão da Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. (nova denominação social da CRV Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.). A Operação está inserida no contexto de uma parceria, no exterior, entre o Banco Santander Espanha, fundos de investimento do Warburg Pincus LLC, empresa líder de private equity, e o fundo soberano de Singapura Temasek. De acordo com os termos da parceria, Banco Santander Espanha deterá 50% de uma sociedade holding que integrará os negócios de custódia das unidades do Grupo Santander localizadas na Espanha, no Brasil e no México. Os fundos do Warburg Pincus e Temasek deterão conjuntamente 50% da sociedade holding.

A operação de venda não foi concluída até 30 de junho de 2015 e está sujeita ao cumprimento de determinadas condições suspensivas usuais em transações similares, incluindo a celebração de contratos definitivos e a obtenção das autorizações regulatórias pertinentes.

g) Venda das Operações de Gestão de Fundos de Investimentos e Carteiras Administradas, atualmente desenvolvidas pela Santander Brasil Asset

Em 17 de dezembro de 2013, o Banco Santander concluiu a operação de venda de seu negócio de gestão de recursos de terceiros, atualmente desenvolvido pela Santander Brasil Asset ("Operação"), operação esta, conforme Fato Relevante de 30 de maio de 2013, inserida no contexto de uma parceria, no exterior, entre o Banco Santander Espanha e as líderes mundiais da área de private equity, Warburg Pincus e General Atlantic., a qual tem por finalidade impulsionar o crescimento global de sua unidade de gestão de recursos de terceiros. Essa Operação gerou um ganho ao Banco Santander de R\$2.008 milhões antes dos impostos (efeito tributário de R\$803 milhões).

Como parte do negócio, o Banco Santander alienou a totalidade das ações da Santander Brasil Asset, sendo que, no âmbito da Operação, a atividade de gestão de recursos de terceiros, então conduzida pela Santander Brasil Asset, foi segregada da atividade de distribuição de fundos de terceiros e transferida para uma gestora constituída para esse fim ("Gestora").

Ainda como parte da Operação, foi celebrado entre a Gestora e o Banco Santander um acordo comercial estabelecendo as regras gerais relativas à gestão e a distribuição de produtos e serviços aos clientes do Banco Santander. O Banco Santander permanecerá como administrador e distribuidor dos fundos, recebendo remuneração condizente com as práticas de mercado.

h) Outros Movimentos Societários.

Também foram realizados os seguintes eventos societários:

- Em 30 abril de 2015, foi formalizada a incorporação e conseqüente extinção da sociedade Go Pay pela Getnet S.A.
- Em 30 abril de 2015, foi formalizada a incorporação e conseqüente extinção das sociedades KM Locanet Ltda. - ME (Compreauto) e Ideia Produções pela Webmotors S.A.
- Em 23 de março de 2015, a Santander Participações alienou a totalidade de sua participação nas Sociedades de Propósito Epecífico Gestamp Eólica Serra de Santana S.A., Gestamp Eólica Paraíso S.A., Gestamp Eólica Lanchinha S.A., Gestamp Eólica Seridó S.A. e Gestamp Eólica Lagoa Nova S.A. para a ICG do Brasil S.A., sociedade indiretamente controlada pelo Banco Santander Espanha, pelo montante de R\$120 milhões.
- Em 23 de março de 2015, a Santander Participações alienou a totalidade de sua participação na Santos Energia para a Inversiones Capital Global, S.A., sociedade indiretamente controlada pelo Banco Santander Espanha, pelo montante de R\$127 milhões.
- Em 10 de dezembro de 2014, foi concluída a aquisição pela Webmotors S.A., de 100% do capital social da Virtual Motors Páginas Eletrônicas Ltda.
- Em 7 de março de 2014, foi concluída a aquisição pela sociedade Webmotors S.A., de 100% do capital social da KM Locanet Ltda – ME (Compreauto).
- Em 28 de fevereiro de 2014, o Banco Santander exerceu uma opção de compra para adquirir 97.669 ações ordinárias de emissão da BW Guirapá I S.A., alcançando a totalidade de 252.311 ações representativas do seu capital social.
- Alienação em 22 de novembro de 2013 pelo Banco Santander, de 100% das ações da MS Participações Societárias S.A. pelo valor de R\$47,2 milhões para Capital Riesgo Global, S.C.R. de Regimén Simplificado, S.A., seguida pela alienação em 28 de dezembro de 2013 pela Capital Riesgo Global, S.C.R. de Regimén Simplificado, S.A., desta participação para Elincasiol, S.L.;
- Foi celebrado no dia 21 de junho de 2013 entre a Webmotors e a Carsales.com o Share Subscription Agreement ("Acordo") tendo por objetivo a participação da Carsales no capital social da Webmotors S.A. ("Operação"). Assim, a Carsales.com adquiriu novas ações do capital social da Webmotors S.A., que representam 30% de seu capital total, pelo valor de R\$180 milhões. Essa transação gerou ganho na Santander Serviços de R\$120 milhões referente a variação no percentual de participação no capital da Webmotors S.A. em razão do ingresso da Carsales.com Investments PTY Ltd no seu capital social;

3.2) Eventos Subsequentes**a) Alterações na Legislação Fiscal**

Em 21 de maio de 2015, foi publicada a Medida Provisória 675/2015, que altera a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das instituições financeiras de 15% para 20%, com eficácia a partir de setembro de 2015. A conversão em Lei dessa Medida Provisória está pendente de aprovação pelo Congresso Nacional.

Foi editado o Decreto 8.426/2015 que majorou a alíquota das contribuições sociais do PIS e da Cofins de zero para 0,65% e 4%, respectivamente, aplicável às pessoas jurídicas não financeiras, incidente sobre as receitas financeiras, incluindo aquelas decorrentes de operações de hedge e excluídas as variações cambiais de exportação e passivos cambiais. As novas alíquotas se aplicam no caso das pessoas jurídicas que apuram as referidas contribuições pelo regime não cumulativo e estarão vigentes a partir de 1 de julho de 2015.

b) Acordo para a aquisição, pelo Santander Brasil (Brasil) S.A. e determinadas controladas ("Santander Brasil"), de parte das operações financeiras do Grupo PSA no Brasil e a conseqüente criação de uma joint venture

No dia 24 de julho de 2015, o Banco Santander, no contexto da parceria firmada entre o Banque PSA Finance ("Banque PSA") e o Santander Consumer Finance na Europa para operação conjunta dos negócios de financiamento de veículos das marcas PSA (Peugeot, Citroën e DS), assinou documentos vinculativos para a formação de uma cooperação financeira com o Banque PSA para a oferta de uma gama de produtos e serviços financeiros e securitários aos consumidores e concessionários das marcas PSA no Brasil. O principal veículo da cooperação financeira será o Banco PSA Finance Brasil S.A. que passará a ser detido na proporção de 50% pela Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A., subsidiária do Banco Santander, e 50% pelo Banque PSA. O preço de aquisição será igual ao valor patrimonial (proporcional) na data de fechamento. A operação engloba ainda a aquisição, por meio de subsidiárias do Santander Brasil, de 100% da PSA Finance Arrendamento Mercantil S.A., cujo preço será equivalente a 74% do valor patrimonial na data de fechamento, e, ainda, de 50% da PSA Corretora de Seguros e Serviços Ltda., cujo preço será igual ao valor patrimonial (proporcional) na data de fechamento. A conclusão da operação estará sujeita ao cumprimento de determinadas condições suspensivas usuais em transações similares, incluindo a obtenção das autorizações regulatórias e concorrenciais pertinentes.

4) Estratégia

O Banco Santander é um banco universal com foco no varejo. Temos certeza que o único caminho para crescer de forma recorrente e sustentável é prestando serviços com excelência para aumentar o nível de satisfação e obter mais clientes, mais vinculados. Para isso, a prioridade é ser um banco simples, pessoal e justo. A estratégia do Banco é definida em um cenário de longo prazo, com foco na execução eficiente das seguintes prioridades:

- Aumentar a preferência e a vinculação dos clientes com produtos e serviços segmentados, simples, modernos e eficientes que, através de uma plataforma multicanal, buscam maximizar a satisfação dos clientes;
- Melhorar a recorrência e a sustentabilidade crescendo nos negócios com maior diversificação de receita, considerando um equilíbrio entre crédito, captações e serviços. Ao mesmo tempo, mantendo uma gestão eficiente das despesas e um controle rigoroso dos riscos;
- Ter disciplina de capital e liquidez para conservar a solidez, enfrentar mudanças regulatórias e aproveitar oportunidades de crescimento;
- Aumentar a produtividade através de uma intensa agenda de transformação produtiva que permita oferecer um portfólio completo de serviços.

A estratégia prioriza o crescimento seletivo, a relação próxima e duradoura com os acionistas, e o alinhamento com a agenda de desenvolvimento econômico e social do país. Esta última é desenvolvida com base em um modelo sustentável de expansão do crédito, forte apoio à iniciativa privada e à educação.

O Banco está executando uma agenda de transformação comercial focada na satisfação dos clientes, que inclui a modernização, a melhora da oferta e a simplificação de serviços, produtos e processos. Esta agenda tem como base a oferta múltipla de canais de serviços em conjunto com uma oferta segmentada.

A multicanalidade, através de canais modernos e inovadores, permite ser um banco simples e fácil para atender o número cada vez maior de clientes digitais, que podem se conectar com o banco quando e onde quiserem.

A segmentação do Banco faz com que possa ter um serviço personalizado para cada cliente. Um exemplo recente foi o lançamento do “Santander Negócios e Empresas”, uma solução financeira e não financeira única no mercado para apoiar o crescimento de PMEs. Adicionalmente, a associação com o Banco Bonsucesso acelerou as operações, o que fortalece o negócio consignado.

Buscando ser um banco mais simples e fácil de usar, o Banco lançou o pacote “Boas-vindas”, com o qual o cliente passa a ter facilidade de abrir um pacote de serviços e começar a usar o banco no mesmo dia ou, no máximo, no próximo dia útil (abertura de conta, entrega de cartões e senha no mesmo dia).

Além disso, com a implementação do novo modelo comercial “CERTO”, o Banco melhorou as ferramentas de gestão, o que permite ter um relacionamento mais personalizado com clientes e fornecer soluções de acordo com suas necessidades. Esta agenda também é acompanhada de uma forte mudança cultural. Como resultado, temos hoje um banco com melhores índices de qualidade e clientes mais satisfeitos.

5) Agências de Rating

O Banco Santander é classificado por agências internacionais de rating e as notas atribuídas refletem diversos fatores, incluindo a qualidade de sua administração, seu desempenho operacional e solidez financeira, além de outros fatores relacionados ao setor financeiro e ao ambiente econômico no qual o banco está inserido. A tabela abaixo apresenta os ratings atribuídos pelas principais agências:

RATINGS	Escala Global				Escala Nacional	
	Moeda Local		Moeda Estrangeira		Nacional	
	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo
Fitch Ratings (perspectiva)	BBB+ (estável)	F2	BBB+ (negativa)	F2	AAA (bra) (estável)	F1+ (bra)
Standard & Poor's (perspectiva)	BBB- (negativa)	A-3	BBB- (negativa)	A-3	brAAA (negativa)	brA-1+
Moody's (perspectiva)	Baa2 (negativa)	Prime-2	Baa2 (negativa)	Prime-2	Aaa.br (estável)	Br-1

Ratings atribuídos conforme relatórios publicados pelas Agências de Rating.

6) Governança Corporativa

Em 27 de abril de 2015, o Conselho de Administração aprovou as Demonstrações Financeiras do 1º trimestre de 2015.

Em 28 de abril de 2015, o Conselho de Administração aprovou: (a) o Relatório 20-F; (b) o Relatório Anual de Avaliação dos Riscos Operacionais, da Continuidade de Negócios e do Ambiente de Controles Internos do Banco e suas controladas, contendo as políticas e as estratégias para o gerenciamento de risco operacional referente ao 2º semestre de 2014; (c) o Relatório, as políticas e estratégias para o gerenciamento de risco de mercado, nos termos da Resolução CMN nº 3.464/2007; (d) o Relatório, as políticas e estratégias para o gerenciamento de risco de crédito, nos termos da Resolução CMN nº 3.721/2009; (e) as políticas e estratégias do Banco para assegurar que se mantenham níveis adequados e suficientes de liquidez, bem como o relatório com a descrição da estrutura de gerenciamento do risco de liquidez, nos termos da Resolução CMN nº 4.090/2012; e (f) o Relatório de Descrição da Estrutura de Gerenciamento de Capital, nos termos do art.7º, §1º da Resolução CMN nº 3.988/2011.

Em 28 de maio de 2015, o Conselho de Administração: (a) Aprovou a alteração de competências e de denominação do Comitê de Remuneração e Nomeação e do Comitê de Governança e Sustentabilidade, e respectivas modificações nos Regimentos Internos dos referidos Comitês; (b) Nomeou os membros do Comitê de Remuneração, do Comitê de Governança, Nomeação e Sustentabilidade e do Comitê de Riscos, para um novo mandato; (c) Aprovou a respectiva remuneração anual para o Comitê de Remuneração, Comitê de Governança, Nomeação e Sustentabilidade e Comitê de Riscos; (d) Elegeu os membros da Diretoria Executiva para um novo mandato; e (e) Conheceu a exoneração do Sr. Carlos Alberto López Galán, Diretor Vice-Presidente Executivo do Banco.

Em 29 de junho de 2015, o Conselho de Administração: (a) conheceu o Plano de Living Will; e (b) aprovou a condução do Sr. Jean Pierre Dupui, atual Diretor sem designação específica, ao cargo de Diretor Vice-Presidente Executivo do Banco.

7) Gestão de Riscos

7.1) Governança Corporativa da Função de Riscos

A estrutura dos comitês de Riscos do Banco Santander é definida conforme prudente padrão de gestão de riscos e sempre respeitando o ambiente normativo e regulatório local.

Suas principais atribuições são:

- Integrar e adaptar a cultura de riscos do Banco ao âmbito local, além da estratégia de gestão de riscos, nível de tolerância e predisposição ao risco, previamente aprovados pelo Comitê Executivo e Conselho de Administração.

- Avaliar e aprovar propostas, operações e limites, seja de crédito ou de mercado, de clientes e carteiras;
- Autorizar o uso das ferramentas de gestão, modelos de riscos locais e conhecer o resultado de sua validação interna;
- Manter-se informado, avaliar e seguir quaisquer observações e recomendações que venham a ser periodicamente feitas pelas autoridades de supervisão no cumprimento de suas funções.

A estrutura organizacional da Vice-Presidência Executiva de Riscos, que é independente das áreas comerciais, é composta por núcleos responsáveis pelo gerenciamento do risco de crédito, (segmentada por diretorias que atuam sob o ponto de vista de gestão de portfólios), risco de mercado e riscos não financeiros.

Uma diretoria específica tem como missão consolidar os portfólios e respectivos riscos, subsidiando a direção com a visão integrada. Além dessa atribuição, também é responsável pelo atendimento aos reguladores, auditores externos e internos assim como à matriz do Grupo Santander na Espanha.

Um maior detalhamento da estrutura, metodologias e sistema de controle, relacionados à gestão de riscos, está descrito no relatório disponível no endereço eletrônico www.santander.com.br.

7.2) Estrutura de Gerenciamento de Capital

O objetivo é alcançar uma estrutura de capital eficiente, cumprindo os requerimentos do órgão regulador e contribuindo para atingir as metas de classificação de agências de rating. O gerenciamento de capital inclui securitização, venda de ativos, aumento de capital através da emissão de ações, dívidas subordinadas e instrumentos híbridos, entre outros.

O gerenciamento de riscos procura otimizar a criação de valor no Banco Santander e nas diferentes unidades de negócio. O Banco Santander utiliza um modelo de mensuração do capital econômico com o objetivo de afirmar que tem capital disponível suficiente para suportar os riscos da atividade em diferentes cenários econômicos, com os níveis de solvência acordados pelo Banco Santander Espanha.

Projeções de capital regulatório e econômico são baseadas em projeções financeiras (Balanço Patrimonial, Demonstração dos Resultados, etc.) e em cenários macroeconômicos estimados pelo departamento de pesquisa econômica. Os modelos de capital econômico são essencialmente projetados para gerar estimativas sensíveis ao risco com dois objetivos: mais precisão na gestão de risco e alocação de capital econômico a diversas unidades do Banco Santander.

7.3) Risco de Crédito

O gerenciamento de Riscos de Crédito busca fornecer subsídios à definição de estratégias de acordo com o apetite de riscos, além do estabelecimento de limites, abrangendo a análise de exposição e tendências, bem como a eficácia da política de crédito. O objetivo é manter um perfil de risco e uma adequada rentabilidade mínima que compensem a inadimplência estimada, tanto do cliente como da carteira, conforme definido pelo Comitê Executivo e Conselho de Administração. Adicionalmente, é responsável pelos sistemas de gestão de riscos e aplicados na identificação, mensuração, controle e diminuição da exposição ao risco em operações individuais ou agrupadas por semelhança.

A Gestão de Riscos é especializada em função das características dos clientes, sendo segregada entre clientes individualizados (com acompanhamento de analistas dedicados) e clientes com características similares (estandardizados).

7.4) Risco de Mercado

Risco de mercado é a exposição a fatores de riscos tais como taxas de juros, taxas de câmbio, cotação de mercadorias, preços no mercado de ações e outros valores, em função do tipo de produto, do montante das operações, do prazo, das condições do contrato e da volatilidade subjacente. Na administração dos riscos de mercado, são utilizadas práticas que incluem a medição e o acompanhamento da utilização de limites, previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dos “gaps” de liquidez, entre outras. Isso permite a gestão dos riscos, que podem afetar as posições das carteiras do Banco Santander.

O Banco Santander opera de acordo com as políticas globais, alinhadas aos objetivos locais quanto ao nível de tolerância e predisposição ao risco.

Para isso, desenvolveu seu próprio modelo de Gestão de Riscos, seguindo os seguintes princípios:

- Independência funcional;
- Capacidade executiva sustentada no conhecimento e na proximidade do cliente;
- Alcance global da função (diferentes tipos de riscos);
- Decisões colegiadas, que avaliem todos os cenários possíveis e não comprometam os resultados com decisões individuais, incluindo o Comitê Executivo de Riscos Brasil, que fixa limites e aprova operações e o Comitê Executivo de Ativos e Passivos, que responde pela gestão do capital e riscos estruturais, o que inclui o risco-país, a liquidez e as taxas de juros;
- Gestão e otimização da equação de risco/retorno; e
- Metodologias avançadas de gestão de riscos, como o *Value at Risk* (VaR) (simulação histórica de 521 dias, com um nível de confiança de 99% e horizonte temporal de um dia), cenários, sensibilidade da margem financeira, sensibilidade do valor patrimonial e plano de contingência.

A estrutura de Riscos de Mercado é parte da Vice-Presidência de Riscos de Crédito e Mercado, área independente que aplica as políticas de risco, levando em consideração as definições corporativas locais e globais.

7.5) Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco socioambiental para o Banco de Atacado é realizado através da análise das práticas socioambientais dos clientes que possuem limites ou risco de crédito acima de R\$1 milhão. Essa análise considera itens como terrenos contaminados, desmatamento, condições de trabalho e outros possíveis pontos de atenção socioambiental nos quais há possibilidade de penalidades e perdas. O procedimento é realizado por uma equipe especializada, com formação em Biologia, Engenharia Química, Engenharia de Saúde e Segurança e Geologia e. A equipe de análise financeira considera o potencial de danos e impactos que situações socioambientais desfavoráveis podem causar à condição financeira e às garantias dos clientes. A análise foca em preservar o capital e reputação no mercado e a disseminação da prática é obtida através do treinamento constante das áreas comerciais e de crédito sobre a aplicação de padrões de risco socioambiental no processo de aprovação de crédito para pessoa jurídica no Banco de Atacado.

A Política de Risco Socioambiental do Banco Santander está incluída no âmbito da Política de Responsabilidade Socioambiental do Banco, atendendo à Resolução 4.327 do Banco Central do Brasil.

O gerenciamento de risco socioambiental em fornecedores é realizado ao longo do processo de compras e está fundamentado nos 10 princípios do Pacto Global das Nações Unidas que considera itens como: direitos humanos, condições de trabalho, questões socioambientais e éticas. Para participar de um processo de concorrência, a empresa deve manifestar que respeita estes princípios. Durante a homologação é realizada uma avaliação técnica que inclui critérios sociais e ambientais. Além desta etapa, os fornecedores classificados na categoria de alto impacto, passam por uma avaliação mais detalhada sobre os aspectos operacionais, administrativos financeiros, fiscais, legais, de governança, sociais e ambientais. Esta etapa inclui uma visita para verificar as evidências e respostas fornecidas durante a avaliação.

7.6) Riscos Operacionais, Controles Internos, Lei Sarbanes-Oxley e Auditoria Interna

A área corporativa local, denominada Riscos Não Financeiros, é responsável por implementar o modelo de gestão de Riscos Operacionais e de Controles Internos do Banco Santander. Está subordinada à Vice-Presidência Executiva de Riscos e conta com pessoas, estrutura, normas, metodologias e ferramentas para assegurar a adequação do Modelo de Controle e Gestão.

Atua na prevenção aos riscos operacionais e apoia para o contínuo fortalecimento do sistema de controles internos, atendendo às determinações dos Órgãos Reguladores, Novo Acordo da Basileia – BIS II e exigências da Lei Sarbanes Oxley e as resoluções do Conselho Monetário Nacional. Este Modelo também segue as diretrizes estabelecidas pelo Banco Santander Espanha fundamentadas no COSO – *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission – Internal Control– Integrated Framework 2013*.

A Administração é parte atuante no modelo, reconhecendo, participando e compartilhando a responsabilidade pela melhoria contínua da cultura e estrutura da gestão dos riscos operacionais e tecnológicos e do ambiente de controles internos, visando assegurar o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos, bem como a segurança e qualidade dos produtos e serviços prestados.

O Conselho de Administração do Banco Santander optou pela Abordagem Padronizada Alternativa (ASA) para o cálculo da Parcela do Patrimônio de Referência Exigido (Popr) referente ao risco operacional.

A revisão realizada sobre a eficácia do ambiente de controles internos de 2014, nas empresas do Banco Santander, em cumprimento à seção 404 da Lei Sarbanes-Oxley, foi concluída em 30 de março de 2015 e não identificou qualquer deficiência significativa ou fraqueza material.

Informações adicionais do modelo de gestão encontram-se disponíveis nos relatórios Anual e Social, disponíveis em: www.santander.com.br/ri.

A Auditoria Interna reporta-se diretamente ao Conselho de Administração, sendo o Comitê de Auditoria responsável por sua supervisão.

Tem como objetivo supervisionar o cumprimento, eficácia e eficiência dos sistemas de controle internos, assim como a confiabilidade e qualidade da informação contábil, estando todas as sociedades, unidades de negócio, departamentos e serviços centrais do Conglomerado sob seu escopo de aplicação.

O Comitê de Auditoria e o Conselho de Administração foram informados, respectivamente, sobre os trabalhos a ser realizado pela Auditoria Interna ao longo de 2015, conforme seu plano anual.

O Comitê de Auditoria analisou favoravelmente o plano de trabalho anual da Auditoria Interna e aprovou o relatório de atividades para o ano de 2015.

Para cumprir suas funções e riscos de cobertura inerentes à atividade do Conglomerado, a Auditoria Interna possui um conjunto de ferramentas desenvolvidas internamente e que são atualizadas quando necessário.

Entre elas se destaca a matriz de risco, utilizada como ferramenta de planejamento, priorizando o nível de risco do universo auditável considerando, entre outros, seus riscos inerentes, o último rating de auditoria, o grau de cumprimento das recomendações e sua dimensão.

Além disso, ao menos anualmente, os programas de trabalho são revisados. Esses documentos descrevem os testes de auditoria a serem realizados, para que as exigências sejam cumpridas.

Ao longo dos seis meses decorridos de 2015, foram avaliados os procedimentos de controles internos e controles sobre os sistemas de informação das áreas selecionadas conforme plano de trabalho para 2015, avaliando tanto a eficácia na concepção quanto o seu funcionamento.

8) Pessoas

Quando se fala no crescimento e desenvolvimento do Banco Santander, uma força se destaca: as Pessoas. Ter uma equipe motivada e engajada é um fator decisivo para tornar o Banco Santander no melhor banco para os clientes e a melhor empresa para os profissionais.

Os profissionais são o elo mais forte do Banco com os clientes e por isso, dia após dia, o Banco Santander aprimora suas práticas de gestão, pois sabe que somente com profissionais engajados, motivados, bem capacitados e com pleno desenvolvimento profissional, o Banco irá conseguir ter mais e melhores clientes, satisfeitos e vinculados, orgulhosos de fazer negócios conosco e à marca Santander.

O Banco tem uma equipe talentosa e engajada, sendo mais de 50 mil funcionários só no Brasil. O Banco busca profissionais que gostam de desafios e querem ir cada vez mais longe. Através dos diversos diferenciais de se trabalhar na Organização, oferece apoio e as condições necessárias para que cada um faça seu trabalho cada vez melhor.

- **Um ambiente que incentiva cada um a fazer o melhor pelo cliente:** o Banco Santander incentiva um ambiente dinâmico, desafiador e estimulante, focado em sempre atender às necessidades dos clientes.
- **Um ambiente que valoriza as novas ideias:** a cultura do Banco reforça o valor das novas ideias, por isso se interessa em ouvir as contribuições dos profissionais e estimula-se o pensamento criativo e inovador para, juntos, termos as melhores e mais eficientes soluções.
- **Um ambiente onde todos fazem a diferença:** o Banco reconhece as contribuições e as diferenças individuais, mas, acima de tudo, valoriza o trabalho em equipe, porque tem certeza de que a atuação conjunta contribui para a satisfação dos clientes e para a conquista de melhores resultados.
- **Um ambiente de oportunidades e desenvolvimento:** o Banco reconhece o potencial dos profissionais, por isso oferece oportunidades, investimos no desenvolvimento e oferecemos o apoio necessário para o crescimento profissional e pessoal das Pessoas.

9) Desenvolvimento Sustentável

A estratégia de sustentabilidade do Banco Santander está baseada em três pilares alinhados à estratégia de negócios e à agenda de desenvolvimento do país: (i) Inclusão Social e Financeira; (ii) Educação; e (iii) Negócios Socioambientais. Entre os destaques do segundo trimestre estão: I) o Programa Escola Brasil, que contou com 291 ações voluntárias realizadas por todo o Brasil, algumas com foco em Educação Financeira para escolas públicas; II) a bem sucedida auditoria do Bacen com relação à implantação da nova Política de Responsabilidade Socioambiental que está ampliando a incorporação da sustentabilidade nas análises e processos decisórios da organização; III) R\$ 45,9 milhões em negócios socioambientais, totalizando R\$ 140,8 milhões no semestre; IV) O Sustentabilidade Pra Todo Lado, que é uma ação de engajamento interno com o objetivo de avançar no tema da sustentabilidade e reforçar a percepção e o orgulho da atuação do Banco neste tema. Este ano o Banco realizou sua 4ª edição, com a participação de 10.623 funcionários.

10) Auditoria Independente

O Banco Santander tem como política restringir os serviços prestados por seus auditores independentes, de forma a preservar a independência e a objetividade do auditor, em consonância com as normas brasileiras e internacionais, a qual prevê, inclusive, a necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco.

Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários 381/2003, informa que no período findo de 30 de junho de 2015, não foram contratados da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes serviços não relacionados à auditoria externa que tenham superado 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa. Os serviços prestados não relacionados aos serviços de auditoria independente no período findo em 30 de junho de 2015, foram:

Data da contratação	Descrição dos serviços prestados
23/03/2015	Asseguração sobre a seleção de clientes elegíveis e respectiva distribuição de cupons conforme regulamento da promoção "Santander Copa América"
17/03/2015	Revisão das normas do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS)
29/05/2015	Asseguração da seleção de clientes elegíveis e respectiva distribuição de cupons para participação do sorteio " Vale a Pena ser Digital "
13/02/2015	Revisão de procedimentos fiscais

Ademais, o Banco confirma que a Deloitte dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria externa. Referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais; e (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. A aceitação e prestação de serviços profissionais não relacionados à auditoria externa durante o período findo em 30 de junho de 2015, não afetou a independência e objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados no Banco Santander e demais entidades do Grupo, uma vez que os princípios acima indicados foram observados.

**O Conselho de Administração
A Diretoria Executiva**

(Aprovado na Reunião do Conselho de Administração de 29/07/2015).

Banco Santander (Brasil) S.A.

*Demonstrações Financeiras Individuais e
Consolidadas Referentes ao Semestre
Findo em 30 de Junho de 2015 e
Relatório dos Auditores Independentes*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas do
Banco Santander (Brasil) S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A. (“Banco”), suas controladas e entidades de propósito específico (“Consolidado”), que compreendem os balanços patrimoniais em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido (Banco) e dos fluxos de caixa referentes ao semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

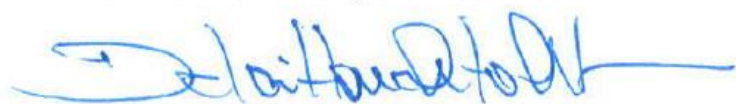
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada do Banco Santander (Brasil) S.A., em 30 de junho de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos

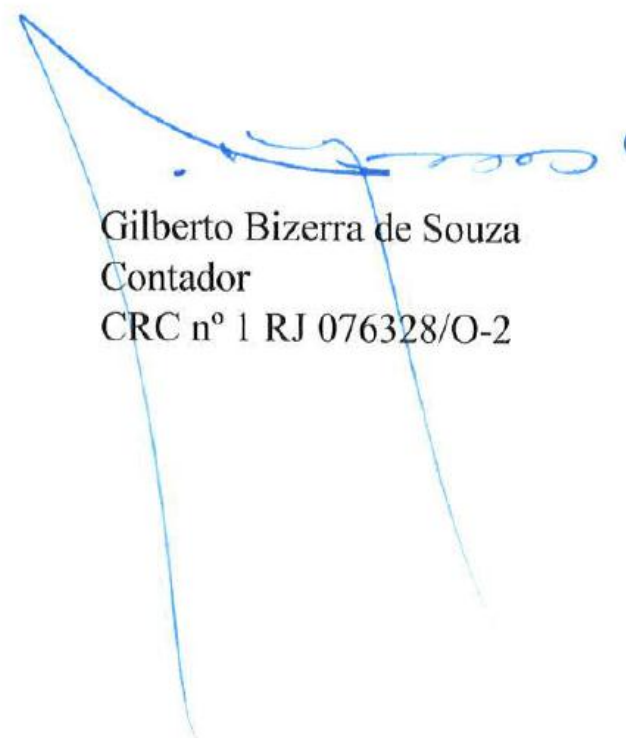
Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado, individual e consolidada, para o semestre findo em 30 de junho de 2015, preparada sob a responsabilidade da Administração do Banco, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 29 de julho de 2015



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Gilberto Bizerra de Souza
Contador
CRC nº 1 RJ 076328/O-2

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota Explicativa	30/06/2015	Banco 30/06/2014	30/06/2015	Consolidado 30/06/2014
Ativo Circulante		360.577.717	282.392.291	370.859.101	289.582.370
Disponibilidades	4	4.420.394	4.670.666	5.524.600	5.004.702
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	74.891.601	51.287.476	56.738.776	32.447.494
Aplicações no Mercado Aberto		32.449.344	21.114.874	32.451.542	21.114.874
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		20.313.319	21.524.924	2.158.296	2.684.942
Aplicações em Moedas Estrangeiras		22.128.938	8.647.678	22.128.938	8.647.678
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos					
Financeiros Derivativos	6	54.743.253	55.510.050	56.739.157	57.801.692
Carteira Própria		11.705.107	17.031.870	11.970.383	27.116.329
Vinculados a Compromissos de Recompra		37.729.473	32.110.415	35.712.433	22.305.279
Instrumentos Financeiros Derivativos		4.715.817	1.701.187	5.870.387	1.848.813
Vinculados ao Banco Central		512.835	2.348.025	512.835	2.449.917
Moedas de Privatização		451	67	451	67
Vinculados à Prestação de Garantias		79.570	2.318.486	2.672.668	4.081.287
Relações Interfinanceiras	7	34.331.939	44.923.455	34.521.604	45.166.100
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar		1.782.228	2.623.148	1.782.228	2.623.148
Créditos Vinculados:		32.498.626	42.237.114	32.688.291	42.479.759
Depósitos no Banco Central		32.497.435	42.230.158	32.687.100	42.472.803
SFH - Sistema Financeiro da Habitação		1.191	6.956	1.191	6.956
Correspondentes		51.085	63.193	51.085	63.193
Operações de Crédito	8	88.322.536	53.838.920	108.162.890	71.887.209
Setor Público		48.716	44.611	49.639	44.611
Setor Privado		91.188.981	56.367.489	111.491.435	74.916.317
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão		2.079	9.510	2.079	9.510
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	8.f	(2.917.240)	(2.582.690)	(3.380.263)	(3.083.229)
Operações de Arrendamento Mercantil	8	13	1.047	1.650.504	1.913.110
Setor Público		-	-	493	2.379
Setor Privado		16	1.131	1.678.608	1.956.016
(Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa)	8.f	(3)	(84)	(28.597)	(45.285)
Outros Créditos		102.725.302	71.402.679	106.030.774	74.434.605
Créditos por Avais e Fianças Honrados		1.005	769	1.005	769
Carteira de Câmbio	9	59.984.057	39.164.788	59.984.057	39.164.788
Rendas a Receber		815.411	510.603	550.601	516.490
Negociação e Intermediação de Valores	10	1.845.632	549.252	2.009.650	662.356
Créditos Tributários	11	6.426.849	4.305.789	7.195.312	4.964.746
Diversos	12	33.927.891	26.971.565	36.597.522	29.257.166
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	8.f	(275.543)	(100.087)	(307.373)	(131.710)
Outros Valores e Bens		1.142.679	757.998	1.490.796	927.458
Ativos Não-Correntes Mantidos para Venda	13	-	-	181.848	-
Outros Valores e Bens		644.044	456.248	646.064	461.986
(Provisões para Desvalorizações)		(49.934)	(49.385)	(49.946)	(51.482)
Despesas Antecipadas		548.569	351.135	712.830	516.954

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota Explicativa	30/06/2015	Banco 30/06/2014	30/06/2015	Consolidado 30/06/2014
Ativo Realizável a Longo Prazo		250.401.735	215.158.715	220.409.482	187.166.917
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	12.667.741	10.060.692	111.342	54.090
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		12.667.741	10.060.692	111.342	54.090
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos					
Financeiros Derivativos	6	128.692.670	87.099.725	89.160.585	46.060.094
Carteira Própria		14.352.259	12.492.936	26.432.989	10.435.947
Vinculados a Compromissos de Recompra		87.827.274	59.708.179	34.824.037	20.077.226
Instrumentos Financeiros Derivativos		7.184.353	3.996.529	7.165.995	4.052.895
Vinculados ao Banco Central		9.025.477	5.709.004	9.477.943	5.709.004
Moedas de Privatização		2.574	2.776	2.574	2.776
Vinculados à Prestação de Garantias		10.300.733	5.190.301	11.257.047	5.782.246
Relações Interfinanceiras	7	167.818	161.576	167.818	161.576
Créditos Vinculados:		167.818	161.576	167.818	161.576
SFH - Sistema Financeiro da Habitação		167.818	161.576	167.818	161.576
Operações de Crédito	8	79.135.873	93.098.153	94.508.490	109.059.678
Setor Público		77.563	63.426	77.885	63.426
Setor Privado		89.618.201	103.328.462	105.495.804	119.949.661
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão		117	5.443	117	5.443
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	8.f	(10.560.008)	(10.299.178)	(11.065.316)	(10.958.852)
Operações de Arrendamento Mercantil	8	13	134	1.465.947	1.608.728
Setor Público		-	-	-	422
Setor Privado		22	390	1.507.623	1.670.735
(Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa)	8.f	(9)	(256)	(41.676)	(62.429)
Outros Créditos		29.056.151	24.211.579	34.036.711	29.266.834
Créditos por Avais e Fianças Honrados		25.145	40.014	25.145	40.014
Carteira de Câmbio	9	938.936	233.334	938.936	233.334
Rendas a Receber		294.933	230.552	294.933	230.552
Negociação e Intermediação de Valores	10	3	9.502	3	9.502
Créditos Tributários	11	14.342.327	12.744.582	16.113.030	14.721.054
Diversos	12	13.651.277	11.260.154	16.921.294	14.406.561
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	8.f	(196.470)	(306.559)	(256.630)	(374.183)
Outros Valores e Bens		681.469	526.856	958.589	955.917
Investimentos Temporários		101.801	1.801	101.809	1.809
(Provisões para Perdas)		(1.765)	(1.765)	(1.773)	(1.773)
Despesas Antecipadas		581.433	526.820	858.553	955.881
Permanente		29.303.806	30.836.644	14.020.928	17.450.745
Investimentos		17.173.267	13.921.370	37.584	49.731
Participações em Coligadas e Controladas:	15	17.154.977	13.903.248	18.959	25.744
No País		14.447.460	11.591.216	18.959	25.744
No Exterior		2.707.517	2.312.032	-	-
Outros Investimentos		50.848	49.892	56.839	61.413
(Provisões para Perdas)		(32.558)	(31.770)	(38.214)	(37.426)
Imobilizado de Uso	16	6.272.019	6.202.753	6.707.408	6.363.450
Imóveis de Uso		2.547.196	2.460.719	2.653.309	2.469.326
Outras Imobilizações de Uso		9.940.282	9.154.518	11.017.553	9.487.240
(Depreciações Acumuladas)		(6.215.459)	(5.412.484)	(6.963.454)	(5.593.116)
Intangível	17	5.858.520	10.712.521	7.275.936	11.037.564
Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas		26.120.037	26.020.084	27.527.244	26.276.031
Outros Ativos Intangíveis		6.561.783	6.880.264	6.940.336	7.042.233
(Amortizações Acumuladas)		(26.823.300)	(22.187.827)	(27.191.644)	(22.280.700)
Total do Ativo		640.283.258	528.387.650	605.289.511	494.200.032

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota		Banco		Consolidado
	Explicativa	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
Passivo Circulante		383.543.728	321.174.417	341.287.937	278.667.120
Depósitos	18.a	114.114.117	116.670.596	91.383.623	83.836.786
Depósitos à Vista		14.928.055	14.959.503	14.842.319	14.634.502
Depósitos de Poupança		36.595.391	35.778.901	36.595.391	35.778.901
Depósitos Interfinanceiros		23.117.139	35.053.203	572.277	2.725.089
Depósitos a Prazo		39.473.532	30.878.989	39.373.636	30.698.294
Captações no Mercado Aberto	18.b	104.200.690	67.870.928	76.642.164	52.510.227
Carteira Própria		89.001.221	64.625.647	69.442.687	49.964.943
Carteira de Terceiros		14.299.986	2.999.995	6.299.994	2.299.998
Carteira de Livre Movimentação		899.483	245.286	899.483	245.286
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	18.c	43.386.039	46.108.814	45.540.898	47.763.584
Recursos de Aceites Cambiais		-	-	554.021	564.156
Recursos de Debêntures		-	-	-	368.513
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		35.132.001	42.172.299	36.732.839	42.894.400
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior		7.789.314	3.775.536	7.789.314	3.775.536
Certificados de Operações Estruturadas		464.724	160.979	464.724	160.979
Relações Interfinanceiras	7	1.573.489	2.492.149	1.573.489	2.492.149
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar		1.536.121	2.458.360	1.536.121	2.458.360
Correspondentes		37.368	33.789	37.368	33.789
Relações Interdependências		2.229.046	1.509.361	2.229.091	1.509.361
Recursos em Trânsito de Terceiros		2.228.915	1.508.702	2.228.915	1.508.702
Transferências Internas de Recursos		131	659	176	659
Obrigações por Empréstimos	18.e	26.551.582	16.785.447	26.628.776	16.800.428
Empréstimos no País - Outras Instituições		5.551	39.457	82.572	54.438
Empréstimos no Exterior		26.546.031	16.745.990	26.546.204	16.745.990
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	18.e	5.631.288	3.830.907	5.631.288	3.830.907
Tesouro Nacional		522	627	522	627
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)		2.563.032	1.606.531	2.563.032	1.606.531
Caixa Econômica Federal (CEF)		4.549	4.435	4.549	4.435
Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME)		2.929.869	2.140.184	2.929.869	2.140.184
Outras Instituições		133.316	79.130	133.316	79.130
Obrigações por Repasses do Exterior	18.e	-	9.348	-	9.348
Repasses do Exterior		-	9.348	-	9.348
Instrumentos Financeiros Derivativos	6	5.839.985	1.224.085	6.518.229	1.345.207
Instrumentos Financeiros Derivativos		5.839.985	1.224.085	6.518.229	1.345.207
Outras Obrigações		80.017.492	64.672.782	85.140.379	68.569.123
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		1.143.607	1.065.025	1.158.971	1.071.970
Carteira de Câmbio	9	54.197.384	34.939.608	54.197.384	34.939.608
Sociais e Estatutárias		363.125	871.188	376.214	881.833
Fiscais e Previdenciárias	19	1.201.740	1.395.076	1.758.853	1.968.035
Negociação e Intermediação de Valores	10	186.644	551.388	527.359	1.113.035
Dívidas Subordinadas	20	-	2.146.690	-	2.146.690
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	21	171.529	121.766	171.529	121.766
Diversas	22	22.753.463	23.582.041	26.950.069	26.326.186

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota		Banco		Consolidado
	Explicativa	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
Passivo Exigível a Longo Prazo		194.604.120	148.882.035	199.944.738	156.197.476
Depósitos	18.a	52.922.393	49.730.160	52.403.833	50.281.006
Depósitos Interfinanceiros		2.759.847	688.503	2.435.863	1.447.383
Depósitos a Prazo		50.162.546	49.041.657	49.967.970	48.833.623
Captações no Mercado Aberto	18.b	50.521.408	37.546.063	49.576.203	37.435.219
Carteira Própria		35.647.061	26.794.076	34.701.856	26.683.232
Carteira de Livre Movimentação		14.874.347	10.751.987	14.874.347	10.751.987
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	18.c	42.770.440	19.156.593	44.955.500	21.975.123
Recursos de Aceites Cambiais		-	-	433.632	476.151
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		38.644.963	10.322.977	40.396.391	12.665.356
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior		4.120.366	8.833.616	4.120.366	8.833.616
Certificados de Operações Estruturadas		5.111	-	5.111	-
Obrigações por Empréstimos	18.e	2.938.000	1.330.152	2.938.000	1.330.152
Empréstimos no País - Outras Instituições		6.461	11.606	6.461	11.606
Empréstimos no Exterior		2.931.539	1.318.546	2.931.539	1.318.546
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	18.e	10.105.749	9.111.697	10.105.749	9.111.697
Tesouro Nacional		-	104	-	104
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)		4.253.708	4.385.754	4.253.708	4.385.754
Caixa Econômica Federal (CEF)		108.102	105.149	108.102	105.149
Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME)		5.716.378	4.618.656	5.716.378	4.618.656
Outras Instituições		27.561	2.034	27.561	2.034
Instrumentos Financeiros Derivativos	6	5.620.640	2.954.061	6.158.016	3.127.013
Instrumentos Financeiros Derivativos		5.620.640	2.954.061	6.158.016	3.127.013
Outras Obrigações		29.725.490	29.053.309	33.807.437	32.937.266
Carteira de Câmbio	9	795.834	149.924	795.834	149.924
Fiscais e Previdenciárias	19	5.688.698	12.026.139	9.017.083	15.246.047
Negociação e Intermediação de Valores	10	62.753	68.314	62.753	68.314
Dívidas Subordinadas	20	7.546.449	6.701.967	7.546.449	6.701.967
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	21	7.742.306	5.496.174	7.742.306	5.496.174
Diversas	22	7.889.450	4.610.791	8.643.012	5.274.840
Resultados de Exercícios Futuros		401.854	323.214	418.601	335.155
Resultados de Exercícios Futuros		401.854	323.214	418.601	335.155
Participação dos Acionistas Minoritários		-	-	1.906.282	997.454
Patrimônio Líquido	24	61.733.556	58.007.984	61.731.953	58.002.827
Capital Social:		57.000.000	57.000.000	57.000.000	57.000.000
De Domiciliados no País		4.808.186	4.808.186	4.808.186	4.808.186
De Domiciliados no Exterior		52.191.814	52.191.814	52.191.814	52.191.814
Reservas de Capital		722.153	637.513	724.768	638.322
Reservas de Lucros		6.598.190	1.901.894	6.598.190	1.863.973
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(2.099.588)	(1.179.430)	(2.120.302)	(1.175.826)
Lucros Acumulados		-	-	16.496	28.351
(-) Ações em Tesouraria		(487.199)	(351.993)	(487.199)	(351.993)
Total do Patrimônio Líquido		61.733.556	58.007.984	63.638.235	59.000.281
Total do Passivo		640.283.258	528.387.650	605.289.511	494.200.032

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	01/01 a	Banco	01/01 a	Consolidado
	Explicativa	30/06/2015	01/01 a	01/01 a	01/01 a
			30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
Receitas da Intermediação Financeira		35.882.587	27.337.913	35.321.464	27.756.305
Operações de Crédito		21.498.440	14.468.868	25.150.041	17.688.185
Operações de Arrendamento Mercantil		-	-	236.780	254.091
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	6.a	15.292.772	9.659.913	10.768.739	6.544.526
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos		(1.764.043)	646.685	(1.717.910)	688.975
Resultado de Operações com Câmbio		(667.001)	870.444	(651.307)	870.444
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros		15.452	5.880	16.465	12.419
Resultado das Aplicações Compulsórias		1.506.967	1.686.123	1.518.656	1.697.665
Despesas da Intermediação Financeira		(31.507.599)	(18.930.769)	(29.616.114)	(18.001.122)
Operações de Captação no Mercado	18.d	(22.579.865)	(14.593.000)	(19.961.196)	(12.753.881)
Operações de Empréstimos e Repasses		(3.183.571)	932.778	(3.330.690)	796.537
Operações de Arrendamento Mercantil		(62)	(566)	-	-
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.f	(5.744.101)	(5.269.981)	(6.324.228)	(6.043.778)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		4.374.988	8.407.144	5.705.350	9.755.183
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(97.332)	(5.948.421)	(1.179.868)	(6.877.534)
Receitas de Prestação de Serviços	27	3.744.509	3.503.782	4.340.960	3.900.174
Rendas de Tarifas Bancárias	27	1.129.431	1.174.921	1.397.238	1.415.692
Despesas de Pessoal	28	(2.965.172)	(2.820.959)	(3.290.748)	(2.994.435)
Outras Despesas Administrativas	29	(5.912.316)	(5.990.082)	(6.479.483)	(6.277.165)
Despesas Tributárias	30	(830.363)	(1.437.508)	(1.122.858)	(1.672.476)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	15	739.722	587.421	846	291
Outras Receitas Operacionais	31	8.581.101	1.220.831	8.574.742	1.247.433
Outras Despesas Operacionais	32	(4.584.244)	(2.186.827)	(4.600.565)	(2.497.048)
Resultado Operacional		4.277.656	2.458.723	4.525.482	2.877.649
Resultado não Operacional	33	88.212	46.738	117.224	45.396
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações		4.365.868	2.505.461	4.642.706	2.923.045
Imposto de Renda e Contribuição Social	34	766.548	(939.972)	523.264	(1.240.905)
Provisão para Imposto de Renda		(45.974)	(528.256)	(331.981)	(743.211)
Provisão para Contribuição Social		(14.721)	(297.721)	(186.956)	(451.237)
Ativo Fiscal Diferido		827.243	(113.995)	1.042.201	(46.457)
Participações no Lucro		(488.431)	(524.896)	(532.534)	(552.810)
Participações dos Acionistas Minoritários		-	-	(68.696)	(83.408)
Lucro Líquido		4.643.985	1.040.593	4.564.740	1.045.922
Nº de Ações (Mil)	24.a	7.541.480	7.550.148		
Lucro Líquido por Lote de Mil Ações (em R\$)		615,79	137,82		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota Explicativa	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial			Lucros Acumulados	(-) Ações em Tesouraria	Total
				Reserva Legal	Reserva para Equalização de Dividendos	Próprios	Coligadas e Controladas	Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial			
Saldos em 31 de Dezembro de 2013		62.828.201	827.496	1.381.494	99.807	(560.497)	(127.177)	(1.332.264)	-	(291.707)	62.825.353
Plano de Benefícios a Funcionários		-	-	-	-	-	-	1.772	-	-	1.772
Ações em Tesouraria	24.d	-	-	-	-	-	-	-	-	(60.266)	(60.266)
Resultado de Ações em Tesouraria	24.d	-	(5.360)	-	-	-	-	-	-	-	(5.360)
Reservas para Pagamento Baseado em Ações	35.f	-	689	-	-	-	-	-	-	-	689
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-	-	-	792.962	45.774	-	-	-	838.736
Dividendos com base na Reserva para Equalização de Dividendos	24.b	-	-	-	(99.807)	-	-	-	-	-	(99.807)
Reestruturação do Capital	24.d & f	(5.828.201)	(185.312)	-	-	-	-	-	-	(20)	(6.013.533)
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	-	-	1.040.593	-	1.040.593
Destinações:											
Reserva Legal		-	-	52.030	-	-	-	-	(52.030)	-	-
Dividendos	24.b	-	-	-	-	-	-	-	(520.193)	-	(520.193)
Reserva para Equalização de Dividendos	24.c	-	-	-	468.370	-	-	-	(468.370)	-	-
Saldos em 30 de Junho de 2014		57.000.000	637.513	1.433.524	468.370	232.465	(81.403)	(1.330.492)	-	(351.993)	58.007.984
Saldos em 31 de Dezembro de 2014		57.000.000	548.164	1.489.139	615.066	117.875	(118.161)	(1.881.352)	-	(445.501)	57.325.230
Plano de Benefícios a Funcionários		-	-	-	-	-	-	228.995	-	-	228.995
Ações em Tesouraria	24.d	-	-	-	-	-	-	-	-	(41.673)	(41.673)
Resultado de Ações em Tesouraria	24.d	-	(3.918)	-	-	-	-	-	-	-	(3.918)
Reservas para Pagamento Baseado em Ações	35.f	-	177.907	-	-	-	-	-	-	-	177.907
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		-	-	-	-	(429.816)	(17.129)	-	-	-	(446.945)
Reestruturação do Capital	24.d & f	-	-	-	-	-	-	-	-	(25)	(25)
Lucro Líquido		-	-	-	-	-	-	-	4.643.985	-	4.643.985
Destinações:											
Reserva Legal		-	-	232.199	-	-	-	-	(232.199)	-	-
Dividendos	24.b	-	-	-	-	-	-	-	(150.000)	-	(150.000)
Reserva para Equalização de Dividendos	24.c	-	-	-	4.261.786	-	-	-	(4.261.786)	-	-
Saldos em 30 de Junho de 2015		57.000.000	722.153	1.721.338	4.876.852	(311.941)	(135.290)	(1.652.357)	-	(487.199)	61.733.556

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota Explicativa	01/01 a 30/06/2015	Banco 01/01 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2015	Consolidado 01/01 a 30/06/2014
Atividades Operacionais					
Lucro Líquido		4.643.985	1.040.593	4.564.740	1.045.922
Ajustes ao Lucro Líquido		1.864.881	9.767.876	3.561.280	11.096.292
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.f	5.744.101	5.269.981	6.324.228	6.043.778
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais		(5.712.581)	2.067.676	(5.360.677)	2.406.693
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		(990.323)	212.715	(1.247.279)	(23.787)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	15	(739.722)	(587.421)	(846)	(291)
Depreciações e Amortizações	29	2.831.673	2.679.011	2.999.238	2.704.523
Constituição (Reversão) de Provisão para Perdas em Outros Valores e Bens	33	533	(958)	420	(1.034)
Resultado na Alienação de Valores e Bens	33	(32.996)	(28.919)	(33.616)	(29.551)
Resultado na Avaliação do Valor Recuperável	32	900.003	1.271	901.479	1.271
Resultado de Investimentos	33	(34.404)	-	(59.928)	43
Outros		(101.403)	154.520	38.261	(5.353)
Variações em Ativos e Passivos		(7.661.245)	(24.268.115)	(8.376.920)	(26.377.465)
Redução (Aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		(12.331.589)	(2.666.032)	(10.018.064)	(3.117.710)
Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		(5.752.416)	(31.902.927)	(9.653.589)	(25.752.095)
Redução (Aumento) em Operações de Crédito e Operações de Arrendamento Mercantil		(14.525.545)	(4.443.436)	(14.149.792)	(5.526.231)
Redução (Aumento) em Depósitos no Banco Central		(2.592.531)	2.893.786	(2.585.794)	(6.854.009)
Redução (Aumento) em Outros Créditos		26.303.040	8.273.433	27.038.744	7.984.578
Redução (Aumento) em Outros Valores e Bens		(274.155)	(15.023)	(196.637)	57.187
Varição Líquida em Outras Relações Interfinanceiras e Interdependências		(684.295)	(11.209.407)	(684.295)	(1.472.629)
Aumento (Redução) em Depósitos		7.990.312	15.940.975	(739.447)	(95.315)
Aumento (Redução) em Captações no Mercado Aberto		8.175.400	2.994.470	15.865.619	11.483.356
Aumento (Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses		5.380.697	876.479	5.246.470	1.331.331
Aumento (Redução) em Outras Obrigações		(19.357.525)	(5.030.641)	(18.211.197)	(4.105.931)
Aumento (Redução) em Resultados de Exercícios Futuros		7.362	20.208	9.675	26.972
Imposto Pago		-	-	(298.613)	(336.969)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades Operacionais		(1.152.379)	(13.459.646)	(250.900)	(14.235.251)
Atividades de Investimento					
Aquisição de Investimentos		(149.527)	(94.093)	(528)	(2.485)
Aquisição de Imobilizado de Uso		(177.746)	(194.157)	(219.259)	(222.356)
Aplicações no Intangível		(294.728)	(219.672)	(427.055)	(243.939)
Caixa Líquido Recebido na Alienação de Investimentos	15	84	6.303	84	6.261
Aquisição de Controlada, menos Caixa Líquido na Aquisição	15	-	-	443	-
Alienação de Bens não de Uso Próprio		16.577	62.878	24.543	63.895
Alienação de Imobilizado de Uso		32.064	8.320	(13.658)	2.063
Alienação de Ativos Não-Correntes Mantidos para Venda		-	-	281.240	-
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos		539.144	320.966	2.342	11.550
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Investimento		(34.132)	(109.455)	(351.848)	(385.011)
Atividades de Financiamento					
Reestruturação do Capital	24.f	-	(6.000.000)	-	(6.000.000)
Emissão de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	24.f	-	6.000.000	-	6.000.000
Aquisição de Ações de Emissão Própria	24.d & f	(41.698)	(73.799)	(41.698)	(73.799)
Pagamento Baseado em Ações		-	-	-	-
Emissões de Obrigações de Longo Prazo		46.447.008	22.949.639	47.143.751	23.680.649
Pagamentos de Obrigações de Longo Prazo		(37.751.573)	(25.140.715)	(38.701.697)	(25.720.284)
Pagamentos de Dívidas Subordinadas		(216.074)	(509.836)	(216.074)	(509.836)
Pagamentos de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital		(169.120)	(60.331)	(169.120)	(60.331)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos		(834.922)	(1.453.723)	(815.669)	(1.458.413)
Aumento (Redução) em Participação dos Minoritários		-	-	764.862	10.010
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Financiamento		7.433.621	(4.288.765)	7.964.355	(4.132.004)
Aumento (Redução) Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa		6.247.110	(17.857.866)	7.361.607	(18.752.266)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	4	23.412.024	36.803.310	23.401.733	38.031.746
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	4	29.659.134	18.945.444	30.763.340	19.279.480

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota Explicativa	01/01 a 30/06/2015	Banco 01/01 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2015	Consolidado 01/01 a 30/06/2014				
Receitas da Intermediação Financeira		35.882.587	27.337.913	35.321.464	27.756.305				
Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas									
Bancárias	27	4.873.940	4.678.703	5.738.198	5.315.866				
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.f	(5.744.101)	(5.269.981)	(6.324.228)	(6.043.778)				
Outras Receitas e Despesas		5.812.315	(917.987)	6.035.081	(1.202.948)				
Despesas da Intermediação Financeira		(25.763.498)	(13.660.788)	(23.291.886)	(11.957.344)				
Insumos de Terceiros		(3.639.950)	(2.962.495)	(4.018.520)	(3.209.368)				
Material, Energia e Outros		(140.444)	(121.426)	(144.872)	(122.469)				
Serviços de Terceiros	29	(914.332)	(1.023.114)	(1.055.600)	(1.152.905)				
Perda/Recuperação de Valores Ativos	32	(900.003)	(1.271)	(901.479)	(1.271)				
Outros		(1.685.171)	(1.816.684)	(1.916.569)	(1.932.723)				
Valor Adicionado Bruto		11.421.293	9.205.365	13.460.109	10.658.733				
Retenções									
Depreciações e Amortizações	29	(2.831.673)	(2.679.011)	(2.999.238)	(2.704.523)				
Valor Adicionado Líquido Produzido		8.589.620	6.526.354	10.460.871	7.954.210				
Valor Adicionado Recebido em Transferência									
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	15	739.722	587.421	846	291				
Valor Adicionado Total a Distribuir		9.329.342	7.113.775	10.461.717	7.954.501				
Distribuição do Valor Adicionado									
Pessoal		3.027.307	32,3%	2.935.482	41,3%	3.350.907	32,0%	3.112.748	39,1%
Remuneração	28	1.643.405		1.638.447		1.845.905		1.738.807	
Benefícios	28	589.497		544.057		641.531		578.467	
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)		161.544		157.786		178.415		166.441	
Outras		632.861		595.192		685.056		629.033	
Impostos, Taxas e Contribuições		1.317.354	14,2%	2.787.853	39,2%	2.114.170	20,2%	3.347.878	42,1%
Federais		1.106.702		2.588.209		1.866.697		3.118.093	
Estaduais		357		602		611		604	
Municipais		210.295		199.042		246.862		229.181	
Remuneração do Capital de Terceiros - Aluguéis	29	340.696	3,7%	349.847	4,9%	363.204	3,5%	364.545	4,6%
Remuneração de Capitais Próprios		4.643.985	49,8%	1.040.593	14,6%	4.633.436	44,3%	1.129.330	14,2%
Dividendos	24.b	150.000		520.193		150.000		520.193	
Reinvestimentos de Lucros		4.493.985		520.400		4.414.740		525.729	
Resultado das Participações dos Acionistas Minoritários		-		-		68.696		83.408	
Total		9.329.342	100,0%	7.113.775	100,0%	10.461.717	100,0%	7.954.501	100,0%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto Operacional

O Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Banco), controlado direta e indiretamente pelo Banco Santander, S.A., com sede na Espanha (Banco Santander Espanha), é a instituição líder dos Conglomerados Financeiro e Econômico-Financeiro (Conglomerado Santander) perante o Banco Central do Brasil (Bacen), constituído na forma de sociedade anônima, domiciliado na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041 e 2235 - Bloco A - Vila Olímpia - São Paulo - SP. Opera como banco múltiplo e desenvolve suas operações por intermédio das carteiras comercial, de investimento, de crédito e financiamento, de crédito imobiliário, de arrendamento mercantil, operações de cartões de crédito e de câmbio. Através de empresas controladas, atua também nos mercados de arrendamento mercantil, administração de consórcios e corretagem de valores mobiliários, corretagem de seguros, capitalização e previdência privada. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente nos mercados financeiros e de capitais.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras do Banco Santander, que inclui sua dependência no exterior (Banco) e as demonstrações consolidadas (Consolidado), foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Bacen e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen. As demonstrações financeiras consolidadas incluem o Banco e suas empresas coligadas e controladas indicadas na Nota 15, a Entidade de Propósito Específico - Brazil Foreign Diversified Payment Right's Finance Company (Brazil Foreign) e os fundos de investimentos, onde as empresas do Conglomerado Santander são as principais beneficiárias ou detentoras das principais obrigações. As carteiras desses fundos de investimentos estão classificadas por tipo de operação e estão distribuídos nas mesmas categorias em que originalmente foram alocados.

A Brazil Foreign foi encerrada no dia 27 de abril de 2015, de acordo com o *Certificate of Dissolution* emitida pela *Registrar of Companies* das Ilhas Cayman em 29 de janeiro de 2015.

Fundos de Investimentos Consolidados

- Santander Fundo de Investimento Amazonas Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Amazonas);
- Santander Fundo de Investimento Diamantina Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Diamantina);
- Santander Fundo de Investimento Guarujá Multimercado Crédito Privado de Investimento no Exterior (Santander FI Guarujá);
- Santander Fundo de Investimento Unix Multimercado Crédito Privado (Santander FI Unix);
- Santander Fundo de Investimento Capitalization Renda Fixa (Santander FI Capitalization);
- Santander Fundo de Investimento SBAC Referenciado DI Crédito Privado (Santander FI SBAC);
- Santander FIC FI Contract I Referenciado DI (Santander FIC FI Contract);
- Santander Paraty QIF PLC (Santander Paraty);
- Santander Fundo de Investimento Financeiro Curto Prazo (Santander FI Financeiro);
- Venda de Veículos Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (Venda de Veículos FIDC) ⁽¹⁾; e
- Fundo de Investimento em Direitos Creditórios RCI Brasil I - Financiamento de Veículos (FI Direitos Creditórios RCI Brasil I) ⁽²⁾.

(1) A Renault montadora (entidade não pertencente ao Conglomerado Santander) vende suas duplicatas (recebíveis referentes aos automóveis faturados para as concessionárias da montadora) ao Fundo. Este Fundo compra exclusivamente duplicatas da Renault montadora. Por sua vez, a Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil (CFI RCI Brasil) detém 100% das suas cotas subordinadas. Este Fundo foi constituído e passou a ser consolidado em maio de 2015.

(2) A empresa CFI RCI Brasil (empresa pertencente ao Conglomerado Santander) vende sua carteira do produto "floorplan" ao Fundo, bem como detém 100% das suas cotas subordinadas. Este Fundo compra exclusivamente operações de crédito da CFI RCI Brasil. Este Fundo foi constituído e passou a ser consolidado em junho de 2015.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foram eliminadas as participações societárias, os saldos relevantes a receber e a pagar, as receitas e despesas decorrentes de transações entre dependências no país, dependência no exterior e controladas, os resultados não realizados entre essas empresas e destacada a participação dos acionistas minoritários no patrimônio líquido e no resultado. Os componentes das contas patrimoniais e de resultado das sociedades controladas em conjunto foram consolidados nas respectivas proporções da participação no capital social da controlada.

As informações das operações de arrendamento mercantil foram reclassificadas, com o objetivo de refletir sua posição financeira em conformidade com o método financeiro.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.

As demonstrações financeiras do período findo em 30 de junho de 2015 foram aprovadas pelo Conselho de Administração na reunião realizada em 29 de julho de 2015.

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB) do período findo em 30 de junho de 2015 foram divulgadas, simultaneamente, no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

3. Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

b) Moeda Funcional

Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação do Banco Santander.

Os ativos e passivos da dependência e subsidiária no exterior são convertidos para o Real como segue:

- Ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio da data do balanço; e
- Receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média mensal.

c) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no curto prazo, conforme estabelecido pela Circular Bacen 3.068/2001.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

e) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:

- I - títulos para negociação;
- II - títulos disponíveis para venda; e
- III - títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados e na categoria títulos mantidos até o vencimento, aqueles para os quais existe intenção e capacidade do Banco de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia, ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização decorrente de tal ajuste em contrapartida:

- (1) da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação; e
- (2) da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda. Os ajustes ao valor de mercado realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia.

As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidas no resultado do período.

f) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento destinados a "hedge" ou não. As operações efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de "hedge" contábil, principalmente derivativos utilizados na administração da exposição global de risco, são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos ("hedge") podem ser classificados como:

- I - "hedge" de risco de mercado; e
- II - "hedge" de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge" e os respectivos objetos de "hedge" são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte:

- (1) para aqueles classificados na categoria I, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período; e

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

(2) para aqueles classificados na categoria II, a valorização ou desvalorização é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

Alguns instrumentos financeiros híbridos são compostos por um instrumento financeiro derivativo e um ativo ou passivo não derivativo. Nestes casos, o instrumento financeiro derivativo representa um derivativo embutido. Os derivativos embutidos são registrados separadamente em relação ao contrato a que estejam vinculados.

g) Requisitos Mínimos no Processo de Apreçamento de Instrumentos Financeiros (Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos)

A Resolução do CMN 4.277 de 31 de outubro de 2013 (que entrou em vigor em 30 de junho de 2015), dispõe sobre requisitos mínimos a serem observados no processo de apreçamento de instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado e quanto à adoção de ajustes prudenciais por instituições financeiras. Os instrumentos financeiros de que trata a Resolução incluem:

(a) Títulos e valores mobiliários classificados nas categorias “títulos para negociação” e “títulos disponíveis para venda”, conforme a Circular Bacen 3.068, de 8 de novembro de 2001;

b) Instrumentos financeiros derivativos, de que trata a Circular Bacen 3.082, de 30 de janeiro de 2002; e

c) Demais instrumentos financeiros avaliados pelo valor de mercado, independentemente da sua classificação na carteira de negociação, estabelecida na Resolução CMN 3.464, de 26 de junho de 2007.

De acordo com esta resolução, o Banco passou a estabelecer procedimentos para a avaliação da necessidade de ajustes no valor dos instrumentos financeiros citados acima, observando os critérios de prudência, relevância e confiabilidade. Esta avaliação inclui, entre outros fatores, o spread de risco de crédito no registro do valor a mercado destes instrumentos.

h) Carteira de Créditos e Provisão para Perdas

A carteira de crédito inclui as operações de crédito, operações de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito. É demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados “pro rata” dia até a data do balanço. Para operações vencidas a partir de 60 dias, o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

Normalmente, o Banco efetua a baixa de créditos para prejuízo quando estes apresentam atraso superior a 360 dias. No caso de operações de crédito de longo prazo (acima de 3 anos) são baixadas quando completam 540 dias de atraso. A operação de crédito baixado para prejuízo é registrada em conta de compensação pelo prazo mínimo de 5 anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos para cobrança.

As cessões de crédito sem retenção de riscos resultam na baixa dos ativos financeiros objeto da operação, que passam a ser mantidos em conta de compensação. O resultado da cessão é reconhecido integralmente, quando de sua realização.

A partir de janeiro de 2012, conforme determinado pela Resolução CMN 3.533/2008 e Resolução CMN 3.895/2010, todas as cessões de crédito com retenção de riscos passam a ter seus resultados reconhecidos pelos prazos remanescentes das operações, e os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros. As cessões de créditos realizadas até dezembro de 2011 foram contabilizadas de acordo com a regulamentação vigente com o reconhecimento do resultado no momento da realização da cessão, independente da retenção ou não do risco.

As provisões para operações de crédito são fundamentadas nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vincendas); na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões, inclusive, exigidas pelas normas do CMN e Bacen.

i) Ativos Não-Correntes Mantidos para Venda e Outros Valores e Bens

Ativos não-correntes mantidos para venda incluem o valor contábil de itens individuais, grupos de alienação, ou itens que façam parte de uma unidade de negócios destinada à alienação (“operações descontinuadas”), cuja venda em sua condição atual seja altamente provável e cuja ocorrência é esperada para dentro de um ano.

Outros valores e bens referem-se, principalmente, a bens não de uso próprio, compostos basicamente por imóveis e veículos recebidos em dação de pagamento.

Ativos não-correntes mantidos para venda e os bens não de uso próprio são geralmente mensurados ao que for menor entre o valor justo menos o custo de venda e o valor contábil, na data em que forem classificados nessa categoria e não são depreciados.

j) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

j.1) Comissões Pagas a Correspondentes Bancários

Considerando-se o contido na Resolução CMN 4.294 e Circular Bacen 3.693 de dezembro de 2013, a partir de janeiro de 2015 as comissões pagas aos agentes intermediadores da originação de novas operações de crédito ficam limitadas aos percentuais máximos de (i) 6% do valor da nova operação originada e (ii) 3% do valor da operação objeto de portabilidade.

As referidas comissões devem ser integralmente reconhecidas como despesa quando incorridas.

A Circular Bacen 3.738 de dezembro de 2014, facultou a possibilidade de aplicação escalonada do procedimento contábil supracitado, conforme abaixo:

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

- a) 2015: Reconhecer integralmente como despesa 1/3 do valor da comissão paga, sendo a diferença ativada e apropriada ao resultado pelo período de 36 meses ou pelo prazo do contrato, dos dois o menor;
- b) 2016: Reconhecer integralmente como despesa 2/3 do valor da comissão paga, sendo a diferença ativada e apropriada ao resultado pelo período de 36 meses ou pelo prazo do contrato, dos dois o menor; e
- c) 2017: Reconhecer o valor total da comissão paga integralmente como despesa.

O Banco está utilizando essa prerrogativa.

Segundo o contido na Circular Bacen 3.722 de outubro de 2014, os procedimentos contábeis anteriormente descritos devem ser aplicados de forma prospectiva a partir de janeiro de 2015, não trazendo impactos sobre as comissões pagas até dezembro de 2014.

A partir de janeiro de 2020, caso ainda exista no ativo da entidade saldo a amortizar de comissão de venda paga ao correspondente, esse montante deve ser integralmente baixado contra resultado (despesa).

k) Permanente

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

k.1) Investimentos

Os ajustes dos investimentos em sociedades coligadas e controladas são apurados pelo método de equivalência patrimonial e registrados em resultado de participações em coligadas e controladas. Os outros investimentos estão avaliados ao custo, reduzidos ao valor de mercado, quando aplicável.

k.2) Imobilizado

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: edificações - 4%, instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de segurança e comunicações - 10%, sistemas de processamento de dados e veículos - 20% e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10% ou até o vencimento do contrato de locação.

k.3) Intangível

O ágio na aquisição de sociedades controladas é amortizado em até 10 anos, observada a expectativa de resultados futuros e está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda de valor.

Os direitos por aquisição de folhas de pagamento são contabilizados pelos valores pagos na aquisição de direitos de prestação de serviços de pagamento de salários, proventos, soldos, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares, de entidades públicas ou privadas, e amortizados de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

Os gastos de aquisição e desenvolvimento de logiciais são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos.

l) Provisões Técnicas Relacionadas às Atividades de Seguros e Previdência e de Capitalização

As provisões técnicas são constituídas e calculadas de acordo com as determinações e critérios estabelecidos na regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Provisões Técnicas de Seguros e Previdência

As provisões técnicas são constituídas de acordo com os critérios abaixo:

• Provisão para Prêmios não Ganhos (PPNG)

A PPNG é constituída pelas parcelas dos dos prêmios líquidos de cosseguro cedido, correspondentes aos períodos de riscos não decorridos das apólices, calculada "pro rata" dia. Conforme a Circular 462/2013, no período entre a emissão e o início de vigência, o cálculo da provisão é efetuado considerando o período de vigência igual ao prazo de vigência do risco.

• Provisões de Prêmios não Ganhos - Riscos Vigentes e não Emitidos (PPNG-RVNE)

A PPNG-RVNE tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos referentes aos riscos já assumidos mas que ainda não possuem as respectivas apólices emitidas. A Evidence estima esta provisão com base no comportamento histórico das emissões em atraso, conforme Nota Técnica Atuarial (NTA).

• Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder e Concedidos (PMBaC e PMBC)

As PMBaC são constituídas a partir das contribuições arrecadadas através do regime financeiro de capitalização. As PMBC representam as obrigações assumidas sob a forma de planos de renda continuada, sendo constituídas através de cálculo atuarial para os planos dos tipos tradicional, planos de previdência complementar Planos Geradores de Benefícios Livres (PGBL) e de Vida Geradores de Benefícios Livres (VGBL).

• Provisões de Sinistros a Liquidar (PSL)

A PSL é constituída com base nos avisos recebidos pela Seguradora, relativos a sinistros administrativos, que foram objetos de seguros e de cosseguros aceitos e ainda não indenizados. O fato gerador da baixa da provisão decorrente de pagamento, se caracteriza quando da liquidação financeira, do recebimento do comprovante de pagamento da indenização, pecúlio ou renda vencida, ou conforme os demais casos previstos em lei.

• PSL Judicial

É constituída para todos os avisos de sinistros em demanda judicial, com base na probabilidade de perda e classificadas como prováveis, possíveis e remotas.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Os sinistros em demanda judicial são analisados individualmente pelo departamento jurídico para serem classificados dentre estas probabilidades de perda, sendo atualizados sempre que houver necessidade.

Na PSL judicial incide ainda correção monetária e honorários de sucumbência, conforme indexador do contrato e juros de 1% ao mês.

• Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados (IBNR)

A provisão de IBNR é constituída com base em NTA, considerando a estimativa histórica entre as datas de ocorrência e de movimentação dos sinistros, de acordo com as normas da SUSEP. A metodologia é baseada em fatores de desenvolvimento obtidos através de triângulos de sinistros, bem como comportamento esperado de sinistralidade. A metodologia é baseada em dois triângulos de desenvolvimento de sinistros, ambos agrupados pelas datas de ocorrência e movimentação/ajuste. O primeiro triângulo considera todas as movimentações e o segundo triângulo desconsidera as movimentações dos sinistros cuja data de ocorrência seja igual à do aviso e com movimentações em meses futuros. O resultado apurado no segundo triângulo é contabilizado como IBNR e a diferença entre o resultado do primeiro triângulo (IBNR Global) e o resultado do segundo triângulo (IBNR) é contabilizado conjuntamente à PSL para refletir os movimentos dos sinistros já ocorridos e não suficientemente avisados, mais conhecido como IBNER. Caso a sinistralidade contabilizada, já considerando os valores de IBNR apurados conforme acima descrito, esteja num patamar atípico do comportamento esperado, a Seguradora poderá adotar o ajuste Bornhuetter-Ferguson. A provisão para o Seguro de Danos Pessoais Causados por DPVAT, incluída no saldo da IBNR, é registrada com base nas informações fornecidas pela administração do convênio da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

• Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)

A PDR é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros. Para os planos estruturados no regime financeiro de repartição simples e repartição de capitais de cobertura, a provisão abrange as despesas, alocáveis e não alocáveis, relacionadas à liquidação de indenizações ou benefícios, em função de sinistros ocorridos, avisados ou não.

• Provisão de Excedente Financeiro (PEF)

A PEF abrange os valores de excedentes financeiros provisionados, a serem utilizados de acordo com o regulamento do plano. Esta provisão é calculada considerando-se a rentabilidade dos investimentos realizada versus a rentabilidade garantida em cada plano.

• Provisão de Resgates e/ou Outros Valores a Regularizar (PVR)

Abrange os valores referentes aos resgates a regularizar, as devoluções de contribuições ou prêmios ou as portabilidades solicitadas e que por qualquer motivo, ainda não foram efetuadas.

• Provisão Complementar de Cobertura (PCC)

A PCC deverá ser constituída quando for observada insuficiência nas provisões técnicas decorrente da realização do Teste de Adequação de Passivos (TAP).

Provisão de contingência é constituída para cobrir eventuais obrigações junto aos clientes.

Provisões Técnicas de Capitalização

As provisões técnicas são constituídas de acordo com os critérios abaixo:

- Provisão matemática para resgate resulta da acumulação dos percentuais aplicáveis sobre os pagamentos efetuados, capitalizados com a taxa de juros prevista no plano e atualização através da taxa de remuneração básica da caderneta de poupança - Taxa Referencial Básica (TR);
- Provisão para resgate dos títulos antecipados é constituída a partir do cancelamento por falta de pagamento ou solicitação de resgate do título, com base no valor da provisão matemática de resgate constituída no momento de cancelamento do título e a provisão para resgate dos títulos vencidos é constituída após o término de vigência do título;
- Provisão de sorteios a realizar é constituída com base em percentual da parcela paga e tem como objetivo cobrir os sorteios a que os títulos irão concorrer, mas que ainda não foram realizados e a provisão de sorteios a pagar é constituída para os títulos sorteados, mas que ainda não foram pagos;
- Provisão administrativa tem como objetivo refletir o valor presente das despesas futuras dos títulos de capitalização cuja vigência estende-se após a data de sua constituição; e
- Provisão de contingência é constituída para cobrir eventuais obrigações junto aos clientes.

m) Plano de Benefícios a Funcionários

Os planos de benefícios pós-emprego compreendem os compromissos assumidos pelo Banco de: (i) complemento dos benefícios do sistema público de previdência; e (ii) assistência médica, no caso de aposentadoria, invalidez permanente ou morte para aqueles funcionários elegíveis e seus beneficiários diretos.

Plano de Contribuição Definida

Plano de contribuição definida é o plano de benefício pós-emprego pelo qual o Banco e suas controladas como entidades patrocinadoras pagam contribuições fixas a um fundo de pensão, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores.

As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como despesas com pessoal na demonstração dos resultados.

Planos de Benefício Definido

Plano de benefício definido é o plano de benefício pós-emprego que não seja planos de contribuição definida e estão apresentados na Nota 35. Para esta modalidade de plano, a obrigação da entidade patrocinadora é a de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o esperado.

Desde janeiro de 2013, o Banco Santander aplica o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) que estabelece fundamentalmente, o reconhecimento integral em conta de passivo quando perdas atuariais (déficit atuarial) não reconhecidas venham a ocorrer, em contrapartida de conta destacada do patrimônio líquido (outros ajustes de avaliação patrimonial).

Principais Definições

- O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos corrente e passados.

- Déficit ou superávit é: (a) o valor presente da obrigação de benefício definido; menos (b) o valor justo dos ativos do plano.

- A entidade patrocinadora poderá reconhecer os ativos do plano no balanço quando atenderem as seguintes características: (i) os ativos do fundo forem suficientes para o cumprimento de todas as obrigações de benefícios aos empregados do plano ou da entidade patrocinadora; ou (ii) os ativos forem devolvidos à entidade patrocinadora com o intuito de reembolsá-la por benefícios já pagos a empregados.

- Ganhos e perdas atuariais são mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido resultantes de: (a) ajustes pela experiência (efeitos das diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que efetivamente ocorreu); e (b) efeitos das mudanças nas premissas atuariais.

- Custo do serviço corrente, é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente.

- O custo do serviço passado, é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração no plano ou de redução do número de empregados cobertos.

Benefícios pós-emprego são reconhecidos no resultado nas linhas de outras despesas operacionais - perdas atuariais - planos de aposentadoria (Nota 32) e despesas com pessoal.

Os planos de benefício definido são registrados com base em estudo atuarial, realizado anualmente por entidade externa de consultoria especializada e aprovada pela Administração, no final de cada exercício com vigência para o período subsequente.

n) Remuneração Baseada em Ações

O Banco possui planos de compensação a longo prazo com condições para aquisição. As principais condições para aquisição são: (1) condições de serviço, desde que o participante permaneça empregado durante a vigência do Plano para adquirir condições de exercer seus direitos; (2) condições de performance, a quantidade de Investimento em Certificados de Depósito de Ações (Units) passíveis de exercício pelos participantes será determinada de acordo com o resultado da aferição de um parâmetro de performance do Banco: Retorno Total ao Acionista (RTA) e poderá ser reduzida, caso não sejam atingidos os objetivos do redutor Retorno sobre Capital Ajustado pelo Risco (RORAC), comparação entre realizado e orçado em cada exercício, conforme determinado pelo Conselho de Administração e (3) condições de mercado, uma vez que alguns parâmetros são condicionados ao valor de mercado das ações do Banco. O Banco mede o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo.

Liquidação em Ação

O Banco mede o valor justo dos serviços prestados por referência ao valor justo dos instrumentos patrimoniais concedidos na data da concessão, tendo em conta as condições de mercado para cada plano quando estima o valor justo. Com o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida com as reservas de capital ao longo do período de vigência, como os serviços são recebidos, o Banco considera o tratamento das condições de serviço e reconhece o montante para os serviços recebidos durante o período de vigência baseado na melhor avaliação da estimativa para a quantidade de instrumentos de patrimônio que se espera conceder.

Liquidação em Dinheiro

Para pagamentos baseados em ações liquidados em dinheiro (na forma de valorização das ações), o Banco mensura os serviços prestados e o correspondente passivo incorrido no valor justo na valorização das ações na data de concessão e até que o passivo seja liquidado, o Banco reavalia o valor justo do passivo no final de cada período de reporte e a data de sua liquidação, com quaisquer mudanças no valor justo reconhecidas no resultado do período. Com o objetivo de reconhecer as despesas de pessoal em contrapartida com as provisões em “salários a pagar” em todo o período de vigência, refletindo no período como os serviços são recebidos, o Banco baseia o passivo total na melhor estimativa da quantidade de direito de valorização das ações que serão adquiridas no final do período de vigência e reconhece o valor dos serviços recebidos durante o período de vigência com base na melhor estimativa disponível. Periodicamente, o Banco analisa tal estimativa do número de direitos de valorização de ações que serão adquiridos no final do período de carência.

o) Captações, Emissões e Outros Passivos

Os instrumentos de captação de recursos são reconhecidos inicialmente ao seu valor justo, considerado basicamente como sendo o preço de transação. São posteriormente mensurados ao custo amortizado (competência) com as despesas inerentes reconhecidas como um custo financeiro (Nota 18.d).

Dentre os critérios de reconhecimento inicial de passivos, cabe menção àqueles instrumentos de natureza composta, os quais são assim classificados, dado a existência de um instrumento de dívida (passivo) e um componente de patrimônio líquido embutido (derivativo).

O registro de instrumento composto consiste na conjugação de (i) um instrumento principal, o qual é reconhecido como um passivo genuíno da entidade (dívida) e (ii) um componente de patrimônio líquido (derivativo de conversibilidade em ações ordinárias).

De acordo com o previsto no COSIF, os instrumentos híbridos de capital e dívida representam obrigações das instituições financeiras emissoras e devem ser registrados em contas específicas do passivo e atualizado de acordo com as taxas pactuadas e ajustadas pelo efeito de variação cambial, quando denominado em moeda estrangeira. Todas as remunerações referentes à esses instrumentos, tais como juros e variação cambial (diferença entre a moeda funcional e a moeda em que o instrumento foi denominado) devem ser contabilizadas como despesas do período, obedecendo ao regime de competência.

Em relação ao componente de patrimônio líquido, ocorre o seu registro no momento inicial em razão do seu valor justo, caso seja diferente de zero.

O detalhamento pertinente a emissão dos instrumentos de natureza composta encontram-se descritos nas Notas 21 e 24.f.

p) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O Banco Santander e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Os processos judiciais e administrativos são reconhecidos contabilmente com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos.

As provisões são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base nas melhores informações disponíveis. As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras. São total ou parcialmente revertidas quando as obrigações deixam de existir ou são reduzidas.

Passivos contingentes são obrigações possíveis que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle das entidades consolidadas. De acordo com as normas contábeis, passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos, mas sim divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras (Nota 23.h).

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

q) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)

O PIS (0,65%) e a Cofins (4,00%) são calculados sob determinadas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e da Cofins são registradas em despesas tributárias.

r) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% e a CSLL à alíquota de 15% para instituições financeiras e 9% para as demais empresas, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 11.b, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

s) Redução ao Valor Recuperável de Ativos

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados ao fim de cada período de reporte, com o objetivo de identificar evidências de desvalorização em seu valor contábil. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo e tal perda deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. O valor recuperável de um ativo é definido como o maior montante entre o seu valor justo líquido de despesa de venda e o seu valor em uso.

t) Resultados de Exercícios Futuros

Referem-se às rendas recebidas antes do cumprimento do prazo da obrigação que lhes deram origem, incluindo rendimentos não restituíveis, principalmente relacionados a garantias e fianças prestadas e anuidades de cartão de crédito. A apropriação ao resultado é efetuada de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

u) Evento Subsequente

Corresponde ao evento ocorrido entre a data-base das demonstrações financeiras e a data na qual foi autorizada a emissão dessas demonstrações, e são compostos por:

- Eventos que Originam Ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não Originam Ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	Banco			
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2014	31/12/2013
Disponibilidades	4.420.394	4.697.744	4.670.666	5.290.047
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	25.238.740	18.714.280	14.274.778	31.513.263
Aplicações no Mercado Aberto	3.099.281	6.260.149	5.051.213	19.659.462
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	10.521	998.397	575.887	369.975
Aplicações em Moedas Estrangeiras	22.128.938	11.455.734	8.647.678	11.483.826
Total	29.659.134	23.412.024	18.945.444	36.803.310

	Consolidado			
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2014	31/12/2013
Disponibilidades	5.524.600	5.074.698	5.004.702	5.485.679
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	25.238.740	18.327.035	14.274.778	32.546.067
Aplicações no Mercado Aberto	3.099.281	6.260.149	5.051.213	19.659.462
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	10.521	998.397	575.887	227.905
Aplicações em Moedas Estrangeiras	22.128.938	11.068.489	8.647.678	12.658.700
Total	30.763.340	23.401.733	19.279.480	38.031.746

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	Banco				
				30/06/2015	30/06/2014
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Aplicações no Mercado Aberto	30.196.241	2.253.103	-	32.449.344	21.114.874
Posição Bancada	1.890.076	-	-	1.890.076	7.374.705
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.679.074	-	-	1.679.074	1.568.338
Notas do Tesouro Nacional - NTN	170.287	-	-	170.287	5.806.367
Outras	40.715	-	-	40.715	-
Posição Financiada	13.349.467	1.382.902	-	14.732.369	2.999.995
Letras do Tesouro Nacional - LTN	2.909.975	48.758	-	2.958.733	1.999.999
Notas do Tesouro Nacional - NTN	10.439.492	1.334.144	-	11.773.636	999.996
Posição Vendida	14.956.698	870.201	-	15.826.899	10.740.174
Letras do Tesouro Nacional - LTN	2.976.528	151.614	-	3.128.142	3.207.553
Notas do Tesouro Nacional - NTN	11.980.170	718.587	-	12.698.757	7.532.621
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	4.890.901	15.422.418	12.667.741	32.981.060	31.585.616
Aplicações em Moedas Estrangeiras	22.128.938	-	-	22.128.938	8.647.678
Total	57.216.080	17.675.521	12.667.741	87.559.342	61.348.168
Circulante				74.891.601	51.287.476
Longo Prazo				12.667.741	10.060.692

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

				30/06/2015	Consolidado 30/06/2014
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Aplicações no Mercado Aberto	30.198.439	2.253.103	-	32.451.542	21.114.874
Posição Bancada	9.892.266	-	-	9.892.266	8.074.702
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	2.199	-	-	2.199	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	3.216.066	-	-	3.216.066	2.068.337
Notas do Tesouro Nacional - NTN	6.633.286	-	-	6.633.286	6.006.365
Outras	40.715	-	-	40.715	-
Posição Financiada	5.349.475	1.382.902	-	6.732.377	2.299.998
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.372.983	48.758	-	1.421.741	1.500.000
Notas do Tesouro Nacional - NTN	3.976.492	1.334.144	-	5.310.636	799.998
Posição Vendida	14.956.698	870.201	-	15.826.899	10.740.174
Letras do Tesouro Nacional - LTN	2.976.528	151.614	-	3.128.142	3.207.553
Notas do Tesouro Nacional - NTN	11.980.170	718.587	-	12.698.757	7.532.621
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.016.373	1.141.923	111.342	2.269.638	2.739.032
Aplicações em Moedas Estrangeiras	22.128.938	-	-	22.128.938	8.647.678
Total	53.343.750	3.395.026	111.342	56.850.118	32.501.584
Circulante				56.738.776	32.447.494
Longo Prazo				111.342	54.090

6. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

a) Títulos e Valores Mobiliários

I) Resumo da Carteira por Categorias

				30/06/2015	Banco 30/06/2014
	Valor do Custo Amortizado	Ajuste a Mercado Refletido no: Resultado	Patrimônio Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil
Títulos para Negociação	41.124.883	(148.006)	-	40.976.877	41.840.808
Títulos Públicos	37.788.674	(143.887)	-	37.644.787	38.679.714
Títulos Privados	3.336.209	(4.119)	-	3.332.090	3.161.094
Títulos Disponíveis para Venda	131.118.452	52.059	(611.635)	130.558.876	95.071.072
Títulos Públicos	60.597.818	-	(484.854)	60.112.964	37.275.731
Títulos Privados	70.520.634	52.059	(126.781)	70.445.912	57.795.341
Títulos Mantidos até o Vencimento	-	-	-	-	179
Títulos Públicos	-	-	-	-	179
Total de Títulos e Valores Mobiliários	172.243.335	(95.947)	(611.635)	171.535.753	136.912.059
Derivativos (Ativo)	17.369.175	(5.468.415)	(590)	11.900.170	5.697.716
Total de Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos	189.612.510	(5.564.362)	(612.225)	183.435.923	142.609.775
Circulante				54.743.253	55.510.050
Longo Prazo				128.692.670	87.099.725
Derivativos (Passivo)	(10.827.904)	(565.482)	(67.239)	(11.460.625)	(4.178.146)
Circulante				(5.839.985)	(1.224.085)
Longo Prazo				(5.620.640)	(2.954.061)

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

				30/06/2015	Consolidado 30/06/2014
	Valor do	Ajuste a Mercado	Refletido no:	Valor	Valor
	Custo	Resultado	Patrimônio	Contábil	Contábil
	Amortizado	Resultado	Líquido	Contábil	Contábil
Títulos para Negociação	41.761.484	(213.043)	-	41.548.441	42.836.875
Títulos Públicos	40.723.753	(226.378)	-	40.497.375	40.755.103
Títulos Privados	1.037.731	13.335	-	1.051.066	2.081.772
Títulos Disponíveis para Venda	92.015.982	(51.176)	(649.887)	91.314.919	55.123.024
Títulos Públicos	74.109.928	-	(545.576)	73.564.352	38.609.809
Títulos Privados	17.906.054	(51.176)	(104.311)	17.750.567	16.513.215
Títulos Mantidos até o Vencimento	-	-	-	-	179
Títulos Públicos	-	-	-	-	179
Total de Títulos e Valores Mobiliários	133.777.466	(264.219)	(649.887)	132.863.360	97.960.078
Derivativos (Ativo)	18.494.604	(5.457.632)	(590)	13.036.382	5.901.708
Total de Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos	152.272.070	(5.721.851)	(650.477)	145.899.742	103.861.786
Circulante				56.739.157	57.801.692
Longo Prazo				89.160.585	46.060.094
Derivativos (Passivo)	(11.891.018)	(710.746)	(74.481)	(12.676.245)	(4.472.220)
Circulante				(6.518.229)	(1.345.207)
Longo Prazo				(6.158.016)	(3.127.013)

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

II) Títulos para Negociação

	30/06/2015		Banco		30/06/2015		Consolidado	
	Valor do Custo Amortizado	Ajuste a Mercado - Resultado	Valor Contábil	Valor Contábil	Valor do Custo Amortizado	Ajuste a Mercado - Resultado	Valor Contábil	Valor Contábil
Títulos para Negociação								
Títulos Públicos	37.788.674	(143.887)	37.644.787	38.679.714	40.723.753	(226.378)	40.497.375	40.755.103
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	671.619	68	671.687	442.914	1.671.558	16.186	1.687.744	2.133.589
Letras do Tesouro Nacional - LTN	21.053.968	(53.780)	21.000.188	22.837.816	21.530.797	(40.829)	21.489.968	23.222.530
Notas do Tesouro Nacional - NTN A	180.551	7.514	188.065	133.632	180.551	7.514	188.065	133.632
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	8.861.424	(75.237)	8.786.187	8.182.479	9.168.598	(99.961)	9.068.637	8.182.479
Notas do Tesouro Nacional - NTN C	2.644	(98)	2.546	2.474	1.153.781	(86.934)	1.066.847	2.474
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	6.898.337	(21.669)	6.876.668	6.967.619	6.898.337	(21.669)	6.876.668	6.967.619
Títulos da Dívida Agrária - TDA	118.110	(691)	117.419	104.700	118.110	(691)	117.419	104.700
Títulos da Dívida Externa Brasileira	2.021	6	2.027	8.080	2.021	6	2.027	8.080
Títulos Privados	3.336.209	(4.119)	3.332.090	3.161.094	1.037.731	13.335	1.051.066	2.081.772
Ações	4.826	(4)	4.822	76.644	309.607	655	310.262	499.804
Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC ⁽¹⁾	9.734	776	10.510	16.200	9.734	776	10.510	16.200
Cotas de Fundos de Investimento em Participações - FIP	-	-	-	-	35.274	(101)	35.173	39.293
Cotas de Fundos de Investimento	30.321	(688)	29.633	38.758	362.913	15.902	378.815	393.523
Cotas de Fundos Imobiliários	-	-	-	-	557	-	557	-
Debêntures	3.280.756	822	3.281.578	2.990.559	165.947	1.012	166.959	975.317
Letras Financeiras - LF	-	-	-	-	137.031	96	137.127	112.720
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	10.572	(5.025)	5.547	38.933	10.641	(5.019)	5.622	39.030
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	-	-	-	-	6.027	14	6.041	5.885
Total	41.124.883	(148.006)	40.976.877	41.840.808	41.761.484	(213.043)	41.548.441	42.836.875

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

						Banco
						30/06/2015
Títulos para Negociação	Sem	Até	De 3 a	De 1 a	Acima de	
Abertura por Vencimento	Vencimento	3 Meses	12 Meses	3 Anos	3 Anos	Total
Títulos Públicos	-	148.888	13.019.105	8.484.686	15.992.108	37.644.787
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	50.098	-	54.980	566.609	671.687
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	90.247	12.983.442	5.758.110	2.168.389	21.000.188
Notas do Tesouro Nacional - NTN A	-	-	-	-	188.065	188.065
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	-	-	1.337.274	7.448.913	8.786.187
Notas do Tesouro Nacional - NTN C	-	-	-	1.041	1.505	2.546
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	-	-	-	1.290.767	5.585.901	6.876.668
Títulos da Dívida Agrária - TDA	-	8.439	34.448	42.514	32.018	117.419
Títulos da Dívida Externa Brasileira	-	104	1.215	-	708	2.027
Títulos Privados	34.455	4.303	-	16.877	3.276.455	3.332.090
Ações	4.822	-	-	-	-	4.822
Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC ⁽¹⁾	-	-	-	10.510	-	10.510
Cotas de Fundos de Investimento	29.633	-	-	-	-	29.633
Debêntures	-	-	-	5.123	3.276.455	3.281.578
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	-	4.303	-	1.244	-	5.547
Total	34.455	153.191	13.019.105	8.501.563	19.268.563	40.976.877

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

						Consolidado
						30/06/2015
Títulos para Negociação	Sem	Até	De 3 a	De 1 a	Acima de	
Abertura por Vencimento	Vencimento	3 Meses	12 Meses	3 Anos	3 Anos	Total
Títulos Públicos	-	283.189	13.230.309	8.548.981	18.434.896	40.497.375
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	145.009	-	119.275	1.423.460	1.687.744
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	90.247	13.193.222	5.758.110	2.448.389	21.489.968
Notas do Tesouro Nacional - NTN A	-	-	-	-	188.065	188.065
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	5.748	96	1.337.274	7.725.519	9.068.637
Notas do Tesouro Nacional - NTN C	-	33.642	1.328	1.041	1.030.836	1.066.847
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	-	-	-	1.290.767	5.585.901	6.876.668
Títulos da Dívida Agrária - TDA	-	8.439	34.448	42.514	32.018	117.419
Títulos da Dívida Externa Brasileira	-	104	1.215	-	708	2.027
Títulos Privados	689.764	28.404	44.168	94.776	193.954	1.051.066
Ações	310.262	-	-	-	-	310.262
Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC ⁽¹⁾	-	-	-	10.510	-	10.510
Cotas de Fundos de Investimento em Participações - FIP	-	-	-	-	35.173	35.173
Cotas de Fundos de Investimento	378.813	2	-	-	-	378.815
Cotas de Fundos Imobiliários	557	-	-	-	-	557
Debêntures	-	3.065	-	5.123	158.771	166.959
Letras Financeiras - LF	-	15.106	44.122	77.899	-	137.127
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	-	4.378	-	1.244	-	5.622
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	132	5.853	46	-	10	6.041
Total	689.764	311.593	13.274.477	8.643.757	18.628.850	41.548.441

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

III) Títulos Disponíveis para Venda

				30/06/2015	Banco 30/06/2014
	Valor do Custo Amortizado	Ajuste a Mercado Refletido no: Resultado	Patrimônio Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil
Títulos Disponíveis para Venda					
Títulos Públicos	60.597.818	-	(484.854)	60.112.964	37.275.731
Certificado Financeiro do Tesouro - CFT	451	-	179	630	578
Crédito Securitizado	2.643	-	382	3.025	2.843
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	702.943	-	(22)	702.921	433.350
Letras do Tesouro Nacional - LTN	27.373.898	-	(400.083)	26.973.815	22.112.677
Notas do Tesouro Nacional - NTN A	3.982.448	-	176.267	4.158.715	2.930.252
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	5.666.500	-	49.855	5.716.355	4.777.965
Notas do Tesouro Nacional - NTN C ⁽²⁾	1.348.344	-	(43.513)	1.304.831	1.255.712
Notas do Tesouro Nacional - NTN F ^{(2) (6)}	12.601.816	-	(264.632)	12.337.184	3.056.640
Títulos da Dívida Externa Brasileira ⁽⁷⁾	4.852.130	-	51.868	4.903.998	2.303.431
Títulos Emitidos no Exterior - Espanha	3.494.250	-	(55.250)	3.439.000	-
Debêntures ⁽³⁾	572.395	-	95	572.490	402.283
Títulos Privados	70.520.634	52.059	(126.781)	70.445.912	57.795.341
Ações	764.952	-	52.478	817.430	718.716
Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC ⁽¹⁾	403.914	26.713	-	430.627	1.047.041
Cotas de Fundos de Investimento em Participações - FIP	617.658	(43.228)	-	574.430	527.124
Cotas de Fundos de Investimento	466.263	42.081	-	508.344	463.564
Cotas de Fundos Imobiliários	-	-	-	-	11.605
Debêntures ⁽⁴⁾	63.031.329	26.493	(138.282)	62.919.540	50.684.343
Eurobonds	342.153	-	(64.656)	277.497	72
Notas Promissórias - NP ⁽⁵⁾	3.387.205	-	48.434	3.435.639	2.448.236
Cédula de Crédito Imobiliário - CCI	13.522	-	206	13.728	17.143
Letras Financeiras - LF	810.980	-	4.689	815.669	1.093.198
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	682.658	-	(29.650)	653.008	784.299
Total	131.118.452	52.059	(611.635)	130.558.876	95.071.072



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

					Consolidado
					30/06/2014
	Valor do	Ajuste a Mercado Refletido no:	Patrimônio		
	Custo	Resultado	Líquido	Valor	Valor
Títulos Disponíveis para Venda	Amortizado			Contábil	Contábil
Títulos Públicos	74.109.928	-	(545.576)	73.564.352	38.609.809
Certificado Financeiro do Tesouro - CFT	451	-	179	630	578
Crédito Securitizado	2.643	-	382	3.025	2.843
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	11.082.755	-	1.581	11.084.336	457.574
Letras do Tesouro Nacional - LTN	27.968.513	-	(411.831)	27.556.682	22.359.791
Notas do Tesouro Nacional - NTN A	3.982.448	-	176.267	4.158.715	2.930.252
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	5.666.500	-	49.855	5.716.355	4.777.965
Notas do Tesouro Nacional - NTN C ⁽²⁾	1.348.344	-	(43.513)	1.304.831	1.255.712
Notas do Tesouro Nacional - NTN F ⁽²⁾⁽⁶⁾	15.139.499	-	(315.209)	14.824.290	4.119.380
Títulos da Dívida Externa Brasileira ⁽⁷⁾	4.852.130	-	51.868	4.903.998	2.303.431
Títulos Emitidos no Exterior - Espanha	3.494.250	-	(55.250)	3.439.000	-
Debêntures ⁽³⁾	572.395	-	95	572.490	402.283
Títulos Privados	17.906.054	(51.176)	(104.311)	17.750.567	16.513.215
Ações	779.194	-	76.680	855.874	884.377
Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC ⁽¹⁾	405.102	26.713	-	431.815	1.199.146
Cotas de Fundos de Investimento em Participações - FIP	1.030.362	(104.698)	-	925.664	1.432.984
Cotas de Fundos de Investimento	151.717	29	1	151.747	121.859
Cotas de Fundos Imobiliários	66.075	-	(1.723)	64.352	75.957
Debêntures ⁽⁴⁾	10.028.093	26.493	(138.282)	9.916.304	8.279.554
Eurobonds	342.153	-	(64.656)	277.497	72
Notas Promissórias - NP ⁽⁵⁾	3.387.205	-	48.434	3.435.639	2.448.236
Cédula de Crédito Imobiliário - CCI	13.522	-	206	13.728	17.143
Letras Financeiras - LF	1.017.590	-	4.679	1.022.269	1.269.588
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	682.658	-	(29.650)	653.008	784.299
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	2.383	287	-	2.670	-
Total	92.015.982	(51.176)	(649.887)	91.314.919	55.123.024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

						Banco
						30/06/2015
Títulos Disponíveis para Venda	Sem	Até	De 3 a	De 1 a	Acima de	
Abertura por Vencimento	Vencimento	3 Meses	12 Meses	3 Anos	3 Anos	Total
Títulos Públicos	-	810.593	2.574.907	21.643.319	35.084.145	60.112.964
Certificado Financeiro do Tesouro - CFT	-	-	-	-	630	630
Crédito Securitizado	-	-	451	1.381	1.193	3.025
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	-	702.921	702.921
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	32.000	-	19.638.126	7.303.689	26.973.815
Notas do Tesouro Nacional - NTN A	-	-	16.131	-	4.142.584	4.158.715
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	44.222	867	-	5.671.266	5.716.355
Notas do Tesouro Nacional - NTN C ⁽²⁾	-	14.696	-	-	1.290.135	1.304.831
Notas do Tesouro Nacional - NTN F ^{(2) (6)}	-	642.842	-	756.340	10.938.002	12.337.184
Títulos da Dívida Externa Brasileira ⁽⁷⁾	-	68.884	12.348	-	4.822.766	4.903.998
Títulos Emitidos no Exterior - Espanha	-	-	2.314.942	1.124.058	-	3.439.000
Debêntures ⁽³⁾	-	7.949	230.168	123.414	210.959	572.490
Títulos Privados	578.072	1.001.952	4.085.035	24.442.423	40.338.430	70.445.912
Ações	69.728	-	-	-	747.702	817.430
Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC ⁽¹⁾	-	-	-	-	430.627	430.627
Cotas de Fundos de Investimento em Participações - FIP	-	-	-	-	574.430	574.430
Cotas de Fundos de Investimento	508.344	-	-	-	-	508.344
Cotas de Fundos Imobiliários	-	-	-	-	-	-
Debêntures ⁽⁴⁾	-	239.601	2.283.679	22.491.404	37.904.856	62.919.540
Eurobonds	-	8.473	-	-	269.024	277.497
Notas Promissórias - NP ⁽⁵⁾	-	701.740	1.526.717	1.094.112	113.070	3.435.639
Cédula de Crédito Imobiliário - CCI	-	-	4.576	9.152	-	13.728
Letras Financeiras - LF	-	-	127.724	687.945	-	815.669
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	-	52.138	142.339	159.810	298.721	653.008
Total	578.072	1.812.545	6.659.942	46.085.742	75.422.575	130.558.876



BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

						Consolidado
						30/06/2015
Títulos Disponíveis para Venda	Sem	Até	De 3 a	De 1 a	Acima de	
Abertura por Vencimento	Vencimento	3 Meses	12 Meses	3 Anos	3 Anos	Total
Títulos Públicos	-	1.060.767	2.786.663	22.742.682	46.974.240	73.564.352
Certificado Financeiro do Tesouro - CFT	-	-	-	-	630	630
Crédito Securitizado	-	-	451	1.381	1.193	3.025
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	126.325	-	-	10.958.011	11.084.336
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	32.000	211.756	19.815.466	7.497.460	27.556.682
Notas do Tesouro Nacional - NTN A	-	-	16.131	-	4.142.584	4.158.715
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	44.222	867	-	5.671.266	5.716.355
Notas do Tesouro Nacional - NTN C ⁽²⁾	-	14.696	-	-	1.290.135	1.304.831
Notas do Tesouro Nacional - NTN F ^{(2) (6)}	-	766.691	-	1.678.363	12.379.236	14.824.290
Títulos da Dívida Externa Brasileira ⁽⁷⁾	-	68.884	12.348	-	4.822.766	4.903.998
Títulos Emitidos no Exterior - Espanha	-	-	2.314.942	1.124.058	-	3.439.000
Debêntures ⁽³⁾	-	7.949	230.168	123.414	210.959	572.490
Títulos Privados	324.271	1.062.405	4.086.223	4.769.618	7.508.050	17.750.567
Ações	108.172	-	-	-	747.702	855.874
Cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC ⁽¹⁾	-	-	1.188	-	430.627	431.815
Cotas de Fundos de Investimento em Participações - FIP	-	-	-	-	925.664	925.664
Cotas de Fundos de Investimento	151.747	-	-	-	-	151.747
Cotas de Fundos Imobiliários	64.352	-	-	-	-	64.352
Debêntures ⁽⁴⁾	-	239.601	2.283.679	2.672.250	4.720.774	9.916.304
Eurobonds	-	8.473	-	-	269.024	277.497
Notas Promissórias - NP ⁽⁵⁾	-	701.740	1.526.717	1.094.112	113.070	3.435.639
Cédula de Crédito Imobiliário - CCI	-	-	4.576	9.152	-	13.728
Letras Financeiras - LF	-	60.453	127.724	834.092	-	1.022.269
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	-	52.138	142.339	159.810	298.721	653.008
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	-	-	-	202	2.468	2.670
Total	324.271	2.123.172	6.872.886	27.512.300	54.482.290	91.314.919

(1) O valor das cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC é calculado mediante a apuração do valor dos direitos creditórios e dos demais ativos financeiros integrantes das suas respectivas carteiras, deduzidos das respectivas provisões que levam em consideração aspectos relacionados aos devedores, aos seus garantidores e às características da correspondente operação, de acordo com as normas e práticas contábeis de avaliação de crédito.

(2) No primeiro semestre de 2015 foi realizado o valor de R\$6.679 (2014 - R\$6.028), líquido dos efeitos tributários, no resultado do Consolidado pela venda das (NTN-C e parte das NTN-F) ao mercado (Nota 24.e).

(3) Emissão de sociedade de economia mista.

(4) Inclui o valor de R\$647.539 (30/06/2014 - R\$704.044) de títulos objeto de "hedge" de risco de mercado (Nota 6.b.V.a).

(5) Em 30 de junho de 2015, inclui o valor de R\$250.141 de títulos objeto de "hedge" de risco de mercado (Nota 6.b.V.a) e em 30 de junho de 2014, inclui o valor de R\$204.459 de títulos objeto de "hedge" fluxo de caixa (Nota 6.b.V.b).

(6) Em 30 de junho de 2015, a quantidade de 1.765.672 de Notas de Tesouro Nacional - NTN-F, com prazo de vencimento em 1 de Janeiro de 2023 estão vinculadas à obrigação assumida pelo Banco Santander para cobertura das reservas a amortizar do Plano V do Fundo de Seguridade Social (Banesprev).

(7) Inclui o valor de R\$693.612 (30/06/2014 - R\$603.876) de títulos objeto de "hedge" de fluxo de caixa (Nota 6.b.V.b).

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

IV) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	01/01 a 30/06/2015	Banco 01/01 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2015	Consolidado 01/01 a 30/06/2014
Rendas de Títulos de Renda Fixa	11.456.810	6.131.189	8.673.119	4.245.354
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	3.859.562	3.471.423	2.208.850	2.112.158
Resultado de Títulos de Renda Variável	(31.132)	(14.821)	51.441	(28.652)
Resultado Financeiro de Seguros e Previdência e de Capitalização	-	-	65.419	91.981
Redução ao Valor Recuperável ⁽¹⁾	(58.409)	-	(468.861)	-
Outros ⁽²⁾	65.941	72.122	238.771	123.685
Total	15.292.772	9.659.913	10.768.739	6.544.526

(1) Corresponde ao registro de perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda reconhecidas no resultado do período.

(2) Corresponde, principalmente, a rendas com fundos de investimentos e participações.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b) Instrumentos Financeiros Derivativos
I) Instrumentos Financeiros Derivativos Registrados em Contas de Compensação e Patrimoniais

	30/06/2015			Banco		
	Negociação			30/06/2014		
	Valor		Mercado	Valor		Mercado
	Referencial	Curva		Referencial	Curva	
"Swap"		6.985.235	987.294		1.171.538	1.694.258
Ativo	209.008.062	28.342.202	20.923.341	215.340.889	27.125.828	27.983.488
Certificado de Depósitos						
Interfinanceiros - CDI	45.604.973	10.734.576	12.673.331	52.808.308	14.488.444	15.501.776
Taxa de Juros Pré - Reais	39.053.719	6.698.515	(99.605)	23.142.674	11.044.720	11.700.797
Indexados em Índices de Preços						
e Juros	29.662.160	10.898.959	8.339.397	21.117.002	1.569.554	757.882
Moeda Estrangeira	94.674.934	-	-	118.227.582	-	-
Outros	12.276	10.152	10.218	45.323	23.110	23.033
Passivo	202.022.827	(21.356.967)	(19.936.047)	214.169.351	(25.954.290)	(26.289.230)
Certificado de Depósitos						
Interfinanceiros - CDI	34.870.397	-	-	38.319.864	-	-
Taxa de Juros Pré - Reais	32.355.204	-	-	12.097.954	-	-
Indexados em Índices de Preços						
e Juros	18.763.201	-	-	19.547.448	-	-
Moeda Estrangeira	116.031.901	(21.356.967)	(19.936.047)	144.181.872	(25.954.290)	(26.289.230)
Outros	2.124	-	-	22.213	-	-
Opções	179.962.656	(40.003)	(42.208)	278.306.105	(8.077)	21.565
Compromissos de Compra	83.620.464	328.874	430.589	142.286.573	435.830	403.298
Opções de Compra Dólar	4.232.321	172.193	254.053	3.100.314	217.052	187.046
Opções de Venda Dólar	2.487.785	60.878	99.715	1.634.196	34.973	48.583
Opções de Compra Outras	11.002.897	49.289	49.312	68.016.882	127.298	74.927
Mercado Interfinanceiro	10.566.994	9.744	18.131	67.319.919	96.931	46.761
Outras ⁽¹⁾	435.903	39.545	31.181	696.963	30.367	28.166
Opções de Venda Outras	65.897.461	46.514	27.509	69.535.181	56.507	92.742
Mercado Interfinanceiro	65.413.783	31.721	6.234	65.808.416	36.339	52.648
Outras ⁽¹⁾	483.678	14.793	21.275	3.726.765	20.168	40.094
Compromissos de Venda	96.342.192	(368.877)	(472.797)	136.019.532	(443.907)	(381.733)
Opções de Compra Dólar	3.865.707	(199.032)	(293.939)	3.960.980	(256.493)	(206.726)
Opções de Venda Dólar	2.521.822	(74.308)	(94.690)	395.262	(13.449)	(14.822)
Opções de Compra Outras	15.117.343	(46.276)	(53.019)	55.569.478	(109.199)	(88.642)
Mercado Interfinanceiro	14.668.505	(13.532)	(20.519)	55.084.161	(71.857)	(38.298)
Outras ⁽¹⁾	448.838	(32.744)	(32.500)	485.317	(37.342)	(50.344)
Opções de Venda Outras	74.837.320	(49.261)	(31.149)	76.093.812	(64.766)	(71.543)
Mercado Interfinanceiro	74.765.676	(34.946)	(4.813)	72.646.899	(26.855)	(32.403)
Outras ⁽¹⁾	71.644	(14.315)	(26.336)	3.446.913	(37.911)	(39.140)
Contratos de Futuros	237.478.021	-	-	231.347.750	-	-
Posição Comprada	70.315.830	-	-	114.978.094	-	-
Cupom Cambial (DDI)	13.410.120	-	-	6.846.664	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	54.758.864	-	-	106.311.635	-	-
Moeda Estrangeira	1.824.617	-	-	1.753.021	-	-
Índice ⁽²⁾	72.900	-	-	48.545	-	-
"Treasury Bonds/Notes"	249.329	-	-	12.406	-	-
Outros	-	-	-	5.823	-	-
Posição Vendida	167.162.191	-	-	116.369.656	-	-
Cupom Cambial (DDI)	80.605.423	-	-	36.294.011	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	16.766.105	-	-	9.423.724	-	-
Moeda Estrangeira	8.855.421	-	-	35.152.642	-	-
Índice ⁽²⁾	-	-	-	268	-	-
"Treasury Bonds/Notes"	14.211	-	-	27.569	-	-
Taxa Média das Operações						
Compromissadas (OC1)	60.921.031	-	-	35.471.442	-	-

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	30/06/2015			30/06/2014		
	Negociação			Negociação		
	Valor Referencial	Valor Curva	Valor Mercado	Valor Referencial	Valor Curva	Valor Mercado
Contratos a Termo e Outros	43.084.971	243.549	288.067	23.407.034	(70.421)	84.023
Compromissos de Compra	16.131.940	(736.965)	(713.143)	11.162.611	(437.986)	(520.752)
Moedas	15.457.242	(735.997)	(711.633)	10.253.671	(437.986)	(520.752)
Outros	674.698	(968)	(1.510)	908.940	-	-
Compromissos de Venda	26.953.031	980.514	1.001.210	12.244.423	367.565	604.775
Moedas	26.099.367	979.546	1.000.040	11.724.713	367.565	604.775
Outros	853.664	968	1.170	519.710	-	-
	30/06/2015			30/06/2014		
	Negociação			Negociação		
	Valor Referencial	Valor Curva	Valor Mercado	Valor Referencial	Valor Curva	Valor Mercado
"Swap"		7.127.705	997.541		1.102.664	1.661.928
Ativo	249.362.307	28.595.723	21.051.106	220.848.011	27.694.897	28.616.299
Certificado de Depósitos						
Interfinanceiros - CDI	51.730.003	16.899.560	18.863.353	57.996.196	20.398.370	21.534.725
Taxa de Juros Pré - Reais	72.745.993	787.052	(5.951.277)	22.861.560	5.724.677	6.322.252
Indexados em Índices de Preços e Juros	29.662.160	10.898.959	8.128.812	21.117.002	1.569.554	757.882
Moeda Estrangeira	95.211.875	-	-	118.848.744	-	-
Outros	12.276	10.152	10.218	24.509	2.296	1.440
Passivo	242.234.602	(21.468.018)	(20.053.565)	219.745.347	(26.592.233)	(26.954.371)
Certificado de Depósitos						
Interfinanceiros - CDI	34.830.443	-	-	37.597.826	-	-
Taxa de Juros Pré - Reais	71.958.941	-	-	17.136.883	-	-
Indexados em Índices de Preços e Juros	18.763.201	-	-	19.547.448	-	-
Moeda Estrangeira	116.679.893	(21.468.018)	(20.053.565)	145.440.977	(26.592.233)	(26.954.371)
Outros	2.124	-	-	22.213	-	-
Opções	183.031.437	6.532	5.189	280.279.433	8.590	59.498
Compromissos de Compra	85.289.557	390.444	484.641	143.461.886	456.277	435.467
Opções de Compra Dólar	4.232.321	172.193	254.053	3.100.314	217.052	187.046
Opções de Venda Dólar	2.487.785	60.878	99.715	1.634.196	34.973	48.583
Opções de Compra Outras	11.647.962	61.544	58.156	68.717.749	145.409	104.621
Mercado Interfinanceiro	10.566.994	9.744	18.131	67.319.919	96.931	46.761
Outras ⁽¹⁾	1.080.968	51.800	40.025	1.397.830	48.478	57.860
Opções de Venda Outras	66.921.489	95.829	72.717	70.009.627	58.843	95.217
Mercado Interfinanceiro	65.413.783	31.721	6.234	65.808.416	36.339	52.648
Outras ⁽¹⁾	1.507.706	64.108	66.483	4.201.211	22.504	42.569
Compromissos de Venda	97.741.880	(383.912)	(479.452)	136.817.547	(447.687)	(375.969)
Opções de Compra Dólar	3.865.707	(199.032)	(293.939)	3.960.980	(256.493)	(206.726)
Opções de Venda Dólar	2.521.822	(74.308)	(94.690)	395.262	(13.449)	(14.822)
Opções de Compra Outras	15.561.690	(38.058)	(40.406)	55.897.980	(113.604)	(90.960)
Mercado Interfinanceiro	14.668.505	(13.532)	(20.519)	55.084.161	(71.857)	(38.298)
Outras ⁽¹⁾	893.185	(24.526)	(19.887)	813.819	(41.747)	(52.662)
Opções de Venda Outras	75.792.661	(72.514)	(50.417)	76.563.325	(64.141)	(63.461)
Mercado Interfinanceiro	74.765.676	(34.946)	(4.813)	72.646.899	(26.855)	(32.403)
Outras ⁽¹⁾	1.026.985	(37.568)	(45.604)	3.916.426	(37.286)	(31.058)
Contratos de Futuros	238.059.417	-	-	232.075.100	-	-
Posição Comprada	70.381.885	-	-	115.101.939	-	-
Cupom Cambial (DDI)	13.410.120	-	-	6.846.664	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	54.797.185	-	-	106.348.231	-	-
Moeda Estrangeira	1.824.617	-	-	1.753.021	-	-
Índice ⁽²⁾	100.634	-	-	135.794	-	-
"Treasury Bonds/Notes"	249.329	-	-	12.406	-	-
Outros	-	-	-	5.823	-	-

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	30/06/2015			Consolidado		
	Negociação			30/06/2014		
	Valor			Valor		
	Referencial	Curva	Mercado	Referencial	Curva	Mercado
Posição Vendida	167.677.532	-	-	116.973.161	-	-
Cupom Cambial (DDI)	80.605.423	-	-	36.294.011	-	-
Taxa de Juros (DI1 e DIA)	17.159.087	-	-	9.724.696	-	-
Moeda Estrangeira	8.855.421	-	-	35.152.642	-	-
Índice ⁽²⁾	122.359	-	-	302.801	-	-
"Treasury Bonds/Notes"	14.211	-	-	27.569	-	-
Taxa Média das Operações						
Compromissadas (OC1)	60.921.031	-	-	35.471.442	-	-
Contratos a Termo e Outros	43.088.021	257.094	305.807	23.414.612	(70.689)	83.755
Compromissos de Compra	16.131.940	(736.965)	(713.143)	11.168.023	(437.986)	(520.752)
Moedas	15.457.242	(735.997)	(711.633)	10.259.083	(437.986)	(520.752)
Outros	674.698	(968)	(1.510)	908.940	-	-
Compromissos de Venda	26.956.081	994.059	1.018.950	12.246.589	367.297	604.507
Moedas	26.099.367	979.546	1.000.040	11.726.879	367.297	604.507
Outros	856.714	14.513	18.910	519.710	-	-

(1) Inclui opções de ações e índices.

(2) Inclui índices Bovespa e S&P.

II) Instrumentos Financeiros Derivativos por Contraparte

				Banco	
				Valor Referencial	
				30/06/2015	30/06/2014
	Clientes	Partes Relacionadas	Instituições Financeiras ⁽¹⁾	Total	Total
"Swap"	75.753.584	74.429.893	58.824.585	209.008.062	215.340.889
Opções	2.852.097	1.226.886	175.883.673	179.962.656	278.306.105
Contratos de Futuros	-	-	237.478.021	237.478.021	231.347.750
Contratos a Termo e Outros	26.573.544	14.058.663	2.452.764	43.084.971	23.407.034

				Consolidado	
				Valor Referencial	
				30/06/2015	30/06/2014
	Clientes	Partes Relacionadas	Instituições Financeiras ⁽¹⁾	Total	Total
"Swap"	75.753.584	74.966.834	98.641.889	249.362.307	220.848.011
Opções	2.852.097	969.627	179.209.713	183.031.437	280.279.433
Contratos de Futuros	-	-	238.059.417	238.059.417	232.075.100
Contratos a Termo e Outros	26.573.544	14.058.663	2.455.814	43.088.021	23.414.612

(1) Inclui operações que tenham como contraparte a BM&FBovespa e outras bolsas de valores e mercadorias.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

III) Instrumentos Financeiros Derivativos por Vencimento

	Banco				
	Valor Referencial				
	30/06/2015				30/06/2014
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
"Swap"	27.844.335	45.116.147	136.047.580	209.008.062	215.340.889
Opções	109.442.965	67.509.419	3.010.272	179.962.656	278.306.105
Contratos de Futuros	92.448.803	114.059.255	30.969.963	237.478.021	231.347.750
Contratos a Termo e Outros	18.088.390	19.543.939	5.452.642	43.084.971	23.407.034

	Consolidado				
	Valor Referencial				
	30/06/2015				30/06/2014
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
"Swap"	29.386.599	47.209.132	172.766.576	249.362.307	220.848.011
Opções	111.255.877	68.981.318	2.794.242	183.031.437	280.279.433
Contratos de Futuros	92.577.478	114.473.655	31.008.284	238.059.417	232.075.100
Contratos a Termo e Outros	18.088.390	19.546.989	5.452.642	43.088.021	23.414.612

IV) Instrumentos Financeiros Derivativos por Mercado de Negociação

	Banco				
	Valor Referencial				
	30/06/2015				30/06/2014
	Bolsas ⁽¹⁾	Cetip ⁽²⁾	Balcão ⁽³⁾	Total	Total
"Swap"	81.532.851	66.016.813	61.458.398	209.008.062	215.340.889
Opções	176.529.567	3.033.089	400.000	179.962.656	278.306.105
Contratos de Futuros	237.478.021	-	-	237.478.021	231.347.750
Contratos a Termo e Outros	-	32.588.089	10.496.882	43.084.971	23.407.034

	Consolidado				
	Valor Referencial				
	30/06/2015				30/06/2014
	Bolsas ⁽¹⁾	Cetip ⁽²⁾	Balcão ⁽³⁾	Total	Total
"Swap"	81.532.851	105.700.887	62.128.569	249.362.307	220.848.011
Opções	179.598.348	3.033.089	400.000	183.031.437	280.279.433
Contratos de Futuros	238.059.417	-	-	238.059.417	232.075.100
Contratos a Termo e Outros	-	32.591.139	10.496.882	43.088.021	23.414.612

(1) Inclui valores negociados na BM&FBovespa e outras bolsas de valores e mercadorias.

(2) Inclui valores negociados em outras câmaras de compensação.

(3) É composto por operações que são incluídas em câmaras de registro, conforme regulamentação do Bacen.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

V) Derivativos Utilizados como Instrumentos de "Hedge"

Os derivativos utilizados como instrumentos de "hedge" por indexador eram representados como seguem:

a) "Hedge" de Risco de Mercado

	30/06/2015					Banco
	Valor da	Ajuste a	Valor de	Valor da	Ajuste a	30/06/2014
	Curva	Mercado	Mercado	Curva	Mercado	Valor de
						Mercado
Instrumentos de "Hedge"						
Contratos de "Swap"	(109.461)	(78.269)	(187.730)	32.567	(90.722)	(58.155)
Ativo	4.385.114	14.812	4.399.926	2.134.682	(1.318.016)	816.666
Certificado de Depósitos						
Interfinanceiros - CDI ^{(1) (2) (7)}	2.128.843	2.887	2.131.730	1.407.014	(703.514)	703.500
Taxa de Juros Pré - Reais ⁽²⁾	473.111	6	473.117	111.202	(632.234)	(521.032)
Indexados em Moeda Estrangeira -						
Pré - Dólar ⁽⁷⁾	41.625	1.589	43.214	-	-	-
Indexados em Moeda Estrangeira -						
USD/BRL - Dólar ⁽³⁾	1.346.759	2.619	1.349.378	-	-	-
Indexados em Moeda Estrangeira -						
Libor - Dólar ^{(2) (4) (5) (7)}	366.753	7.296	374.049	306.076	13.866	319.942
Indexados em Moeda Estrangeira -						
Pré - Franco Suíço ⁽⁶⁾	-	-	-	310.390	3.866	314.256
Indexados em Moeda Estrangeira -						
Pré - YEN ⁽⁸⁾	28.023	415	28.438	-	-	-
Passivo	(4.494.575)	(93.081)	(4.587.656)	(2.102.115)	1.227.294	(874.821)
Indexados em Moeda Estrangeira -						
Dólar ⁽¹⁾	(748.137)	(34.849)	(782.986)	(699.145)	(66.553)	(765.698)
Indexados em Índices de Preços						
e Juros ⁽²⁾	(1.884.809)	(65.470)	(1.950.279)	(797.807)	1.099.900	302.093
Indexados em Moeda Estrangeira Pré -						
Dólar ⁽⁴⁾	(10.841)	(224)	(11.065)	(20.304)	(967)	(21.271)
Certificado de Depósitos						
Interfinanceiros - CDI ^{(3) (5)}	(1.386.801)	13.931	(1.372.870)	(36.284)	(1.276)	(37.560)
Indexados em Moeda Estrangeira -						
Libor - Dólar ^{(6) (8)}	(32.994)	(433)	(33.427)	(286.402)	(3.909)	(290.311)
Taxa de Juros Pré - Reais ⁽⁷⁾	(430.993)	(6.036)	(437.029)	(262.173)	200.099	(62.074)
Objeto de "Hedge"						
Ativo	2.606.933	127.725	2.734.658	1.727.985	111.591	1.839.576
Operação de Crédito	1.724.190	112.788	1.836.978	1.072.311	63.221	1.135.532
Indexados em Moeda Estrangeira -						
Dólar	672.600	47.122	719.722	612.450	63.923	676.373
Indexados em Moeda Estrangeira Pré -						
Dólar	10.852	48	10.900	20.317	264	20.581
Indexados em Índices de Preços e						
Juros	1.029.583	66.191	1.095.774	181.757	10.875	192.632
Certificado de Depósitos						
Interfinanceiros - CDI	-	-	-	36.284	(1.368)	34.916
Taxa de Juros Pré - Reais	11.155	(573)	10.582	221.503	(10.473)	211.030
Títulos e Valores Mobiliários -						
Disponíveis para Venda	882.743	14.937	897.680	655.674	48.370	704.044
Debêntures	621.046	26.493	647.539	655.674	48.370	704.044
Notas Promissórias - NP	261.697	(11.556)	250.141	-	-	-
Passivo	(1.373.913)	(11.647)	(1.385.560)	(312.240)	(2.017)	(314.257)
Obrigações por Empréstimos						
no Exterior	(1.346.273)	(11.314)	(1.357.587)	-	-	-
Indexados em Moeda Estrangeira -						
Dólar	(1.346.273)	(11.314)	(1.357.587)	-	-	-
Obrigações por Títulos e Valores						
Mobiliários no Exterior	(27.640)	(333)	(27.973)	(312.240)	(2.017)	(314.257)
Eurobonds	(27.640)	(333)	(27.973)	(312.240)	(2.017)	(314.257)

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	30/06/2015					Consolidado 30/06/2014
	Valor da Curva	Ajuste a Mercado	Valor de Mercado	Valor da Curva	Ajuste a Mercado	Valor de Mercado
Instrumentos de "Hedge"						
Contratos de "Swap"	(184.936)	(85.584)	(270.520)	32.440	(91.338)	(58.898)
Ativo	4.742.531	53.085	4.795.616	2.445.824	(1.273.588)	1.172.236
Certificado de Depósitos						
Interfinanceiros - CDI ^{(1) (2) (7)}	2.128.843	2.887	2.131.730	1.407.014	(703.514)	703.500
Taxa de Juros Pré - Reais ⁽²⁾	473.111	6	473.117	111.202	(632.234)	(521.032)
Indexados em Moeda Estrangeira - Pré - Dólar ⁽⁷⁾	41.625	1.589	43.214	-	-	-
Indexados em Moeda Estrangeira - USD/BRL - Dólar ⁽³⁾	1.346.759	2.619	1.349.378	-	-	-
Indexados em Moeda Estrangeira - Libor - Dólar ^{(2) (4) (5) (7)}	366.753	7.296	374.049	306.076	13.866	319.942
Indexados em Moeda Estrangeira - Pré - Franco Suíço ⁽⁶⁾	-	-	-	310.390	3.866	314.256
Indexados em Moeda Estrangeira - Euro ⁽⁷⁾	357.417	38.273	395.690	311.142	44.428	355.570
Indexados em Moeda Estrangeira - Pré - YEN ⁽⁸⁾	28.023	415	28.438	-	-	-
Passivo	(4.927.467)	(138.669)	(5.066.136)	(2.413.384)	1.182.250	(1.231.134)
Indexados em Moeda Estrangeira - Dólar ^{(1) (7)}	(1.181.029)	(80.437)	(1.261.466)	(1.010.414)	(111.597)	(1.122.011)
Indexados em Índices de Preços e Juros ⁽²⁾	(1.884.809)	(65.470)	(1.950.279)	(797.807)	1.099.900	302.093
Indexados em Moeda Estrangeira Pré - Dólar ⁽⁴⁾	(10.841)	(224)	(11.065)	(20.304)	(967)	(21.271)
Certificado de Depósitos						
Interfinanceiros - CDI ^{(3) (5)}	(1.386.801)	13.931	(1.372.870)	(36.284)	(1.276)	(37.560)
Indexados em Moeda Estrangeira - Libor - Dólar ^{(6) (8)}	(32.994)	(433)	(33.427)	(286.402)	(3.909)	(290.311)
Taxa de Juros Pré - Reais ⁽⁷⁾	(430.993)	(6.036)	(437.029)	(262.173)	200.099	(62.074)
Objeto de "Hedge"						
Ativo	3.039.826	135.288	3.175.114	2.040.884	112.277	2.153.161
Operação de Crédito	2.157.083	120.351	2.277.434	1.385.210	63.907	1.449.117
Indexados em Moeda Estrangeira - Dólar	1.105.493	54.685	1.160.178	925.349	64.609	989.958
Indexados em Moeda Estrangeira Pré - Dólar	10.852	48	10.900	20.317	264	20.581
Indexados em Índices de Preços e Juros	1.029.583	66.191	1.095.774	181.757	10.875	192.632
Certificado de Depósitos						
Interfinanceiros - CDI	-	-	-	36.284	(1.368)	34.916
Taxa de Juros Pré - Reais	11.155	(573)	10.582	221.503	(10.473)	211.030
Títulos e Valores Mobiliários -						
Disponíveis para Venda	882.743	14.937	897.680	655.674	48.370	704.044
Debêntures	621.046	26.493	647.539	655.674	48.370	704.044
Notas Promissórias - NP	261.697	(11.556)	250.141	-	-	-
Passivo	(1.373.913)	(11.647)	(1.385.560)	(312.240)	(2.017)	(314.257)
Obrigações por Empréstimos						
no Exterior	(1.346.273)	(11.314)	(1.357.587)	-	-	-
Indexados em Moeda Estrangeira - Dólar	(1.346.273)	(11.314)	(1.357.587)	-	-	-
Obrigações por Títulos e Valores						
Mobiliários no Exterior	(27.640)	(333)	(27.973)	(312.240)	(2.017)	(314.257)
Eurobonds	(27.640)	(333)	(27.973)	(312.240)	(2.017)	(314.257)

(1) Instrumentos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito indexados em moeda estrangeira - dólar com valor de mercado de R\$719.722 (30/06/2014 - R\$676.373) no Banco e R\$1.160.178 (30/06/2014 - R\$989.958) no Consolidado e títulos e valores mobiliários representados por debêntures com valor de mercado de R\$72.094 (30/06/2014 - R\$89.215) no Banco e Consolidado.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

(2) Instrumentos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito indexados em índices de preços e juros no valor de R\$1.095.774 (30/06/2014 - R\$192.632) e títulos e valores mobiliários representados por debêntures com valor de mercado de R\$575.445 (30/06/2014 - R\$614.829) no Banco e Consolidado.

(3) Instrumentos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito indexados em moeda estrangeira pré - dólar com valor de mercado de R\$10.900 (30/06/2014 - R\$20.581), no Banco e Consolidado.

(4) Instrumentos cujos objetos de "hedge" são títulos e valores mobiliários representados por notas promissórias indexados em certificados de depósitos interfinanceiros com valor de mercado de R\$17.146 (30/06/2014 - são operações de crédito indexados em certificados de depósitos interfinanceiros com valor de mercado de R\$34.916) no Banco e Consolidado.

(5) Instrumentos cujos objetos de "hedge" são obrigações com títulos e valores mobiliários no exterior - eurobonds com valor de mercado de R\$27.973 (30/06/2014 - R\$314.257) no Banco e Consolidado.

(6) Instrumentos cujos objetos de "hedge" são operações de crédito indexados com taxas de juros pré fixados em Reais com valor de mercado de R\$10.582 (30/06/2014 - R\$211.030) no Banco e Consolidado.

(7) Instrumentos ativos cujos objetos de "hedge" são obrigações por empréstimos no exterior indexados em moeda estrangeira - dólar com valor de mercado de R\$1.357.587 e instrumentos passivos cujos objetos de "hedge" são títulos e valores mobiliários representados por notas promissórias indexados em taxas de juros pré - reais com valor de mercado de R\$232.995 no Banco e no Consolidado.

A efetividade destas operações estava de acordo com o estabelecido pela Circular Bacen 3.082/2002.

b) "Hedge" de Fluxo de Caixa

	30/06/2015						Banco
	Valor da Curva	Ajuste a Mercado	Valor de Mercado	Valor da Curva	Ajuste a Mercado	Valor de Mercado	30/06/2014
Instrumentos de "Hedge"							
Contratos de "Swap"	(538.049)	(67.829)	(605.878)	(128.352)	(93.769)	(222.121)	
Ativo	2.886.403	82.922	2.969.325	3.405.126	99.705	3.504.831	
Indexados em Moeda							
Estrangeira - Franco Suíço ⁽¹⁾	501.052	18.037	519.089	928.073	28.896	956.969	
Indexados em Moeda							
Estrangeira - Peso Chileno ⁽²⁾	115.552	4.067	119.619	90.507	5.571	96.078	
Indexados em Moeda							
Estrangeira - Iuan ⁽³⁾	-	-	-	53.253	452	53.705	
Indexados em Taxas de Juros							
Pré - Reais ⁽⁴⁾	1.278.333	(43.433)	1.234.900	1.278.333	(39.374)	1.238.959	
Indexados em Moeda							
Estrangeira Pré - Dólar ⁽⁵⁾	991.466	104.251	1.095.717	1.054.960	104.160	1.159.120	
Passivo	(3.424.452)	(150.751)	(3.575.203)	(3.533.478)	(193.474)	(3.726.952)	
Indexados em Moeda							
Estrangeira Pré - Dólar ^{(1) (2) (3) (4)}	(2.617.781)	(45.909)	(2.663.690)	(2.469.324)	(81.551)	(2.550.875)	
Certificados de Depósitos							
Interfinanceiros - CDI ⁽⁵⁾	-	-	-	(204.459)	(26.978)	(231.437)	
Indexados em Taxa de Juros							
Pré - Reais ⁽⁵⁾	(109.712)	1.288	(108.424)	(252.514)	(395)	(252.909)	
Indexados em Moeda							
Estrangeira Pré - Euro ⁽⁵⁾	(696.959)	(106.130)	(803.089)	(607.181)	(84.550)	(691.731)	

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	30/06/2015						Consolidado
	Valor da Curva	Ajuste a Mercado	Valor de Mercado	Valor da Curva	Ajuste a Mercado	Valor de Mercado	30/06/2014
Instrumentos de "Hedge"							
Contratos de "Swap"	(602.809)	(75.071)	(677.880)	(191.827)	(124.968)	(316.795)	
Ativo	3.604.289	117.809	3.722.098	3.768.786	65.733	3.834.519	
Indexados em Moeda							
Estrangeira - Franco Suíço ⁽¹⁾	501.052	18.037	519.089	928.073	28.896	956.969	
Indexados em Moeda							
Estrangeira - Peso Chileno ⁽²⁾	115.552	4.067	119.619	90.507	5.571	96.078	
Indexados em Moeda							
Estrangeira - Iuan ⁽³⁾	-	-	-	53.253	452	53.705	
Indexados em Taxas de Juros							
Pré - Reais ⁽⁴⁾	1.278.333	(43.433)	1.234.900	1.278.333	(39.374)	1.238.959	
Indexados em Moeda							
Estrangeira Pré - Dólar ^{(5) (6)}	1.046.866	106.214	1.153.080	1.134.827	95.694	1.230.521	
Indexados em Moeda							
Estrangeira Pré - Euro ⁽⁶⁾	662.486	32.924	695.410	283.793	(25.506)	258.287	
Passivo	(4.207.098)	(192.880)	(4.399.978)	(3.960.613)	(190.701)	(4.151.314)	
Indexados em Moeda							
Estrangeira Pré - Dólar ^{(1) (2) (3) (4)}	(2.617.781)	(45.909)	(2.663.690)	(2.469.324)	(81.551)	(2.550.875)	
Certificados de Depósitos							
Interfinanceiros - CDI ⁽⁵⁾	-	-	-	(204.459)	(26.978)	(231.437)	
Indexados em Taxa de Juros							
Pré - Reais ⁽⁵⁾	(109.712)	1.288	(108.424)	(252.514)	(395)	(252.909)	
Indexados em Moeda							
Estrangeira Pré - Euro ⁽⁵⁾	(696.959)	(106.130)	(803.089)	(607.181)	(84.550)	(691.731)	
Indexados em Moeda							
Estrangeira - Dólar ⁽⁶⁾	(527.621)	(37.409)	(565.030)	(326.613)	2.072	(324.541)	
Indexados em Moeda							
Estrangeira - Reais ⁽⁶⁾	(255.025)	(4.720)	(259.745)	(100.522)	701	(99.821)	

	Banco/Consolidado	
	30/06/2015	30/06/2014
	Valor de Referência	Valor de Referência
Instrumentos de "Hedge"		
Contratos de Futuros	35.481.932	11.842.708
Moeda Estrangeira - Dólar ⁽⁷⁾	35.481.932	11.842.708

	Banco		Consolidado	
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
Objeto de "Hedge" - Valor da Curva				
Ativo	27.008.147	12.743.226	27.736.280	13.456.161
Operações de Crédito				
Contratos de Financiamento e Crédito à Exportação e Importação	26.228.142	11.681.974	26.228.142	11.681.974
Operações de Crédito	86.393	252.917	814.526	965.852
Títulos e Valores Mobiliários - Disponíveis para Venda				
Notas Promissórias - NP	-	204.459	-	204.459
Títulos da Dívida Externa Brasileira	693.612	603.876	693.612	603.876
Passivo	(1.873.774)	(2.354.905)	(1.873.774)	(2.354.905)
Eurobonds	(1.873.774)	(2.354.905)	(1.873.774)	(2.354.905)

(1) Operações com vencimento em 12 de abril de 2016 (30/06/2014 - operações com vencimento em 1 de dezembro de 2014, 4 de março de 2015 e 12 de abril de 2016), cujo objeto de "hedge" são operações de eurobonds.

(2) Operação com vencimento em 13 de abril de 2016 (30/06/2014 - operação com vencimento em 13 de abril de 2016), cujo objeto de "hedge" é uma operação de eurobonds.

(3) Em 30 de junho de 2014, operação com vencimento em 24 de dezembro de 2014, cujo objeto de "hedge" é uma operação de eurobonds.

(4) Operações com vencimento em 18 de março de 2016 (30/06/2014 - operação com vencimento em 18 de março de 2016), cujo objeto de "hedge" são operações de eurobonds.

(5) Operações com vencimento em 18 de setembro de 2015, 26 de outubro de 2015, 18 de março de 2016 e 1 de abril de 2021 (30/06/2014 - operações com vencimento em 22 de outubro de 2014, 10 de abril de 2018 e 1 de abril de 2021), cujos objetos de "hedge" são títulos e valores mobiliários representados por nota promissória e título da dívida externa brasileira e operações de crédito.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

(6) Operações com vencimento entre julho de 2015 a junho de 2021 (30/06/2014 - operações com vencimento entre julho de 2015 a abril de 2018), cujos objetos de "hedge" são contratos de operações de crédito com entidades de crédito.

(7) Operação com vencimento em 1 de outubro de 2015, 3 de agosto de 2015 e 4 de janeiro de 2016 (30/06/2014 - operação com vencimento em 31 de julho de 2014) e valor atualizado dos instrumentos de R\$26.235.223 (30/06/2014 - R\$11.679.192), cujo objeto de "hedge" são as operações de crédito - contratos de financiamento e crédito à exportação e importação.

No Banco e no Consolidado, entre julho e setembro de 2014 foram contratadas operações de "hedge" contábil de fluxo de caixa, tendo como objeto de "hedge" certificados de depósitos bancários (CDB). Em outubro de 2014 essa estrutura foi descontinuada. O efeito da marcação a mercado destes contratos de futuros já líquido dos efeitos tributários que será reconhecido no resultado e que se encontra destacado no patrimônio líquido corresponde a um crédito no valor de R\$42.490 que será amortizado nos próximos 12 meses.

No Banco e no Consolidado, o efeito da marcação a mercado dos contratos de "swap" e futuros corresponde a um débito no valor de R\$78.256 (30/06/2014 - R\$111.573) e está contabilizado no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários.

A efetividade destas operações estava de acordo com o estabelecido pela Circular Bacen 3.082/2002, e não foi identificada nenhuma parcela inefetiva a ser registrada contabilmente no resultado durante o período.

VI) Instrumentos Financeiros Derivativos - Margens Dadas em Garantia

A margem dada em garantia de operações negociadas na BM&FBovespa com instrumentos financeiros derivativos próprios e de terceiros é composta por títulos públicos federais.

	Banco		Consolidado	
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	102.703	-	566.568	609.790
Letras do Tesouro Nacional - LTN	7.471.362	2.205.329	7.498.171	2.236.371
Notas do Tesouro Nacional - NTN	862.063	2.354.556	862.063	2.354.556
Total	8.436.128	4.559.885	8.926.802	5.200.717

VII) Instrumentos Financeiros Derivativos Registrados em Contas de Ativo e Passivo

	Banco		Consolidado	
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
Ativo				
"Swap" - Diferencial a Receber ⁽¹⁾	7.553.333	4.665.733	8.617.753	4.837.556
Prêmios de Opções a Exercer	430.589	403.298	484.641	435.467
Contratos a Termo e Outros	3.916.248	628.685	3.933.988	628.685
Total	11.900.170	5.697.716	13.036.382	5.901.708
Passivo				
"Swap" - Diferencial a Pagar ⁽¹⁾	7.359.647	3.251.751	8.568.612	3.551.321
Prêmios de Opções Lançadas	472.797	381.733	479.452	375.969
Contratos a Termo e Outros	3.628.181	544.662	3.628.181	544.930
Total	11.460.625	4.178.146	12.676.245	4.472.220

(1) Inclui "swaption" e derivativos embutidos.

c) Instrumentos Financeiros - Análise de Sensibilidade

A gestão de riscos é focada em portfólios e fatores de riscos, conforme a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais.

As novas regras de Basileia III, foram divulgadas em 1 de março de 2013; e em outubro de 2013 houve a publicação de novas regras e revisão das divulgadas em março de 2013. A implantação das novas regras segue um cronograma de fase in; possibilitando assim a aplicação das regras de forma gradual até 2019. Algumas regras passaram a ser aplicadas em outubro de 2013 e o restante em 1 de janeiro de 2014.

Os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação e "banking", conforme efetuado no gerenciamento da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do Método Padronizado de Basileia do Bacen. Carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidas com intenção de negociação e a carteira "banking" consiste nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio do Banco Santander e seus eventuais "hedges". Assim sendo, de acordo com a natureza das atividades do Banco Santander, a análise de sensibilidade foi dividida entre as carteiras de negociação e "banking".

O Banco Santander efetua a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de acordo com a Instrução CVM 475/2008, considerando as informações de mercado e cenários que afetariam negativamente as posições do Banco.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Os quadros resumos apresentados abaixo sintetizam valores de sensibilidade gerados pelos sistemas corporativos do Banco Santander, referente à carteira de negociação e da carteira "banking", para cada um dos cenários das carteiras do dia 30 de junho de 2015.

Carteira Negociação				
Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré - Fixadas	(1.004)	(19.941)	(39.882)
Cupom de Taxa de Juros	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Taxa de Juros	(6.422)	(107.415)	(214.831)
Cupom de Dólar	Exposições sujeitas à Variação da Taxa do Cupom de Dólar	(720)	(22.520)	(45.040)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Moedas Estrangeiras	(2)	(1.703)	(3.407)
Moeda Estrangeira	Exposições sujeitas à Variação Cambial	(716)	(17.891)	(35.782)
Eurobond/Treasury/Global	Exposições sujeitas à Variação da Taxa de Juros de Papéis Negociados no Mercado Internacional	(376)	(262)	(524)
Inflação	Exposições sujeitas à Variação das Taxas de Cupons de Índices de Preços	(2.523)	(40.679)	(81.358)
Ações e Índices	Exposições sujeitas à Variação do Preço de Ações	(160)	(4.005)	(8.011)
Outros	Exposições que não se Enquadram nas Definições Anteriores	(3.748)	-	-
Total ⁽¹⁾		(15.671)	(214.416)	(428.835)

(1) Valores líquidos de efeitos tributários.

Cenário 1: choque de +10bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas e ações).

Cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Carteira "Banking"				
Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré - Fixadas	(88.395)	(2.315.076)	(4.343.660)
TR e Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP)	Exposições sujeitas à Variação de Cupons de TR e TJLP	(18.223)	(476.593)	(844.436)
Inflação	Exposições sujeitas à Variação das Taxas de Cupons de Índices de Preços	(523)	(5.813)	(9.980)
Cupom de Dólar	Exposições sujeitas à Variação da Taxa do Cupom de Dólar	(8.139)	(193.791)	(354.829)
Cupom de Outras Moedas	Exposições sujeitas à Variação das Taxas dos Cupons de Moedas Estrangeiras	(1.190)	(9.911)	(21.005)
Taxa de Juros Mercado Internacional	Exposições sujeitas à Variação da Taxa de Juros de Papéis Negociados no Mercado Internacional	(8.303)	(22.694)	(51.798)
Moeda Estrangeira	Exposições sujeitas à Variação Cambial	(633)	(15.836)	(31.672)
Total ⁽¹⁾		(125.406)	(3.039.714)	(5.657.380)

(1) Valores líquidos de efeitos tributários.

Cenário 1: choque de +10bps nas curvas de juros e 1% para variação de preços (moedas).

Cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

7. Relações Interfinanceiras

O saldo da rubrica relações interfinanceiras é composto por créditos vinculados representados, basicamente, por depósitos efetuados no Bacen para cumprimento das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos à vista, depósitos de poupança e depósitos a prazo e por pagamentos e recebimentos a liquidar, representados por cheques e outros papéis remetidos ao serviço de compensação (posição ativa e passiva).

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

8. Carteira de Créditos e Provisão para Perdas

a) Carteira de Créditos

	Banco		Consolidado	
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
Operações de Crédito	180.935.657	159.818.941	217.116.959	194.988.968
Empréstimos e Títulos Descontados	101.728.224	90.922.052	105.180.156	92.340.981
Financiamentos	38.897.283	35.700.093	71.626.653	69.451.191
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	5.465.318	5.084.038	5.465.318	5.084.038
Financiamentos Imobiliários	34.765.644	28.022.613	34.765.644	28.022.613
Financiamentos de Títulos e Valores Mobiliários	76.992	75.192	76.992	75.192
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	2.196	14.953	2.196	14.953
Operações de Arrendamento Mercantil	38	1.521	3.186.724	3.629.552
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio ⁽¹⁾ (Nota 9)	5.151.020	3.806.074	5.151.020	3.806.074
Outros Créditos ⁽²⁾	26.997.719	21.890.137	29.067.924	23.938.150
Total	213.084.434	185.516.673	254.522.627	226.362.744
Circulante	118.557.248	79.372.931	141.110.975	101.679.168
Longo Prazo	94.527.186	106.143.742	113.411.652	124.683.576

(1) Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão classificados como redução de outras obrigações.

(2) Compreende os créditos por avais e fianças honrados, outros créditos - diversos (devedores por compra de valores e bens e títulos e créditos a receber - Nota 12) e rendas a receber sobre contratos de câmbio (Nota 9).

Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros

De acordo com a Resolução 3.533/2008 do CMN atualizada com normatizações posteriores, as operações de cessão de crédito com retenção substancial dos riscos e benefícios, passaram a partir de 1 de janeiro de 2012 a permanecer registradas na carteira de crédito. Para as operações de cessão de crédito realizadas até 31 de dezembro de 2011, independente da retenção ou transferência substancial de riscos e benefícios, os ativos financeiros eram baixados do registro da operação original e o resultado apurado na cessão apropriada ao resultado do período.

(i) Com Transferência Substancial de Riscos e Benefícios

Durante o primeiro semestre de 2015, foram realizadas operações de cessão de créditos sem coobrigação no montante de R\$1.146.943 (2014 - R\$2.596) no Banco e no Consolidado e estavam representados substancialmente por empréstimos e títulos descontados, classificadas no nível de risco H.

(ii) Com Retenção Substancial de Riscos e Benefícios

Em março de 2013, o Banco efetuou cessão de créditos com coobrigação referente a financiamento imobiliário no montante de R\$47.485. Em 30 de junho de 2015, o valor presente das operações cedidas é de R\$2.196 (30/06/2014 - R\$14.953) (Nota 26.e).

Em dezembro de 2011, o Banco efetuou cessão de créditos com coobrigação referente a financiamento imobiliário no montante de R\$688.821, cujos vencimentos ocorrerão até outubro de 2041. Em 30 de junho de 2015, o valor presente das operações cedidas é de R\$227.952 (30/06/2014 - R\$305.614).

A operação de cessão foi realizada com cláusula de coobrigação, sendo prevista a recompra compulsória nas seguintes situações:

- Contratos inadimplentes por um período superior a 90 dias consecutivos;
- Contratos objeto de renegociação;
- Contratos objeto de portabilidade, nos termos da Resolução 3.401/2006 do CMN; e
- Contratos objeto de interveniência.

O valor de recompra compulsória será calculado pelo saldo devedor do crédito devidamente atualizado na data da respectiva recompra.

A partir da data da cessão os fluxos de caixa das operações cedidas serão pagos diretamente à entidade cessionária.

b) Carteira de Créditos por Vencimento

	Banco		Consolidado	
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
Vencidas	6.593.548	7.176.596	7.322.216	7.945.630
A Vencer:				
Até 3 Meses	65.214.855	37.074.911	73.959.020	44.611.141
De 3 a 12 Meses	53.342.393	42.298.020	67.151.955	57.068.027
Acima de 12 Meses	87.933.638	98.967.146	106.089.436	116.737.946
Total	213.084.434	185.516.673	254.522.627	226.362.744

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

c) Carteira de Arrendamento Mercantil

	Banco		Consolidado	
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
Investimento Bruto nas Operações de Arrendamento Mercantil	44	1.582	3.767.640	4.288.296
Arrendamentos a Receber	24	684	2.442.664	2.623.793
Valores Residuais a Realizar ⁽¹⁾	20	898	1.324.976	1.664.503
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(21)	(555)	(2.412.187)	(2.562.826)
Valores Residuais a Balancear	(20)	(898)	(1.324.976)	(1.664.503)
Imobilizado de Arrendamento	72.552	113.891	8.260.536	10.106.659
Depreciações Acumuladas	(72.552)	(113.891)	(4.451.200)	(5.715.239)
Superveniências de Depreciações	29.551	62.318	2.112.386	2.895.841
Perdas em Arrendamentos a Amortizar	-	-	198.863	186.692
Credores por Antecipação de Valor Residual	(29.516)	(60.926)	(2.967.936)	(3.909.529)
Outros Valores e Bens	-	-	3.598	4.161
Total da Carteira de Arrendamento Mercantil a Valor Presente	38	1.521	3.186.724	3.629.552

(1) Valor residual garantido dos contratos de arrendamento mercantil, líquido de antecipações.

A receita financeira não realizada de arrendamento mercantil (receita de arrendamento mercantil a apropriar referente aos pagamentos mínimos a receber) é de R\$6 (30/06/2014 - R\$61) no Banco e R\$580.916 (30/06/2014 - R\$658.744) no Consolidado.

Em 30 de junho de 2015 e 2014, não existiam acordos ou compromissos de arrendamento mercantil que individualmente sejam considerados relevantes.

Abertura por Vencimento do Investimento Bruto nas Operações de Arrendamento Mercantil

	Banco		Consolidado	
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
Vencidas	11	493	40.778	81.007
A Vencer:				
Até 1 Ano	17	1.055	1.794.483	2.013.749
De 1 a 5 Anos	16	34	1.927.386	2.185.709
Acima de 5 Anos	-	-	4.993	7.831
Total	44	1.582	3.767.640	4.288.296

Abertura por Vencimento da Carteira de Arrendamento Mercantil a Valor Presente

	Banco		Consolidado	
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
Vencidas	9	366	36.843	56.526
A Vencer:				
Até 1 Ano	16	1.131	1.678.176	1.902.235
De 1 a 5 Anos	13	24	1.468.167	1.665.434
Acima de 5 Anos	-	-	3.538	5.357
Total	38	1.521	3.186.724	3.629.552

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

d) Carteira de Créditos por Setor de Atividades

	Banco		Consolidado	
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
Setor Privado	212.958.155	185.408.636	254.395.104	226.250.798
Indústria	57.008.839	43.796.778	58.326.707	45.453.920
Comércio	24.277.091	20.215.915	28.304.258	23.781.843
Instituições Financeiras	1.402.469	4.328	1.482.287	6.663
Serviços e Outros ⁽¹⁾	40.070.093	43.394.717	43.084.464	46.628.374
Pessoas Físicas	84.734.345	72.912.861	117.732.070	105.295.961
Cartão de Crédito	17.339.296	16.704.056	17.339.296	16.704.056
Crédito Imobiliário	24.235.037	17.905.274	24.235.037	17.905.274
Crédito Consignado	10.874.195	12.285.004	13.193.156	12.285.004
Financiamento e Leasing de Veículos	2.941.581	3.206.171	33.620.344	33.412.341
Outros ⁽²⁾	29.344.237	22.812.356	29.344.237	24.989.286
Agricultura	5.465.318	5.084.037	5.465.318	5.084.037
Setor Público	126.279	108.037	127.523	111.946
Governo Federal	20	32	20	32
Governo Estadual	98.883	94.379	99.634	95.487
Governo Municipal	27.376	13.626	27.869	16.427
Total	213.084.434	185.516.673	254.522.627	226.362.744

(1) Inclui as atividades de crédito imobiliário - plano empresarial, serviços de transporte, de saúde, pessoais entre outros.

(2) Inclui crédito pessoal, cheque especial entre outros.

e) Carteira de Créditos e da Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco

Nível de Risco	% Provisão Mínima Requerida	Carteira de Créditos			Banco 30/06/2015 Provisão		
		Curso Normal	Curso Anormal ⁽¹⁾	Total ⁽³⁾	Requerida	Adicional ⁽²⁾	Total
AA	-	93.695.371	-	93.695.371	-	-	-
A	0,5%	73.581.798	-	73.581.798	367.909	268.691	636.600
B	1%	11.415.755	1.339.554	12.755.309	127.553	220.074	347.627
C	3%	8.178.576	2.000.164	10.178.740	305.362	410.670	716.032
D	10%	5.568.049	2.430.062	7.998.111	799.811	-	799.811
E	30%	1.390.969	1.303.956	2.694.925	808.478	-	808.478
F	50%	763.328	1.162.324	1.925.652	962.826	-	962.826
G	70%	589.542	956.596	1.546.138	1.082.297	-	1.082.297
H	100%	2.890.561	5.705.041	8.595.602	8.595.602	-	8.595.602
Total		198.073.949	14.897.697	212.971.646	13.049.838	899.435	13.949.273

Nível de Risco	% Provisão Mínima Requerida	Carteira de Créditos			Banco 30/06/2014 Provisão		
		Curso Normal	Curso Anormal ⁽¹⁾	Total ⁽³⁾	Requerida	Adicional ⁽²⁾	Total
AA	-	56.358.631	-	56.358.631	-	-	-
A	0,5%	80.484.984	-	80.484.984	402.425	306.225	708.650
B	1%	13.986.485	1.240.001	15.226.486	152.265	271.589	423.854
C	3%	7.828.325	2.006.184	9.834.509	295.036	226.723	521.759
D	10%	6.008.385	2.401.785	8.410.170	841.017	-	841.017
E	30%	1.747.025	1.500.282	3.247.307	974.192	-	974.192
F	50%	1.288.716	1.608.235	2.896.951	1.448.476	-	1.448.476
G	70%	951.046	1.127.314	2.078.360	1.454.852	-	1.454.852
H	100%	1.729.828	5.186.226	6.916.054	6.916.054	-	6.916.054
Total		170.383.425	15.070.027	185.453.452	12.484.317	804.537	13.288.854

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Nível de Risco	% Provisão Mínima Requerida	Carteira de Créditos					Consolidado 30/06/2015 Provisão	
		Curso Normal	Curso Anormal ⁽¹⁾	Total ⁽³⁾	Requerida	Adicional ⁽²⁾	Total	
		AA	-	105.526.562	-	105.526.562	-	-
A	0,5%	96.109.992	-	96.109.992	480.550	274.938	755.488	
B	1%	13.822.562	2.572.970	16.395.532	163.955	220.074	384.029	
C	3%	8.829.302	3.106.783	11.936.085	358.083	410.670	768.753	
D	10%	5.666.438	2.826.396	8.492.834	849.283	-	849.283	
E	30%	1.430.312	1.512.786	2.943.098	882.929	-	882.929	
F	50%	773.622	1.327.368	2.100.990	1.050.495	-	1.050.495	
G	70%	598.270	1.096.079	1.694.349	1.186.044	-	1.186.044	
H	100%	2.933.966	6.268.868	9.202.834	9.202.834	-	9.202.834	
Total		235.691.026	18.711.250	254.402.276	14.174.173	905.682	15.079.855	

Nível de Risco	% Provisão Mínima Requerida	Carteira de Créditos					Consolidado 30/06/2014 Provisão	
		Curso Normal	Curso Anormal ⁽¹⁾	Total ⁽³⁾	Requerida	Adicional ⁽²⁾	Total	
		AA	-	59.450.781	-	59.450.781	-	-
A	0,5%	110.164.247	-	110.164.247	550.821	311.643	862.464	
B	1%	16.600.413	2.628.544	19.228.957	192.290	271.589	463.879	
C	3%	8.505.421	3.471.672	11.977.093	359.313	226.723	586.036	
D	10%	6.032.966	2.936.052	8.969.018	896.902	-	896.902	
E	30%	1.763.870	1.722.407	3.486.277	1.045.883	-	1.045.883	
F	50%	1.294.045	1.808.137	3.102.182	1.551.091	-	1.551.091	
G	70%	959.372	1.276.791	2.236.163	1.565.314	-	1.565.314	
H	100%	1.750.269	5.933.850	7.684.119	7.684.119	-	7.684.119	
Total		206.521.384	19.777.453	226.298.837	13.845.733	809.955	14.655.688	

(1) Inclui parcelas vincendas e vencidas.

(2) A provisão adicional é constituída com base na avaliação de risco da Administração e na expectativa de realização da carteira de crédito, em adição ao requerido pela regulamentação vigente.

(3) O total da carteira de créditos inclui o valor de R\$112.788 (30/06/2014 - R\$63.221) no Banco e R\$120.351 (30/06/2014 - R\$63.907) no Consolidado, referente ao ajuste a valor de mercado das operações de crédito que são objeto de proteção, registrados de acordo com o artigo 5 da Carta Circular 3.624 do Bacen de 26 de dezembro de 2013 e que não estão contemplados na nota dos níveis de riscos (Nota 6.b.V.a).

f) Movimentação da Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2014
Saldo Inicial	13.539.025	13.829.240	14.610.726	14.999.205
Constituições Líquidas das Reversões	5.744.101	5.269.981	6.324.228	6.043.778
Baixas	(5.333.853)	(5.810.367)	(5.855.099)	(6.387.295)
Saldo Final ⁽¹⁾	13.949.273	13.288.854	15.079.855	14.655.688
Circulante	3.192.786	2.682.861	3.716.233	3.260.224
Longo Prazo	10.756.487	10.605.993	11.363.622	11.395.464
Créditos Recuperados ⁽²⁾	968.104	1.185.961	1.084.853	1.246.643

(1) Inclui R\$12 (30/06/2014 - R\$340) no Banco e R\$70.273 (30/06/2014 - R\$107.714) no Consolidado de provisão constituída para carteira de arrendamento mercantil.

(2) Registrados como receita da intermediação financeira nas rubricas: operações de crédito e operações de arrendamento mercantil. Inclui resultado da cessão de créditos sem coobrigação relativa a operações anteriormente baixadas a prejuízo no valor de R\$74.251 (2014 - R\$149.961) no Banco e R\$90.445 (2014 - R\$149.961) no Consolidado.

g) Créditos Renegociados

	Banco		Consolidado	
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
Créditos Renegociados	12.714.722	14.480.198	12.775.331	14.552.543
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(6.958.764)	(7.083.243)	(6.975.710)	(7.113.722)
Percentual de Cobertura sobre a Carteira de Renegociação	54,7%	48,9%	54,6%	48,9%

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

h) Concentração de Crédito

Carteira de Crédito com Avais e Fianças ⁽¹⁾ , Títulos e Valores Mobiliários ⁽²⁾ e Instrumentos Financeiros Derivativos ⁽³⁾	30/06/2015		Consolidado 30/06/2014	
	Risco	%	Risco	%
Maior Devedor	7.662.042	2,3%	7.438.165	2,9%
10 Maiores	36.859.363	10,9%	29.434.810	10,2%
20 Maiores	53.286.214	15,7%	41.122.286	14,5%
50 Maiores	79.301.931	23,4%	61.928.897	21,1%
100 Maiores	102.299.148	30,2%	78.842.953	27,0%

(1) Inclui as parcelas de crédito a liberar do plano empresarial.

(2) Refere-se à posição de debêntures, notas promissórias e certificados de recebíveis imobiliários - CRI.

(3) Refere-se ao risco de crédito de derivativos.

9. Carteira de Câmbio

	Banco/Consolidado	
	30/06/2015	30/06/2014
Ativo		
Direitos sobre Venda de Câmbio	33.688.055	23.679.957
Câmbio Comprado a Liquidar	27.688.796	15.916.618
Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos	(528.190)	(258.714)
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos e Importações Financiadas (Nota 8.a)	64.624	59.712
Cambiais e Documentos a Prazo em Moedas Estrangeiras	9.708	549
Total	60.922.993	39.398.122
Circulante	59.984.057	39.164.788
Longo Prazo	938.936	233.334
Passivo		
Câmbio Vendido a Liquidar	33.486.423	22.488.005
Obrigações por Compra de Câmbio	26.657.759	16.407.529
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (Nota 8.a)	(5.151.020)	(3.806.074)
Outros	56	72
Total	54.993.218	35.089.532
Circulante	54.197.384	34.939.608
Longo Prazo	795.834	149.924
Contas de Compensação		
Créditos Abertos para Importação	890.311	620.316
Créditos de Exportação Confirmados	457.493	537.650

10. Negociação e Intermediação de Valores

	Banco		Consolidado	
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
Ativo				
Operações com Ativos Financeiros e Mercadorias a Liquidar	783.295	143.684	783.375	150.724
Caixas de Registro e Liquidação	3	458	58.270	458
Devedores - Conta Liquidações Pendentes	45	10.530	105.713	116.594
Bolsas - Depósitos em Garantia	285.162	364.720	285.162	364.720
Outros ⁽¹⁾	777.130	39.362	777.133	39.362
Total	1.845.635	558.754	2.009.653	671.858
Circulante	1.845.632	549.252	2.009.650	662.356
Longo Prazo	3	9.502	3	9.502
Passivo				
Operações com Ativos Financeiros e Mercadorias a Liquidar	129.576	417.244	146.501	417.387
Credores - Conta Liquidações Pendentes	5.327	23.520	158.035	178.188
Credores por Empréstimos de Ações	111.193	176.652	277.669	537.986
Caixas de Registro e Liquidação	996	-	3.485	43.823
Comissões e Corretagens a Pagar	2.305	2.286	2.949	2.399
Aquisição e Subscrição de Títulos Decorrentes de Lançamento	-	-	1.274	1.274
Outros	-	-	199	292
Total	249.397	619.702	590.112	1.181.349
Circulante	186.644	551.388	527.359	1.113.035
Longo Prazo	62.753	68.314	62.753	68.314

(1) Refere-se aos depósitos efetuados em garantia às operações de derivativos realizadas com clientes no mercado de balcão.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

11. Créditos Tributários
a) Natureza e Origem dos Créditos Tributários

	Saldo em 31/12/2014	Constituição	Realização	Banco Saldo em 30/06/2015
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	7.321.677	1.693.339	(1.013.607)	8.001.409
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	760.181	93.242	(19.058)	834.365
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	4.225.376	437.546	(3.264.701)	1.398.221
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	742.869	86.487	(22.617)	806.739
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos ⁽¹⁾	1.583.126	2.890.026	-	4.473.152
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e "Hedges" de Fluxo de Caixa ⁽¹⁾	321.075	154.719	-	475.794
Provisão para o Fundo de Complementação para Abono de Aposentadoria ⁽²⁾	1.300.921	-	(162.517)	1.138.404
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	268.733	195.372	(230.407)	233.698
Outras Provisões Temporárias ⁽³⁾	1.950.211	308.767	-	2.258.978
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	18.474.169	5.859.498	(4.712.907)	19.620.760
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social	658.417	-	(19.605)	638.812
Contribuição Social - Medida Provisória (MP) 2.158/2001	641.213	-	-	641.213
Total dos Créditos Tributários	19.773.799	5.859.498	(4.732.512)	20.900.785
Créditos não Registrados	(133.482)	-	1.873	(131.609)
Saldo dos Créditos Tributários Registrados	19.640.317	5.859.498	(4.730.639)	20.769.176
Circulante	5.708.490			6.426.849
Longo Prazo	13.931.827			14.342.327

	Saldo em 31/12/2013	Constituição	Realização	Banco Saldo em 30/06/2014
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	6.160.494	1.820.522	(1.763.152)	6.217.864
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	602.058	193.228	(111.881)	683.405
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	3.437.730	364.562	(13.898)	3.788.394
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	727.280	195.613	(164.501)	758.392
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos ⁽¹⁾	998.804	42.868	-	1.041.672
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e "Hedges" de Fluxo de Caixa ⁽¹⁾	541.062	-	(163.398)	377.664
Provisão para o Fundo de Complementação para Abono de Aposentadoria ⁽²⁾	959.033	-	(25.375)	933.658
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	256.870	209.958	(218.378)	248.450
Outras Provisões Temporárias ⁽³⁾	2.366.392	-	(242.534)	2.123.858
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	16.049.723	2.826.751	(2.703.117)	16.173.357
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social	806.790	-	(346.901)	459.889
Contribuição Social - MP 2.158/2001	683.581	-	(41.649)	641.932
Total dos Créditos Tributários	17.540.094	2.826.751	(3.091.667)	17.275.178
Créditos não Registrados	(158.654)	(66.153)	-	(224.807)
Saldo dos Créditos Tributários Registrados	17.381.440	2.760.598	(3.091.667)	17.050.371
Circulante	4.711.337			4.305.789
Longo Prazo	12.670.103			12.744.582

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Saldo em 31/12/2014	Aquisição/ Investimento ⁽⁴⁾	Constituição	Realização	Consolidado Saldo em 30/06/2015
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.029.815	1.758	1.943.725	(1.223.961)	8.751.337
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	825.856	-	99.805	(26.560)	899.101
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	4.974.728	-	483.621	(3.283.834)	2.174.515
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	769.870	-	93.408	(25.215)	838.063
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos ⁽¹⁾	1.583.691	-	2.984.458	(7.291)	4.560.858
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e "Hedges" de Fluxo de Caixa ⁽¹⁾	359.008	9	156.087	(1.694)	513.410
Provisão para o Fundo de Complementação para Abono de Aposentadoria ⁽²⁾	1.309.143	-	-	(165.422)	1.143.721
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	288.681	-	208.609	(245.769)	251.521
Outras Provisões Temporárias ⁽³⁾	2.082.002	-	453.809	(3.727)	2.532.084
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	20.222.794	1.767	6.423.522	(4.983.473)	21.664.610
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social	1.366.364	-	30.423	(137.938)	1.258.849
Contribuição Social - MP 2.158/2001	655.359	-	-	-	655.359
Total dos Créditos Tributários	22.244.517	1.767	6.453.945	(5.121.411)	23.578.818
Créditos não Registrados	(272.144)	-	-	1.668	(270.476)
Saldo dos Créditos Tributários Registrados	21.972.373	1.767	6.453.945	(5.119.743)	23.308.342
Circulante	6.324.664				7.195.312
Longo Prazo	15.647.709				16.113.030

	Saldo em 31/12/2013	Constituição	Realização	Consolidado Saldo em 30/06/2014
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	7.022.251	2.150.858	(1.949.027)	7.224.082
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	664.243	220.564	(134.473)	750.334
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	4.091.034	441.577	(29.304)	4.503.307
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	754.242	205.226	(174.117)	785.351
Ágio Amortizado	7.455	-	(4.260)	3.195
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos ⁽¹⁾	999.372	55.941	(12)	1.055.301
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e "Hedges" de Fluxo de Caixa ⁽¹⁾	586.916	91	(179.302)	407.705
Provisão para o Fundo de Complementação para Abono de Aposentadoria ⁽²⁾	969.897	-	(29.575)	940.322
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	272.217	220.121	(229.791)	262.547
Outras Provisões Temporárias ⁽³⁾	2.465.909	8.949	(258.970)	2.215.888
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	17.833.536	3.303.327	(2.988.831)	18.148.032
Prejuízos Fiscais e Bases Negativas de Contribuição Social	1.588.106	467	(481.933)	1.106.640
Contribuição Social - MP 2.158/2001	697.727	-	(41.649)	656.078
Total dos Créditos Tributários	20.119.369	3.303.794	(3.512.413)	19.910.750
Créditos não Registrados	(159.760)	(66.153)	963	(224.950)
Saldo dos Créditos Tributários Registrados	19.959.609	3.237.641	(3.511.450)	19.685.800
Circulante	5.476.303			4.964.746
Longo Prazo	14.483.306			14.721.054

(1) Inclui crédito tributário de IRPJ, CSLL, PIS e Cofins.

(2) Inclui crédito tributário de IRPJ e CSLL, sobre os ajustes do plano de benefícios a funcionários conforme mencionado na Nota 3.m.

(3) Composto principalmente por provisões de natureza administrativas, acordo coletivo e depósitos judiciais.

(4) Aquisição e incorporação de participação societária (Nota 15).

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários

							Banco	
							30/06/2015	
Ano	IRPJ	Diferenças Temporárias		Prejuízos Fiscais - Base		Total	Total Registrados	
		CSLL	PIS/Cofins	Negativa	CSLL 18%			
2015	2.119.569	1.267.748	84.228	24.141	6.610	3.502.296	3.502.296	
2016	3.551.513	2.129.135	168.457	-	-	5.849.105	5.849.105	
2017	3.170.484	1.854.318	168.457	95.941	30.963	5.320.163	5.320.163	
2018	1.645.417	983.373	89.399	352.277	92.544	3.163.010	3.163.010	
2019	373.134	228.274	10.341	166.453	272.260	1.050.462	1.050.462	
2020 a 2022	564.377	332.900	5.170	-	238.836	1.141.283	1.141.283	
2023 a 2024	380.553	270.359	-	-	-	650.912	650.912	
2025 a 2027	149.104	74.450	-	-	-	223.554	91.945	
Total	11.954.151	7.140.557	526.052	638.812	641.213	20.900.785	20.769.176	

							Consolidado	
							30/06/2015	
Ano	IRPJ	Diferenças Temporárias		Prejuízos Fiscais - Base		Total	Total Registrados	
		CSLL	PIS/Cofins	Negativa	CSLL 18%			
2015	2.310.641	1.375.545	85.936	132.717	9.820	3.914.659	3.914.659	
2016	3.942.660	2.350.134	171.872	88.902	7.737	6.561.305	6.561.305	
2017	3.715.594	2.158.842	170.313	141.555	34.162	6.220.466	6.220.457	
2018	1.742.915	1.044.072	90.476	427.300	92.544	3.397.307	3.397.268	
2019	412.651	247.945	11.158	237.645	272.260	1.181.659	1.181.659	
2020 a 2022	591.844	346.604	5.579	68.067	238.836	1.250.930	1.250.930	
2023 a 2024	390.559	275.388	-	23.843	-	689.790	689.790	
2025 a 2027	149.341	74.541	-	137.244	-	361.126	92.274	
Após 2027	-	-	-	1.576	-	1.576	-	
Total	13.256.205	7.873.071	535.334	1.258.849	655.359	23.578.818	23.308.342	

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

c) Valor Presente dos Créditos Tributários

O valor presente total dos créditos tributários é de R\$17.584.512 (30/06/2014 - R\$14.710.291) no Banco e R\$19.818.627 (30/06/2014 - R\$16.992.015) no Consolidado e o valor presente dos créditos tributários registrados é de R\$17.532.229 (30/06/2014 - R\$14.607.390) no Banco e R\$19.710.117 (30/06/2014 - R\$16.888.984) no Consolidado, calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, prejuízo fiscal, bases negativas de CSLL, Contribuição Social 18% - MP 2.158/2001 e a taxa média de captação, projetada para os períodos correspondentes.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

12. Outros Créditos - Diversos

	Banco		Consolidado	
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
Títulos e Créditos a Receber (Nota 8.a)				
Cartões de Crédito	13.009.296	11.990.185	13.009.296	11.990.185
Direitos Creditórios	13.669.153	9.556.252	15.737.637	11.601.449
Cédula de Produto Rural (CPR)	165.253	173.570	165.253	173.570
Devedores por Depósitos em Garantia				
Para Interposição de Recursos Fiscais	3.448.245	3.185.063	5.337.389	4.926.861
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	1.607.993	1.733.448	1.654.751	1.779.757
Outros	920.404	570.172	1.254.319	694.019
Garantias Contratuais de Ex-Controladores (Nota 23.i)	681.390	741.149	766.900	835.950
Impostos e Contribuições a Compensar/Recuperar	1.819.279	1.846.278	2.708.075	2.658.739
Créditos a Receber - Serviços Adquirente	9.576.843	5.774.102	9.576.843	5.774.102
Pagamentos a Ressarcir	178.113	424.569	184.823	167.987
Adiantamentos Salariais/Outros	161.765	156.999	193.087	170.756
Devedores por Compra de Valores e Bens (Nota 8.a)	63.243	69.635	64.964	72.451
Valores a Receber de Sociedades Ligadas (Nota 26.e)	680.135	559.836	839.211	561.949
Plano de Benefícios a Funcionários (Nota 35)	-	473	-	473
Outros	1.598.056	1.449.988	2.026.268	2.255.479
Total	47.579.168	38.231.719	53.518.816	43.663.727
Circulante	33.927.891	26.971.565	36.597.522	29.257.166
Longo Prazo	13.651.277	11.260.154	16.921.294	14.406.561

13. Ativos Não-Correntes Mantidos para Venda

Em 30 de setembro de 2014, foram transferidos os investimentos nas entidades de energia eólica para esta rubrica (Nota 15), baseado no plano de alienação, cuja condição atual é altamente provável, conforme aprovação pela Administração do Banco Santander, em observância ao requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 31. Em 23 de março de 2015, a Santander Participações S.A. (Santander Participações) alienou a totalidade de sua participação na Santos Energia Participações S.A. (Santos Energia) para a Inversiones Capital Global, S.A., sociedade indiretamente controlada pelo Banco Santander Espanha, pelo montante de R\$127.012. Na mesma data, a Santander Participações alienou a totalidade de sua participação nas Sociedades de Propósito Específico Gestamp Eólica Serra de Santana S.A., Gestamp Eólica Paraíso S.A., Gestamp Eólica Lanchinha S.A., Gestamp Eólica Seridó S.A. e Gestamp Eólica Lagoa Nova S.A. para a ICG do Brasil S.A., sociedade indiretamente controlada pelo Banco Santander Espanha, pelo montante de R\$120.000 (Nota 37.g). Em 30 de junho de 2015, o total do saldo remanescente destes investimentos para venda totaliza R\$183.045, e os valores de passivos diretamente associados a ativos não-correntes mantidos para a venda totalizam R\$1.197.

14. Informações da Dependência e da Subsidiária no Exterior

O Banco Santander detém uma subsidiária independente na Espanha, Santander Brasil, Establecimiento Financiero de Credito, S.A. (Santander Brasil EFC), para complementar a estratégia de comércio exterior para clientes pessoa jurídica - grandes empresas brasileiras e suas operações no exterior - e oferecer produtos e serviços financeiros por meio de uma entidade offshore que não esteja estabelecida em uma jurisdição com tributação favorecida.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

As posições financeiras resumidas da dependência e subsidiária no exterior, convertidas à taxa de câmbio vigente na data do balanço incluídas nas demonstrações financeiras compreendem:

	Agência Grand Cayman		Santander Brasil EFC	
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
Ativo	89.265.676	48.816.242	3.507.501	2.598.987
Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo	89.265.652	48.816.214	3.506.855	2.597.779
Disponibilidades	272.075	942.908	1.059.916	146.252
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	22.409.131	2.507.353	-	-
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	32.625.287	22.382.489	554.495	263.547
Operações de Crédito ⁽¹⁾	29.381.682	19.922.226	1.661.697	2.174.607
Carteira de Câmbio	2.743.749	1.543.814	-	-
Outros	1.833.728	1.517.424	230.747	13.373
Ativo Permanente	24	28	646	1.208
Passivo	89.265.676	48.816.242	3.507.501	2.598.987
Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo	51.364.696	32.912.017	783.368	275.109
Depósitos e Captações no Mercado Aberto	13.643.074	3.368.915	-	-
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	11.807.638	12.523.338	-	-
Obrigações por Empréstimos ⁽²⁾	20.550.265	13.697.958	-	-
Carteira de Câmbio	2.619.523	1.542.057	-	-
Outros	2.744.196	1.779.749	783.368	275.109
Resultados de Exercícios Futuros	904	1.128	16.616	11.847
Patrimônio Líquido ^{(3) (4)}	37.900.076	15.903.097	2.707.517	2.312.031

(1) Refere-se, principalmente, a operações de financiamento à exportação.

(2) Obrigações por empréstimos no exterior referente às linhas de financiamento à exportação e importação e outras linhas de crédito.

(3) No primeiro trimestre de 2014, a Agência Grand Cayman pagou o valor de R\$584.250 a título de dividendos ao Banco Santander.

(4) Em Reunião da Diretoria Executiva do Banco Santander em 1 de setembro de 2014, foi aprovado a alocação de recursos adicionais à Agência Grand Cayman, no valor de US\$4,000,000, passando o capital social destacado da referida Agência de US\$7,114,267 para US\$11,114,267, deste montante US\$1,000,000 foi realizado em 30 de dezembro de 2014 e o saldo restante US\$3,000,000 foi realizado nos dias 5, 6 e 7 de janeiro de 2015. A alocação destes recursos adicionais foi aprovada pelo Bacen em 3 de novembro de 2014.

O resultado da Agência Grand Cayman no primeiro semestre de 2015, foi um lucro no valor de R\$398.535 (2014 - R\$334.532) e o resultado da subsidiária Santander Brasil EFC foi um lucro no valor de R\$26.747 (2014 - R\$18.847).

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

15. Participações em Coligadas e Controladas

		30/06/2015			
Investimentos	Atividade	Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas		Participação Direta	Participação Direta e Indireta
		Direta ou Indiretamente (Mil)			
		Ações Ordinárias e Cotas	Ações Preferenciais		
Controladas do Banco Santander					
Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Santander Leasing)	Leasing	11.043.796	-	78,57%	99,99%
Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda. (Santander Brasil Consórcio)	Consórcio	95.349	-	100,00%	100,00%
Banco Bandepe S.A. (Banco Bandepe)	Banco	2.184	-	100,00%	100,00%
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. (Aymoré CFI)	Financeira	287.706.670	-	100,00%	100,00%
CFI RCI Brasil	Financeira	1	1	39,89%	39,89%
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. (Atual Denominação Social da CRV Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (CRV DTVM)) ⁽⁸⁾	Distribuidora	1.740	-	100,00%	100,00%
Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. (Santander CCVM) ⁽⁹⁾	Corretora	14.067.673	14.067.673	99,99%	100,00%
Santander Microcrédito Assessoria Financeira S.A. (Santander Microcrédito)	Microcrédito	43.129.918	-	100,00%	100,00%
Santander Brasil Advisory Services S.A. (Santander Brasil Advisory)	Outras Atividades	1.323	-	96,52%	96,52%
Santander Participações ⁽¹⁰⁾	Holding	4.597	-	100,00%	100,00%
Getnet Adquircencia e Serviços para Meios de Pagamento S.A. (Getnet S.A.) (Atual Denominação Social da Santander Getnet Serviços para Meios de Pagamento S.A. (Santander Getnet)) ⁽⁶⁾	Outras Atividades	61.565	-	88,50%	88,50%
Sancap Investimentos e Participações S.A. (Sancap)	Holding	11.251.175	-	100,00%	100,00%
Santander S.A. Serviços Técnicos, Administrativos e de Corretagem de Seguros (Santander Serviços)	Corretora de Seguros	174.360.451	-	60,65%	60,65%
Mantiq Investimentos Ltda. (Mantiq)	Outras Atividades	4.800	-	100,00%	100,00%
Santander Brasil EFC	Financeira	75	-	100,00%	100,00%
Atual Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros ⁽¹⁵⁾	Securitizadora	-	-	100,00%	100,00%
Controlada da CFI RCI Brasil					
Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil (RCI Brasil Leasing)	Leasing	163	81	-	100,00%

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

		Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas Direta ou Indiretamente (Mil)		30/06/2015	
Investimentos	Atividade	Ações Ordinárias	Ações	Participação	Participação
		e Cotas	Preferenciais	Direta	Direta e Indireta
Controladas da Aymoré CFI ^{(12) (14)}					
	Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos Ltda. (Super) ⁽¹²⁾	Outras Atividades	20.000	-	50,00%
	Banco Bonsucesso Consignado S.A. (Banco Bonsucesso Consignado) ⁽¹⁴⁾	Banco	210.000	-	60,00%
Controladas da Sancap					
	Santander Capitalização S.A. (Santander Capitalização)	Capitalização	64.615	-	100,00%
	Evidence Previdência S.A. (Evidence) ⁽⁴⁾	Previdência	8.938.026	-	100,00%
Controlada da Santander Serviços					
	Webcasas S.A.	Outras Atividades	24.500	-	100,00%
Controladas da Webmotors S.A. (2)(16)					
	Virtual Motors Páginas Eletrônicas Ltda. - ME (Virtual Motors) ⁽¹³⁾	Outras Atividades	1	-	100,00%
Controladas em Conjunto do Banco Santander					
	Cibrasec Companhia Brasileira de Securitização (Cibrasec) ⁽¹⁾	Securitização	9	-	13,64%
	Norchem Participações e Consultoria S.A. (Norchem Participações)	Outras Atividades	950	-	50,00%
	Estruturadora Brasileira de Projetos S.A. - EBP (EBP) ⁽¹⁾	Outras Atividades	3.859	2.953	11,11%
	Campo Grande Empreendimentos	Outras Atividades	255	-	25,32%
Controladas em Conjunto da Santander Serviços					
	Webmotors S.A. ⁽²⁾	Outras Atividades	366.182.676	-	70,00%
	TecBan - Tecnologia Bancária S.A. (TecBan) ⁽⁷⁾	Outras Atividades	743.944	-	19,81%
Controladas da Getnet S.A. (Atual Denominação Social da Santander Getnet) ^{(6) (11) (17)}					
	Auttar HUT Processamento de Dados Ltda. (Auttar HUT) ⁽¹¹⁾	Outras Atividades	3.865	-	100,00%
	Integry Tecnologia e Serviços A.H.U Ltda. (Integry Tecnologia) ⁽¹¹⁾	Outras Atividades	1.276	-	100,00%
	Toque Fale Serviços de Telemarketing Ltda. (Toque Fale) ⁽¹¹⁾	Outras Atividades	6.050	-	100,00%
	Transacciones Electrónicas Pos Móvil S.A. (Pos Móvil) ⁽¹¹⁾	Outras Atividades	10	-	100,00%
	Izettle do Brasil S.A. ^{(6) (11)}	Outras Atividades	5.300	-	50,00%
Controlada TecBan ⁽⁷⁾					
	Tbnet Comércio Locação e Administração Ltda. (Tbnet)	Outras Atividades	11.156	-	100,00%
Controlada Tbnet					
	Tbforte Segurança e Transporte de Valores Ltda. (Tbfort)	Outras Atividades	7.817	-	100,00%
Controladas do Banco Bonsucesso Consignado ⁽¹⁴⁾					
	BPV Promotora de Vendas e Cobrança Ltda. ⁽¹⁴⁾	Outras Atividades	6.950	-	100,00%
	BSI Informática Ltda. ⁽¹⁴⁾	Outras Atividades	450	-	100,00%
Coligada					
	Norchem Holdings e Negócios S.A. (Norchem Holdings)	Outras Atividades	1.679	-	21,75%

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Patrimônio Líquido Ajustado 30/06/2015	Lucro Líquido (Prejuízo) Ajustado 01/01 a 30/06/2015	Valor dos Investimentos		Resultado da Equivalência Patrimonial	
			30/06/2015	30/06/2014	01/01 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2014
Controladas do Banco Santander						
Santander Leasing	5.299.105	274.741	4.163.721	4.040.944	215.875	123.743
Santander Brasil Consórcio	156.665	9.750	156.665	137.197	9.750	10.159
Banco Bandepe	3.094.866	131.610	3.094.866	3.014.472	131.610	103.430
Aymoré CFI	1.512.782	265.918	1.512.782	1.179.909	265.918	125.534
CFI RCI Brasil	1.334.592	108.165	532.382	469.487	43.148	23.218
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. (Atual Denominação Social da CRV Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)	934.136	64.475	934.136	32.082	64.475	2.974
Santander CCVM ⁽⁹⁾	423.373	40.362	423.373	376.773	40.362	19.572
Santander Microcrédito	22.752	641	22.752	21.974	641	582
Santander Brasil Advisory	14.329	904	13.831	12.811	872	347
Santander Participações ⁽¹⁰⁾	1.703.201	(132.410)	1.703.201	1.314.417	(132.410)	64.404
Getnet S.A. (Atual Denominação Social da Santander Getnet) ⁽⁶⁾	1.425.578	138.930	1.150.339	35.072	56.260	25.715
Sancap	345.058	33.368	345.058	335.608	33.368	46.512
Santander Serviços	544.122	(30.756)	330.028	390.007	(18.654)	31.298
Mantiq	6.004	1.630	6.004	8.275	1.630	1.338
Santos Energia ⁽⁵⁾	-	-	-	79.077	-	(3.371)
Santander Brasil EFC	2.707.517	26.747	2.707.517	2.312.032	26.747	17.960
Controlada da CFI RCI Brasil						
RCI Brasil Leasing	793.513	56.072	-	-	-	-
Controladas da Aymoré CFI⁽¹²⁾ (14)						
Super ⁽¹²⁾	31.930	(2.155)	-	-	-	-
Banco Bonsucesso Consignado ⁽¹⁴⁾	603.526	8.376	-	-	-	-
Controladas da Sancap						
Santander Capitalização	231.447	44.460	-	-	-	-
Evidence ⁽⁴⁾	175.723	(11.187)	-	-	-	-
Controlada da Santander Serviços						
Webcasas S.A.	19.654	(848)	-	-	-	-

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Patrimônio Líquido Ajustado 30/06/2015	Lucro Líquido (Prejuízo) Ajustado 01/01 a 30/06/2015	Valor dos Investimentos		Resultado da Equivalência Patrimonial	
			30/06/2015	30/06/2014	01/01 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2014
Controlada da Webmotors S.A. ⁽²⁾						
Virtual Motors ⁽¹³⁾	321	320	-	-	-	-
Controladas em Conjunto do Banco Santander						
Cibrasec ⁽¹⁾	74.745	1.397	10.192	10.169	191	612
Norchem Participações	49.302	1.824	22.601	24.425	912	772
EBP ⁽¹⁾	59.130	(15.036)	6.570	8.409	(1.671)	(2.599)
BW Guirapá I S.A. ⁽³⁾	-	-	-	75.006	-	(5.482)
Controladas em Conjunto da Santander Serviços						
Webmotors S.A. ⁽²⁾	240.311	14.822	-	-	-	-
TecBan ⁽⁷⁾	378.499	40.566	-	-	-	-
Controladas da Getnet S.A. (Atual Denominação Social da Santander Getnet) ^{(6) (11)}						
Auttar HUT ⁽¹¹⁾	8.945	1.271	-	-	-	-
Integry Tecnologia ⁽¹¹⁾	(21)	(54)	-	-	-	-
Toque Fale ⁽¹¹⁾	1.819	1.779	-	-	-	-
Pos Móvil ⁽¹¹⁾	1.259	(2.972)	-	-	-	-
Izettle do Brasil S.A. ^{(6) (11)}	(5.778)	(2.676)	-	-	-	-
Controlada TecBan ⁽⁷⁾						
Tbnet	(908)	(5.623)	-	-	-	-
Controlada Tbnet						
Tbforte	(1.871)	(4.884)	-	-	-	-
Controladas do Banco Bonsucesso Consignado ⁽¹⁴⁾						
BPV Promotora de Vendas e Cobrança Ltda. ⁽¹⁴⁾	6.259	(3.151)	-	-	-	-
BSI Informática Ltda. ⁽¹⁴⁾	4.184	3.350	-	-	-	-
Coligadas						
Norchem Holdings	92.493	3.225	18.704	25.102	702	703
Outras	-	-	255	-	(4)	-
Total Banco			17.154.977	13.903.248	739.722	587.421
Coligadas						
BW Guirapá I S.A. ⁽³⁾	-	-	-	642	-	(412)
Norchem Holdings	92.493	3.225	18.704	25.102	702	703
Outras	-	-	255	-	144	-
Total Consolidado			18.959	25.744	846	291

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

- (1) Embora a participação seja inferior a 20%, o Banco exerce o controle em conjunto na entidade com os demais acionistas majoritários, através de acordo de acionistas onde nenhuma decisão de negócio pode ser tomada por um único acionista.
- (2) Embora a participação seja superior a 50%, em conformidade com o acordo de acionistas, o controle é compartilhado pela Santander Serviços e a Carsales.com Investments PTY LTD. (Carsales).
- (3) Em setembro de 2014, o controle do investimento mantido na BW Guirapá I S.A. bem como a participação em seus parques eólicos pelo Banco Santander foram transferidos para a Santander Participações e reclassificado para a conta ativos não-correntes mantidos para venda, conforme mencionado na Nota 13.
- (4) Na AGE de 5 de dezembro de 2014, foi aprovado um aumento no capital social pela Sancap no valor de R\$140.000, mediante a emissão de 7.000.000.000 novas ações ordinárias, sem valor nominal, passando o capital social dos atuais R\$45.000 para R\$185.000. Em 29 de janeiro de 2015, foi aprovada pela Superintendência de Seguros Privados (Susep), a transferência da Carteira de Fundo Garantidor de Benefícios (FGB) da sociedade Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. para a sociedade Evidence Previdência S.A. Em 2 de fevereiro de 2015, os ativos e reservas da referida Carteira foram transferidos e passaram a ser geridos pela Evidence.
- (5) Na AGE de 8 de setembro de 2014, foi aprovado um aumento do capital social no valor de R\$23.820 passando dos atuais R\$87.180 para R\$111.000, mediante a emissão de 40.448.655 novas ações ordinárias, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas pela Santander Participações (ver Nota 10 abaixo). Em setembro de 2014, o controle do investimento mantido na Santos Energia bem como a participação em seus parques eólicos pelo Banco Santander foram reclassificados para a conta ativos não-correntes mantidos para venda, os respectivos investimentos foram alienados em março de 2015 conforme mencionado na Nota 13.
- (6) No dia 4 de abril de 2014, foi realizada a integralização total do capital social da Getnet S.A. no valor de R\$3.000, passando dos atuais R\$13.000 para R\$16.000. Foi aprovada também a alteração da denominação social da Santander Getnet para Getnet Adquirencia e Serviços para Meios de Pagamento S.A. (Getnet S.A.). Na AGE realizada em 31 de julho de 2014, foi aprovado o aumento de seu capital social no valor de R\$1.173.503, passando dos atuais R\$16.000 para R\$1.189.503, mediante a emissão de 53.565.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas pelo Banco Santander da seguinte forma: R\$1.156.263 em moeda corrente nacional e R\$17.240 mediante conferência a valor contábil, pelo Banco Santander das 5.300 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal de emissão da Izettle do Brasil Meios de Pagamento S.A. ao capital social da Getnet S.A (Nota 37.b e 37.d).
- (7) Em novembro de 2014, a Santander Serviços alienou 1,16% de sua participação nesta sociedade.
- (8) Na AGE de 6 de junho de 2014, foi aprovada a alteração da denominação social da CRV DTVM, para Santander Securities Services Brasil DTVM S.A., homologada pelo Bacen no dia 25 de julho de 2014 (Nota 37.f). Na AGE realizada em 16 de setembro de 2014, foi aprovado o aumento de seu capital social no valor de R\$822.000, passando de R\$18.313 para R\$840.313, mediante a emissão de 1.673.368 novas ações ordinárias sem valor nominal. O aumento do capital social foi aprovado pelo Bacen em 3 de outubro de 2014.
- (9) Na AGE de 10 de junho de 2014, foi aprovado o aumento do capital social da Santander CCVM no valor de R\$100.302, passando dos atuais R\$195.698 para R\$296.000, mediante a emissão de 7.715.540 mil novas ações, sendo 3.857.770 mil ações ordinárias e 3.857.770 mil ações preferenciais. O aumento de capital foi homologado pelo Bacen no dia 3 de julho de 2014.
- (10) Na AGE realizada em 1 de agosto de 2014, foi aprovado o aumento de seu capital social no valor de R\$98.562, passando o capital social de R\$1.131.738 para R\$1.230.300, mediante a emissão de 242.471 novas ações ordinárias, subscritas e integralizadas pelo Banco Santander da seguinte forma: R\$20.050 em moeda corrente nacional e R\$78.512 mediante a transferência, pelo Banco Santander, de 131.583.368 ações ordinárias de emissão da Santos Energia, passando o seu investimento na Santos Energia para a Santander Participações. Na AGE realizada em 1 de setembro de 2014, foi aprovado um novo aumento no capital social da Santander Participações no valor de R\$320.700, passando o capital social de R\$1.230.300 para R\$1.551.000, mediante a emissão de 761.053 novas ações ordinárias, subscritas e integralizadas pelo Banco Santander da seguinte forma: R\$249.087 em moeda corrente nacional e R\$71.613 mediante a transferência, pelo Banco Santander, de 252.311 ações ordinárias de emissão da BW Guirapá I S.A., e a sua obrigação atrelada às referidas ações de realizar a integralização ainda pendente na BW Guirapá I S.A. no valor de R\$91.000, passando o seu investimento para a Santander Participações. Na AGE de 7 de janeiro de 2015, foi aprovado o aumento do capital social no valor de R\$149.000, passando o capital social de R\$1.551.000 para R\$1.700.000, mediante a emissão de 360.348 novas ações ordinárias, subscritas e integralizadas pelo Banco Santander em moeda corrente nacional.
- (11) Empresas indiretamente adquiridas através da operação de aquisição da Getnet Tecnologia em Captura e Processamento de Transações H.U.A.H. S.A. (Getnet) pela Getnet S.A. (Atual Denominação Social da Santander Getnet) (Nota 37.b).
- (12) Investimento adquirido em 12 de dezembro de 2014 (Nota 37.a). Na AGE de 15 de dezembro de 2014, foi aprovado a redução do capital social da Super, de forma a ajustá-lo ao valor das importâncias efetivamente integralizadas, o qual passou de R\$51.128 para R\$49.451, sendo a referida redução no valor de R\$1.677, sem cancelamento de ações, e sem restituição de quaisquer valores aos acionistas, observado o disposto na legislação aplicável.
- (13) Investimento adquirido em 10 de dezembro de 2014 (Nota 37.g).
- (14) Investimento do Banco Bonsucesso Consignado adquirido em 10 de fevereiro de 2015 e demais empresas adquiridas indiretamente através da operação de aquisição do Banco Bonsucesso Consignado (Nota 37.c).
- (15) O capital social da empresa é de R\$100,00 composto por 100 (cem) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.
- (16) A Ideia Produções e Design Ltda. - ME e KM Locanet Ltda. - ME (Compre Auto) foram incorporadas pela Webmotors S.A. em 30 de abril de 2015 (Nota 37.g).
- (17) A Go Pay Comércio e Serviços de Tecnologia da Informação Ltda. foi incorporada pela GetNet S.A. (Atual Denominação Social da Santander GetNet) em 30 de abril de 2015 (Nota 37.g).

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

16. Imobilizado de Uso

	Custo	Depreciação	Banco	
			30/06/2015 Residual	30/06/2014 Residual
Imóveis de Uso	2.547.196	(557.770)	1.989.426	1.969.511
Terrenos	664.434	-	664.434	675.016
Edificações	1.882.762	(557.770)	1.324.992	1.294.495
Outras Imobilizações de Uso	9.940.282	(5.657.689)	4.282.593	4.233.242
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	2.545.296	(1.222.111)	1.323.185	1.443.097
Sistemas de Processamento de Dados	2.801.361	(2.033.537)	767.824	727.608
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	3.350.321	(1.769.640)	1.580.681	1.499.931
Sistemas de Segurança e Comunicações	613.241	(378.032)	235.209	259.553
Outras	630.063	(254.369)	375.694	303.053
Total	12.487.478	(6.215.459)	6.272.019	6.202.753

	Custo	Depreciação	Consolidado	
			30/06/2015 Residual	30/06/2014 Residual
Imóveis de Uso	2.653.309	(563.642)	2.089.667	1.974.507
Terrenos	697.725	-	697.725	676.507
Edificações	1.955.584	(563.642)	1.391.942	1.298.000
Outras Imobilizações de Uso	11.017.553	(6.399.812)	4.617.741	4.388.943
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	2.707.472	(1.282.386)	1.425.086	1.481.644
Sistemas de Processamento de Dados	3.070.754	(2.183.170)	887.584	795.176
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	3.407.289	(1.800.533)	1.606.756	1.525.252
Sistemas de Segurança e Comunicações	1.140.238	(872.929)	267.309	262.684
Outras	691.800	(260.794)	431.006	324.187
Total	13.670.862	(6.963.454)	6.707.408	6.363.450

17. Intangível

	Custo	Amortização	Banco	
			30/06/2015 Líquido	30/06/2014 Líquido
Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas	26.120.037	(22.318.275)	3.801.762	7.356.785
Outros Ativos Intangíveis	6.561.783	(4.505.025)	2.056.758	3.355.736
Aquisição e Desenvolvimento de Logiciais ⁽¹⁾⁽²⁾	4.521.742	(3.100.909)	1.420.833	1.861.388
Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento ⁽²⁾	1.886.378	(1.342.058)	544.320	1.375.683
Outros	153.663	(62.058)	91.605	118.665
Total	32.681.820	(26.823.300)	5.858.520	10.712.521

	Custo	Amortização	Consolidado	
			30/06/2015 Líquido	30/06/2014 Líquido
Ágio na Aquisição de Sociedades Controladas ⁽¹⁾	27.527.244	(22.460.373)	5.066.871	7.586.108
Outros Ativos Intangíveis	6.940.336	(4.731.271)	2.209.065	3.451.456
Aquisição e Desenvolvimento de Logiciais ⁽¹⁾⁽²⁾	4.883.235	(3.320.507)	1.562.728	1.949.213
Direitos por Aquisição de Folhas de Pagamento ⁽²⁾	1.886.378	(1.342.058)	544.320	1.375.683
Outros	170.723	(68.706)	102.017	126.560
Total	34.467.580	(27.191.644)	7.275.936	11.037.564

(1) Inclui o montante líquido de R\$1.054.273 do ágio apurado pela Getnet S.A. na aquisição da totalidade das ações de emissão da Getnet Tecnologia em Captura e Processamento de Transações H.U.A.H. S.A.(Getnet) em 31 de julho de 2014 (Nota 15 e 37.b).

(2) Em 2015, no Banco e no Consolidado, inclui perdas ao valor recuperável do ativo (Nota 32).

O ágio registrado está sujeito ao teste de recuperabilidade, pelo menos uma vez por ano ou em menor período, no caso de alguma indicação de redução do valor recuperável do ativo e foi alocado de acordo com os segmentos operacionais.

A base utilizada para o teste de recuperabilidade é o valor em uso e, para este efeito, é estimado o fluxo de caixa para um período de 5 anos. O fluxo de caixa foi preparado considerando vários fatores, como: (i) projeções macro-econômicas de taxa de juros, inflação, taxa de câmbio e outras; (ii) comportamento e estimativas de crescimento do sistema financeiro nacional; (iii) aumento dos custos, retornos, sinergias e plano de investimentos; (iv) comportamento dos clientes; e (v) taxa de crescimento e ajustes aplicados aos fluxos em perpetuidade. A adoção dessas estimativas envolve a probabilidade de ocorrência de eventos futuros e a alteração de algum destes fatores poderia ter um resultado diferente. A estimativa do fluxo de caixa é baseada em avaliação preparada por empresa especializada independente, anualmente, a qual é revisada e aprovada pela diretoria executiva.

Baseado nas premissas descritas acima, não foi identificada perda do valor recuperável do ágio.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

18. Captação de Recursos e Obrigações por Empréstimos e Repasses
a) Depósitos

					Banco	
					30/06/2015	30/06/2014
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Depósitos à Vista	14.928.055	-	-	-	14.928.055	14.959.503
Depósitos de Poupança	36.595.391	-	-	-	36.595.391	35.778.901
Depósitos Interfinanceiros	-	248.933	22.868.206	2.759.847	25.876.986	35.741.706
Depósitos a Prazo	237.418	25.739.248	13.496.866	50.162.546	89.636.078	79.920.646
Total	51.760.864	25.988.181	36.365.072	52.922.393	167.036.510	166.400.756
Circulante					114.114.117	116.670.596
Longo Prazo					52.922.393	49.730.160

					Consolidado	
					30/06/2015	30/06/2014
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Depósitos à Vista	14.842.319	-	-	-	14.842.319	14.634.502
Depósitos de Poupança	36.595.391	-	-	-	36.595.391	35.778.901
Depósitos Interfinanceiros	-	213.990	358.287	2.435.863	3.008.140	4.172.472
Depósitos a Prazo	237.418	25.739.248	13.396.970	49.967.970	89.341.606	79.531.917
Total	51.675.128	25.953.238	13.755.257	52.403.833	143.787.456	134.117.792
Circulante					91.383.623	83.836.786
Longo Prazo					52.403.833	50.281.006

b) Captações no Mercado Aberto

					Banco	
					30/06/2015	30/06/2014
			De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Carteira Própria	69.161.080		19.840.141	35.647.061	124.648.282	91.419.723
Títulos Públicos	62.051.300		28.461	-	62.079.761	45.485.586
Outros	7.109.780		19.811.680	35.647.061	62.568.521	45.934.137
Carteira de Terceiros	14.299.986		-	-	14.299.986	2.999.995
Carteira de Livre Movimentação	-		899.483	14.874.347	15.773.830	10.997.273
Total	83.461.066		20.739.624	50.521.408	154.722.098	105.416.991
Circulante					104.200.690	67.870.928
Longo Prazo					50.521.408	37.546.063

					Consolidado	
					30/06/2015	30/06/2014
			De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Carteira Própria	53.951.998		15.490.689	34.701.856	104.144.543	76.648.175
Títulos Públicos	46.970.711		28.461	-	46.999.172	31.578.743
Títulos de Emissão Própria	6.003.652		14.354.665	33.710.178	54.068.495	39.213.894
Outros	977.635		1.107.563	991.678	3.076.876	5.855.538
Carteira de Terceiros	6.299.994		-	-	6.299.994	2.299.998
Carteira de Livre Movimentação	-		899.483	14.874.347	15.773.830	10.997.273
Total	60.251.992		16.390.172	49.576.203	126.218.367	89.945.446
Circulante					76.642.164	52.510.227
Longo Prazo					49.576.203	37.435.219

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

c) Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

				Banco	
				30/06/2015	30/06/2014
	Até	De 3 a	Acima de	Total	Total
	3 Meses	12 Meses	12 Meses		
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	9.532.353	25.599.648	38.644.963	73.776.964	52.495.276
Letras de Crédito Imobiliário - LCI ⁽¹⁾	7.609.587	15.880.991	987.633	24.478.211	20.354.497
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA ⁽²⁾	693.741	1.365.998	43.392	2.103.131	1.795.621
Letras Financeiras ⁽³⁾	1.229.025	8.352.659	37.613.938	47.195.622	30.345.158
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	793.589	6.995.725	4.120.366	11.909.680	12.609.152
Eurobonds	793.589	6.995.725	4.120.366	11.909.680	10.738.378
Notas de Securitização - MT100 ⁽⁴⁾	-	-	-	-	1.870.774
Certificados de Operações Estruturadas	57.562	407.162	5.111	469.835	160.979
Total	10.383.504	33.002.535	42.770.440	86.156.479	65.265.407
Circulante				43.386.039	46.108.814
Longo Prazo				42.770.440	19.156.593

				Consolidado	
				30/06/2015	30/06/2014
	Até	De 3 a	Acima de	Total	Total
	3 Meses	12 Meses	12 Meses		
Recursos de Aceites Cambiais	392.222	161.799	433.632	987.653	1.040.307
Recursos de Debêntures ⁽⁵⁾	-	-	-	-	368.513
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	9.835.456	26.897.383	40.396.391	77.129.230	55.559.756
Letras de Crédito Imobiliário - LCI ⁽¹⁾	7.609.587	15.883.026	988.023	24.480.636	20.356.721
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA ⁽²⁾	693.741	1.365.998	43.392	2.103.131	1.795.621
Letras Financeiras ⁽³⁾	1.532.128	9.648.359	39.364.976	50.545.463	33.407.414
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	793.589	6.995.725	4.120.366	11.909.680	12.609.152
Eurobonds	793.589	6.995.725	4.120.366	11.909.680	10.738.378
Notas de Securitização - MT100 ⁽⁴⁾	-	-	-	-	1.870.774
Certificados de Operações Estruturadas	57.562	407.162	5.111	469.835	160.979
Total	11.078.829	34.462.069	44.955.500	90.496.398	69.738.707
Circulante				45.540.898	47.763.584
Longo Prazo				44.955.500	21.975.123

(1) Letras de crédito imobiliário são títulos de renda fixa lastreados por créditos imobiliários e garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de bem imóvel. Em 30 de junho de 2015, possuem prazo de vencimento entre 2015 a 2020 (30/06/2014 - com prazo de vencimento entre 2014 a 2020).

(2) Letras de crédito do agronegócio são títulos de renda fixa em que os recursos são destinados ao fomento do agronegócio, indexada entre 90,0% a 98,0% do CDI. Em 30 de junho de 2015, possuem prazo de vencimento entre 2015 a 2016 (30/06/2014 - com prazo de vencimento entre 2014 a 2015).

(3) As principais características das letras financeiras são prazo mínimo de dois anos, valor nominal mínimo de R\$300 e permissão de resgate antecipado de apenas 5% do montante emitido. Em 30 de junho de 2015, possuem prazo de vencimento entre 2015 a 2025 (30/06/2014 - com prazo de vencimento entre 2014 a 2025).

(4) Emissão de títulos vinculados ao direito de recebimento do fluxo futuro de ordens de pagamentos a receber de bancos correspondentes no exterior. Esses referidos títulos foram resgatados em 2015.

(5) Em 30 de junho de 2014, são debêntures emitidas pela controlada Santos Energia em abril de 2013, com remuneração indexada ao CDI + 1,60% a.a., com vencimento em 12 de abril de 2014, prorrogado o vencimento para 12 de julho de 2014, com remuneração indexada ao CDI + 1,55% a.a. e pela controlada BW Guirapá I S.A., em agosto de 2013, com remuneração indexada ao CDI + 1,55% a.a., com vencimento em 28 de agosto de 2014. Os investimentos mantidos nas controladas Santos Energia e BW Guirapá I S.A., em setembro de 2014 foram reclassificadas para a conta ativos não-correntes mantidos para venda (Nota 13).

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Eurobonds	Emissão	Vencimento	Moeda	Taxa de Juros (a.a.)	Banco/Consolidado	
					30/06/2015 Total	30/06/2014 Total
Eurobonds	fevereiro e setembro-12	fevereiro-17	US\$	4,6%	4.018.232	3.001.128
Eurobonds	janeiro e junho-11	janeiro-16	US\$	4,3%	2.632.420	1.890.493
Eurobonds ⁽²⁾	março e maio-13	março-16	R\$	8,0%	1.257.319	1.282.337
Eurobonds ⁽²⁾	abril-12	abril-16	CHF	3,3%	502.003	375.593
Eurobonds ⁽²⁾	abril-12	abril-16	CLP	4,6%	114.452	90.553
Eurobonds ⁽²⁾	setembro-14	setembro-16	JPY	1,8%	27.640	-
Eurobonds	março-13	abril-18	US\$	4,5% a 8,4% ⁽¹⁾	-	739.544
Eurobonds ⁽²⁾	junho-13	junho-15	CHF	1,1%	-	312.240
Eurobonds	abril e novembro-10	abril-15	US\$	4,5%	-	1.827.864
Eurobonds ⁽²⁾	março-13	março-15	CHF	1,7%	-	173.983
Eurobonds ⁽²⁾	junho-11	dezembro-14	CHF	3,1%	-	379.186
Eurobonds ⁽²⁾	dezembro-12	dezembro-14	CNY	2,1%	-	53.253
Eurobonds	abril-15	julho-15	US\$	0,7%	261.226	-
Eurobonds	abril-15	outubro-15	US\$	1,1%	624.324	-
Eurobonds	maio-15	novembro-15	US\$	1,1%	535.197	-
Eurobonds	maio-15	dezembro-15	US\$	1,1%	159.926	-
Eurobonds	junho-15	dezembro-15	US\$	1,1%	469.038	-
Eurobonds	junho-15	janeiro-16	US\$	1,1%	137.152	-
Outros					1.170.751	612.204
Total					11.909.680	10.738.378

(1) A operação foi liquidada antecipadamente no primeiro trimestre de 2015.

(2) Inclui R\$1.873.774 (30/06/2014 - R\$2.354.905) de operações objeto de "hedge" fluxo de caixa, sendo R\$1.257.319 (30/06/2014 - R\$1.282.337) indexado em Reais, R\$502.003 (30/06/2014 - R\$928.762) indexados em moeda estrangeira - Franco Suíço, R\$114.452 (30/06/2014 - R\$90.553) em Peso Chileno e em 30 de junho de 2014 o valor de R\$53.253 indexados em moeda estrangeira - IUAN (Nota 6.b.V.b); e R\$27.640 (30/06/2014 - R\$312.240) de operações objeto de "hedge" de risco de mercado, sendo R\$27.640 indexados em moeda estrangeira - YEN (30/06/2014 - R\$312.240) indexados em moeda estrangeira - Franco Suíço (Nota 6.b.V.a).

Notas de Securitização - MT100	Emissão	Vencimento	Moeda	Taxa de Juros (a.a.)	Banco/Consolidado	
					30/06/2015 Total ⁽¹⁾	30/06/2014 Total
Série 2008-1	maio-08	março-15	US\$	6,2%	-	95.841
Série 2008-2	agosto-08	setembro-17	US\$	Libor (6 Meses) + 0,8%	-	883.821
Série 2009-1	agosto-09	setembro-14	US\$	Libor (6 Meses) + 2,1%	-	19.266
Série 2009-2	agosto-09	setembro-19	US\$	6,3%	-	91.916
Série 2010-1	dezembro-10	março-16	US\$	Libor (6 Meses) + 1,5%	-	316.269
Série 2011-1	maio-11	março-18	US\$	4,2%	-	198.062
Série 2011-2	maio-11	março-16	US\$	Libor (6 Meses) + 1,4%	-	265.599
Total					-	1.870.774

(1) As notas emitidas pela Brazil Foreign, entidade consolidada nas Demonstrações Financeiras do Banco Santander (Nota 2), referentes às séries 2008-1, 2008-2, 2009-2, 2010-1, 2011-1, 2011-2, nos termos dos contratos específicos, foram integralmente resgatadas em 4 de dezembro de 2014, pelo valor de US\$747.219. Em virtude do resgate das referidas notas, a Brazil Foreign foi encerrada no dia 27 de abril de 2015, de acordo com o *Certificate of Dissolution* emitida pela *Registrar of Companies* das Ilhas Cayman em 29 de janeiro de 2015.

d) Despesas de Captação no Mercado

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2014
Depósitos a Prazo ⁽¹⁾	5.813.793	3.084.070	5.800.722	3.066.786
Depósitos de Poupança	1.326.028	1.130.445	1.326.028	1.130.445
Depósitos Interfinanceiros	1.231.684	1.381.381	181.055	194.942
Captação no Mercado Aberto	8.876.728	6.110.109	6.989.676	5.206.854
Atualização e Juros de Provisões de Seguros e Previdência e de Capitalização	-	-	58.078	53.862
Outras ⁽²⁾	5.331.632	2.886.995	5.605.637	3.100.992
Total	22.579.865	14.593.000	19.961.196	12.753.881

(1) No Banco e no Consolidado, inclui o registro de juros no valor de R\$144.264 (2014 - R\$195.617) referente a emissão de Instrumento de Dívida Elegível a Capital Nível I e II (Nota 21).

(2) Inclui, principalmente, despesas com recursos de aceites e emissão de títulos.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

e) Obrigações por Empréstimos e Repasses

				Banco	
				30/06/2015	30/06/2014
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Obrigações por Empréstimos no País	2.686	2.865	6.461	12.012	51.063
Obrigações por Empréstimos no Exterior	7.896.290	18.649.741	2.931.539	29.477.570	18.064.536
Linhas de Financiamento à Exportação e Importação	6.763.455	18.649.741	2.931.539	28.344.735	17.685.312
Outras Linhas de Crédito	1.132.835	-	-	1.132.835	379.224
Obrigações por Repasses do País	2.150.278	3.481.010	10.105.749	15.737.037	12.942.604
Obrigações por Repasses no Exterior	-	-	-	-	9.348
Total	10.049.254	22.133.616	13.043.749	45.226.619	31.067.551
Circulante				32.182.870	20.625.702
Longo Prazo				13.043.749	10.441.849

				Consolidado	
				30/06/2015	30/06/2014
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Obrigações por Empréstimos no País	2.686	79.886	6.461	89.033	66.044
Obrigações por Empréstimos no Exterior	7.896.290	18.649.914	2.931.539	29.477.743	18.064.536
Linhas de Financiamento à Exportação e Importação	6.763.455	18.649.914	2.931.539	28.344.908	17.685.312
Outras Linhas de Crédito	1.132.835	-	-	1.132.835	379.224
Obrigações por Repasses do País	2.150.278	3.481.010	10.105.749	15.737.037	12.942.604
Obrigações por Repasses no Exterior	-	-	-	-	9.348
Total	10.049.254	22.210.810	13.043.749	45.303.813	31.082.532
Circulante				32.260.064	20.640.683
Longo Prazo				13.043.749	10.441.849

No Banco e no Consolidado, as linhas de financiamento à exportação e importação são recursos captados junto a instituições financeiras no exterior, destinados à aplicação em operações comerciais de câmbio, relativas a desconto de letras de exportação e pré-financiamento à exportação e importação, cujos vencimentos vão até o ano de 2019 (30/06/2014 - até o ano de 2018) e estão sujeitas a encargos financeiros, correspondentes à variação cambial acrescida de juros que variam de 0,4% a.a. a 24,8% a.a. (30/06/2014 - 0,7% a.a. a 6,9% a.a.).

As obrigações por repasses do país - instituições oficiais têm incidência de encargos financeiros correspondentes a TJLP, variação cambial da cesta de moedas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ou a variação cambial do Dólar americano, acrescidos de juros, de acordo com as políticas operacionais do Sistema BNDES.

Em 30 de junho de 2014, no Banco e no Consolidado, as obrigações de repasses do exterior possuíam juros de 1,5% a.a., acrescidos de variação cambial e com vencimento até o ano de 2014.

19. Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias compreendem os impostos e contribuições a recolher e valores questionados em processos judiciais e administrativos.

	Banco		Consolidado	
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 23.b)	4.515.560	10.585.640	7.461.484	13.342.205
Provisão para Riscos Fiscais - Responsabilidade de Ex-Controladores (Nota 23.i)	677.006	734.824	762.516	829.625
Passivos Tributários Diferidos	1.132.690	1.353.514	1.705.033	2.080.681
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	53.171	475.953	237.919	652.347
Impostos e Contribuições a Pagar	512.011	271.284	608.984	309.224
Total	6.890.438	13.421.215	10.775.936	17.214.082
Circulante	1.201.740	1.395.076	1.758.853	1.968.035
Longo Prazo	5.688.698	12.026.139	9.017.083	15.246.047

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

a) Natureza e Origem dos Passivos Tributários Diferidos

	Saldo em 31/12/2014	Realização	Banco Saldo em 30/06/2015
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos ⁽¹⁾	900.251	-	900.251
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e "Hedges" de Fluxo de Caixa ⁽¹⁾	263.742	(41.431)	222.311
Superveniência de Arrendamento Mercantil	7.864	(477)	7.387
Outros	18.447	(15.706)	2.741
Total	1.190.304	(57.614)	1.132.690

	Saldo em 31/12/2013	Constituição	Realização	Banco Saldo em 30/06/2014
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos ⁽¹⁾	840.748	59.502	-	900.250
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e "Hedges" de Fluxo de Caixa ⁽¹⁾	94.707	342.402	-	437.109
Superveniência de Arrendamento Mercantil	19.473	-	(3.894)	15.579
Outros	11.140	-	(10.564)	576
Total	966.068	401.904	(14.458)	1.353.514

	Saldo em 31/12/2014	Constituição	Realização	Consolidado Saldo em 30/06/2015
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos ⁽¹⁾	925.433	9.911	(1.002)	934.342
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e "Hedges" de Fluxo de Caixa ⁽¹⁾	267.350	11.968	(41.881)	237.437
Superveniência de Arrendamento Mercantil	588.035	-	(59.957)	528.078
Outros	21.598	2.044	(18.466)	5.176
Total	1.802.416	23.923	(121.306)	1.705.033

	Saldo em 31/12/2013	Constituição	Realização	Consolidado Saldo em 30/06/2014
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos ⁽¹⁾	855.629	59.510	(8.861)	906.278
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e "Hedges" de Fluxo de Caixa ⁽¹⁾	100.124	343.207	(1.372)	441.959
Superveniência de Arrendamento Mercantil	875.385	13.070	(164.500)	723.955
Outros	26.093	-	(17.604)	8.489
Total	1.857.231	415.787	(192.337)	2.080.681

(1) Inclui IRPJ, CSLL, PIS e Cofins.

b) Expectativa de Exigibilidade dos Passivos Tributários Diferidos

Ano	IRPJ	CSLL	Diferenças Temporárias		Total
			PIS/Cofins	Total Ativado	
2015	139.910	83.207	26.878	249.995	249.995
2016	278.931	165.706	53.757	498.394	498.569
2017	152.637	89.982	29.295	271.914	272.037
2018	26.001	14.861	4.832	45.694	45.694
2019	24.769	14.861	4.832	44.462	44.462
2020 a 2022	12.384	7.431	2.416	22.231	22.231
Total	634.632	376.048	122.010	1.132.690	1.132.988

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Ano	IRPJ	CSLL	Diferenças Temporárias		Total
			PIS/Cofins	Total Ativado	
2015	245.125	86.898	27.935	359.958	359.958
2016	389.177	172.546	55.870	617.593	617.768
2017	224.149	93.973	30.481	348.603	348.726
2018	92.618	15.916	5.092	113.626	113.626
2019	91.241	15.829	5.092	112.162	112.162
2020 a 2022	142.631	7.914	2.546	153.091	153.091
Total	1.184.941	393.076	127.016	1.705.033	1.705.331

Consolidado
30/06/2015

20. Dívidas Subordinadas

Estão representadas por títulos emitidos de acordo com as normas do Bacen. Para a apuração dos limites operacionais, estes integram o Nível II do Patrimônio de Referência (PR) de acordo com a natureza e proporcionalidade definidas nas Resoluções CMN 4.192 de 1 de março de 2013 e alterações pela Resolução CMN 4.278 de 31 de outubro de 2013.

CDB Subordinado	Emissão	Vencimento ⁽¹⁾	Valor de Emissão (em Milhões)	Taxa de Juros (a.a.)	Banco/Consolidado	
					30/06/2015	30/06/2014
CDB Subordinado	junho-06	julho-16	\$ 1.500	105,0% CDI	3.912.212	3.479.679
CDB Subordinado	outubro-06	setembro-16	\$ 850	104,5% CDI	2.114.010	1.881.335
CDB Subordinado	julho-06 a outubro-06	julho-16 e julho-18	\$ 447	104,5% CDI	1.147.570	1.021.265
CDB Subordinado	maio-08 a junho-08	maio-13 a maio-18	\$ 283	CDI ⁽²⁾	106.047	107.342
CDB Subordinado	maio-08 a junho-08	maio-15 a junho-18	\$ 268	IPCA ⁽³⁾	266.610	399.448
CDB Subordinado	julho-07	julho-14	\$885	104,5% CDI	-	1.772.084
CDB Subordinado	novembro-08	novembro-14	\$100	120,5% CDI	-	187.504
Total					7.546.449	8.848.657
Circulante					-	2.146.690
Longo Prazo					7.546.449	6.701.967

(1) CDBs subordinados possuem remuneração paga ao final do prazo juntamente com o principal.

(2) Indexado entre 100% e 112% do CDI.

(3) Indexado ao IPCA, acrescido de juros de 8,3% a.a. a 8,4% a.a.

21. Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital

Os detalhes do saldo do item Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital referente a emissão de instrumentos de capital para compor o Nível I e Nível II do PR devido ao Plano de Otimização do Capital (Nota 24.f), são os seguintes:

Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	Emissão	Vencimento	Valor de Emissão (em Milhões)	Taxa de Juros (a.a.) ⁽³⁾	Banco/Consolidado	
					30/06/2015	30/06/2014
Nível I ⁽¹⁾	janeiro-14	Sem Prazo (Perpétuo)	\$3.000	7,375%	3.928.066	2.788.488
Nível II ⁽²⁾	janeiro-14	janeiro-24	\$3.000	6,000%	3.985.769	2.829.452
Total					7.913.835	5.617.940
Circulante					171.529	121.766
Longo Prazo					7.742.306	5.496.174

(1) Juros pagos trimestralmente a partir de 29 de abril de 2014.

(2) Juros pagos semestralmente a partir de 29 de julho de 2014.

(3) A taxa efetiva de juros, considerando o IR Fonte assumido pelo emissor, é de 8,676% e 7,059% para os instrumentos Nível I e Nível II, respectivamente.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

22. Outras Obrigações - Diversas

	30/06/2015	Banco 30/06/2014	30/06/2015	Consolidado 30/06/2014
Provisão Técnica para Operações de Seguros e Previdência e de Capitalização	-	-	1.612.397	1.667.744
Obrigações com Cartões de Crédito	17.467.775	15.301.553	17.467.782	15.301.560
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 23.b)	3.894.049	3.498.480	4.137.626	3.732.029
Plano de Benefícios a Funcionários (Nota 35)	3.474.874	2.952.880	3.490.540	2.968.776
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos ⁽¹⁾	191.045	712.494	191.045	712.494
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Responsabilidade de Ex-Controladores (Nota 23.i)	4.384	6.325	4.384	6.325
Provisão para Pagamentos a Efetuar				
Despesas de Pessoal	1.401.108	1.346.481	1.524.566	1.425.897
Despesas Administrativas	356.391	172.172	385.822	233.667
Outros Pagamentos	149.296	120.471	228.476	199.085
Credores por Recursos a Liberar	885.048	994.407	885.048	994.407
Obrigações por Prestação de Serviço de Pagamento	256.389	198.507	256.389	198.507
Fornecedores	216.444	225.772	695.383	653.134
Outras	2.346.110	2.663.290	4.713.623	3.507.401
Total	30.642.913	28.192.832	35.593.081	31.601.026
Circulante	22.753.463	23.582.041	26.950.069	26.326.186
Longo Prazo	7.889.450	4.610.791	8.643.012	5.274.840

(1) Refere-se basicamente, a operações de empréstimos de "export notes" no valor de R\$170.555 (30/06/2014 - R\$692.636).

23. Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias
a) Ativos Contingentes

No Banco e no Consolidado, em 30 de junho de 2015 e 2014, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes (Nota 3.p).

b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza

	30/06/2015	Banco 30/06/2014	30/06/2015	Consolidado 30/06/2014
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 19)	4.515.560	10.585.640	7.461.484	13.342.205
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 22)	3.894.049	3.498.480	4.137.626	3.732.029
Ações Trabalhistas	2.122.250	1.944.634	2.204.101	2.014.650
Ações Cíveis	1.771.799	1.553.846	1.933.525	1.717.379
Total	8.409.609	14.084.120	11.599.110	17.074.234

c) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais

	01/01 a 30/06/2015			Banco 01/01 a 30/06/2014		
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldo Inicial	11.383.052	1.914.476	1.612.518	9.377.201	1.869.394	1.501.962
Constituição Líquida de Reversão ^{(1) (2)}	(7.314.470)	542.386	395.649	859.922	379.993	270.481
Atualização Monetária	463.481	124.083	76.290	383.264	106.499	67.517
Baixas por Pagamento	(4.772)	(521.200)	(312.658)	(34.747)	(411.252)	(279.704)
Outros	(11.731)	62.505	-	-	-	(6.410)
Saldo Final	4.515.560	2.122.250	1.771.799	10.585.640	1.944.634	1.553.846
Depósitos em Garantia - Outros Créditos	1.011.715	331.826	356.455	951.796	365.451	119.613
Depósitos em Garantia - Títulos e Valores Mobiliários	45.681	9.395	6.871	27.195	17.651	669
Total dos Depósitos em Garantia	1.057.396	341.221	363.326	978.991	383.102	120.282

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	01/01 a 30/06/2015			Consolidado 01/01 a 30/06/2014		
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldo Inicial	14.205.897	1.984.590	1.776.857	11.957.132	1.939.796	1.655.716
Constituição Líquida de Reversão ^{(1) (2)}	(7.169.204)	564.367	453.734	1.019.340	400.477	329.850
Atualização Monetária	575.183	129.492	85.751	471.620	110.643	74.763
Baixas por Pagamento	(140.383)	(537.681)	(382.818)	(106.113)	(436.266)	(336.540)
Aquisição/Incorporação/ Reclassificações de Participações Societárias	1.722	467	1	-	-	-
Outros	(11.731)	62.866	-	226	-	(6.410)
Saldo Final	7.461.484	2.204.101	1.933.525	13.342.205	2.014.650	1.717.379
Depósitos em Garantia - Outros Créditos	2.376.962	336.646	361.864	2.236.656	371.539	124.886
Depósitos em Garantia - Títulos e Valores Mobiliários	46.946	9.395	6.890	27.569	17.651	669
Total dos Depósitos em Garantia	2.423.908	346.041	368.754	2.264.225	389.190	125.555

(1) Riscos fiscais contemplam as constituições de provisões para impostos relacionados a processos judiciais e administrativos e obrigações legais, contabilizados em despesas tributárias, outras receitas operacionais e outras despesas operacionais e IR e CSLL.

(2) Em 2015, inclui os efeitos decorrentes da reversão da provisão do Cofins (Nota 23.e).

d) Provisões para Contingências Fiscais e Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis

O Banco Santander e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de êxito das empresas com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. O Santander tem por política provisionar integralmente o valor das ações cuja avaliação é de perda provável. As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender obrigações legais e eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e administrativos conforme segue:

e) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscais e Previdenciárias

O Banco e suas controladas aderiram em agosto de 2014 ao programa de parcelamento e pagamento à vista de débitos tributários e previdenciários instituído pela Lei 12.996/2014.

A adesão ao programa incluiu a cobrança administrativa decorrente da dedução de despesas com tributos com exigibilidade suspensa e sua atualização na base de cálculo do IRPJ e da CSLL entre os anos de 2006 e 2008. Referida cobrança, pendente de decisão na esfera administrativa, tinha classificação de risco avaliada como perda possível, segundo os assessores jurídicos. Outros processos administrativos e judiciais também foram incluídos neste programa.

Os processos fiscais e previdenciários incluídos na modalidade de pagamento à vista em 2014, produziram efeitos contábeis no momento da adesão ao programa através da liquidação financeira no valor de R\$404.570 no Banco e de R\$412.602 no Consolidado cujo efeito patrimonial, após registrados os ativos fiscais diferidos, foi nulo no resultado líquido para o Banco e Consolidado.

Os principais processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações legais, fiscais e previdenciárias encontram-se descritos a seguir:

PIS e Cofins - R\$1.460.572 no Banco e R\$2.890.312 no Consolidado (30/06/2014 - R\$8.405.172 no Banco e R\$9.744.163 no Consolidado): o Banco Santander e as empresas controladas ajuizaram medidas judiciais visando afastar a aplicação da Lei 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e da Cofins para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas. Antes da referida norma, já afastada em decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) em relação às entidades não financeiras, eram tributadas pelo PIS e pela Cofins apenas as receitas de prestação de serviços e de venda de mercadorias. Em 23 de abril de 2015, foi publicada decisão do STF admitindo o Recurso Extraordinário interposto pela União referente ao PIS e negando o seguimento ao Recurso Extraordinário interposto pelo Ministério Público Federal referente à Cofins aplicável, exclusivamente, ao processo do Banco Santander. Em 28 de maio de 2015, em sessão plenária do STF, foi confirmada a inadmissibilidade do Recurso Extraordinário referente à Cofins, em decisão unânime, que negou provimento ao Agravo Regimental interposto pelo Ministério Público Federal. Com essa decisão, o pleito referente à Cofins está definido, prevalecendo a sentença do Tribunal Regional Federal da 4ª Região de agosto de 2007, favorável ao Banco Santander. Em 29 de junho de 2015, o Ministério Público Federal apresentou Embargos de Declaração perante ao STF, os quais estão pendentes de decisão. Segundo avaliação dos assessores jurídicos, é remota a possibilidade da apreciação dos Embargos de Declaração vir a alterar o teor da decisão prolatada pelo plenário do STF. Seguem pendentes de julgamento definitivo pelo STF a exigibilidade do PIS do Banco Santander, bem como a exigibilidade do PIS e da Cofins das demais empresas controladas. Com a decisão do STF, o Banco Santander reverteu o saldo da provisão constituída para cobrir as obrigações legais relativas à Cofins, no montante de R\$7.950 milhões (R\$ 4.770 milhões, após efeitos tributários).

Majoração de Alíquota da CSLL - R\$605.615 no Banco e R\$1.593.838 no Consolidado (30/06/2014 - R\$668.566 no Banco e R\$1.522.578 no Consolidado): o Banco Santander e as empresas controladas ajuizaram ações judiciais visando a afastar a majoração de alíquota da CSLL imposta pela MP 413/2008, convertida na Lei 11.727/2008. As instituições financeiras estavam anteriormente sujeitas à alíquota de 9% para CSLL, entretanto, a nova legislação estabeleceu a alíquota de 15%, a partir de abril de 2008. As ações judiciais ainda estão pendentes de julgamento.

O Banco Santander e suas empresas controladas são partes em processos judiciais e administrativos relacionados a discussões fiscais e previdenciárias, que são classificados com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda provável.

Os principais temas discutidos nesses processos são:

CSLL - Isonomia de Alíquotas - R\$51.277 no Consolidado (30/06/2014 - R\$3.636 no Banco e R\$52.661 no Consolidado): o Banco Santander e as empresas controladas ingressaram com medidas judiciais contestando a aplicação do aumento na alíquota da CSLL para 18%, aplicável a instituições financeiras, até 1998, em comparação com a alíquota de 8% para as demais empresas não financeiras, com base no princípio constitucional da isonomia.

Imposto sobre Serviços (ISS) - Instituições Financeiras - R\$775.507 no Banco e R\$803.941 no Consolidado (30/06/2014 - R\$607.201 no Banco e R\$631.036 no Consolidado): o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a exigência, por vários municípios, do pagamento de ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços.

Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) - R\$480.791 no Banco e R\$499.819 no Consolidado (30/06/2014 - R\$363.504 no Banco e R\$382.120 no Consolidado): o Banco Santander e as empresas controladas discutem administrativa e judicialmente a cobrança da contribuição previdenciária e do salário-educação sobre diversas verbas que, segundo avaliação dos assessores jurídicos, não possuem natureza salarial.

Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira (CPMF) em Operações de Clientes - R\$641.582 no Banco e no Consolidado (30/06/14 - R\$0 no Banco e Consolidado): em maio de 2003, a Receita Federal do Brasil lavrou um auto de infração na Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (Santander DTVM) e outro auto no Banco Santander Brasil S.A. O objeto dos autos foi a cobrança de CPMF sobre operações efetuadas pela Santander DTVM na administração de recursos de seus clientes e serviços de compensação prestados pelo Banco para a Santander DTVM, ocorridos durante os anos de 2000, 2001 e os dois primeiros meses de 2002. Com base na avaliação de risco dos assessores jurídicos, o tratamento fiscal adotado era adequado. A Santander DTVM obteve decisão favorável no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) enquanto o Banco obteve decisão desfavorável e foi considerado responsável pelo recolhimento da CPMF. Ambas decisões foram objeto de novos recursos perante a última instância do CARF. Em junho de 2015, os recursos foram apreciados com decisões desfavoráveis para o Banco e para Santander DTVM na esfera administrativa (CARF). Em 3 de julho de 2015, Banco e Produban Serviços de Informática S.A. (atual denominação da Santander DTVM) impetraram ação judicial visando anular ambos os débitos fiscais, que totalizam R\$1.283 milhões. Com base na avaliação dos assessores jurídicos, foi constituída provisão para fazer face à perda considerada provável na ação judicial.

f) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Trabalhista

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de “horas extras” e outros direitos trabalhistas, incluindo processos relacionados à benefícios de aposentadoria.

Nas ações relativas a causas consideradas semelhantes e usuais para o negócio, a provisão é constituída com base na média histórica dos pagamentos e êxitos. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de realização, na lei e na jurisprudência e de acordo com a avaliação de êxito efetuada pelos assessores jurídicos.

g) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Cível

Estas contingências são em geral decorrentes de: (1) ações com pedido de revisão de termos e condições contratuais ou pedidos de ajustes monetários, incluindo supostos efeitos da implementação de vários planos econômicos do governo, (2) ações decorrentes de contratos de financiamento, (3) ações de execução; e (4) ações de indenização por perdas e danos. Para ações cíveis consideradas comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de realização, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito efetuada pelos assessores jurídicos.

Os principais processos classificados como risco de perda provável estão descritos a seguir:

Ações de Caráter Indenizatório - referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a cartões de crédito, crédito direto ao consumidor, contas correntes, cobrança e empréstimos e outros assuntos. Nas ações relativas a causas consideradas semelhantes e usuais para o negócio, no curso normal das atividades do Banco, a provisão é constituída com base na média histórica dos processos encerrados. As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de realização, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito efetuada pelos assessores jurídicos.

Planos Econômicos - ações de cobrança com avaliação coletiva, relativas aos expurgos inflacionários em caderneta de poupança decorrentes de Planos Econômicos (Bresser, Verão, Collor I e II). Referem-se a discussões judiciais promovidas pelos detentores de cadernetas de poupança, questionando o rendimento creditado pelo Banco Santander em razão da instituição de tais planos por entenderem que as modificações legislativas violaram direitos adquiridos relativos à aplicação de índices inflacionários. As ações são provisionadas com base na média histórica dos processos encerrados.

As ações que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base no risco provável de realização, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito efetuada pelos assessores jurídicos. O Banco Santander, também, é parte em ações civis públicas, sobre a mesma matéria, ajuizadas por entidades de defesa do consumidor, pelo Ministério Público ou por Defensorias Públicas. Nesses casos, a constituição de provisão é feita somente após o trânsito em julgado dessas ações, tendo como base os pedidos de execução individual. A jurisprudência do Superior Tribunal da Justiça (STJ) por enquanto é contrária aos Bancos. A questão está ainda sob análise no STF, tendo sido determinada a suspensão de todos os recursos, com exclusão dos processos que ainda não tenham sentença ou em fase de execução definitiva. Existe jurisprudência no STF favorável aos Bancos com relação a fenômeno econômico semelhante ao da poupança, como no caso da correção de depósitos a prazo (CDBs) e das correções aplicadas aos contratos (tablita).

Contudo, a jurisprudência do STF ainda não se consolidou sobre a constitucionalidade das normas que modificaram o padrão monetário do Brasil. Em 14 de abril de 2010, o STJ decidiu que o prazo para a propositura de ações civis públicas que discutem os expurgos é de 5 anos a partir da data dos planos, mas essa decisão ainda não transitou em julgado. Desta forma, com essa decisão, grande parte das ações, como foram propostas após o prazo de 5 anos, provavelmente, será julgada improcedente, diminuindo os valores envolvidos. O STJ também decidiu que o prazo para os poupadores individuais se habilitarem nas Ações Civis Públicas, também é de 5 anos, contados do trânsito em julgado da respectiva sentença. O Banco Santander acredita no sucesso das teses defendidas perante esses tribunais por seu conteúdo e fundamento.

h) Contingências Fiscais e Previdenciárias, Trabalhistas e Cíveis Classificadas como Risco de Perda Possível

São processos judiciais e administrativos de natureza fiscal e previdenciária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não sendo provisionados.

As ações de natureza fiscal com classificação de perda possível, totalizaram R\$13.917 milhões, sendo os principais processos os seguintes:

Perdas em Operações de Crédito - o Banco e as empresas controladas contestaram os lançamentos fiscais emitidos pela Receita Federal do Brasil alegando a dedução indevida de perdas em operações de crédito das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL por supostamente não atenderem às exigências das leis aplicáveis. Em 30 de junho de 2015, o valor relacionado a essa discussão é de aproximadamente R\$692 milhões.

INSS sobre Participação nos Lucros ou Resultados (PLR) - o Banco e as empresas controladas estão envolvidas em processos judiciais e administrativos contra as autoridades fiscais, a respeito da cobrança de contribuição previdenciária sobre os pagamentos efetuados a título de participação nos lucros e resultados. Em 30 de junho de 2015, os valores relacionados a esses processos totalizavam aproximadamente R\$2.576 milhões.

IRPJ e CSLL - Ganho de Capital - a Receita Federal do Brasil lavrou auto de infração contra a atual Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. sucessora da sociedade ABN AMRO Brasil Dois Participações S.A. (AAB Dois Par) cobrando imposto de renda e contribuição social relacionados ao ano-base de 2005, alegando que o ganho de capital na venda das ações da Real Seguros S.A. e Real Vida e Previdência S.A. pela AAB Dois Par deve ser tributado a uma alíquota de 34% ao invés de 15%. O lançamento foi contestado administrativamente pois o tratamento fiscal adotado na transação estava em conformidade com a legislação tributária vigente e o ganho de capital foi devidamente tributado. Houve decisão parcialmente favorável no CARF para dar parcial provimento ao recurso voluntário para excluir a multa de ofício e os juros sobre essa multa. Atualmente aguarda-se a apreciação dos Embargos de Declaração opostos pela Zurich e o julgamento do Recurso Especial interposto pela União Federal. O Banco Santander é responsável por qualquer resultado adverso nesse processo como ex-controlador da Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. Em 30 de junho de 2015, o valor era de aproximadamente R\$253 milhões.

Amortização do Ágio do Banco Real - A Receita Federal do Brasil emitiu auto de infração contra o Banco para exigir os pagamentos de IRPJ e CSLL, incluindo os encargos moratórios, referentes ao período-base de 2009. As Autoridades Fiscais consideraram que o ágio referente à aquisição do Banco Real, amortizado contabilmente antes da sua incorporação, não poderia ser deduzido pelo Banco Santander para fins fiscais. O auto de infração foi devidamente impugnado. Em 14 de julho de 2015, a Delegacia da RFB de Julgamento decidiu favoravelmente ao Banco Santander, anulando integralmente o débito fiscal. Referida decisão será objeto de recurso de ofício perante o CARF. Em 30 de junho de 2015, o valor era de R\$1.117 milhões.

Amortização do Ágio do Banco Sudameris - As Autoridades Fiscais lavraram autos de infração para exigir os pagamentos de IRPJ e CSLL, incluindo os encargos moratórios, referentes à dedução fiscal da amortização do ágio pago na aquisição do Banco Sudameris, referentes ao período base de 2007 à 2012. O Banco Santander apresentou tempestivamente as respectivas impugnações, as quais estão pendentes de decisão. Em 30 de junho de 2015, o valor era de R\$489 milhões.

As ações de natureza trabalhista com classificação de perda possível totalizaram R\$131 milhões, excluindo o processo abaixo:

Gratificação Semestral ou PLR - ação na esfera trabalhista referente ao pagamento de gratificação semestral ou, alternativamente, PLR aos empregados aposentados do extinto Banco do Estado de São Paulo S.A. - Banespa, admitidos até 22 de maio de 1975, movida por Associação de Aposentados do Banespa. A ação foi julgada pelo Tribunal Superior do Trabalho contra o Banco. O Banco ingressou com os recursos cabíveis no STF que por decisão monocrática indeferiu o apelo do Banco, mantendo a condenação do Tribunal Superior do Trabalho. O Banco ingressou com o Agravo Regimental no STF. O Agravo Regimental é um apelo interno apresentado no STF requerendo que a decisão monocrática seja substituída por uma decisão de cinco ministros. A 1ª Turma do STF deu provimento ao Agravo Regimental do Banco e negou seguimento ao da Afabesp. As matérias do Recurso Extraordinário do Banco seguirão agora para o Pleno do STF para decisão sobre repercussão geral e julgamento. O valor envolvido não é divulgado em razão da atual fase processual do caso e de potencialmente poder afetar o andamento da ação.

Os passivos relacionados a ações cíveis com risco de perda possível totalizaram R\$712 milhões.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

i) Outras Ações Judiciais de Responsabilidade de Ex-Controladores

Referem-se a ações de naturezas fiscais, trabalhistas e cíveis, nos montantes de R\$677.006, R\$1.088 e R\$3.296 (30/06/2014 - R\$734.824, R\$3.272 e R\$3.053) no Banco e R\$762.516, R\$1.088 e R\$3.296 (30/06/2014 - R\$829.625, R\$3.272 e R\$3.053) no Consolidado, respectivamente, registrados em outras obrigações - fiscais e previdenciárias (Nota 19) e outras obrigações - diversas (Nota 22) de responsabilidade dos ex-controladores de Bancos e empresas adquiridas. Com base nos contratos firmados, estas ações possuem garantias de ressarcimento integral por parte dos ex-controladores, cujos respectivos direitos foram contabilizados em outros créditos - diversos (Nota 12).

24. Patrimônio Líquido
a) Capital Social

De acordo com o Estatuto Social, o capital social do Banco Santander poderá ser aumentado até o limite do capital autorizado, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração e por meio da emissão de até 9.090.909.090 (nove bilhões, noventa milhões, novecentos e nove mil e noventa) ações, observados os limites legais estabelecidos quanto ao número de ações preferenciais. Qualquer aumento de capital que exceda esse limite requererá a aprovação dos acionistas.

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas, escriturais, sem valor nominal.

	30/06/2015			30/06/2014		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
De Domiciliados no País	116.242	142.155	258.397	336.358	363.154	699.512
De Domiciliados no Exterior	3.753.608	3.588.835	7.342.443	3.533.492	3.367.836	6.901.328
Total	3.869.850	3.730.990	7.600.840	3.869.850	3.730.990	7.600.840
(-) Ações em Tesouraria	(29.680)	(29.680)	(59.360)	(25.346)	(25.346)	(50.692)
Total em Circulação	3.840.170	3.701.310	7.541.480	3.844.504	3.705.644	7.550.148

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação. As ações preferenciais não têm direito a voto e não podem ser convertidas em ações ordinárias, mas têm os mesmos direitos e vantagens concedidos às ações ordinárias, além de prioridade na distribuição de dividendos e adicional de 10% sobre os dividendos pagos às ações ordinárias, e no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de dissolução do Banco.

Os dividendos foram e continuarão a ser calculados e pagos de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.

Antes da Assembleia Anual dos Acionistas, o Conselho de Administração poderá deliberar sobre a declaração e pagamento de dividendos sobre os lucros auferidos, com base em: (i) balanços patrimoniais ou reservas de lucros existentes no último balanço patrimonial ou (ii) balanços patrimoniais emitidos em períodos inferiores a seis meses, em cujo caso o total de dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o valor das reservas de capital. Esses dividendos são imputados integralmente ao dividendo obrigatório.

	30/06/2015	
	Em Milhares de Reais	Reais por Milhares de Ações/Units
	Ordinárias	Preferenciais
Dividendos Intercalares ^{(1) (2)}	150.000	18,9474
Total	150.000	39,7895

(1) Deliberados pelo Conselho de Administração em março de 2015.

(2) O valor dos dividendos intercalares será imputado integralmente aos dividendos obrigatórios referente ao exercício de 2015 e será pago a partir de 28 de agosto de 2015, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

	30/06/2014	
	Em Milhares de Reais	Reais por Milhares de Ações/Units
	Ordinárias	Preferenciais
Dividendos Intermediários ^{(1) (3)}	99.807	12,6008
Dividendos Intercalares ^{(1) (3)}	120.193	15,1745
Dividendos Intercalares ^{(2) (3)}	400.000	50,5005
Total	620.000	106,0510

(1) Deliberados pelo Conselho de Administração em março de 2014.

(2) Deliberados pelo Conselho de Administração em junho de 2014.

(3) O valor dos dividendos intermediários e intercalares, foram imputados integralmente aos dividendos complementares e obrigatórios, respectivamente, referente ao exercício de 2014 e foram pagos a partir de 28 de agosto de 2014, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

c) Reserva para Equalização de Dividendos

Após a destinação dos dividendos, o saldo se houver, poderá, mediante proposta da Diretoria Executiva e aprovada pelo Conselho de Administração, ser destinado a formação de reserva para equalização de dividendos, que será limitada a 50% do valor do capital social. Esta reserva tem como finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive sob a forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas.

d) Ações em Tesouraria

Em reunião realizada em 3 de novembro de 2014, o Conselho de Administração aprovou, em continuidade ao programa de recompra que expirou em 24 de agosto de 2014, programa de recompra de Units e de ADRs de emissão do Banco Santander, diretamente ou por sua agência em Cayman, para manutenção em tesouraria ou posterior alienação.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

O Programa de Recompra abrangerá a aquisição de até 44.253.662 Units, correspondentes e 44.253.662 ações ordinárias e 44.253.662 ações preferenciais, que correspondem, em 31 de outubro de 2014, a aproximadamente 1,16% do capital social do Banco.

A recompra tem por objetivo (1) maximizar a geração de valor para os acionistas por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital; e (2) viabilizar o pagamento de administradores, empregados de nível gerencial e outros funcionários do Banco e de sociedades sob seu controle, nos termos dos Planos de Incentivo de Longo Prazo.

O prazo do Programa de Recompra é de até 365 dias contados a partir de 3 de novembro de 2014, encerrando-se em 3 de novembro de 2015.

Em 2015, foram adquiridas 4.399.600 Units e pagas 4.388.476 Units a título de Bônus e do Plano de Incentivo a Longo Prazo - Local ações em tesouraria. O saldo acumulado de ações em tesouraria em 30 de junho de 2015 é de 16.548.984 Units (30/06/2014 - 18.674.191 Units), equivalente a R\$235.179 (30/06/2014 - R\$192.397). O custo mínimo, médio ponderado e máximo por Unit do total de ações em tesouraria é, respectivamente, R\$11,01, R\$14,29 e R\$18,51. Em 2015, foram adquiridas 57.100 ADRs. O saldo acumulado de ADRs adquiridas e que permanecem em tesouraria é de 13.137.665 ADRs, no montante atual de R\$251.950 (30/06/2014 - R\$159.576). O custo mínimo, médio ponderado e máximo por ADR do total de ações em tesouraria é, respectivamente, US\$4,37, US\$6,17 e US\$10,21. O valor de mercado dessas ações, em 30 de junho de 2015 era de R\$16,92 por Unit e US\$5,44 por ADR. No primeiro semestre de 2015, devido ao Plano de Otimização do PR, foram registrados custos de emissão no valor de R\$70 (30/06/2014 - R\$20), totalizando R\$487.199 (30/06/2014 - R\$351.993) de ações em tesouraria.

Adicionalmente, no primeiro semestre de 2015, foram negociadas ações em tesouraria que resultaram numa perda de R\$3.918 (2014 - R\$5.360), registrado diretamente no patrimônio líquido em reservas de capital.

e) Patrimônio Líquido Consolidado - Resultados não Realizados

O patrimônio líquido consolidado está reduzido, principalmente, por resultados não realizados de R\$1.603 (30/06/2014 - R\$5.157). No primeiro semestre de 2015, foram realizados resultados no valor de R\$1.781 (2014 - R\$5.329), representados principalmente, pela negociação com terceiros das NTN-C e parte das NTN-F, relacionados à operação de venda realizada pelo Banco Santander à Santander Leasing (Nota 6.a III) registrada, anteriormente, como resultados não realizados no ano de 2012 no valor de R\$514.532.

f) Plano de Otimização do Patrimônio de Referência

Conforme Fato Relevante divulgado em 26 de setembro de 2013, com o intuito de otimizar a atual estrutura de capital do Banco Santander, o Conselho de Administração submeteu à aprovação dos acionistas a proposta de otimização da composição do patrimônio de referência do Banco Santander ("Plano de Otimização do PR"). O objetivo da proposta é estabelecer uma estrutura de capital mais eficiente, adequada às recentes normas prudenciais de capital aplicáveis para instituições financeiras, alinhada ao plano de negócios e crescimento dos ativos. O Plano de Otimização do PR contemplou os seguintes passos: (i) a restituição de recursos aos acionistas do Banco Santander no valor total de R\$6.000.000, sem redução do número de ações; (ii) a emissão no exterior de instrumentos de capital, avaliados como instrumentos compostos, para compor o Nível I e Nível II do PR do Banco Santander e; (iii) um plano de bonificação de ações e ajuste na composição das Units, seguidos de grupamento de ações, com o objetivo de eliminar a cotação em centavos das ações de emissão do Banco negociadas em bolsa.

Restituição de Recursos

Em 1 de novembro de 2013, a restituição de recursos aos acionistas foi aprovada em AGE. Em janeiro de 2014, foram atendidas as condições para a efetivação da restituição de recursos (decurso do prazo de oposição de credores quirografários, aprovação do Bacen e arquivamento da ata da assembleia na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP). O pagamento da restituição de recursos aos acionistas ocorreu em 29 de janeiro de 2014, sendo que as ações e Units do Banco passaram a ser negociadas ex-direito Restituição de Recursos desde 15 de janeiro de 2014.

Emissão de Notas

Em 14 de janeiro de 2014, o Conselho de Administração aprovou a emissão dos instrumentos de capital na forma de Notas emitidas no exterior (Notes), em dólares norte-americanos, no valor equivalente a R\$6.000.000. A emissão das Notas ocorreu em 29 de janeiro de 2014.

As características específicas das Notas emitidas para compor o Nível I são: (a) Principal: US\$1.247.713, equivalente a R\$3.000.000; (b) Taxa de Juros: 7,375% a.a.; (c) Prazo de Vencimento: sem prazo de vencimento (perpétuas); (d) Periodicidade de Pagamento dos Juros: trimestralmente, a partir de 29 de abril de 2014; (e) Discricionariedade: o Banco Santander pode cancelar a distribuição de juros a qualquer momento, por um período ilimitado e sem direito de acumulação, sem que a referida suspensão seja considerada como evento de default (f) Subordinação: no caso de insolvência, sua liquidação financeira está subordinada a todos os instrumentos de capital Nível II. As características específicas das Notes emitidas para compor o Nível II são: (a) Principal: US\$1.247.713, equivalente R\$3.000.000; (b) Taxa de Juros: 6,0% a.a.; (c) Prazo de Vencimento: em 29 de janeiro de 2024; e (d) Periodicidade de Pagamento dos Juros: semestralmente, a partir de 29 de julho de 2014.

Em 15 de abril de 2014, o Bacen emitiu aprovação para que as Notas componham o Nível I e Nível II do PR do Banco Santander desde a data de sua emissão.

Bonificação e Grupamento de Ações

Com o objetivo de eliminar a negociação em centavos das ações SANB3 (ordinárias) e SANB4 (preferenciais), aumentar a liquidez e reduzir os custos de transação, em 18 de março de 2014, os acionistas do Banco, em AGE, aprovaram: (i) a bonificação de 19.002.100.957 ações preferenciais para os acionistas do Banco, na proporção de 0,047619048 ações preferenciais para cada ação ordinária (SANB3) ou ação preferencial (SANB4), o que resulta em uma participação de bônus de 5 ações preferenciais para cada Unit (SANB11), mediante aumento do Capital Social no montante de R\$171.799 em contrapartida a conta de Reservas; e (ii) grupamento da totalidade das ações ordinárias e ações na proporção de 1:55, sendo que cada 55 ações ordinárias e 55 ações preferenciais correspondem a 1 ação ordinária e 1 ação preferencial, respectivamente. Como resultado, cada Unit (SANB11) passou a ser composta por uma ação ordinária e uma ação preferencial. Esses eventos foram implementados em 2 de junho de 2014.

Oferta Pública de Permuta

Em 29 de abril de 2014, o Banco publicou Fato Relevante para informar que foi comunicado por seu acionista controlador indireto, Banco Santander Espanha, que este lançaria uma oferta voluntária no Brasil e nos Estados Unidos da América para permuta de até a totalidade das ações do Banco que não fossem de titularidade do Banco Santander Espanha, as quais representavam cerca de 25% do capital do Banco, com a entrega de ações de emissão do Banco Santander Espanha em pagamento. Em decorrência da Operação, o Banco continuaria a ser uma companhia aberta listada na BM&FBovespa, mas sairia do Nível 2 de Governança Corporativa, passando a estar listado em seu segmento tradicional.

Em 9 de junho de 2014, foi realizada AGE, onde foram deliberadas as seguintes matérias: (a) a saída do Banco do Nível 2 de Governança Corporativa; e (b) escolha da empresa especializada N M Rothschild & Sons (Brasil) Ltda. ("Rothschild") para elaboração de laudo de avaliação do valor econômico do Banco, para fins da Oferta de Permuta e da consequente Saída do Nível 2.

Em 13 de junho de 2014, o Banco anunciou ao mercado que o Laudo de Avaliação elaborado por Rothschild havia sido devidamente encaminhado, para a: (i) CVM; (ii) BM&FBovespa; e (iii) U.S. Securities and Exchange Commission - SEC. Ademais, informou que o pedido de registro da Oferta de Permuta havia sido protocolado na CVM, na mesma data.

Em 2 de outubro de 2014 o Conselho de Administração emitiu parecer sobre a Oferta de Permuta e o Banco arquivou na SEC a sua posição sobre referida transação por meio do Schedule 14D-9. Em 16 de outubro de 2014 o Santander Espanha e Banco informaram ao mercado que foi ajustada a relação de permuta da Oferta de Permuta, prevista no Edital da Oferta publicado em 18 de setembro de 2014. Em conformidade com o Edital da Oferta, a relação de permuta, e consequentemente a quantidade de BDRs a que daria direito cada Recibo de Subscrição, foi ajustada de 0,70 BDR para cada Unit e 0,35 BDR para cada Ação, seja ordinária ou preferencial, para 0,7152 BDR para cada Unit e 0,3576 BDR para cada Ação, seja ação ordinária ou ação preferencial, em função da remuneração declarada pelo Santander Espanha em 16 de outubro de 2014, no âmbito do programa Santander Dividendo Elección, com data-base de apuração de posição acionária para pagamento (record date) em 17 de outubro de 2014.

Em 31 de outubro de 2014, o Banco em conjunto com o Santander Espanha anunciou ao mercado o Resultado da Oferta de Permuta. Santander Espanha adquiriu 1.640.644 Ações e 517.827.702 Units, representativos, em conjunto, de 13,65% do capital social do Banco, de modo que a participação do Grupo Santander no Banco passou a ser de 88,30% de seu capital social total, 88,87% de suas ações ordinárias e 87,71% de suas ações preferenciais, considerando também os ADRs representativos de Units adquiridos na Oferta de Permuta nos EUA. Como consequência da Oferta de Permuta, as ações do Banco deixaram de ser listadas no Nível 2 da BM&FBovespa, passando a ser negociadas no segmento tradicional da bolsa.

25. Limites Operacionais

Em julho de 2008 entraram em vigor as regras de mensuração do capital regulamentar pelo Método Padronizado de Basileia II. No ano de 2013 foi emitido um conjunto de Resoluções e Circulares, alinhados com as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia. Estas regras, representadas pelas Resoluções CMN 4.192 e 4.193 entraram em vigor em outubro de 2013 e estabelecem o modelo para apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Nível I e de Capital Principal. Estas Resoluções determinam que a composição do PR seja feita através do patrimônio líquido, dívidas subordinadas e instrumentos híbridos de capital.

Conforme estabelecido na Resolução CMN 4.193/2013 a exigência para o PR, é de 11% até 31 de dezembro de 2015, para o PR Nível I é de 6% e para o Capital Principal é de 4,5%.

Em continuidade a adoção das regras estabelecidas pela Resolução CMN 4.192/2013, a partir de janeiro de 2015, entrou em vigor o Consolidado Prudencial, definido pela Resolução CMN 4.280/2013 iniciando-se um novo período de comparação.

O índice é calculado de forma consolidada, conforme demonstrado a seguir:

	30/06/2015 ⁽¹⁾	30/06/2014 ⁽²⁾
Patrimônio de Referência Nível I	61.410.985	58.802.433
Capital Principal	57.482.919	56.013.944
Capital Complementar	3.928.066	2.788.489
Patrimônio de Referência Nível II	5.572.691	5.576.936
Patrimônio de Referência (Nível I e II)	66.983.676	64.379.369
Patrimônio de Referência Exigido	40.795.048	39.573.692
Parcela de Risco de Crédito ⁽³⁾	35.516.893	34.304.465
Parcela de Risco de Mercado ⁽⁴⁾	3.229.138	3.561.999
Parcela de Risco Operacional	2.049.017	1.707.228
Índice de Basileia Nível I	16,6	16,3
Índice de Basileia Capital Principal	15,5	15,6
Índice de Basileia	18,1	17,9

(1) Valores calculados com base nas informações consolidadas do Consolidado Prudencial.

(2) Valores calculados com base nas informações consolidadas das instituições financeiras (Conglomerado Financeiro).

(3) Para cálculo da alocação de capital para Risco de Crédito foram consideradas as modificações e inclusões da Circular Bacen 3.714 de 20 de agosto de 2014, que altera a Circular 3.644 de 4 de março de 2013.

(4) Inclui as parcelas para as exposições de risco de mercado sujeitas as variações de taxas dos cupons de moeda estrangeira (PJUR2), índices de preços (PJUR3) e taxa de juros (PJUR1/PJUR4), do preço de mercadorias "commodities" (PCOM), do preço de ações classificadas na carteira de negociação (PACS) e parcelas para exposição de ouro, moeda estrangeira e operações sujeitas a variação cambial (PCAM).

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

O Banco Santander, divulga trimestralmente o Relatório de Gerenciamento de Riscos com informações referentes à gestão de riscos, gestão de capital, PR e PRE. O relatório com maior detalhamento das premissas, estrutura e metodologias encontra-se, no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

As instituições financeiras estão obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do Patrimônio de Referência ajustado. Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do Patrimônio de Referência ajustado na forma da regulamentação em vigor. O Banco Santander encontra-se enquadrado nos requerimentos estabelecidos.

26. Partes Relacionadas

a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

A Reunião do Conselho de Administração do Banco realizada em 29 de janeiro de 2015 aprovou, conforme recomendação favorável do Comitê de Remuneração e Nomeação a proposta de remuneração global dos administradores (Conselho de Administração e Diretoria Executiva) para o exercício de 2015, no montante de até R\$300.000, abrangendo a remuneração fixa, variável e baseada em ações e demais benefícios. A proposta foi objeto de deliberação na Assembléia Geral Ordinária (AGO) realizada em 30 de abril de 2015.

a.1) Benefícios de Longo Prazo

O Banco, assim como o Banco Santander Espanha, igualmente como outras controladas no mundo do Grupo Santander, possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações, com base na obtenção de metas. (Nota 35.f).

a.2) Benefícios de Curto Prazo

A tabela a seguir demonstra os salários e honorários do Conselho de Administração e Diretoria Executiva:

	01/01 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2014
Remuneração Fixa	28.996	23.472
Remuneração Variável	52.291	57.100
Outras	8.267	7.254
Total Benefícios de Curto Prazo	89.554	87.826
Remuneração Baseada em Ações	14.771	15.261
Total Benefícios de Longo Prazo	14.771	15.261
Total⁽¹⁾	104.325	103.087

(1) Refere-se ao montante pago pelo Banco Santander aos seus Administradores pelos cargos que ocupam no Banco Santander e demais empresas do Conglomerado Santander.

Adicionalmente, no primeiro semestre de 2015, foram recolhidos encargos sobre a remuneração da administração no montante de R\$13.336 (2014 - R\$14.187).

b) Rescisão do Contrato

A extinção da relação de trabalho com os administradores, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira.

c) Operações de Crédito

Nos termos da legislação vigente, não são concedidos empréstimos ou adiantamentos envolvendo:

I - diretores, membros dos Conselhos de Administração e do Comitê de Auditoria, bem como seus respectivos cônjuges e parentes, até o segundo grau;

II - pessoas físicas ou jurídicas que participem no capital do Banco Santander, com mais de 10%;

III - pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, o Banco Santander e suas subsidiárias;

IV - pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, quaisquer dos diretores, membros do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria ou administradores da própria instituição financeira, bem como seus cônjuges e respectivos parentes, até o segundo grau.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

d) Participação Acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferenciais):

Acionistas	Em Milhares de Ações					30/06/2015	
	Ações Ordinárias	Ações Ordinárias (%)	Ações Preferenciais	Ações Preferenciais (%)	Total Ações	Total Ações (%)	
Grupo Empresarial Santander, S.L. (GES) ⁽¹⁾	1.107.673	28,6%	1.019.645	27,3%	2.127.318	28,0%	
Sterrebeeck B.V. ⁽¹⁾	1.809.583	46,8%	1.733.644	46,5%	3.543.227	46,6%	
Banco Santander, S.A. ⁽¹⁾	518.207	13,4%	519.089	13,9%	1.037.296	13,6%	
Santander Insurance Holding, S.L. (SIH) ⁽¹⁾	3.758	0,1%	179	0,0%	3.937	0,1%	
Qatar Holding, LLC (Qatar Holding)	196.462	5,1%	196.462	5,3%	392.924	5,2%	
Funcionários	3.688	0,1%	3.710	0,1%	7.398	0,1%	
Membros do Conselho de Administração	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	
Membros da Diretoria Executiva	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	
Outros	200.799	5,2%	228.581	6,2%	429.380	5,7%	
Total em Circulação	3.840.170	99,3%	3.701.310	99,3%	7.541.480	99,3%	
Ações em Tesouraria	29.680	0,7%	29.680	0,7%	59.360	0,7%	
Total	3.869.850	100,0%	3.730.990	100,0%	7.600.840	100,0%	
"Free Float" ⁽²⁾	400.949	10,4%	428.753	11,5%	829.702	10,9%	

Acionistas	Em Milhares de Ações					30/06/2014	
	Ações Ordinárias	Ações Ordinárias (%)	Ações Preferenciais	Ações Preferenciais (%)	Total Ações	Total Ações (%)	
GES ⁽¹⁾	1.107.673	28,6%	1.019.645	27,3%	2.127.318	28,0%	
Sterrebeeck B.V. ⁽¹⁾	1.809.583	46,8%	1.733.644	46,5%	3.543.227	46,6%	
SIH ⁽¹⁾	3.758	0,1%	179	0,0%	3.937	0,1%	
Qatar Holding	196.462	5,1%	196.462	5,3%	392.924	5,2%	
Funcionários	2.598	0,1%	2.621	0,1%	5.219	0,1%	
Membros do Conselho de Administração	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	
Membros da Diretoria Executiva	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	
Outros	724.430	18,6%	753.093	20,1%	1.477.523	19,3%	
Total em Circulação	3.844.504	99,3%	3.705.644	99,3%	7.550.148	99,3%	
Ações em Tesouraria	25.346	0,7%	25.346	0,7%	50.692	0,7%	
Total	3.869.850	100,0%	3.730.990	100,0%	7.600.840	100,0%	
"Free Float" ⁽²⁾	923.490	23,9%	952.176	25,5%	1.875.666	24,7%	

(1) Empresas do Grupo Santander Espanha.

(2) Composto por Funcionários, Qatar Holding e Outros.

(*) Nenhum dos membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva mantém 1,0% ou mais de qualquer classe de ações.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

e) Transações com Partes Relacionadas

O Santander possui Política para Transações com Partes Relacionadas aprovada pelo Conselho de Administração, que tem como objetivo assegurar que todas as transações tipificadas na política sejam efetuadas tendo em vista os interesses do Banco Santander e de seus acionistas. A política define poderes para aprovação de determinadas transações pelo Conselho de Administração. As regras previstas são também aplicadas a todos os colaboradores e administradores do Banco Santander e de suas controladas.

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

As principais transações e saldos são conforme segue:

	Ativos		Banco	
	(Passivos)	Receitas	(Passivos)	Receitas
		(Despesas)		(Despesas)
		01/01 a		01/01 a
	30/06/2015	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2014
Disponibilidades	518.110	-	641.791	-
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	514.680	-	638.427	-
Banco Santander (México), S.A. ⁽⁴⁾	51	-	-	-
Banco Santander Totta, S.A. ⁽⁴⁾	3.324	-	3.364	-
Diversos	55	-	-	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	52.307.752	1.611.622	36.944.266	1.389.825
Aymoré CFI ⁽³⁾	27.825.209	1.452.791	28.072.616	1.332.216
Banco Santander Espanha ^{(1) (2)}	21.448.274	10.546	8.067.306	8.801
CFI RCI Brasil ⁽⁵⁾	1.262.844	84.258	804.344	48.808
Banco Bonsucesso Consignado ^{(1) (3)}	1.771.425	64.027	-	-
Títulos e Valores Mobiliários	56.120.921	2.986.890	45.197.747	2.007.106
Santander Leasing ⁽³⁾	56.120.921	2.986.890	45.197.747	2.007.106
Instrumentos Financeiros Derivativos - Líquido	(932.359)	(76.097)	57.119	(95.564)
Santander Benelux, S.A., N.V. (Santander Benelux) ⁽⁴⁾	434.627	78.783	(9.821)	(118.895)
Banco Bandepe ⁽³⁾	-	63	-	(111)
Real Fundo de Investimento Multimercado Santillana Crédito Privado (Fundo de Investimento Santillana) ⁽⁴⁾	(1.263.963)	(183.826)	(86.928)	(13.221)
Abbey National Treasury Services Plc (Abbey National Treasury) ⁽⁴⁾	(87.990)	(42.565)	16.404	56.697
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	(33.065)	(48.918)	53.427	40.352
Santander FI Amazonas ⁽³⁾	(3.657)	1.000	(4.634)	(3.839)
Santander Paraty ⁽³⁾	(8.780)	-	(24.922)	-
Santander FI Diamantina ⁽³⁾	30.469	119.366	113.224	(56.562)
Santander Leasing ⁽³⁾	-	-	369	15
Operações de Crédito	2.196	717	14.953	816
Cibrasec ⁽⁵⁾	2.196	717	14.953	816
Dividendos e Bonificações a Receber	294.720	270.364	-	87.052
Banco Bandepe ⁽³⁾	-	-	-	35.700
Aymoré CFI ⁽³⁾	42.500	50.000	-	-
Santander Leasing ⁽³⁾	170.309	200.364	-	48.252
Sancap ⁽³⁾	64.911	-	-	-
Santander CCVM ⁽³⁾	17.000	20.000	-	3.100
Negociação e Intermediação de Valores	611.166	517	-	316
Santander Benelux ⁽⁴⁾	-	-	-	1
Abbey National Treasury ⁽⁴⁾	68.800	23	-	4
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	542.366	494	-	311
Carteira de Câmbio - Líquida	174.925	(422.224)	(7.146)	19.975
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	56.949	(436.367)	(15.439)	37.455
Santander Benelux ⁽⁴⁾	117.976	14.143	8.293	(17.480)

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Ativos		Banco	
	(Passivos)	Receitas	(Passivos)	Receitas
	30/06/2015	(Despesas) 01/01 a 30/06/2015	30/06/2014	(Despesas) 01/01 a 30/06/2014
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	680.135	1.209.431	559.836	1.099.481
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. ⁽⁶⁾	654.489	848.994	543.010	753.572
Santander Capitalização S.A. ⁽³⁾	15.889	88.733	15.580	92.788
Aymoré CFI ⁽³⁾	-	204.701	-	177.476
Santander CCVM ⁽³⁾	-	38.012	-	34.235
Santander Leasing ⁽³⁾	-	6.460	-	27.082
Webmotors S.A. ⁽⁷⁾	-	173	390	435
Santander Brasil Asset ⁽⁶⁾	-	2.487	-	-
Santander Serviços ⁽³⁾	-	5.568	-	-
Santander Microcrédito ⁽³⁾	-	3.537	-	4.501
Santander Brasil Consórcio ⁽³⁾	-	4.221	-	4.523
Santander Participações ⁽³⁾	-	2.085	-	1.691
RCI Brasil Leasing ⁽⁵⁾	8.116	-	-	-
Diversos	1.641	4.460	856	3.178
Resultado não Operacional	-	34.404	-	-
Capital Riesgo Global ⁽⁹⁾	-	34.404	-	-
Outros Créditos - Diversos	12.151	12.683	272.056	24.320
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	11.930	-	1.490	-
Brazil Foreign ⁽³⁾	-	-	262.322	-
CFI RCI Brasil ⁽⁵⁾	-	-	2	2.018
Santander Capitalização S.A. ⁽³⁾	-	1.832	-	1.675
Santander Paraty ⁽³⁾	-	1.792	8.056	19.022
Aymoré CFI ⁽³⁾	-	-	-	1.070
Banco Santander International ⁽⁴⁾	-	5.358	-	-
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. (Atual Denominação Social da CRV Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.) ⁽³⁾	-	1.173	-	-
Diversos	221	2.528	186	535
Depósitos	(24.709.432)	(1.162.971)	(35.598.035)	(1.398.072)
Santander Leasing ⁽³⁾	(19.624.120)	(924.567)	(31.606.940)	(1.200.811)
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	(9.280)	-	(1.418)	-
Aymoré CFI ⁽³⁾	(2.779.042)	(117.404)	(1.884.880)	(96.377)
Banco Bandepe ⁽³⁾	(1.236.000)	(66.915)	(676.030)	(31.821)
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. ⁽⁶⁾	(25.690)	-	(48.257)	-
Zurich Santander Brasil Seguros S.A. ⁽⁶⁾	(2.782)	-	(4.326)	-
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda. ⁽⁶⁾	(2.547)	(2.042)	(134.867)	(4.377)
Sancap ⁽³⁾	(2.224)	(138)	(98.071)	(5.524)
Santander Brasil Asset ⁽⁶⁾	(19.713)	(1.003)	(126.976)	(7.098)
Webmotors S.A. ⁽⁷⁾	(166.798)	(10.341)	(134.947)	(6.377)
Fundo de Investimento Santillana ⁽⁴⁾	(1)	(818)	(512.639)	(30.752)
Isban Brasil S.A. ⁽⁴⁾	(1.088)	(484)	(67.796)	(2.891)
Produban Serviços de Informática S.A. ⁽⁴⁾	(1.292)	(213)	(15.294)	(1.181)
CFI RCI Brasil ⁽⁵⁾	(27.346)	-	(49.112)	(4.004)
RCI Brasil Leasing ⁽⁵⁾	(6.886)	(32)	(10.392)	-
Santander Microcrédito ⁽³⁾	(58)	(220)	(14.197)	(643)
Santander Participações ⁽³⁾	(100.339)	(3.361)	(11.084)	(1.287)
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. (Atual Denominação Social da CRV Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.) ⁽³⁾	(513.504)	(27.888)	(37.216)	(1.750)
Santander Brasil Consórcio ⁽³⁾	(14.226)	(1.556)	(39.547)	(1.737)
Santander Paraty ⁽³⁾	(61.311)	(299)	(46.364)	(651)
Santander Capitalização S.A. ⁽³⁾	(7.693)	-	(11.260)	-
Santander CCVM ⁽³⁾	(93.630)	(5.140)	(1.176)	-
Diversos	(13.862)	(550)	(65.246)	(791)

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Ativos		Banco	
	(Passivos)	Receitas	(Passivos)	Receitas
	30/06/2015	(Despesas) 01/01 a 30/06/2015	30/06/2014	(Despesas) 01/01 a 30/06/2014
Operações Compromissadas	(29.651.495)	(1.948.412)	(15.527.086)	(905.194)
Santander Brasil Advisory ⁽³⁾	(11.453)	(668)	(11.451)	(549)
Getnet S.A. (Atual Denominação Social da Santander Getnet) ⁽³⁾	(63.814)	(3.950)	(21.143)	(4.433)
Webmotors S.A. ⁽⁷⁾	(33.227)	(987)	(724)	(168)
Santander Brasil Consórcio ⁽³⁾	(49.242)	(2.453)	(38.970)	(2.082)
Isban Brasil S.A. ⁽⁴⁾	(78.803)	(2.817)	(20.738)	(352)
Produban Serviços de Informática S.A. ⁽⁴⁾	(34.522)	(1.394)	(20.924)	(235)
Santander FI Amazonas ⁽³⁾	(118.763)	(5.503)	(118.696)	(3.270)
Santander FI Financeira ⁽³⁾	(8.077.987)	(453.075)	(7.224.583)	(345.284)
Santander Leasing ⁽³⁾	(19.249.797)	(1.390.879)	(7.830.042)	(533.464)
Banco Bandepe ⁽³⁾	(6.710)	(620)	(91.660)	(4.094)
Webcasas S.A. ⁽³⁾	(19.690)	(1.111)	(19.804)	-
Santander CCVM ⁽³⁾	(10.570)	(984)	(91.151)	(4.816)
Santander Participações ⁽³⁾	(753.487)	(21.634)	(10.972)	(519)
Santander FI SBAC ⁽³⁾	(20.454)	(1.471)	(11.651)	(4.406)
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda. ⁽⁶⁾	(122.208)	(4.922)	(3.192)	(153)
Santander Securities Services Brasil Participações S.A. ⁽⁶⁾	(899.043)	(50.747)	-	-
Santander Microcrédito ⁽³⁾	(13.318)	(506)	-	-
Santander FI Diamantina ⁽³⁾	(54.100)	(2.759)	(699)	(92)
Super ⁽³⁾	(26.933)	(1.470)	-	-
Diversos	(7.374)	(462)	(10.686)	(1.277)
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(31.902)	-	(48.120)	(361)
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	(29.642)	-	(47.054)	(263)
Santander Brasil EFC ⁽³⁾	-	-	-	(98)
Banco Santander S.A. (Uruguay) ⁽⁴⁾	(2.260)	-	(1.066)	-
Dividendos e Bonificações a Pagar	(133.409)	-	(465.883)	-
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	(20.637)	-	-	-
Sterrebeeck B.V. ⁽²⁾	(70.420)	-	(290.918)	-
GES ⁽⁴⁾	(42.239)	-	(174.500)	-
SIH ⁽⁴⁾	(75)	-	(309)	-
Banco Madesant - Sociedade Unipessoal, S.A. (Banco Madesant) ⁽⁴⁾	(38)	-	(156)	-
Valores a Pagar de Sociedades Ligadas	(30.051)	(378.313)	(19.116)	(191.153)
Produban Servicios Informáticos Generales, S.L. (Produban Servicios) ⁽⁴⁾	(4.595)	(8.283)	-	(9.571)
Isban Brasil S.A. ⁽⁴⁾	(2.150)	(45.927)	(447)	(50.498)
Produban Serviços de Informática S.A. ⁽⁴⁾	(471)	(71.654)	-	(72.831)
Konecta Brazil Outsourcing Ltda. ⁽⁴⁾	(4.256)	(21.709)	-	(19.819)
Ingenieria de Software Bancário, S.L. (Ingeniería) ⁽⁴⁾	(1.446)	(7.743)	(8.925)	(14.622)
Santander Microcrédito ⁽³⁾	(3.043)	(17.692)	(3.174)	(19.679)
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	(13.124)	(263)	(1.158)	(1.108)
Getnet S.A. (Atual Denominação Social da Santander Getnet) ⁽³⁾	(859)	(3.434)	(5.309)	-
Santander Leasing ⁽³⁾	-	(188.624)	-	-
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. (Atual Denominação Social da CRV Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.) ⁽³⁾	-	(9.839)	-	-
Diversos	(107)	(3.145)	(103)	(3.025)
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	(7.480.878)	(188.081)	(5.310.589)	(168.302)
Banco Santander Espanha ^{(2) (8)}	(7.480.878)	(188.081)	(5.310.589)	(168.302)
Despesas com Doações	-	(6.000)	-	(8.341)
Fundação Sudameris	-	(6.000)	-	(6.000)
Fundação Santander	-	-	-	(2.289)
Instituto Escola Brasil	-	-	-	(52)
Outras Obrigações - Diversas	(45.731)	(539.607)	(1.871.128)	(326.745)
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	-	(14.692)	-	(29.618)
Brazil Foreign ⁽³⁾	-	-	(1.870.774)	(21.993)
Isban Brasil S.A. ⁽⁴⁾	-	(143.387)	-	(141.554)
TecBan ⁽⁷⁾	-	(64.971)	-	(64.971)
Ingeniería ⁽⁴⁾	-	(16.659)	-	(13.060)
Produban Serviços de Informática S.A. ⁽⁴⁾	-	(28.265)	-	(30.783)
Produban Servicios ⁽⁴⁾	-	(665)	-	(1.253)
Aquanima Brasil Ltda. ⁽⁴⁾	-	(11.288)	-	(11.288)
Getnet S.A. (Atual Denominação Social da Santander Getnet) ⁽³⁾	(43.965)	(258.877)	-	(10.063)
Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. (Atual Denominação Social da CRV Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.) ⁽³⁾	(1.766)	-	-	-
Diversos	-	(803)	(354)	(2.162)

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Ativos		Consolidado	
	(Passivos)	Receitas	(Passivos)	Receitas
	30/06/2015	(Despesas) 01/01 a 30/06/2015	30/06/2014	(Despesas) 01/01 a 30/06/2014
Disponibilidades	1.578.017	-	787.325	-
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	1.574.587	-	783.961	-
Banco Santander (México), S.A. ⁽⁴⁾	51	-	-	-
Banco Santander Totta, S.A. ⁽⁴⁾	3.324	-	3.364	-
Diversos	55	-	-	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	21.448.274	10.546	8.067.306	9.208
Banco Santander Espanha ^{(1) (2)}	21.448.274	10.546	8.067.306	9.208
Instrumentos Financeiros Derivativos - Líquido	(1.147.003)	(212.967)	(21.781)	(60.052)
Santander Benelux ⁽⁴⁾	434.627	78.783	(9.821)	(118.895)
Fundo de Investimento Santillana ⁽⁴⁾	(1.263.963)	(183.826)	(86.928)	(13.221)
Abbey National Treasury ⁽⁴⁾	(87.990)	(42.565)	16.404	56.697
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	(229.677)	(65.359)	58.564	15.367
Negociação e Intermediação de Valores	611.166	(296.467)	-	(30.541)
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	542.366	(296.490)	-	(30.546)
Abbey National Treasury ⁽⁴⁾	68.800	23	-	4
Santander Benelux ⁽⁴⁾	-	-	-	1
Carteira de Câmbio - Líquida	174.925	(422.224)	(7.146)	19.975
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	56.949	(436.367)	(15.439)	37.455
Santander Benelux ⁽⁴⁾	117.976	14.143	8.293	(17.480)
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	839.211	6.691	561.949	11.825
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. ⁽⁶⁾	655.722	3.711	560.448	11.332
Zurich Santander Brasil Seguros S.A. ⁽⁶⁾	-	-	840	-
Santander Brasil Asset ⁽⁶⁾	-	2.487	-	-
BW Guirapá I S.A. ⁽³⁾	181.848	-	-	-
Diversos	1.641	493	661	493
Resultado não Operacional	-	34.404	-	-
Capital Riesgo Global ⁽⁹⁾	-	34.404	-	-
Outros Créditos - Diversos	213.762	931.159	8.803	755.245
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	203.412	15	1.490	-
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. ⁽⁶⁾	10.350	908.275	7.313	755.006
Zurich Santander Brasil Seguros S.A. ⁽⁶⁾	-	15.311	-	55
Banco Santander Internacional ⁽⁴⁾	-	5.358	-	-
Diversos	-	2.200	-	184
Depósitos	(66.404)	(4.847)	(919.438)	(46.629)
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	(9.280)	-	(1.418)	-
Zurich Santander Brasil Seguros S.A. ⁽⁶⁾	(2.782)	-	(4.326)	-
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. ⁽⁶⁾	(25.690)	-	(48.257)	-
Isban Brasil S.A. ⁽⁴⁾	(1.088)	(484)	(67.796)	(2.891)
Produban Serviços de Informática S.A. ⁽⁴⁾	(1.292)	(213)	(15.294)	(1.181)
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda. ⁽⁶⁾	(2.547)	(2.042)	(134.867)	(4.377)
Fundo de Investimento Santillana ⁽⁴⁾	(1)	(818)	(512.639)	(30.752)
Santander Brasil Asset ⁽⁶⁾	(19.713)	(1.003)	(126.976)	(7.098)
Diversos	(4.011)	(287)	(7.865)	(330)
Operações Compromissadas	(1.137.795)	(60.071)	(55.540)	(2.017)
Produban Serviços de Informática S.A. ⁽⁴⁾	(34.522)	(1.394)	(20.924)	(235)
Isban Brasil S.A. ⁽⁴⁾	(78.803)	(2.817)	(20.738)	(352)
Santander Brasil Gestão de Recursos Ltda. ⁽⁶⁾	(122.208)	(4.922)	(3.192)	(153)
REB Empreendimentos e Administradora de Bens S.A. ⁽⁴⁾	-	-	(9.403)	(1.223)
SAM Brasil Participações S.A. ⁽⁶⁾	(1.839)	(118)	(548)	(25)
Santander Securities Services Brasil Participações S.A. ⁽⁶⁾	(899.043)	(50.747)	-	-
Universia Brasil, S.A. ⁽⁴⁾	(1.380)	(73)	(735)	(29)
Obrigações por Empréstimos e Repasses	(31.902)	-	(48.120)	(263)
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	(29.642)	-	(47.054)	(263)
Banco Santander, S.A. (Uruguay) ⁽⁴⁾	(2.260)	-	(1.066)	-
Dividendos e Bonificações a Pagar	(133.409)	-	(465.883)	-
Sterrebeeck B.V. ⁽²⁾	(70.420)	-	(290.918)	-
GES ⁽⁴⁾	(42.239)	-	(174.500)	-
Santusa Holding, S.L. ⁽⁴⁾	(38)	-	-	-
SIH ⁽⁴⁾	(75)	-	(309)	-
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	(20.637)	-	-	-
Banco Madasant ⁽⁴⁾	-	-	(156)	-

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Ativos		Receitas		Ativos		Consolidado	
	(Passivos)		(Despesas)		(Passivos)		Receitas	
	30/06/2015	01/01 a 30/06/2015	30/06/2014	01/01 a 30/06/2014	30/06/2015	01/01 a 30/06/2015	30/06/2014	01/01 a 30/06/2014
Valores a Pagar de Sociedades Ligadas	(28.232)	(171.072)	(11.631)	(183.171)				
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	(13.356)	(368)	(1.159)	(1.133)				
Produban Servicios ⁽⁴⁾	(4.734)	(8.713)	-	(9.871)				
Isban Brasil S.A. ⁽⁴⁾	(2.150)	(51.133)	(1.307)	(54.754)				
Produban Serviços de Informática S.A. ⁽⁴⁾	(471)	(75.013)	(50)	(73.928)				
Ingeniería ⁽⁴⁾	(1.536)	(7.981)	(8.925)	(14.986)				
Konecta Brazil Outsourcing Ltda. ⁽⁴⁾	(4.256)	(21.709)	-	(19.819)				
Santander Brasil Asset ⁽⁶⁾	(43)	(899)	(154)	(1.124)				
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. ⁽⁶⁾	(1.227)	(2.329)	(35)	(4.031)				
Diversos	(459)	(2.927)	(1)	(3.525)				
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	(7.480.878)	(188.081)	(5.310.589)	(168.302)				
Banco Santander Espanha ^{(2) (8)}	(7.480.878)	(188.081)	(5.310.589)	(168.302)				
Despesas com Doações	-	(12.580)	-	(10.351)				
Santander Cultural	-	(4.270)	-	(2.010)				
Fundação Sudameris	-	(6.000)	-	(6.000)				
Fundação Santander	-	(1.170)	-	(2.289)				
Instituto Escola Brasil	-	(1.140)	-	(52)				
Outras Obrigações - Diversas	(14.902)	(224.485)	(16.421)	(237.006)				
Banco Santander Espanha ⁽²⁾	-	(14.692)	-	(29.618)				
Isban Brasil S.A. ⁽⁴⁾	-	(150.528)	-	(147.628)				
Produban Serviços de Informática S.A. ⁽⁴⁾	-	(28.897)	-	(31.288)				
Ingeniería ⁽⁴⁾	-	(17.014)	-	(13.427)				
Produban Servicios ⁽⁴⁾	-	(665)	-	(1.253)				
Aquanima Brasil Ltda. ⁽⁴⁾	-	(11.288)	-	(11.288)				
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A. ⁽⁶⁾	(14.902)	(576)	(15.567)	(314)				
Diversos	-	(825)	(854)	(2.190)				

(1) Em 30 de junho de 2015, refere-se a aplicações em moeda estrangeira (aplicações overnight) com vencimento em 1 de julho de 2015 e juros de até 0,17% a.a. mantidas, pelo Banco Santander Brasil e sua Agência Grand Cayman.

(2) Controlador - O Banco Santander é controlado indiretamente pelo Banco Santander Espanha (Nota 1 e 26.d), através das subsidiárias GES e Sterrebeeck B.V.

(3) Controlada - Banco Santander.

(4) Controlada - Banco Santander Espanha.

(5) Controlada em Conjunto - Banco Santander.

(6) Coligada - Banco Santander Espanha.

(7) Controlada em Conjunto - Santander Serviços.

(8) Refere-se a parcela adquirida pelo Controlador junto ao Plano de Otimização do PR realizada no primeiro semestre de 2014 (Nota 24.f).

(9) Controlada indiretamente pelo Banco Santander Espanha.

27. Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2014
Administração de Recursos	443.039	450.799	511.258	477.123
Serviços de Conta Corrente	830.546	792.900	966.311	911.939
Operações de Crédito e Rendas de Garantias Prestadas	520.040	468.972	681.090	585.509
Operações de Crédito	272.431	272.785	435.273	408.344
Rendas de Garantias Prestadas	247.609	196.187	245.817	177.165
Comissões de Seguros	932.070	841.149	968.123	849.483
Cartões (Crédito e Débito) e Serviços Adquirente	1.406.284	1.450.974	1.614.130	1.647.810
Cobrança e Arrecadações	485.664	448.859	485.664	448.859
Corretagem, Custódia e Colocação de Títulos	197.690	192.749	285.930	255.841
Outras	58.607	32.301	225.692	139.302
Total	4.873.940	4.678.703	5.738.198	5.315.866

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

28. Despesas de Pessoal

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2014
Remuneração	1.643.405	1.638.447	1.845.905	1.738.807
Encargos	673.487	597.613	739.918	633.573
Benefícios	589.497	544.057	641.531	578.467
Treinamento	39.682	28.367	44.027	30.879
Outras	19.101	12.475	19.367	12.709
Total	2.965.172	2.820.959	3.290.748	2.994.435

29. Outras Despesas Administrativas

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2014
Depreciações e Amortizações ⁽¹⁾	2.831.673	2.679.011	2.999.238	2.704.523
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	914.332	1.023.114	1.055.600	1.152.905
Comunicações	234.669	270.532	254.816	283.335
Processamento de Dados	650.642	650.950	685.780	659.439
Propaganda, Promoções e Publicidade	116.107	140.509	143.307	163.037
Aluguéis	340.696	349.847	363.204	364.545
Transportes e Viagens	79.837	80.259	101.085	97.017
Serviços do Sistema Financeiro	84.337	169.480	113.328	191.523
Serviços de Vigilância e Transporte de Valores	290.117	288.404	311.595	306.559
Manutenção e Conservação de Bens	100.226	91.158	114.443	99.824
Água, Energia e Gás	103.112	83.288	105.342	83.668
Material	37.332	38.138	39.530	38.801
Outras	129.236	125.392	192.215	131.989
Total	5.912.316	5.990.082	6.479.483	6.277.165

(1) Inclui a amortização de ágio no valor de R\$1.895.980 (2014 - R\$1.818.492) no Banco e R\$1.899.966 (2014 - R\$1.818.492) no Consolidado, realizada no prazo, extensão e proporção dos resultados projetados, os quais são objeto de verificação anual (Nota 17).

30. Despesas Tributárias

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2014
Despesa com Cofins ⁽¹⁾	396.738	769.075	546.257	900.532
Despesa com ISS	177.115	172.181	213.066	201.738
Despesa com PIS/Pasep ⁽¹⁾	64.470	125.040	104.053	146.269
Outras ⁽²⁾	192.040	371.212	259.482	423.937
Total	830.363	1.437.508	1.122.858	1.672.476

(1) Inclui a constituição do PIS e Cofins diferidos ativos sobre ajuste a valor de mercado sobre títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.

(2) Inclui atualizações das provisões para o PIS e Cofins da Lei 9.718/1998.

31. Outras Receitas Operacionais

	Banco		Consolidado	
	01/01 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2015	01/01 a 30/06/2014
Receita Líquida de Rendas de Seguros e Previdência e de Capitalização	-	-	121.159	124.550
Reversão de Provisões Operacionais-Fiscais ⁽¹⁾	7.087.105	-	7.040.945	-
Atualização de Depósitos Judiciais	225.200	156.592	310.353	221.152
Atualização de Impostos a Compensar	90.421	101.792	135.904	131.021
Recuperação de Encargos e Despesas	599.050	377.350	459.570	240.887
Variação Monetária Ativa	466.160	265.707	467.186	265.733
Outras	113.165	319.390	39.625	264.090
Total	8.581.101	1.220.831	8.574.742	1.247.433

(1) Em 2015, no Banco e no Consolidado, inclui os efeitos decorrentes da reversão da provisão do Cofins (Nota 23.e)

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

32. Outras Despesas Operacionais

	01/01 a 30/06/2015	Banco 01/01 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2015	Consolidado 01/01 a 30/06/2014
Provisões Operacionais				
Fiscais (Nota 23.c)	-	93.858	-	101.499
Trabalhistas (Nota 23.c)	542.386	379.993	564.367	400.477
Cíveis (Nota 23.c)	395.649	270.481	453.734	329.850
Despesas com Cartão de Crédito	944.608	667.851	704.332	765.786
Perdas Atuariais - Planos de Aposentadoria (Nota 35.a)	150.703	108.134	150.714	108.146
Variação Monetária Passiva	42.726	7.936	43.268	7.936
Despesas Judiciais e Custas	47.439	50.010	57.567	60.453
Despesas com Serasa e Serviço de Proteção ao Crédito (SPC)	39.966	37.428	45.439	42.787
Corretagens e Emolumentos	40.915	32.298	41.468	32.551
Comissões	47.205	53.594	152.712	60.291
Avaliação do Valor Recuperável ⁽¹⁾	900.003	1.271	901.479	1.271
Outras	1.432.644	483.973	1.485.485	586.001
Total	4.584.244	2.186.827	4.600.565	2.497.048

(1) Em 2015, no Banco e no Consolidado, inclui perda ao valor recuperável do ativo registrado pela compra de direitos à prestação de serviços de folha de pagamento no valor de R\$534.281, e de ativos na aquisição e desenvolvimento de logiciais no valor de R\$362.779. A perda referente aos direitos na aquisição de folhas de pagamento foi registrada especialmente da consolidação das regras de portabilidade, conseqüentemente foi registrada a redução do valor do retorno esperado na gestão das folhas de pagamento e do histórico de quebra de contratos. A perda na aquisição e desenvolvimento de logiciais foi registrada em função de obsolescência e descontinuidade dos referidos sistemas (Nota 17).

33. Resultado não Operacional

	01/01 a 30/06/2015	Banco 01/01 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2015	Consolidado 01/01 a 30/06/2014
Resultado de Investimentos ⁽¹⁾	34.404	-	59.928	(43)
Resultado na Alienação de Valores e Bens	32.996	28.919	33.616	29.551
Reversão (Constituição) de Provisão para Perdas em Outros Valores e Bens	(533)	958	(420)	1.034
Despesas com Bens não de Uso	(4.078)	(2.054)	(5.251)	(4.724)
Ganhos (Perdas) de Capital	481	(677)	222	(577)
Outras Receitas (Despesas)	24.942	19.592	29.129	20.155
Total	88.212	46.738	117.224	45.396

(1) Em 2015, inclui o valor de R\$34.503 no Banco e R\$60.203 no Consolidado, no lucro na alienação de ativos não-correntes mantidos para venda (Nota 13).

34. Imposto de Renda e Contribuição Social

	01/01 a 30/06/2015	Banco 01/01 a 30/06/2014	01/01 a 30/06/2015	Consolidado 01/01 a 30/06/2014
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	4.365.868	2.505.461	4.642.706	2.923.045
Participações no Lucro ⁽¹⁾	(488.431)	(524.896)	(532.534)	(552.810)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	(20)	(5)
Resultado não Realizado	-	-	(70)	(71)
Resultado antes dos Impostos	3.877.437	1.980.565	4.110.082	2.370.159
Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 15%, Respectivamente	(1.550.975)	(792.226)	(1.644.033)	(948.064)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas ⁽²⁾	187.647	199.943	339	116
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	57.678	44.780	118.738	78.390
Variação Cambial de Investimentos no Exterior	2.073.604	(458.174)	2.073.604	(458.174)
IRPJ e CSLL sobre as Diferenças Temporárias	7.385	46.211	11.724	46.211
Efeito da Majoração da Alíquota de CSLL ⁽³⁾	-	-	(7.865)	13.784
Demais Ajustes, Incluindo Lucros Disponibilizados no Exterior	(8.791)	19.494	(29.243)	26.832
Imposto de Renda e Contribuição Social	766.548	(939.972)	523.264	(1.240.905)

(1) A base de cálculo é o lucro líquido, após o IR e CSLL.

(2) No resultado de participações em coligadas e controladas não estão incluídos os juros sobre o capital próprio recebidos e a receber.

(3) Efeito do diferencial de alíquota para as demais empresas não financeiras, as quais a alíquota de contribuição social é de 9%.

Hedge Fiscal da Agência Grand Cayman e da Subsidiária Santander Brasil EFC

O Banco Santander opera uma agência nas Ilhas Cayman e uma subsidiária chamada Santander Brasil Establecimiento Financiero de Credito, EFC, ou "Santander Brasil EFC" (subsidiária independente na Espanha), que são usadas principalmente para a captação de recursos nos mercados de capital e financeiro internacionais, para o fornecimento ao Banco de linhas de crédito que são estendidas aos seus clientes para financiamentos ao comércio exterior e capital de giro.

Para cobrir a exposição a variações cambiais, o Banco utiliza derivativos. De acordo com as regras fiscais brasileiras, os ganhos ou perdas decorrentes do impacto da valorização ou desvalorização do real sobre os investimentos estrangeiros não são tributáveis para fins de PIS/Cofins/IR/CSLL, enquanto que os ganhos ou perdas dos derivativos utilizados como cobertura são tributáveis. O objetivo desses derivativos é o de proteger o resultado líquido após impostos.

O tratamento fiscal distinto de tais diferenças cambiais resulta em volatilidade no Lucro (Prejuízo) Operacional e nas contas de Despesas Tributárias (PIS/Cofins) e Impostos sobre renda (IR/CSLL). As variações cambiais registradas decorrentes dos investimentos estrangeiros no semestre findo em 30 de Junho de 2015 resultaram em ganho de R\$5.132 milhões. Por outro lado, os contratos de derivativos contratados para cobrir estas posições geraram uma perda na conta Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos de R\$8.970 milhões. O efeito fiscal destes derivativos impactou a linha de Despesas Tributárias gerando um ganho fiscal de R\$417 milhões de PIS/COFINS e de R\$3.421 milhões de IR/CSLL.

35. Plano de Benefícios a Funcionários - Benefícios Pós-Emprego**a) Plano de Aposentadoria Complementar**

O Banco Santander e suas controladas patrocinam entidades fechadas de previdência complementar e caixas assistenciais, com a finalidade de conceder aposentadorias e pensões complementares às concedidas pela Previdência Social, conforme definido no regulamento básico de cada plano.

I) Banesprev

Plano I: plano de benefício definido, integralmente custeado pelo Banco Santander, abrange os funcionários admitidos após 22 de maio de 1975, denominados Participantes Destinatários e aqueles admitidos até 22 de maio de 1975, denominados Participantes Agregados, aos quais foi concedido o direito ao benefício de pecúlio por morte. Plano fechado para novas adesões desde 28 de março de 2005.

Plano II: plano de benefício definido, constituído a partir de 27 de julho de 1994, com vigência do novo texto do Estatuto e Regulamentação Básica do Plano II, os participantes do Plano I que optaram pelo novo plano passaram a contribuir com 44,9% da taxa de custeio estipulada pelo atuário para cada exercício, implantado em abril de 2012 custeio extraordinário para a patrocinadora e participantes, nos termos acordados com a Superintendência de Previdência Complementar (PREVIC), em razão de déficit no plano. Plano fechado para novas adesões desde 3 de junho de 2005.

Plano V: plano de benefício definido, integralmente custeado pelo Banco Santander, abrange os funcionários admitidos até 22 de maio de 1975, fechado e saldado.

Plano de Complementação de Aposentadorias e Pensão: plano de benefício definido, constituído em função do processo de privatização do Banespa, gerido pelo Banesprev e oferecido somente para os empregados admitidos até 22 de maio de 1975, tendo como data efetiva 1 de janeiro de 2000. Plano fechado para novas adesões desde 28 de abril de 2000.

Plano III: plano de contribuição variável, destinado aos funcionários admitidos após 22 de maio de 1975, anteriormente atendidos pelos Planos I e II. Nesse plano as contribuições são efetuadas pelo patrocinador e pelos participantes. Os benefícios são na forma de contribuição definida durante o período de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento de benefício, se pago na forma de renda mensal vitalícia. Plano fechado para novas adesões desde 1 de setembro de 2005.

Plano IV: plano de contribuição variável, destinado aos funcionários admitidos a partir de 27 de novembro de 2000, em que a patrocinadora contribui apenas para os benefícios de risco e custeio administrativo. Nesse plano o benefício programado é na forma de contribuição definida durante o período de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento de benefício, na forma de renda mensal vitalícia, em todo ou em parte do benefício. Os benefícios de risco do plano são na forma de benefício definido. Plano fechado para novas adesões desde 23 de julho de 2010.

II) Sanprev - Santander Associação de Previdência (Sanprev)

Plano I: plano de benefício definido, instituído em 27 de setembro de 1979, abrangendo os empregados dos patrocinadores inscritos no plano e se encontra em processo de extinção desde 30 de junho de 1996.

Plano II: plano que oferece coberturas de riscos, suplementação de pensão temporária, aposentadoria por invalidez e pecúlio por morte e suplementação do auxílio-doença e auxílio-natalidade, abrangendo os empregados dos patrocinadores inscritos no plano, sendo custeado, exclusivamente, pelos patrocinadores, por meio de contribuições mensais, quando indicadas pelo atuário. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010.

Plano III: plano de contribuição variável, abrangendo os empregados dos patrocinadores que fizeram a opção de contribuir, mediante contribuições livremente escolhidas pelos participantes a partir de 2% do salário de contribuição. Nesse plano o benefício é de contribuição definida durante a fase de contribuições e de benefício definido durante a fase de recebimento do benefício, sendo na forma de renda mensal vitalícia, em todo ou em parte do benefício. Plano fechado para novas adesões desde 10 de março de 2010.

III) Bandeprev - Bandepe Previdência Social (Bandeprev)

Plano de benefício definido patrocinado pelo Banco Bandepe e Banco Santander, administrado pela Bandeprev. Os planos estão divididos em plano básico e plano especial de aposentadoria suplementar, com diferenciações de elegibilidade, contribuições e benefícios por subgrupos de participantes. Os planos estão fechados a novas adesões desde 1999 para os funcionários do Banco Bandepe e para os demais desde o ano de 2011.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

IV) Outros Planos

SantanderPrevi - Sociedade de Previdência Privada (SantanderPrevi): é uma entidade fechada de previdência complementar, que tem como objetivo a instituição e execução de planos de benefícios de caráter previdenciário, complementares ao regime geral de previdência social, na forma da legislação vigente. Possui um plano desenhado na modalidade de Contribuição Definida, com contribuições realizadas pelas empresas patrocinadoras e pelos participantes e possui 10 casos de benefícios concedidos com renda vitalícia oriundos de plano anterior.

Fundação América do Sul de Assistência e Seguridade Social (Fasass): entidade fechada de previdência complementar que administrava três planos de benefícios previdências, dois na modalidade de Benefício Definido e um de Contribuição Variável, cujos processos de retirada de patrocínio, aprovados pela Secretaria de Previdência Complementar (SPC), atual PREVIC, foram concretizados em julho de 2009. Plano I fechado para novas adesões desde 23 de março de 1998 e planos II e III desde 8 de julho de 1999. Esse plano está em processo de baixa junto à PREVIC, com previsão de autorização daquele órgão para 2015.

Adicionalmente, o Banco Santander é patrocinador das caixas assistenciais, plano de complementação de aposentadoria e pensões de ex-funcionários associados, advindos do processo de aquisição do ex-Banco Meridional, constituídas sob a modalidade de benefício definido. Esses planos estão em processo de transferência para o Banesprev, com previsão para ocorrer em 2015, porém dependem de aprovação da PREVIC. Em outubro de 2014 houve a liquidação da reserva matemática de 55 participantes.

Apuração do Passivo (Ativo) Atuarial Líquido

	Banco			
	30/06/2015			
	Banesprev	Sanprev	Outros Planos	Bandeprev
Conciliação dos Ativos e Passivos				
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(16.101.894)	(351.395)	(347.619)	(1.133.735)
Valor Justo dos Ativos do Plano	14.093.190	687.954	3.921	1.484.079
	(2.008.704)	336.559	(343.698)	350.344
Sendo :				
Superávit	174.305	336.559	565	350.343
Déficit	(2.183.009)	-	(344.263)	-
Valor não Reconhecido como Ativo	174.305	336.559	565	350.343
Ativo Atuarial Líquido (Nota 12)	-	-	-	-
Passivo Atuarial Líquido (Nota 22)	(2.183.009)	-	(344.263)	-
Contribuições Efetuadas	152.807	-	22.533	(232)
Receitas (Despesas) Reconhecidas (Nota 32)	(132.564)	-	(17.808)	(331)
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(1.594.052)	(10.989)	(169.208)	(672)
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	891.616	98.116	241	120.294

	Consolidado			
	30/06/2015			
	Banesprev	Sanprev	Outros Planos	Bandeprev
Conciliação dos Ativos e Passivos				
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(16.309.390)	(351.906)	(347.619)	(1.133.735)
Valor Justo dos Ativos do Plano	14.490.659	688.614	3.921	1.484.079
	(1.818.731)	336.708	(343.698)	350.344
Sendo :				
Superávit	364.278	336.708	565	350.343
Déficit	(2.183.009)	-	(344.263)	-
Valor não Reconhecido como Ativo	364.278	336.708	565	350.343
Ativo Atuarial Líquido (Nota 12)	-	-	-	-
Passivo Atuarial Líquido (Nota 22)	(2.183.009)	-	(344.263)	-
Contribuições Efetuadas	152.818	-	22.533	(232)
Receitas (Despesas) Reconhecidas (Nota 32)	(132.575)	-	(17.808)	(331)
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(1.594.052)	(10.989)	(169.208)	(672)
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	918.645	98.168	241	120.294

Abertura dos ganhos (perdas) atuariais por experiência, hipóteses financeiras e hipóteses demográficas:

	Banco			
	30/06/2015			
	Banesprev	Sanprev	Outros Planos	Bandeprev
Experiência do Plano	(13.063)	(130)	(589)	(1.293)
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	(13.063)	(130)	(589)	(1.293)
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	174.426	65.331	41	45.533
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	174.426	65.331	41	45.533

	Consolidado 30/06/2015			
	Banesprev	Sanprev	Outros Planos	Bandeprev
Experiência do Plano	(13.334)	(130)	(589)	(1.293)
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	(13.334)	(130)	(589)	(1.293)
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	181.239	65.349	41	45.533
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	181.239	65.349	41	45.533

A tabela a seguir demonstra a duração das obrigações atuariais dos planos patrocinados pelo Banco Santander em 31 de dezembro de 2014:

Planos	Duration (em Anos)
Banesprev Plano I	11,45
Banesprev Plano II	11,27
Banesprev Plano III	8,60
Banesprev Plano IV	17,34
Banesprev Plano V	8,92
Banesprev Pré-75	9,64
Sanprev I	6,68
Sanprev II	16,75
Sanprev III	9,30
Bandeprev Básico	9,48
Bandeprev Especial I	6,94
Bandeprev Especial II	6,80
SantanderPrevi	7,15
Meridional	6,65

a.1) Plano de Contribuição Definida

Dentre os planos administrados pelas entidades fechadas de previdência complementar ligadas ao Santander, o Plano de Aposentadoria da SantanderPrevi é o único estruturado na modalidade de Contribuição Definida e aberto para novas adesões, sendo as contribuições partilhadas entre as empresas patrocinadoras e os participantes do plano. Os valores apropriados pelas patrocinadoras no primeiro semestre de 2015, foram de R\$35.821 (2014 - R\$31.887) no Banco e R\$36.937 (2014 - R\$32.855) no Consolidado.

b) Plano de Assistência Médica e Odontológica

Cabesp - Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo: entidade voltada a cobertura de despesas médicas e odontológicas de funcionários admitidos até a privatização do Banespa em 2000.

Aposentados pela SantanderPrevi: para o plano de assistência médica Aposentadoria SantanderPrevi, tem natureza vitalícia e trata-se de uma massa fechada. No desligamento, o funcionário deveria ter completos 10 anos de vínculo empregatício junto ao Banco Real e 55 anos de idade. Neste caso, era oferecida a continuidade do plano de assistência médica, onde o funcionário arca com 70% da mensalidade e o Banco subsidia 30%. Essa regra vigorou até dezembro de 2002 e após este período o funcionário que era desligado, com status de Aposentado Holandaprevi, arca com 100% da mensalidade do plano de saúde.

Ex-Empregados do Banco Real (Aposentados pelas Circulares): trata-se de concessão do benefício assistência médica para ex-funcionário do Banco Real, com natureza vitalícia era concedido na mesma condição do funcionário ativo, ou seja, com as mesmas coberturas e desenho de plano.

São elegíveis somente aos planos básico e primeiro padrão de apartamento, optando pelo plano apartamento ele assume a diferença entre os planos mais a co-participação no plano básico. Não é permitida novas inclusões de dependentes. Possui subsídio de 90% do plano.

Aposentados pela Bandeprev: plano de assistência médica concedido aos aposentados assistidos pela Bandeprev, trata-se de um benefício vitalício. O Banco Santander subsidia 50% do valor do plano, para os que se aposentaram até 27 de novembro de 1998. Para os que se aposentaram posterior a esta data, o subsídio é de 30%.

Diretores com Benefício Vitalício (Diretores Vitalícios): fazem parte desse benefício somente um grupo fechado de ex-Diretores oriundos do Banco Sudameris, ou seja, não há inclusão, sendo 100% subsidiado pelo Banco.

Seguro de Vida para Aposentados do Banco Real (Seguros de Vida): para os Aposentados pelas Circulares: indenização nos casos de Morte Natural, Invalidez por Doença, Morte Acidental. O subsídio de 45,28% do valor. Esse benefício é concedido também aos Aposentados da Fundação Sudameris onde o custo é 100% do aposentado. Trata-se de massa fechada.

Clínica Grátis: plano de assistência médica clínica grátis é oferecido de forma vitalícia aos aposentados que tenham contribuído à Fundação Sudameris por no mínimo 25 anos e conta com diferença de padrão, caso o usuário, opte por apartamento. O plano é oferecido somente em padrão enfermagem, onde o custo é 100% da Fundação Sudameris.

Adicionalmente, é assegurado aos funcionários aposentados, desde que estes cumpram determinadas exigências legais e assumam o pagamento integral das respectivas contribuições, o direito de manutenção como beneficiário do plano de saúde do Banco Santander, nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozavam quando da vigência de seus contratos de trabalho. As obrigações do Banco Santander em relação aos aposentados são avaliadas utilizando cálculos atuariais com base no valor presente dos custos correntes.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Banco 30/06/2015		Consolidado 30/06/2015	
	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos
Conciliação dos Ativos e Passivos				
Valor Presente das Obrigações Atuariais	(5.743.303)	(547.542)	(5.966.921)	(547.542)
Valor Justo dos Ativos do Plano	5.343.243	-	5.551.195	-
	(400.060)	(547.542)	(415.726)	(547.542)
Sendo :				
Déficit	(400.060)	(547.542)	(415.726)	(547.542)
Valor não Reconhecido como Ativo	-	-	-	-
Ativo Atuarial Líquido (Nota 12)	-	-	-	-
Passivo Atuarial Líquido (Nota 22)	(400.060)	(547.542)	(415.726)	(547.542)
Contribuições Efetuadas	23.346	12.329	23.858	12.329
Receitas (Despesas) Reconhecidas	(37.426)	(29.147)	(38.983)	(29.147)
Outros Ajustes de Avaliação Patrimonial	(394.056)	(125.847)	(405.497)	(125.847)
Rendimento Efetivo sobre os Ativos do Plano	765.556	-	795.598	-

Abertura dos ganhos (perdas) atuariais por experiência, hipóteses financeiras e hipóteses demográficas:

	Banco 30/06/2015		Consolidado 30/06/2015	
	Cabesp	Demais Planos	Cabesp	Demais Planos
Experiência do Plano	(2.750)	(578)	(2.868)	(578)
Mudanças em Hipóteses Financeiras	(277.900)	-	(288.566)	-
Ganho (Perda) Atuarial - Obrigação	(280.650)	(578)	(291.434)	(578)
Retorno dos Investimentos Diferente do Retorno Implícito na Taxa de Desconto	511.060	-	531.229	-
Ganho (Perda) Atuarial - Ativo	511.060	-	531.229	-

A tabela a seguir demonstra a duração das obrigações atuariais dos planos patrocinados pelo Banco Santander em 31 de dezembro de 2014:

Planos	Duration (em Anos)
Cabesp	13,97
Lei 9.656/1998	28,69
Bandepe	14,51
Clínica Grátis	11,72
Diretores Vitalícios	9,81
Circulares ⁽¹⁾	13,66 e 10,88
Seguro de Vida	8,78

(1) A duration 13,66 se refere ao plano dos Ex-Empregados do Banco ABN Amro e 10,88 ao plano dos Ex-Empregados do Banco Real.

c) Gestão dos Ativos dos Planos

As principais categorias de ativos em percentual de ativos totais do plano em 31 de dezembro de 2014 são as seguintes:

	Banco/Consolidado
Instrumentos de Patrimônio	3,0%
Instrumentos de Dívida	93,9%
Bens Imóveis	0,3%
Outros	2,7%

d) Premissas Atuariais Adotadas nos Cálculos

	Banco/Consolidado 30/06/2015	
	Aposentadoria	Saúde
Taxa de Desconto Nominal para a Obrigação Atuarial	10,9%	10,63% ⁽¹⁾ e 11,0% ⁽²⁾
Taxa para Cálculo do Juros sobre os Ativos, para Exercício Seguinte	10,9%	10,63% ⁽¹⁾ e 11,0% ⁽²⁾
Taxa Estimada de Inflação no Longo Prazo	4,5%	4,5%
Taxa Estimada de Aumento Nominal dos Salários	5,0%	5,0%
Tábua Biométrica de Mortalidade Geral	AT2000	AT2000

(1) Cabesp e (2) Demais Planos.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

e) Análise de Sensibilidade

Os pressupostos quanto às taxas relacionadas ao custo de assistência médica possuem um efeito significativo sobre os valores reconhecidos no resultado. A mudança de um ponto percentual nas taxas de custo de assistência médica teria os seguintes efeitos em 31 de dezembro de 2014:

	Sensibilidade	
	(+) 1,0%	(-) 1,0%
Efeito no Custo do Serviço Corrente e nos Juros sobre as Obrigações Atuariais	90.431	(31.406)
Efeito sobre o Valor Presente das Obrigações	797.418	(673.468)

f) Remuneração com Base em Ações

O Banco Santander possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de ações. São elegíveis a estes planos os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander, além dos participantes que foram determinados pelo Conselho de Administração e informados ao Departamento de Recursos Humanos, cuja escolha levará em conta a senioridade no grupo. Os membros do Conselho de Administração somente participam de referidos planos se exercerem cargos na Diretoria Executiva.

f.1) Programa Local

O Programa Local do Banco Santander é dividido em dois tipos de planos independentes: (i) Planos de compra de ações e (ii) Planos de entrega de ações.

A AGE do Banco Santander realizada em 3 de fevereiro de 2010 aprovou o Programa de Remuneração baseado em ações - Units do Banco Santander (Plano Local), composto por dois planos independentes: Plano de Opção de Compra de Certificado de Depósito de Ações - Units (SOP) e Plano de Incentivo de Longo Prazo - Investimento em Certificado de Depósito de Ações - Units (PSP).

No dia 25 de outubro de 2011, o Banco Santander realizou a AGE, na qual deliberou a outorga do Plano de Incentivo de Longo Prazo (SOP 2014) - Investimento em Certificados de Depósito de Ações ("Units") para determinados administradores e empregados de nível Gerencial do Banco e de sociedades sob seu controle.

A AGE do Banco Santander realizada em 29 de abril de 2013 aprovou o Programa de Remuneração baseado em ações do Banco Santander - o Plano de Opção de Compra de Certificado de Depósito de Ações - Units (SOP 2013) e o Plano de Incentivo de Longo Prazo - Investimento em Certificado de Depósito de Ações - Units (PSP 2013).

(i) Planos de Compra de Ações

Os planos de compra de ações compostos pelos Planos de Opção de Compra de Certificado de Depósito de Ações - Units (SOP).

As principais características dos planos de compra de ações são:

Plano SOP: plano de Opção de Compra com duração de 3 anos, onde serão emitidas novas ações do Banco Santander, promovendo um comprometimento dos diretores executivos com os resultados de longo prazo. O período para exercício começa em 30 de junho de 2012 e se estende por mais 2 anos depois do direito de exercício das opções. A quantidade equivalente a 1/3 das Units resultantes do exercício das opções não poderá ser alienada pelo participante durante o prazo de 1 ano a partir da data de exercício de cada Unit.

Plano de Incentivo a Longo Prazo - SOP 2014: é um plano de Opção de Compra com duração de 3 anos. O período para exercício compreende entre 30 de junho de 2014 até 30 de junho de 2016. A quantidade de Units passíveis de exercício pelos participantes será determinada de acordo com o resultado da aferição de um parâmetro de performance do Banco: Retorno Total ao Acionista (RTA) e poderá ser reduzida, caso não sejam atingidos os objetivos do redutor Retorno sobre Capital Ajustado pelo Risco (RORAC), comparação entre realizado e orçado em cada exercício, conforme determinado pelo Conselho de Administração. Adicionalmente, é necessário que o participante permaneça no Banco durante a vigência do Plano para adquirir condições de exercer as Units correspondentes.

Plano de Incentivo a Longo Prazo - SOP 2013: é um plano de Opção de Compra com duração de 3 anos. O período para exercício compreende entre 30 de junho de 2016 até 30 de junho de 2018. A quantidade de Units passíveis de exercício pelos participantes será determinada de acordo com o resultado da aferição de um parâmetro de performance do Banco: Retorno Total ao Acionista (RTA) e poderá ser reduzida, caso não sejam atingidos os objetivos do redutor Retorno sobre Ativos ponderados por Riscos (RoRWA), comparação entre realizado e orçado em cada exercício, conforme determinado pelo Conselho de Administração. Adicionalmente, é necessário que o participante permaneça no Banco durante a vigência do Plano para adquirir condições de exercer as Units correspondentes.

(ii) Planos de Entrega de Ações

Os planos de entrega de ações são compostos pelos Planos de Incentivo de Longo Prazo - Investimento em Certificado de Depósito de Ações - Units (PSP).

Plano PSP: plano de Remuneração baseado em ações, com ciclos de 3 anos, promovendo um comprometimento dos executivos com os resultados de longo prazo. O Plano tem como objeto o pagamento de remuneração variável pelo Banco aos Participantes a título de Remuneração Variável, sendo que (i) 50% (cinquenta por cento) consistirão na entrega em "Units", onde as quais não poderão ser vendidas durante o prazo de 1 ano, a partir da data do Exercício e (ii) 50% (cinquenta por cento) será paga em dinheiro, o qual poderá ser utilizado de forma livre pelos Participantes (Remuneração Variável), após as deduções de todos os tributos, encargos e retenções.

Plano de Incentivo a Longo Prazo - PSP 2013: plano de Remuneração baseado em ações com ciclos de 3 anos, promovendo um comprometimento dos executivos com os resultados de longo prazo. O Plano tem como objetivo o pagamento de remuneração variável pelo Banco aos Participantes a título de Remuneração Variável, sendo que 100% (cem por cento) consistirão na entrega em "Units".

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Valor Justo e Parâmetros de Performance para Planos

Para a contabilização dos planos do Programa Local foram realizadas simulações por uma consultoria independente, baseadas na metodologia Monte Carlo, de forma que são apresentados os parâmetros de desempenho para o cálculo de ações a serem concedidas a seguir. Tais parâmetros são associados as suas respectivas probabilidades de ocorrência, que são atualizadas no fechamento de cada período.

Posição RTA	Plano SOP, PI12 - PSP, PSP 2013 PI13 - PSP PI14 SOP 2013, - PSP ⁽¹⁾ SOP 2014 ⁽²⁾		
	% de Ações Passíveis de Exercício		
1º	100%	50%	100%
2º	75%	35%	75%
3º	50%	25%	50%
4º	-	-	25%

(1) Associado ao RTA, os 50% remanescente das ações passíveis de exercício referem-se a realização do Lucro Líquido vs. Lucro Orçado.

(2) O percentual de ações determinado na posição do RTA está sujeito a um redutor de acordo com a execução do Retorno sobre o Capital Ajustado ao Risco (RORAC).

Para a mensuração do valor justo das opções dos planos foram utilizadas as seguintes premissas:

	PSP - 2013	PI14 - PSP	PI13 - PSP	PI12 - PSP
Método de Avaliação	Binomial	Binomial	Binomial	Binomial
Volatilidade	40,00%	57,37%	57,37%	57,37%
Probabilidade de Ocorrência	60,27%	37,59%	26,97%	43,11%
Taxa Livre de Risco	11,80%	10,50%	10,50%	11,18%

	SOP 2013	SOP 2014	Plano SOP
Método de Avaliação	Black&Scholes	Black&Scholes	Binomial
Volatilidade	40,00%	40,00%	57,37%
Taxa de Dividendos	3,00%	3,00%	5,43%
Período de "Vesting"	3 Anos	3 Anos	3 Anos
Momento "Médio" de Exercício	5 Anos	5 Anos	3,72 Anos
Taxa Livre de Risco	11,80%	10,50%	11,18%
Probabilidade de Ocorrência	60,27%	71,26%	43,11%
Valor Justo para Ações	R\$5,96	R\$6,45	R\$7,19

O preço médio das ações do Banco SANB11 (ações do Banco na BM&FBovespa) para o período findo em 30 de junho de 2015 é de R\$15,57 (30/06/2014 - R\$15,12).

No primeiro semestre de 2015, foram registradas despesas "pro rata" dia no valor de R\$6.003 (2014 - R\$689) no Banco e R\$6.110 (2014 - R\$777) no Consolidado, referentes ao plano de Opção de Compra de Certificado de Depósito de Ações - Units (SOP) e despesa de R\$3.768 (2014 - um crédito de R\$4.254) no Banco e R\$3.929 (2014 - um crédito de R\$4.449) no Consolidado, referentes ao plano de Incentivo de Longo Prazo - Investimento em Certificado de Depósito de Ações - Units (PSP). Foi registrado também no período perda com a oscilação do valor de mercado da ação do plano PSP no valor de R\$1.077 (2014 - R\$1.236) no Banco e R\$1.122 (2014 - R\$1.286) no Consolidado como despesa de pessoal. As despesas relacionadas aos planos SOP e PSP são reconhecidas em contrapartida no patrimônio líquido e em outras obrigações, respectivamente.

	Quantidade de Units	Preço de Exercício	Ano de Concessão	Grupo de Funcionários	Data do Início do Período	Data do Fim do Período
Saldo dos Planos em 31/dez/2013	35.654.230					
Opções Canceladas (PI14 - PSP)	(1.536.735)		2012	Executivos	29/05/2012	30/06/2014
Opções Canceladas (SOP 2014)	(13.300.678)	14,31	2011	Executivos	26/10/2011	30/06/2016
Opções Canceladas (SOP 2013)	(804.121)	14,43	2013	Executivos	02/05/2013	30/06/2018
Opções Canceladas (PSP 2013)	(163.544)		2013	Executivos	13/08/2013	30/06/2016
Opções Concedidas (PSP 2013)	295.957		2013	Executivos	13/08/2013	30/06/2016
Opções Canceladas (SOP)	(4.903.768)	23,50	2010	Executivos	03/02/2010	30/06/2014
Opções Exercidas (PI14 - PSP)	(180.574)		2012	Executivos	29/05/2012	30/06/2014
Opções Exercidas (SOP Entrega 2014)	(1.230.303)		2011	Executivos	26/10/2011	30/06/2016
Saldo dos Planos em 31/dez/2014	13.830.464					
Opções Canceladas (SOP 2013)	(189.057)	14,43	2013	Executivos	02/05/2013	30/06/2018
Opções Canceladas (PSP 2013)	(22.221)		2013	Executivos	13/08/2013	30/06/2016
Opções Exercidas (SOP Entrega 2014)	(171.296)		2011	Executivos	26/10/2011	30/06/2016
Saldo dos Planos em 30/jun/2015	13.447.890					
SOP 2014	857.129	14,31	2011	Executivos	26/10/2011	30/06/2016
SOP 2013	10.049.567	14,43	2013	Executivos	02/05/2013	30/06/2018
PSP 2013	2.541.194		2013	Executivos	13/08/2013	30/06/2016
Total	13.447.890					

f.2) Programa Global
Política de Incentivos a Longo Prazo

Na Reunião do Conselho de Administração do Banco Santander Espanha, realizada em 26 de março de 2008, foi aprovada a política de incentivo a longo prazo direcionada aos executivos do Banco Santander Espanha e empresas do Grupo Santander (exceto o Banco Español de Crédito, S.A. - Banesto). Essa política prevê remuneração vinculada às ações do Banco Santander Espanha de acordo com o que foi estabelecido na Assembleia Geral Anual de Acionistas.

Dentre os planos do Banco Santander Espanha, os executivos do Consolidado Santander no Brasil, estão contemplados no Plano de Ações Vinculados a Objetivos: plano plurianual pago em ações do Banco Santander Espanha. Os beneficiários do plano são Diretores Executivos e outros membros da Administração, bem como qualquer outro grupo de executivos determinado pela Diretoria ou pelo Comitê Executivo.

Este plano envolve ciclos de três anos de entrega de ações aos beneficiários. Os primeiros dois ciclos começaram em julho de 2007, com o primeiro ciclo tendo duração de dois anos (PI09) e os demais ciclos tendo uma duração média de 3 anos (PI10/PI11/PI12/PI13 e PI14). Portanto a partir de 2009 haveria o início de um novo ciclo e o encerramento de um ciclo anterior. O objetivo é estabelecer uma sequência adequada entre o final do programa de incentivo, vinculado ao plano anterior I-06, e os sucessivos ciclos desse plano.

Para cada ciclo é estabelecido um número máximo de ações para cada beneficiário que continuou trabalhando no Grupo Santander Espanha durante o plano. Os objetivos cujo cumprimento determinam o número de ações distribuídas, são definidos pela comparação da performance do Grupo Santander Espanha em relação a um Grupo de Referência (instituições financeiras) e estão relacionados a dois parâmetros: RTA e o crescimento em Lucro/Benefício por Ação (LPA).

Cada um desses parâmetros tem 50% de peso na determinação da porcentagem de ações a serem distribuídas. O número de ações a serem distribuídas é determinado em cada um dos ciclos pelo grau de alcance das metas no terceiro aniversário do começo de cada ciclo (com exceção do primeiro ciclo, para isso será considerado o segundo aniversário).

Em 2014 foi lançado um plano de entrega de ações chamado de Incentivos de Longo Prazo Global Outorga 2014 – ILP CRDIV. Este plano está sujeito à consecução do indicador de performance Retorno Total do Acionista (RTA) do Grupo Santander, comparando a evolução do Grupo neste indicador com relação aos principais concorrentes globais e a liquidação será em ações do Grupo Santander Mundial.

Valor Justo do Plano Global

É considerado que os beneficiários não deixarão o Banco Santander durante o prazo de cada plano. O valor justo dos 50% vinculados à posição de RTA relativo do Banco Santander foi calculado, na data de outorga, com base no laudo fornecido por avaliadores externos, elaborado a partir do modelo de avaliação Monte Carlo, realizando 10 mil simulações para determinar o RTA de cada empresa do Grupo de referência, considerando as variáveis a seguir. Os resultados (cada um representando a entrega de determinado número de ações) são classificados em ordem decrescente através do cálculo da média ponderada e descontando o valor à taxa de juros sem risco.

	PI10	PI11	PI12	PI13	PI14
Volatilidade Esperada (*)	15,67%	19,31%	42,36%	49,64%	51,35%
Remuneração Anual dos Dividendos nos Últimos 5 Anos	3,24%	3,47%	4,88%	6,33%	6,06%
Taxa de Juros sem Risco (Título do Tesouro de Cupom Zero) Durante o Prazo do Plano	4,50%	4,84%	2,04%	3,33%	4,07%

(*) Calculado com base na volatilidade histórica para o respectivo prazo (dois ou três anos).

Devido à elevada correlação entre o RTA e o LPA, pode-se considerar (em uma grande parcela dos casos) extrapolar que o valor RTA é válido para o LPA. Por conseguinte, inicialmente foi determinado que o valor justo da parcela dos planos vinculados à posição de LPA relativo do Banco, ou seja, os restantes 50% das opções outorgadas, é igual aos 50% correspondentes ao RTA. Essa avaliação é revisada e ajustada anualmente, uma vez que se refere a condições de mercado não usuais.

	Quantidade de Units	Ano de Concessão	Grupo de Funcionários	Data do Início do Período	Data do Fim do Período
Saldo dos Planos em 31/dez/2013	379.685				
Opções Canceladas (PI14)	(379.685)	2011	Executivos	01/07/2011	31/07/2014
Total em 31/Dez2014	-				

Plano Global CRD-IV:

	2 Anos	3 Anos	4 Anos
Rendimento Futuro de Dividendo	11.1%	10.8%	9.5%
Volatilidade esperada	32.7%	34.7%	36.9%
Comparador de Volatilidade	12% -52%	16% - 56%	16% - 52%
Taxa de juros sem risco	1.7%	2.1%	2.5%
Correlação			00/jan/00

O indicador que será usado para mensurar o atingimento dos targets será a comparação do Retorno Total ao Acionista (RTA) do Grupo Santander com o RTA dos 15 (quinze) principais concorrentes globais do Grupo.

O indicador será apurado em dois momentos: primeiro momento para apuração do programa (2015) e um segundo momento nos pagamentos anuais de cada parcela (2015, 2016 e 2017).

Cada executivo tem um target em Reais. Caso os indicadores sejam atingidos, o target será convertido em ações do Grupo Santander que serão entregues em parcelas nos anos de 2016, 2017 e 2018, com um restrição de venda de 1 (um) ano depois de cada entrega.

	Quantidade de Units	Ano de Concessão	Grupo de Funcionários	Data do Início do Período	Data do Fim do Período
Saldo dos Planos em 31 de Dezembro de 2014	-	2014	Executivos		
Saldo dos Planos em 30 de Junho de 2014	-				

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

No primeiro semestre de 2015, foram registradas despesas "pro rata" dia no valor de R\$6.562 (2014 - R\$789) no Banco e R\$6.678 (2014 - R\$813) no Consolidado, referente aos custos nas respectivas datas dos ciclos acima mencionados, para o total dos planos do Programa Global.

Os Planos não causam diluição do capital social do Banco, uma vez que são pagos em ações do Banco Santander Espanha.

f.3) Remuneração Variável Referenciado em Ações

A AGO de Acionistas do Banco Santander Espanha, de 11 de junho de 2010, aprovou a nova política de remuneração de executivos através do plano de pagamento de remuneração variável referenciado em ações para as empresas do Grupo, incluindo o Banco Santander. Esta nova política, com os ajustes aplicáveis ao Banco Santander, foi aprovada pelo Comitê de Nomeação e Remuneração e pelo Conselho de Administração em 2 de fevereiro de 2011.

Os objetivos do plano são: (i) alinhar o programa de remuneração aos princípios do "Financial Stability Board" (FSB) acordados no G20; (ii) alinhar os interesses do Banco Santander e dos participantes (crescimento e lucratividade dos negócios do Banco Santander de forma sustentável e recorrente e reconhecimento da contribuição dos participantes); (iii) possibilitar a retenção dos participantes; e (iv) promover o bom desempenho do Banco Santander e dos interesses dos acionistas mediante um comprometimento de longo prazo.

O plano tem como objeto o pagamento de remuneração variável, em dinheiro ou ações, conforme detalhado abaixo, devida pelo Banco Santander aos participantes nos termos de sua política de remuneração, atrelado ao desempenho futuro das ações.

O pagamento de remuneração variável referenciada em ações está dentro do limite da remuneração global dos administradores aprovada em AGO do Banco Santander.

A quantidade total de ações referenciadas será liquidada em três parcelas e alocadas igualmente para os três exercícios sociais subsequentes ao ano base.

Em 21 de dezembro de 2011, o Conselho de Administração aprovou a proposta do novo plano de Incentivo (diferimento) para pagamento da remuneração variável de administradores e determinados funcionários, o qual foi objeto de deliberação da AGE do dia 7 de fevereiro de 2012.

Em 19 de dezembro de 2012, o Conselho de Administração aprovou a proposta do novo plano de Incentivo (diferimento) para pagamento da remuneração variável de administradores e determinados funcionários, o qual foi deliberado em AGE do dia 15 de fevereiro de 2013.

Em 24 de abril de 2013, o Conselho de Administração aprovou a proposta do novo plano de Incentivo (diferimento) para pagamento da remuneração variável de administradores e determinados funcionários, a qual foi aprovada em AGE do dia 3 de junho de 2013.

Nesta proposta foram determinados requisitos para pagamento diferido no futuro de parcela da remuneração variável devida a seus Administradores e outros colaboradores, considerando as bases financeiras sustentáveis de longo prazo e ajustes nos pagamentos futuros em função dos riscos assumidos e das oscilações do custo de capital.

O plano está dividido em 3 programas:

a) Coletivo Supervisionado - Participantes do Comitê Executivo e outros executivos que assumam riscos significativos no Banco e responsáveis das áreas de controle. O diferimento será metade em dinheiro, indexado a 100% do CDI e metade em ações. No primeiro semestre de 2015, foram registradas despesas no valor de R\$160 (em 2014 não houve registro de despesas) no Banco e R\$921 (em 2014 não houve registro de despesas) no Consolidado, referente a provisão do plano e foi registrado ganho com a oscilação do valor de mercado da ação do plano no valor de R\$997 (2014 - R\$2.506) no Banco e R\$1.597 (2014 - R\$2.508) no Consolidado como despesas de pessoal.

b) Coletivo não Supervisionado - Diretores Estatutários - Diretores Estatutários não participantes do "Coletivo Supervisionado", o valor diferido será pago 100% em dinheiro, atrelado ao desempenho futuro das Units "SANB11". No primeiro semestre de 2015, foram registradas despesas no valor de R\$1.175 (2014 - R\$139) no Banco e R\$1.346 (2014 - R\$179) no Consolidado.

c) Coletivo não Supervisionado - Funcionários - empregados de nível gerencial e outros funcionários da organização que venham a ser beneficiados pelo Plano de diferimento. O valor diferido será pago 100% em dinheiro, indexado de 110% a 120% do CDI. No primeiro semestre de 2015, foram registradas despesas no valor de R\$4.467 (2014 - créditos de R\$691) no Banco e R\$4.525 (2014 - créditos de R\$661) no Consolidado.

36. Estrutura de Gerenciamento de Risco

O Banco Santander no Brasil se apoia em uma gestão de risco prudente e com a definição do apetite de riscos por parte da Administração atendendo ao regulador local e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios. Nessas operações o Banco está exposto, principalmente, aos seguintes riscos:

- Risco de crédito: exposição a perdas no caso de inadimplência total ou parcial dos clientes ou das contrapartes no cumprimento de suas obrigações financeiras com o Banco Santander. O gerenciamento de risco de crédito busca fornecer subsídios à definição de estratégias, além do estabelecimento de limites, abrangendo análise de exposições e tendências, bem como a eficácia da política de crédito. O objetivo é manter um perfil de riscos e uma adequada rentabilidade mínima que compense o risco de inadimplência estimado, do cliente e da carteira, conforme definido pela Comissão Executiva.

- Risco de mercado: exposição em fatores de riscos tais como taxas de juros, taxas de câmbio, cotação de mercadorias, preços no mercado de ações e outros valores, em função do tipo de produto, do montante das operações, do prazo, das condições do contrato e da volatilidade subjacente. Na administração dos riscos de mercado, são utilizadas práticas que incluem a mensuração e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidades a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dos "gaps" de liquidez, dentre outras práticas que permitem o controle e o acompanhamento dos riscos que podem afetar as posições das carteiras do Banco Santander nos diversos mercados onde atua.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

- Risco operacional é a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de falhas, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Nesta definição inclui-se o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. A gestão e o controle dos riscos operacionais buscam fortalecer os fatores de controles internos e do ambiente de negócios e assim contribuir no aprimoramento do processo decisório e atendimento aos requerimentos dos Órgãos Reguladores, Acordo da Basiléia e às exigências da Lei Sarbanes Oxley. O Modelo também segue as diretrizes estabelecidas pelo Banco Santander Espanha fundamentadas no COSO – Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission – Enterprise Risk Management – Integrated Framework.

- Risco de compliance é definido como risco legal, de sanções regulatórias, de perda financeira ou de reputação que uma instituição pode sofrer como resultado de falhas no cumprimento de leis, regulamentos, códigos de ética e conduta e das boas práticas bancárias. O gerenciamento de risco de compliance tem caráter preventivo e inclui monitoria, treinamento e comunicação adequada das regras e legislação aplicáveis a cada área de negócios do Banco Santander.

- Risco de reputação é a exposição decorrente de opinião pública negativa, independentemente do fato de essa opinião se basear em fatos ou meramente na percepção do público.

A Gestão de Riscos no Banco Santander é baseada nos seguintes princípios:

- Independência da função de riscos com relação ao negócio. O responsável pela Divisão de Riscos do Banco reporta-se diretamente ao Comitê Executivo e ao Conselho de Administração;

- Envolvimento da Direção nas tomadas de decisão;

- Consenso nas decisões sobre operações de crédito entre as áreas de Riscos e Comerciais;

- Decisões tomadas coletivamente, incluindo a rede de agências, com o objetivo de estimular a diversidade de opiniões e evitar a atribuição de decisões individuais;

- Tradição bem estabelecida no uso de ferramentas estatísticas de previsão de inadimplência, como rating interno e *credit scoring* e *behaviour scoring*, RORAC (Rentabilidade Ajustada ao Risco), VaR (Valor em Risco), capital econômico, análise de cenários extremos, etc.;

- Enfoque global, por meio do tratamento integrado de todos os fatores de risco em todas as unidades de negócio e pela utilização do conceito de capital econômico como métrica homogênea do risco assumido e base para a medição da gestão realizada; e

- Definição de políticas e procedimentos, que constituem o Marco Corporativo básico de Riscos, pelo qual se regulam as atividades e processos de risco.

Manutenção de um perfil de riscos médio-baixo, e baixa volatilidade mediante:

- A busca de um elevado grau de diversificação dos riscos, limitando as concentrações em clientes, grupos, setores, produtos ou geografias;

- Manutenção de baixo grau de complexidade na atividade de mercados; e

- Atenção contínua ao acompanhamento dos riscos para prevenir possível deterioração das carteiras.

Governança Corporativa da Função de Riscos

A estrutura dos Comitês de Riscos do Banco Santander é definida conforme os padrões corporativos e possui as seguintes responsabilidades desenvolvidas em suas reuniões semanais:

- Assegurar que as políticas locais sejam implementadas e seguidas de acordo com os padrões corporativos;

- Autorizar o uso das ferramentas de gestão e os modelos de riscos locais e conhecer o resultado de sua validação interna;

- Garantir que a atuação do Banco Santander seja consistente com o nível de tolerância a riscos previamente aprovado pelo Banco Santander Espanha;

- Manter-se informado, avaliar e seguir quaisquer observações e recomendações que venham a ser periodicamente feitas pelas autoridades de supervisão no cumprimento de suas funções; e

- Resolver transações que não estejam na alçada de autoridade delegada aos demais níveis da Administração e definir os limites globais de pré-classificação de riscos em favor de grupos econômicos ou em relação à exposição por tipo de risco.

O Comitê Executivo de Riscos delegou algumas de suas prerrogativas aos Comitês de Riscos, que são estruturados por linha de negócio, tipo e segmento de risco. Na estrutura organizacional do Banco, a função de Riscos é representada por uma vice-presidência independente da área de negócios, que se reporta diretamente à presidência do Banco, sendo fundamental para que se tenha uma visão e controle independentes de risco.

A Vice-Presidência Executiva de Riscos divide-se em áreas que encaixam em dois tipos de enfoques:

- Metodologia e Controle, que adapta as políticas, as metodologias e os sistemas de controle de riscos; e

- Riscos nos Negócios, centrada na gestão de riscos e definição de políticas de riscos para cada negócio do Banco Santander no Brasil.

Gerenciamento de Risco de Crédito

Sua função é a de desenvolver políticas e estratégias para o Gerenciamento de Risco de Crédito, de acordo com o apetite de riscos definido pela Comissão Executiva.

Adicionalmente é responsável pelo sistema de controle e acompanhamento utilizados na Gestão de Riscos de Crédito e Mercado. Estes sistemas e procedimentos são aplicados na identificação, mensuração, controle e diminuição da exposição ao risco de crédito, individualmente ou agrupados por semelhança.

A especialização da função de riscos do Banco baseia-se no tipo de cliente e, assim, no processo de gestão dos riscos, faz-se uma distinção entre dois segmentos de clientes: individualizados e clientes padronizados (gestão estandarizada).

- Clientes com gestão individualizada: clientes do segmento de Atacado, instituições financeiras e determinadas empresas. A gestão do risco é executada através de um analista de riscos definido e que preparará as análises, encaminhará ao Comitê e fará o acompanhamento da evolução do cliente; e

- Clientes com gestão padronizada (estandarizada): pessoas físicas e empresas não enquadradas como clientes individualizados. A gestão desses riscos baseia-se em modelos automatizados de tomada de decisões e de avaliação do risco interno, complementados por alçadas comerciais e equipes de analistas especializados para tratar exceções.

A coleta de documentação e informações necessárias para completa análise do risco envolvido nas operações de crédito, a identificação do tomador, da contraparte, do risco envolvido nas operações, a classificação do grau de risco em diferentes categorias, a concessão do crédito, as avaliações periódicas dos níveis de risco; são procedimentos aplicados pelo Banco para determinar os volumes de garantias e provisões necessários para que as operações de crédito sejam realizadas de acordo com as normas vigentes e com a segurança devida. As políticas, os sistemas e os procedimentos utilizados são reavaliados anualmente para estarem sempre de acordo com as necessidades do gerenciamento de riscos e com os cenários atuais do mercado.

O perfil do risco de crédito assumido pelo Banco é caracterizado por uma diversificada distribuição geográfica e pela prevalência de operações bancárias varejistas. Aspectos macroeconômicos e condições de mercado, assim como a concentração setorial e geográfica, o perfil dos clientes, as perspectivas econômicas também são avaliados e considerados na mensuração adequada de risco de crédito.

Estrutura de Gerenciamento de Capital

A gestão do capital considera os níveis regulatórios e econômicos. O objetivo é alcançar uma estrutura de capital eficiente, cumprindo os requerimentos do Bacen e visando maximizar a criação de valor para os acionistas.

Do ponto de vista econômico, dentro da estrutura do processo interno de avaliação da adequação do capital de acordo da regra de Basileia III, o Banco utiliza um modelo de mensuração do capital econômico com a finalidade de obter uma maior precisão na gestão de risco e alocação de capital entre diversas unidades do Conglomerado Santander, permitindo uma avaliação de desempenho que considera os níveis de solvência acordados pelo Banco Santander Espanha.

A fim de gerir adequadamente o capital do Banco, é essencial estimar e analisar futuras necessidades, em antecipação das várias fases do ciclo de negócio. Os planos de capital regulatório e econômico são feitos baseados em projeções financeiras (Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado, etc.) e em cenários macroeconômicos. Estas estimativas são utilizadas pelo Banco como referência para o plano de contingência (securitização, venda de ativos, aumento de capital através da emissão de ações, dívidas subordinadas e instrumentos híbridos, etc.) necessário para atingir seus objetivos.

a) Modelos de Rating

O Banco usa modelos próprios de *score/rating* internos, para medir a qualidade de crédito de um cliente ou de uma operação. Cada rating está relacionado com uma probabilidade de inadimplência ou não-pagamento, determinada a partir da experiência histórica da instituição, com a exceção de algumas carteiras conceituadas como *Low Default Portfólios* (Baixa probabilidade de inadimplência). Os *scores/ratings* são utilizados no processo de aprovação e acompanhamento do risco.

As ferramentas de qualificação Global são aquelas aplicadas aos segmentos de risco soberano, instituições financeiras e clientes globais do atacado (GBM), com gestão centralizada no Banco. Essas ferramentas geram o rating de cada cliente, que é obtido a partir de um módulo automático ou quantitativo, com base em coeficientes de balanços patrimoniais ou variáveis macroeconômicas, complementados pelo julgamento do analista.

No caso de empresas e instituições privadas de carteira, foi definida uma metodologia única para elaborar um rating em cada país, baseada nos mesmos módulos que os ratings anteriores: quantitativo ou automático (nesse caso analisando o comportamento de crédito de uma amostra de clientes em relação aos seus estados financeiros), qualitativo ou revisão feita pelo analista com ajustes finais.

As classificações atribuídas aos clientes são revisadas periodicamente, incorporando a nova informação financeira disponível e a experiência desenvolvida na relação bancária. A periodicidade das revisões é elevada no caso de clientes que alcançam certos níveis nos sistemas automáticos de alerta e clientes classificados como de acompanhamento especial. As próprias ferramentas de rating também são revisadas para que as qualificações por elas atribuídas sejam progressivamente apuradas.

Para clientes com gestão padronizada (estandarizada), tanto de pessoas jurídicas como de pessoas físicas, existem ferramentas de *scoring* que atribuem automaticamente uma nota às operações propostas.

Esses sistemas de aprovação de empréstimos são complementados com modelos de rating de performance, os quais permitem uma maior previsibilidade do risco assumido e que são usados para atividades preventivas e de comercialização.

b) Perdas e Custo de Crédito

O Banco estima periodicamente as perdas relacionadas ao risco de crédito e as compara com as perdas efetivas realizadas. Análises periódicas de controle são realizadas com o objetivo de manter o controle sobre o risco de crédito atualizado e de abrir exceções ou renegociar certas operações, sendo possível também aumentar o nível de garantia quando necessário.

Para complementar a utilização dos modelos de admissão e rating, o Banco Santander utiliza outras medidas que apoiam a gestão prudente e eficaz do risco de crédito, com base na perda observada. O custo de crédito é medido principalmente pela performance de indicadores como a variação da provisão para perdas de crédito, dos créditos inadimplentes em processo de recuperação e dos créditos líquidos baixados para prejuízo.

Relatórios sobre gerenciamento de risco são apresentados a Administração para que verifique o alinhamento da gestão de risco com as políticas e a estratégia do Conglomerado Santander. Simulações de situações de risco são realizadas para avaliar a necessidade de revisão de políticas e limites determinados anteriormente.

Todas as informações acerca da estrutura e procedimentos de gestão de risco são mantidas pelo Banco Santander à disposição do Bacen e demais reguladores. Além disso, atendendo ao critério de transparência, as informações sobre gerenciamento de riscos de crédito também são disponibilizadas ao público, trimestralmente, nas demonstrações financeiras.

c) Ciclo do Risco de Crédito

O Banco Santander possui uma visão global da carteira de crédito do Banco ao longo das várias fases do ciclo de risco, com um nível de detalhamento que permite avaliar a situação atual do risco e de eventuais movimentações. Este mapeamento é acompanhado pelo Conselho de Administração e pela Comissão Executiva do Banco que estabelece as políticas e os procedimentos de riscos, os limites e as delegações de alçadas, além de aprovar e supervisionar a atuação da área.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

O processo de gestão de risco consiste na identificação, mensuração, análise, controle, negociação e decisão sobre os riscos incorridos nas operações do Banco. Este ciclo possui três fases distintas:

- Pré-venda: inclui os processos de planejamento, fixação de metas, apuração do interesse por risco do Banco Santander, aprovação de novos produtos, análise de risco e processo de rating de créditos e definição de limites;
- Venda: trata-se da tomada de decisão para operações pré-classificadas e específicas; e
- Pós-venda: contempla os processos de monitoramento, mensuração e controle, além da gestão do processo de recuperação.

Planejamento e Limites de Risco

O limite de risco, identifica o interesse do Banco mediante a avaliação de propostas de negócio e a posição de risco. É definido no plano global de limites de riscos, um documento previamente acordado para a gestão integrada do balanço e dos riscos inerentes.

Os limites são baseados em duas estruturas básicas: clientes/segmentos e produtos.

No caso dos riscos individualizados, o nível mais básico é o cliente, para o qual são estabelecidos limites individuais (pré-classificação).

Para os grandes grupos econômicos é utilizado um modelo de pré-classificação baseado em um sistema de mensuração e monitoramento do capital econômico. Em relação ao segmento corporativo, utiliza-se um modelo de pré-classificação simplificado para clientes que cumprem determinados requisitos (conhecimento elevado, rating, entre outros).

No caso dos riscos com clientes com características similares, os limites de risco são planejados mediante programas de gestão de crédito (PGC), este é um documento previamente acordado pelas áreas de negócio que contém os resultados esperados do negócio em termos de risco e retorno, além dos limites a que estão sujeitas à respectiva atividade e à gestão de riscos.

Análise de Risco

A análise de risco é um pré-requisito de aprovação de empréstimo a clientes e consiste em examinar a capacidade do cliente em fazer frente a seus compromissos contratuais com o Banco Santander, o que inclui analisar a qualidade do crédito do cliente, suas operações de risco, sua solvência, a sustentabilidade de seus negócios e o retorno pretendido tendo em vista o risco assumido.

Essa análise de risco é realizada no mínimo anualmente, podendo ser revisado com maior periodicidade se o perfil de risco do cliente o requerer (em função de sistemas de alerta centralizadas ou visitas do gerente ou analista de crédito) ou se existirem operações pontuais fora da pré-classificação.

Tomada de Decisão sobre Operações

O processo de tomada de decisão sobre operações tem por objetivo analisá-las e adotar resoluções, levando em consideração o interesse por risco e quaisquer elementos da operação importantes para contrabalançar risco e retorno.

O Banco Santander utiliza, entre outras, a metodologia RORAC para a análise e a precificação no processo de tomada de decisão sobre operações e negócios.

Monitoramento e Controle de Risco

Além das funções exercidas pela Divisão de Auditoria Interna, a Vice-Presidência Executiva de Riscos tem uma área específica de monitoramento dos riscos para o adequado controle da qualidade do crédito. Esta área é formada por equipes com recursos e responsáveis específicos.

Essa área de monitoramento baseia-se em um processo de observação permanente, que permite a detecção antecipada de incidentes que possam decorrer da evolução do risco, das operações, dos clientes e de seu ambiente, de forma a que se tomem ações preventivas. Essa área de monitoramento é especializada por segmento de clientes.

Para isso, foi projetado um sistema denominado FEVE (Firmas sob Vigilância Especial) que diferencia quatro categorias baseadas no nível de preocupação gerado pelas circunstâncias observadas (extinguir, garantir, reduzir e acompanhar). A inclusão de uma empresa no Sistema FEVE não significa que ocorreu uma inadimplência, mas que é aconselhável adotar uma política específica com ela, alocando um responsável e definindo o prazo de implementação da política. Os clientes classificados no FEVE são revisados pelo menos semestralmente ou a cada trimestre, no caso de clientes em categorias mais graves. A classificação de uma empresa no FEVE decorre do próprio monitoramento, da revisão realizada pela Auditoria Interna, de decisão do gerente responsável pela empresa ou do acionamento do sistema de alerta automático.

No caso dos riscos de clientes com características similares, os indicadores-chave são monitorados com o objetivo de detectar variações no desempenho da carteira de crédito em relação às previsões realizadas nos programas de gestão de crédito.

d) Controle de Risco

Sua função é obter uma visão global da carteira de crédito do Banco ao longo das várias fases do ciclo de crédito, com um nível de detalhamento que permita a avaliação da situação atual do risco e de eventuais movimentações.

Eventuais mudanças na exposição do Banco ao risco de crédito são controladas de forma contínua e sistemática. Os impactos dessas mudanças em certas situações futuras, de natureza exógena e os decorrentes de decisões estratégicas, são avaliados a fim de estabelecer medidas que devolvam o perfil e o valor da carteira de crédito aos parâmetros estabelecidos pela Comissão Executiva.

e) Provisões

O Banco Santander constitui provisão de acordo com a legislação vigente do Bacen, de acordo com as Resoluções CMN 2.682/1999; 2.697/2000 e a Carta Circular Bacen 2.899/2000, que classifica as operações de crédito por rating e determina o percentual mínimo de provisão requerido (Nota 8.e).

f) Patrimônio de Referência

O gerenciamento de capital do Banco Santander é realizado tanto para o capital regulatório quanto para o capital econômico. A gestão de capital regulatório baseia-se na análise dos "ratios" de capital, usando critérios definidos pelo Bacen. O Banco Santander apresenta uma gestão de capital ativa incluindo securitizações, venda de ativos e carteiras, emissões de ações preferenciais e instrumentos híbridos. O modelo de avaliação de capital econômico visa garantir a disponibilidade de capital para suportar todos os riscos de sua atividade econômica nas diversas unidades de negócio em diferentes cenários, com os níveis de solvência acordados pelo Banco Santander.

g) Recuperação de Crédito

A Diretoria de Recuperação atua na cobrança e recuperação de créditos do Banco nos segmentos Atacado e Varejo e reporta diretamente à Presidência. As estratégias e os canais de atuação são definidos de acordo com os dias de atraso no pagamento e com os montantes em atraso, que resultam em um Mapa de Responsabilidades. Nos primeiros dias da inadimplência, é adotado um modelo mais intensificado de cobrança, com estratégias específicas, com monitoramento interno mais próximo. Centrais de atendimento, inclusão nos órgãos de proteção ao crédito, cobrança por cartas e pela rede de agências são utilizadas durante esta fase, com o intuito de recuperar os clientes. Em faixas maiores de atraso e valores mais expressivos, inclusive segmento Atacado, entram em ação equipes internas especializadas em reestruturação e recuperação de créditos com atuação direta junto aos clientes inadimplentes. Valores mais baixos ou atrasos ainda mais severos têm a recuperação realizada por meio de esforços terceirizados de cobrança administrativa ou judicial, de acordo com critérios internos, que são remunerados em função do êxito na recuperação de valores em atraso.

São utilizadas ferramentas estatísticas como a pontuação comportamental, para estudar o desempenho de cobrança de certos grupos de clientes e traçar estratégias mais assertivas de recuperação. Estes modelos procuram medir a probabilidade dos clientes ficarem inadimplentes, ajustando os esforços de cobrança, visando à recuperação do negócio e a redução de custos. Os clientes com maior probabilidade de pagamento são classificados como baixo risco e os clientes com menor probabilidade de pagamento são classificados como alto risco e recebem ações de cobrança mais intensas.

Os canais de atuação são definidos conforme mapa de responsabilidade, que utilizam o tempo de inadimplência versus o valor vencido - além de outras características utilizadas para compor a criação de estratégias.

Frequentemente são executadas vendas de carteira de créditos de dívidas incobráveis. Essas vendas de carteiras acontecem periodicamente por meio de processos de leilão a fim de melhores oportunidades no mercado.

h) Risco Socioambiental

Com base em sua estratégia, nas diretrizes da Resolução CMN 4.327/2014 e da autorregulação da Febraban SARB 14 que dispõem sobre a Responsabilidade Socioambiental de Instituições Financeiras, foi desenvolvida a nova Política de Responsabilidade Socioambiental do Santander (PRSA), aprovada em dezembro de 2014 em Comitê Executivo e Conselho de Administração. A implantação da Política ampliará a inclusão dos aspectos socioambientais nas análises e processos decisórios da organização e trará avanços ao plano de compromissos e resultados de longo prazo, integrados ao negócio.

Além da elaboração da Política de Responsabilidade Socioambiental, a Resolução traz obrigações relativas à governança do tema na organização. Entre outros aspectos determinou a designação de um executivo responsável pelo cumprimento da PRSA. Para esta atribuição foi nomeado Manoel Marcos Madureira, Vice Presidente de Comunicação, Marketing, Relações Institucionais e Sustentabilidade. Dentro da estrutura o Banco conta com dois instrumentos principais para inserir a sustentabilidade na sua Governança Corporativa: o Comitê de Governança Corporativa e Sustentabilidade, que assessora o Conselho de Administração na deliberação do tema em nível estratégico; e a Diretoria de Sustentabilidade, responsável por dar apoio técnico às demais áreas no avanço e na execução das suas práticas, além de elaborar e propor estratégias locais. Essa Diretoria é parte da Vice-Presidência de Comunicação, Marketing, Relações Institucionais e Sustentabilidade, que reporta ao Presidente e, quando necessário, ao Comitê Executivo e ao Conselho de Administração.

Com o objetivo de atender os compromissos assumidos na PRSA, serão desenvolvidas ações ao longo do ano de 2015 envolvendo as atividades e operações da organização. Estas ações, vão além dos processos de gerenciamento do Risco Socioambiental compondo também uma agenda de estímulo às boas práticas socioambientais envolvendo, clientes, funcionários, fornecedores e sociedade. O Plano de Ação para cumprimento da PRSA, conforme determinação da Resolução, foi aprovado pelas mesmas citadas instâncias máximas da governança do Santander Brasil.

Um de nossos compromissos para o ano de 2015 é a implantação da PRSA de forma progressiva e consistente. O Santander Brasil está preparado para um processo colaborativo de construção, compartilhamento de experiências e resultados com seus principais stakeholders e com o Banco Central do Brasil. Este movimento tornará o Sistema Financeiro Nacional mais sólido e robusto, portanto mais preparado para um novo cenário econômico mundial e seus desafios.

A Política de Risco Socioambiental do Banco Santander está inserida no âmbito da Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) da instituição, alinhada com a nova Resolução CMN 4.327/2014.

Essa Política é aplicada para o Banco de Atacado e, além da concessão de crédito, prevê a análise de questões socioambientais na aceitação de clientes. A área de Risco Socioambiental analisa a gestão socioambiental do cliente verificando itens como áreas contaminadas, desmatamento, violações trabalhistas e outros problemas para os quais existe o risco de aplicação de penalidades.

Uma equipe especializada com formação em Biologia, Engenharia Química, Engenharia de Saúde e Segurança e Geologia monitora as práticas socioambientais dos clientes, enquanto os analistas financeiros do Banco avaliam os danos que situações ambientais desfavoráveis podem causar à condição financeira e às garantias oferecidas pelo cliente, dentre outros efeitos. A experiência do Banco mostra que a empresa que cuida do bem-estar de seus funcionários e do ambiente em que atua costuma ter uma gestão mais eficiente e, portanto, mais chances de honrar seus compromissos e gerar bons negócios.

Com relação à Gestão Ambiental, com cerca de 50 mil funcionários e mais 30 milhões de clientes, a atividade do Santander Brasil gera consumo relevante de recursos como energia, água e papel. Em todas as suas frentes, o Banco adota estratégias de ecoeficiência, para minimizar impactos ambientais e custos financeiros.

O Banco possui uma Política Ambiental Corporativa que norteia suas ações no tema. Possui, ainda a certificação ISO 14001 em dois prédios administrativos: Torre Santander e Casa 1, ambos em São Paulo além da certificação LEED Gold e Silver no Data Center em Campinas/ SP.

Desde 2007, todas as agências construídas ou reformadas são adequadas ao padrão do Manual de Boas Práticas da Construção Civil, criado pelo próprio Banco, que contempla a implantação de itens como captação de água da chuva (capaz de reduzir o consumo em até 50%); telhado branco que diminui a necessidade de ar condicionado; e aeradores e fechamento automático de torneiras (que reduzem o consumo de água).

Energia

O Santander Brasil tem uma meta global de reduzir o consumo de energia elétrica em 20% até 2015, contando a partir de 2011. Em 2014 foi feito um retrofit de aproximadamente 15.000 lâmpadas fluorescentes por lâmpadas LED, e automação de ar condicionado, entre outros, gerando uma economia de quase 6 milhões de kWh em 2014.

Água

Em 2014 a gestão do consumo de água na Torre Santander incluiu a utilização de sistemas para economizar água, como torneiras automáticas, aeradores, sistema de descarga a vácuo; foi implantada também a monitoração centralizada do consumo de água em todas as agências e edifícios administrativos; o aproveitamento de água de chuva para descarga ou uso técnico (torres de resfriamento) não potável na Torre Santander e em mais de 150 agências da Rede Comercial. No Data Center em Campinas, foi instalada uma cisterna com capacidade para armazenar 640 mil litros de água de chuva e eliminou-se o uso de água na refrigeração.

Resíduos

O Banco fez o gerenciamento dos resíduos gerados em suas unidades administrativas destinando-os para reciclagem. Os resíduos orgânicos e não recicláveis são encaminhados para aterro licenciado. Na Torre Santander, os resíduos orgânicos são desidratados, reduzindo o volume em torno de 75%. Em 2014, o Banco deixou de enviar cerca de 100 toneladas de resíduo orgânico para o aterro.

Emissões de Gases de Efeito Estufa

O Banco pauta a gestão das suas emissões de GEE pela meta global de reduzir em 20% as emissões até o ano de 2015, tendo como base de comparação o ano de 2011.

O acompanhamento dessa meta é feito pela Huella Ecológica, indicador global de ecoeficiência do Grupo Santander.

Desde 2009 o Santander compensa suas emissões de GEE e desde 2006 realiza seu inventário de emissões pelo sistema do Greenhouse Gas Protocol (GHG Protocol Brasil), no qual possui certificação máxima. O Banco realiza ainda a compensação de suas emissões de GEE, responde ao Carbon Disclosure Project (CDP) e tem compromissos e metas de redução assumidas publicamente no Pacto Global. O Banco ainda estimula a sociedade a reduzir e compensar suas emissões, por meio do Programa Reduza e Compense CO₂, plataforma online com dicas de redução, que permite que cada pessoa calcule e compense suas emissões com a compra de créditos de carbono.

Gestão Socioambiental de Fornecedores

O Santander Brasil encerrou o ano com cerca de 1.400 fornecedores ativos, entre os quais se destacam empresas do setor de segurança, transporte de valores, tecnologia e Call Center. Esses fornecedores são respaldados nos contratos do Banco por cláusulas de responsabilidade socioambiental alinhadas às diretrizes do Pacto Global - iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU) para adoção de práticas mundialmente aceitas em temas como direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção, do qual é signatário desde 2007.

Além do processo de homologação, no qual os fornecedores são avaliados em aspectos técnicos, administrativos, legais e socioambientais, o Banco também possui um Índice de Qualificação de Fornecedores (IQF).

Transparência

Anualmente, publicamos nosso Relatório Anual que reúne informações econômicas, sociais, ambientais e de governança sobre o Santander Brasil entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2014. O material segue as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI) – versão G4, no modelo “abrangente” de relato. Além da GRI, apresenta as diretrizes estabelecidas pela Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca), da norma AA1000SES (AA1000SES Stakeholders Engagement) e a partir de 2014 passou a incorporar algumas diretrizes do primeiro framework de relato integrado estabelecido pelo IIRC (International Integrated Reporting Council). Este relatório passa por processo de asseguarção emitido por auditoria independente.

i) Outras Informações

(i) O processo de gerenciamento, acompanhamento e controle de capital é realizado tanto para o capital regulatório quanto econômico. A gestão de capital regulatório é baseada na análise da adequação dos níveis de capital através do índice de Basileia, utilizando os critérios definidos pelo Bacen. O objetivo é atingir uma estrutura de capital eficiente considerando os custos de capital, requerimentos regulatórios, objetivos de rating e retorno aos investidores.

(ii) Nas operações de venda ou transferência de ativos financeiros são analisadas as condições e características das operações para a adequada avaliação e classificação quanto à gestão dos riscos e retenção dos benefícios.

(iii) Um maior detalhamento da estrutura de gerenciamento de riscos de crédito, está descrito no relatório de acesso público, disponível no endereço eletrônico www.santander.com.br/ri.

37. Reestruturações Societárias

Foram implementados diversos movimentos societários com o intuito de reorganizar as operações e atividades das entidades de acordo com o plano de negócios do Conglomerado Santander.

a) Investimento na Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos Ltda. (“Super”)

Em 3 de outubro de 2014, a Aymoré CFI assinou um acordo de investimento (“Acordo”) no qual se comprometeu a realizar um investimento na Super, que resultaria na subscrição e integralização de novas ações de emissão da Super correspondentes a 50% do seu capital total e votante.

O fechamento da operação ocorreu em 12 de dezembro de 2014 e estava condicionado à conclusão de algumas condições precedentes previstas no Acordo, inclusive a aprovação prévia do Banco Central (obtida em 2 de dezembro de 2014). A Aymoré CFI subscreveu e integralizou o capital social da Super em R\$31.128, mediante a emissão de 20 milhões novas ações ordinárias. O Conglomerado Santander tem o controle desta sociedade.

b) Incorporação da Getnet Tecnologia em Captura e Processamento de Transações H.U.A.H. S.A. (Getnet) pela Getnet Adquirencia e Serviços para Meios de Pagamento S.A. (Getnet S.A.) (Atual Denominação Social da Santander Getnet)

Em 31 de julho de 2014 foi concluída a aquisição da Getnet, anunciada em 4 de abril de 2014.

Nas AGEs de 31 de agosto de 2014, os acionistas das Companhias aprovaram a incorporação da Genet pela Getnet Adquirencia e Serviços para Meios de Pagamento S.A. nos termos do “Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação da Getnet pela Getnet Adquirencia e Serviços para Meios de Pagamento S.A. (Protocolo) de 29 de agosto de 2014.

Pelo Protocolo, a Getnet Adquirencia e Serviços para Meios de Pagamento S.A. recebeu pelo valor contábil a totalidade dos bens, direitos e obrigações da Getnet no valor total de R\$42.895, a qual foi extinta e sucedida pela Getnet Adquirencia e Serviços para Meios de Pagamento S.A. em todos os seus direitos e obrigações (Incorporação). Tendo em vista que a totalidade das ações de emissão da Getnet eram de propriedade da Getnet Adquirencia e Serviços para Meios de Pagamento S.A., não houve aumento do capital social da Getnet Adquirencia e Serviços para Meios de Pagamento S.A. em decorrência da aprovação da Incorporação, de modo que o acervo líquido da Getnet foi registrado na Getnet Adquirencia e Serviços para Meios de Pagamento S.A. em contrapartida da conta de investimentos.

A implementação da Incorporação representa uma etapa relevante do processo de simplificação, integração e consolidação das operações de captura e processamento das atividades de meios de pagamento do Grupo Santander no Brasil. As vantagens da nova estrutura são maior flexibilidade na gestão do negócio com nova abordagem comercial mais completa e aumento da alavancagem operacional com ganhos de escala.

A Incorporação se deu com base no Balanço de 31 de julho de 2014, especialmente elaborado para fins da Incorporação e as variações patrimoniais verificadas entre 1 de agosto de 2014 a 31 de agosto de 2014 foram apropriadas pela Getnet Adquirencia e Serviços para Meios de Pagamento S.A.

Balanço Patrimonial Resumido em 31 de Julho de 2014

Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo	272.491	Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo	396.205
Disponibilidades	21.720	Instrumentos Financeiros Derivativos	4.574
Outros Créditos	247.388	Obrigações por Empréstimos	169.702
Outros Valores e Bens	3.383	Outras Obrigações	221.929
Ativo Permanente	166.609	Patrimônio Líquido	42.895
Investimentos	6.129		
Imobilizado	99.674		
Intangível	60.806		
Total	439.100	Total	439.100

c) Acordo de Investimento entre o Banco Santander e Banco Bonsucesso S.A. (Banco Bonsucesso)

No dia 30 de julho de 2014 o Banco, por meio de sua controlada Aymoré CFI, e o Banco Bonsucesso celebraram Contrato de Investimento por meio do qual concordaram em formar uma associação no setor de crédito consignado e de cartão de crédito consignado (Banco Bonsucesso Consignado).

Em 10 de fevereiro de 2015, com a aprovação do Banco Central, a transação foi concluída e o Banco Santander, através da Aymoré CFI, tornou-se o acionista controlador do Banco Bonsucesso Consignado, com 60% do capital social total e votante. O Banco Bonsucesso permaneceu com a parcela remanescente do capital social (40%).

O Banco Bonsucesso Consignado tornou-se o veículo exclusivo do Banco Bonsucesso e suas afiliadas para a oferta de crédito consignado no Brasil. O Banco Santander continuará a originar operações de crédito consignado por meio de seus canais próprios de maneira independente.

d) Investimento na iZettle do Brasil Meios de Pagamento S.A. (iZettle Brasil)

Em 18 de julho de 2014, o Banco adquiriu uma participação de 50% no capital social da iZettle Brasil, mediante um aporte de capital na sociedade no valor de R\$17.240.

Em 31 de julho de 2014, o Banco contribuiu a totalidade de sua participação na Izettle Brasil ao capital social da Getnet Adquirencia e Serviços para Meios de Pagamento S.A. (Nota 15).

A iZettle Brasil atua no mercado de meios de pagamento, com o desenvolvimento e a distribuição de produtos e soluções de meios de pagamento. Essa parceria foi realizada no contexto de um acordo global firmado em dezembro de 2012 entre Banco Santander Espanha e a iZettle Suécia com o objetivo de criar uma atuação conjunta e coordenada nos diferentes mercados onde o Grupo Santander atua, dentre eles: Espanha, Brasil, Reino Unido e México.

e) Novo Acordo de Acionistas da TecBan

No dia 17 de julho de 2014, os principais bancos de varejo do país, dentre eles o Banco Santander, por meio de uma de suas subsidiárias, assinaram um novo Acordo de Acionistas da TecBan (“Novo Acordo de Acionistas”). O Novo Acordo de Acionistas prevê que, em aproximadamente 4 anos contados de sua entrada em vigor, os Acionistas deverão ter substituído parte de sua rede externa de Terminais de Autoatendimento (“TAA”) pelos TAAs da Rede Banco24Horas, que são e continuarão sendo geridos pela TecBan, gerando aumento de eficiência, bem como, maior qualidade e capilaridade de atendimento a seus clientes.

f) Venda da Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. (Atual Denominação Social da CRV Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Em 19 de junho de 2014, foram assinados os documentos preliminares contendo os principais termos e condições da operação de venda do negócio de custódia qualificada, atualmente desempenhado pelo Banco Santander, e da totalidade das ações de emissão da Santander Securities Services Brasil DTVM S.A. (Nova Denominação Social da CRV Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.).

A Operação está inserida no contexto de uma parceria, no exterior, entre o Banco Santander Espanha, fundos de investimento do Warburg Pincus LLC, empresa líder de private equity, e o fundo soberano de Singapura Temasek. De acordo com os termos da parceria, Banco Santander Espanha deterá 50% de uma sociedade holding que integrará os negócios de custódia das unidades do Grupo Santander localizadas na Espanha, no Brasil e no México. Os fundos do Warburg Pincus e Temasek deterão conjuntamente 50% da sociedade holding.

A operação de venda não foi concluída até 30 de junho de 2015 e está sujeita ao cumprimento de determinadas condições suspensivas usuais em transações similares, incluindo a celebração de contratos definitivos e a obtenção das autorizações regulatórias pertinentes.

g) Outros Movimentos Societários

Também foram realizados os seguintes atos societários:

- Em 30 abril de 2015, foi formalizada a incorporação e consequente extinção das sociedades KM Locanet Ltda. - ME (Compreauto) e Ideia Produções pela Webmotors S.A. (Nota 15).
- Em 30 abril de 2015, foi formalizada a incorporação e consequente extinção da sociedade Go Pay pela Getnet S.A. (Atual Denominação Social da Santander Getnet), sendo o acervo líquido contábil transferido da GoPay para a Getnet S.A. (Atual Denominação Social da Santander Getnet), com data base de 31 de março de 2015, no valor de R\$291 (Nota 15).
- Em 23 de março de 2015, a Santander Participações alienou a totalidade de sua participação na Santos Energia para a Inversiones Capital Global, S.A., sociedade indiretamente controlada pelo Banco Santander Espanha, pelo montante de R\$127.012 (Nota 13).
- Em 23 de março de 2015, a Santander Participações alienou a totalidade de sua participação nas Sociedades de Propósito Específico Gestamp Eólica Serra de Santana S.A., Gestamp Eólica Paraíso S.A., Gestamp Eólica Lanchinha S.A., Gestamp Eólica Seridó S.A. e Gestamp Eólica Lagoa Nova S.A. para a ICG do Brasil S.A., sociedade indiretamente controlada pelo Banco Santander Espanha, pelo montante de R\$120.000 (Nota 13).
- Em 10 de dezembro de 2014, foi concluída a aquisição, pela Webmotors S.A., de 100% do capital social da Virtual Motors Páginas Eletrônicas Ltda.

38. Eventos Subsequentes

a) Alterações na Legislação Fiscal

Em 21 de maio, foi publicada a Medida Provisória 675/2015, que altera a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das instituições financeiras de 15% para 20%, com eficácia a partir de setembro de 2015. A conversão em Lei dessa Medida Provisória está pendente de aprovação pelo Congresso Nacional.

Foi editado o Decreto 8.426/2015 que majorou a alíquota das contribuições sociais do PIS e da Cofins de zero para 0,65% e 4%, respectivamente, aplicável às pessoas jurídicas não financeiras, incidente sobre as receitas financeiras, incluindo aquelas decorrentes de operações de hedge e excluídas as variações cambiais de exportação e passivos cambiais. As novas alíquotas se aplicam no caso das pessoas jurídicas que apuram as referidas contribuições pelo regime não cumulativo e estarão vigentes a partir de 1 de julho de 2015.

b) Acordo para a Aquisição, pelo Santander Brasil (Brasil) S.A. e Determinadas Controladas ("Santander Brasil"), de parte das Operações Financeiras do Grupo PSA no Brasil e a Consequente Criação de uma Joint Venture

No dia 24 de julho de 2015, o Santander Brasil, no contexto da parceria firmada entre o Banque PSA Finance ("Banque PSA") e o Santander Consumer Finance na Europa para operação conjunta dos negócios de financiamento de veículos das marcas PSA (Peugeot, Citroën e DS), assinou documentos vinculativos para a formação de uma cooperação financeira com o Banque PSA para a oferta de uma gama de produtos e serviços financeiros e securitários aos consumidores e concessionários das marcas PSA no Brasil. O principal veículo da cooperação financeira será o Banco PSA Finance Brasil S.A. que passará a ser detido na proporção de 50% pela Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A., subsidiária do Santander Brasil, e 50% pelo Banque PSA. O preço de aquisição será igual ao valor patrimonial (proporcional) na data de fechamento. A operação engloba ainda a aquisição, por meio de subsidiárias do Santander Brasil, de 100% da PSA Finance Arrendamento Mercantil S.A., cujo preço será equivalente a 74% do valor patrimonial na data de fechamento, e, ainda, de 50% da PSA Corretora de Seguros e Serviços Ltda., cujo preço será igual ao valor patrimonial (proporcional) na data de fechamento. A conclusão da operação estará sujeita ao cumprimento de determinadas condições suspensivas usuais em transações similares, incluindo a obtenção das autorizações regulatórias e concorrenciais pertinentes.

39. Outras Informações

- a) As obrigações e riscos em garantias prestadas a clientes, registradas em contas de compensação, atingiram o valor de R\$41.905.605 (30/06/2014 - R\$34.224.931) no Banco e R\$43.824.178 (30/06/2014 - R\$33.498.106) no Consolidado.
- b) O valor total de fundos de investimento e ativos sob gestão do Conglomerado Santander é de R\$6.391.826 (30/06/2014 - R\$4.297.182) e o total de fundos de investimento e ativos administrados é de R\$140.523.154 (30/06/2014 - R\$131.956.112) registrados em contas de compensação.
- c) Os seguros contratados vigentes em 30 de junho de 2015, na modalidade global de bancos, incêndios, veículos e outros, têm valor de cobertura de R\$1.355.528 (30/06/2014 - R\$1.300.039) no Banco e R\$1.362.023 (30/06/2015 - R\$1.300.039) no Consolidado e na modalidade global de bancos, foi contratado um seguro com valor de cobertura no valor de R\$204.320 (30/06/2014 - R\$224.752) no Banco e Consolidado, podendo ser utilizado isoladamente ou em conjunto, desde que não ultrapasse o valor contratado.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

d) Os saldos relativos às operações vinculadas eram:

	Banco/Consolidado			
	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)
	30/06/2015	01/01 a 30/06/2015	30/06/2014	01/01 a 30/06/2014
Operações Ativas Vinculadas				
Operações de Crédito	10.134	629	10.100	100
Obrigações por Operações Ativas Vinculadas				
Depósitos	(10.134)	(629)	(10.100)	(100)
Resultado Líquido		-		-

Não existem operações inadimplentes, bem como questionamentos judiciais sobre operações ativas vinculadas ou sobre os recursos captados para a aplicação nessas operações.

e) Acordos de Compensação e Liquidação de Obrigações - Resolução CMN 3.263/2005 - o Banco Santander possui acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional (SFN), firmados com pessoas físicas e jurídicas integrantes ou não do SFN, resultando em maior garantia de liquidação financeira, com as partes as quais possuam essa modalidade de acordo. Esses acordos estabelecem que as obrigações de pagamento para com o Banco Santander, decorrentes de operações de crédito e derivativos, na hipótese de inadimplência da contraparte, serão compensadas com as obrigações de pagamento do Banco Santander junto a contraparte.

f) Outros Compromissos - o Banco Santander aluga propriedades, principalmente utilizadas como agências, com base em contrato padrão, o qual pode ser cancelado por sua vontade e inclui o direito de opção de renovação e cláusulas de reajuste, enquadrados no conceito de arrendamento mercantil operacional. O total dos pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis em 30 de junho de 2015 é de R\$3.110.929, sendo R\$654.304 em até 1 ano, R\$1.854.002 entre 1 a 5 anos e R\$602.623 com mais de 5 anos. Adicionalmente, o Banco Santander possui contratos com prazo indeterminado, no montante de R\$1.073 correspondente ao aluguel mensal dos contratos com esta característica. Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional, reconhecidos como despesa no primeiro semestre de 2015, foram no valor de R\$335.300 (2014 - R\$347.307).

Os contratos de alugueis serão reajustados anualmente, conforme legislação em vigor, sendo que o maior percentual é de acordo com a variação do Índice Geral de Preços do Mercado (IGPM). Fica assegurado ao locatário o direito de denunciar unilateralmente o presente contrato, a qualquer tempo, conforme cláusulas contratuais e legislação em vigor.

No contexto da operação, o Banco Santander outorgou aos sócios da Getnet S.A. uma opção de venda tendo por objeto todas as ações de emissão da Getnet S.A. por eles detidas, equivalentes a 11,5% do capital total desta empresa. Considerando as condições para o exercício da opção de venda, não foi registrada nenhuma obrigação correspondente (Nota 15 e 37.b).

No contexto da operação, o Banco Santander outorgou aos sócios do Banco Bonsucesso uma opção de venda tendo por objeto todas as ações de emissão do Bonsucesso por eles detidas, equivalentes a 40,0% do capital total desta empresa. Considerando as condições para o exercício da opção de venda, não foi registrada nenhuma obrigação correspondente (Nota 15 e 37.c).

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, incisos VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 480, de 7 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Companhia) declaram que discutiram, **reviram e concordam com as Demonstrações Financeiras do Banco Santander**, relativas ao período encerrado em 30 de junho de 2015, as Demonstrações Financeiras pelo critério BRGAAP e os documentos que as compõem, sendo: Relatório da Administração, balanços patrimoniais, demonstração dos resultados, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Lei de Sociedades por Ações, as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil de acordo com o modelo do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (“COSIF”) e demais regulamentação e legislação aplicáveis. As referidas Demonstrações Financeiras e os documentos que as compõem, foram objeto de parecer sem ressalva dos Auditores Independentes e do Comitê de Auditoria da Companhia.

Membros da Diretoria Executiva do Banco Santander em 30 de Junho de 2015:**Diretor Presidente**

Jesús Maria Zabalza Lotina

Diretores Vice-Presidente Executivos Sênior

Conrado Engel

José de Paiva Ferreira

Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores

Angel Santodomingo Martell

Diretores Vice-Presidente Executivos

Antonio Pardo de Santayana Montes

Carlos Rey de Vicente

Ignacio Dominguez-Adame Bozzano

João Guilherme de Andrade So Consiglio

Juan Sebastian Moreno Blanco

Manoel Marcos Madureira

Oscar Rodriguez Herrero

Vanessa de Souza Lobato Barbosa

Diretores Executivos

Fernando Díaz Roldán

Jose Alberto Zamorano Hernandez

José Roberto Machado Filho

Maria Eugênia Andrade Lopez Santos

Diretores sem Designação Específica

Amancio Acúrcio Gouveia

Ana Paula Nader Alfaya

Cassio Schmitt

Cassius Schymura

Ede Ilson Viani

Eduardo Müller Borges

Flávio Tavares Valadão

Gilberto Duarte de Abreu Filho

Jamil Habibe Hannouche

Javier Rodriguez de Colmenares Alvarez

Jean Pierre Dupui

Luiz Felipe Taunay Ferreira

Mara Regina Lima Alves Garcia

Marcelo Zerbinatti

Marcio Aurelio de Nobrega

Mário Adolfo Libert Westphalen

Mauro Cavalcanti de Albuquerque

Mauro Siequeroli

Nilton Sergio Silveira Carvalho

Ramón Sanchez Díez

Reginaldo Antonio Ribeiro

Roberto de Oliveira Campos Neto

Ronaldo Yassuyuki Morimoto

Sergio Antonio Borrielo

Sérgio Gonçalves

Thomas Gregor Ilg

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Para fins de atendimento ao disposto no artigo 25, § 1º, incisos VI, da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 480, de 7 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria Executiva do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander ou Companhia) declaram que discutiram, **reviram e concordam com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes do Banco Santander**, relativas ao período encerrado em 30 de junho de 2015, as Demonstrações Financeiras pelo critério BRGAAP e os documentos que as compõem, sendo: Relatório da Administração, balanços patrimoniais, demonstração dos resultados, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa, demonstração do valor adicionado e notas explicativas, os quais foram elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme a Lei de Sociedades por Ações, as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil de acordo com o modelo do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (“COSIF”) e demais regulamentação e legislação aplicáveis. As referidas Demonstrações Financeiras e os documentos que as compõem, foram objeto de parecer sem ressalva dos Auditores Independentes e do Comitê de Auditoria da Companhia.

Membros da Diretoria Executiva do Banco Santander em 30 de Junho de 2015:**Diretor Presidente**

Jesús Maria Zabalza Lotina

Diretores Vice-Presidente Executivos Sênior

Conrado Engel

José de Paiva Ferreira

Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores

Angel Santodomingo Martell

Diretores Vice-Presidente Executivos

Antonio Pardo de Santayana Montes

Carlos Rey de Vicente

Ignacio Dominguez-Adame Bozzano

João Guilherme de Andrade So Consiglio

Juan Sebastian Moreno Blanco

Manoel Marcos Madureira

Oscar Rodriguez Herrero

Vanessa de Souza Lobato Barbosa

Diretores Executivos

Fernando Díaz Roldán

Jose Alberto Zamorano Hernandez

José Roberto Machado Filho

Maria Eugênia Andrade Lopez Santos

Diretores sem Designação Específica

Amancio Acúrcio Gouveia

Ana Paula Nader Alfaya

Cassio Schmitt

Cassius Schymura

Ede Ilson Viani

Eduardo Müller Borges

Flávio Tavares Valadão

Gilberto Duarte de Abreu Filho

Jamil Habibe Hannouche

Javier Rodriguez de Colmenares Alvarez

Jean Pierre Dupui

Luiz Felipe Taunay Ferreira

Mara Regina Lima Alves Garcia

Marcelo Zerbinatti

Marcio Aurelio de Nobrega

Mário Adolfo Libert Westphalen

Mauro Cavalcanti de Albuquerque

Mauro Siequeroli

Nilton Sergio Silveira Carvalho

Ramón Sanchez Díez

Reginaldo Antonio Ribeiro

Roberto de Oliveira Campos Neto

Ronaldo Yassuyuki Morimoto

Sergio Antonio Borrielo

Sérgio Gonçalves

Thomas Gregor Ilg

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria do Conglomerado Econômico-Financeiro Santander (“Santander”) foi instalado por deliberação do Conselho de Administração do Banco Santander (Brasil) S/A, instituição líder do Conglomerado, e atua, como único, por intermédio da instituição líder, para todas as instituições que compõem o Conglomerado, inclusive a sociedade de capitalização e a entidade aberta de previdência complementar.

Conforme seu Regimento Interno, disponível no endereço www.ri.santander.com.br, o Comitê de Auditoria assessora o Conselho de Administração na avaliação da qualidade das demonstrações financeiras, na verificação do cumprimento das exigências legais e regulamentares, na efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e independente e na efetividade dos sistemas de controles internos e gerenciamento do risco operacional. Além disso, recomenda a correção e aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições, sempre que julgado necessário.

As avaliações do Comitê de Auditoria estão baseadas, primordialmente, nas informações recebidas da Diretoria Executiva, das auditorias interna e independente e das áreas responsáveis pelo monitoramento corporativo dos controles internos e riscos operacionais.

O Comitê de Auditoria é composto por quatro membros independentes, eleitos na Reunião do Conselho de Administração de 18 de março de 2015. Um dos membros é também membro do Conselho de Administração do Banco Santander (Brasil) S/A.

O Comitê de Auditoria atua através de reuniões com executivos, auditores e especialistas e conduz análises, a partir da leitura de documentos e informações que lhe são submetidas, além de tomar iniciativas em relação a outros procedimentos que entende necessários. O relatório semestral das atividades e as atas das reuniões, com seus anexos, são regularmente enviadas ao Conselho de Administração, com o qual reuniu-se em 29 de janeiro e 29 de julho de 2015.

O Comitê de Auditoria também atua sobre os resultados de inspeções e apontamentos dos órgãos reguladores e autorreguladores e as respectivas providências mantendo, durante o semestre, reuniões específicas com representantes do Banco Central do Brasil.

Com o objetivo de cumprir com as atribuições e responsabilidades do Comitê de Auditoria, o Coordenador, por delegação e indicação dos membros, participa como convidado ouvinte do Comitê Executivo de Riscos Operacionais e Ocorrências Especiais e do Comitê Local de Comercialização de Produtos - CLC e, como membro efetivo eleito, do Comitê de Riscos do Conselho de Administração.

No semestre, o Comitê de Auditoria acompanhou e avaliou:

(i) o contrato de investimento celebrado entre o Banco Santander (Brasil) S/A, em conjunto com sua subsidiária integral a Aymoré CFI S/A, e o Banco Bonsucesso S/A para a criação do Banco Bonsucesso Consignado S/A, do qual o Banco Santander (Brasil) S/A tornou-se acionista controlador, com 60% de participação acionária.

(ii) a decisão do Supremo Tribunal Federal-STF, favorável ao Banco Santander (Brasil) S.A, que resultou na reversão das provisões constituídas para cobrir as obrigações legais relativas à COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social);

(iii) o incremento de provisões, com o objetivo de reforçar o balanço patrimonial, tema objeto de fato relevante de 03 de junho de 2015.

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

No tocante a suas atribuições o Comitê de Auditoria desenvolveu as seguintes atividades:

I- Demonstrações Financeiras

BrGaap - O Comitê de Auditoria procedeu à análise das demonstrações financeiras das instituições, sociedade de capitalização e de previdência complementar que compõem o Conglomerado Econômico-Financeiro Santander, confirmando sua adequação. Nesse sentido, tomou conhecimento do fechamento dos resultados do primeiro semestre de 2015 e reuniu-se com os auditores independentes e com os profissionais responsáveis pela contabilidade e elaboração das demonstrações financeiras, previamente à sua divulgação.

IFRS - No exercício de suas funções, o Comitê de Auditoria também analisou as Demonstrações Financeiras elaboradas conforme as normas internacionais (IFRS), para atendimento às regras aplicáveis às companhias registradas na Securities and Exchange Commission (SEC) e cotadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE).

II- Controles Internos e Gerenciamento de Riscos Operacionais

O Comitê de Auditoria recebeu informações e manteve reuniões com a Superintendência Executiva de Riscos Operacionais, Superintendência Executiva de Compliance e Vice Presidência Executiva de Riscos, principais instâncias responsáveis pela gestão, implementação e disseminação da cultura e infraestrutura de controles internos e gerenciamento de riscos do Conglomerado. Verificou, ainda, as denúncias de fraudes e erros, canalizadas pela área de Segurança e Fraudes.

Tais verificações foram conduzidas em conformidade com as Resoluções 2.554/1998 e 3.380/2006 do Conselho Monetário Nacional (CMN), Lei Sarbanes Oxley-SOX e a Circular 249/2004 da Superintendência de Seguros Privados (Susep), esta última em razão da Santander Capitalização S/A e da Evidence Previdência Privada, relacionadas à gestão eficaz do sistema de controles internos direcionados à prevenção e redução dos eventos de riscos e perdas operacionais.

III- Responsabilidade Socioambiental

O Comitê de Auditoria analisou e acompanhou o estabelecimento e a implantação da Política de Riscos Socioambiental-PRSA, de acordo com a resolução CMN 4.327/14, do Banco Central do Brasil, recomendando sua aprovação ao Conselho de Administração. Apreciou, também, o trabalho de Asseguração Limitada, com foco nos temas de Sustentabilidade tratados no Relatório Anual de 2014, realizado pela auditoria independente.

IV- Auditoria Interna

O Comitê de Auditoria reuniu-se, formalmente, com o Diretor responsável pela área e com outros representantes da Auditoria Interna em diversas ocasiões durante o primeiro semestre de 2015; em outras oportunidades, os profissionais da Auditoria Interna participaram das reuniões do Comitê de Auditoria. Nas reuniões, o Comitê de Auditoria apreciou o planejamento e o programa de trabalho da Auditoria Interna para 2015, verificou os trabalhos executados, os relatórios emitidos, conclusões e recomendações, dando destaque ao cumprimento de recomendações de melhorias nas áreas consideradas como “A melhorar” ou “Insatisfatório”.

Realizou também, a avaliação de desempenho da Auditoria Interna, cujo resultado é discutido com o Diretor Executivo de Auditoria, em reunião específica.

V- Auditoria Independente

Os auditores independentes são responsáveis pelo planejamento e execução dos trabalhos de auditoria, bem como pela emissão do correspondente relatório de auditoria e de revisões especiais trimestrais sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Conglomerado. Como resultado deste trabalho, a Auditoria Independente emite também o relatório sobre o sistema de controles internos e descumprimento de disposições legais e regulamentares na forma da Circular Bacen 3.467/09 e Lei Sarbanes Oxley-SOX.

Em relação aos trabalhos de Auditoria Independente realizados pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes (“Deloitte”), o Comitê de Auditoria reuniu-se com a empresa, formalmente, em diversas ocasiões no primeiro semestre de 2015. Nessas reuniões tiveram destaque, as discussões envolvendo as demonstrações financeiras do primeiro semestre de 2015, as práticas contábeis, o plano de continuidade de negócios e as eventuais deficiências e recomendações de melhoria integrantes do relatório sobre controles internos.

O Comitê de Auditoria avaliou as propostas apresentadas pela Deloitte para realização de outros serviços, no que se refere à verificação da inexistência de conflitos de interesse ou risco de perda de independência.

VI- Ouvidoria

Em decorrência da Resolução CMN 3.849/2010 e Resolução 279/13 da SUSEP, que dispõem sobre as Ouvidorias em Instituições Financeiras, Sociedades de Capitalização e Previdência Privada, foram executados trabalhos específicos no primeiro semestre de 2015, os quais foram apresentados ao Comitê de Auditoria, que os discutiu e avaliou. O correspondente relatório exigido pela Resolução CMN 3.849/2010, a ser encaminhado ao Banco Central do Brasil, será apreciado em reunião agendada para agosto de 2015.

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria**VII- Outras Atividades**

Além das atividades descritas, como parte dos trabalhos inerentes às suas atribuições, o Comitê de Auditoria reuniu-se com diretores executivos e com diversas áreas do Santander, aprofundando suas análises, ressaltando-se as reuniões com as seguintes áreas:

- i. Jurídico Contencioso: atualização da situação e mensuração das contingências cíveis, trabalhistas e fiscais e seu tratamento contábil, com destaque para os maiores litígios;
- ii. Jurídico Societário: apreciação do Formulário de Referência e apreciação e recomendação de aprovação ao Conselho de Administração do relatório 20F;
- iii. Diretoria de Compliance: Código de Conduta e controle das transações com partes relacionadas, aspectos de Prevenção à Lavagem de Dinheiro (PLD), Lei Anticorrupção e aprimoramento da qualidade do cadastro;
- iv. Diretoria de Finanças: processo de implantação dos requerimentos de Basileia, Relações com Investidores, processos de gestão de risco de liquidez, juros, câmbio e capital;
- v. Vice Presidência Executiva de Riscos: atualização dos processos de gestão de risco de crédito com foco nos critérios de avaliação, acompanhamento e provisionamento;
- vi. Vice Presidência Executiva da Rede Comercial: atualização sobre os processos envolvendo reclamações de clientes e apontamentos da auditoria interna;
- vii. Diretoria de Negócios de Recuperação: atualização sobre os processos de renegociação de dívidas e de gestão da carteira de inadimplentes.

No período, os membros do Comitê de Auditoria também participaram de treinamentos, palestras e programas de atualização sobre temas relacionados com as atividades do mesmo e atos normativos de interesse e impacto para o Conglomerado.

Conclusão

Com base nos trabalhos e avaliações realizados e considerando o contexto e escopo em que exerce suas atividades, o Comitê de Auditoria concluiu que os trabalhos desenvolvidos são adequados e conferem transparência e qualidade às referidas Demonstrações Financeiras do Conglomerado Econômico-Financeiro Santander, para o período findo em 30 de junho de 2015, recomendando a sua aprovação pelo Conselho de Administração do Banco Santander (Brasil) S/A.

Comitê de Auditoria

São Paulo, 29 de julho de 2015

Celso Clemente Giacometti

Elidie Palma Bifano

Graham Charles Nye – Especialista Financeiro

René Luiz Grande – Coordenador

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Av. Juscelino Kubitschek, 2235 -10 andar

São Paulo – SP – Brasil – 04543-011

Tel.: (55 11) 3553-3300

Email: ri@santander.com.br